



Mariana Salles Kehl

**SUBJETIVIDADES MIGRANTES
E AS VEREDAS DA VIOLÊNCIA:
Das Políticas do Trauma à Literatura como Refúgio**

Tese de Doutorado

Tese apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor pelo Programa de Pós-graduação em Psicologia (Psicologia Clínica) do Departamento de Psicologia da PUC-Rio.

Orientadora: Profa. Maria Isabel de Andrade Fortes

Rio de Janeiro,
Outubro de 2022



Mariana Salles Kehl

**SUBJETIVIDADES MIGRANTES
E AS VEREDAS DA VIOLÊNCIA:
Das Políticas do Trauma à Literatura como Refúgio**

Tese apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia (Psicologia Clínica) da PUC-Rio. Aprovada pela Comissão Examinadora abaixo.

Profa. Maria Isabel de Andrade Fortes
Orientadora
Departamento de Psicologia - PUC-Rio

Profa. Monah Winograd
Departamento de Psicologia - PUC-Rio

Profa. Rosana Kohl Bines
Departamento de Letras - PUC-Rio

Profa. Mônica Medeiros Kother Macedo
UFRGS

Profa. Karla Patricia Holanda Martins
UFC/CE

Rio de Janeiro, 28 de outubro de 2022.

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial do trabalho sem autorização da universidade, da autora e do orientador.

Mariana Salles Kehl

Psicanalista/Psicóloga. Graduiu-se em Psicologia pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) com período sanduíche na Eberhard Karls Universität Tübingen com financiamento da CAPES. É mestre em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) com período sanduíche na Universidad Autónoma de Madrid subsidiado pelo programa de mobilidade UAM-Santander/CEAL. Foi aluna de doutorado do Programa de Pós-graduação em Psicologia Clínica, também na PUC-Rio, na qualidade de bolsista CNPq; *Visiting Research Scholar* na Brown University; e realizou estágio doutoral na Humboldt-Universität zu Berlin por meio de financiamento concedido pelo Deutscher Akademischer Austauschdienst – DAAD (*1-Year Research Grant for Doctoral Candidates*).

Ficha Catalográfica

Kehl, Mariana Salles

Subjetividades migrantes e as veredas da violência : das políticas do trauma à literatura como refúgio / Mariana Salles Kehl ; orientadora: Maria Isabel de Andrade Fortes. – 2022.

213 f. ; 30 cm

Tese (doutorado)–Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Psicologia, 2022.

Inclui bibliografia

1. Psicologia – Teses. 2. Migração. 3. Refúgio. 4. Trauma. 5. Psicanálise. 6. Literatura. I. Fortes, Maria Isabel de Andrade. II. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de Psicologia. III. Título.

CDD: 150

This doctoral thesis was supported by the Deutscher Akademischer Austauschdienst (DAAD) - Doctoral Research Grant.

Number: 57507871

One-Year Research Grant for Doctoral Candidates

O presente trabalho foi realizado com apoio do CNPq, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - Brasil.

Processo: 141001/2018-6

Modalidade - Categoria: Doutorado – GD

Àqueles que tiveram de partir e recomeçar.

Agradecimentos

À Profa. Isabel Fortes, orientadora delicada e generosa, pela parceria de tantos anos, pelo entusiasmo e por impulsionar minhas propostas de trabalho.

Ao Programa de Pós-graduação em Psicologia Clínica da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, seus funcionários (em especial a Marcelina Andrade, secretária do Programa) e docentes, pelo amparo institucional competente e por todas as oportunidades que me foram conferidas.

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq, pela concessão da bolsa de pesquisa de doutorado e incentivo ao Programa, subsídio que possibilitou a realização desta tese.

À *Brown University* e a June Drinkwater, pela recepção acolhedora e zelo, e ao *American Studies Department* e à Profa. Beverly Haviland, pela profícua interlocução acadêmica e por todo o cuidado oferecido frente ao cenário caótico de uma pandemia.

Ao Serviço Alemão de Intercâmbio Acadêmico – DAAD, pela subvenção da bolsa de doutorado-sanduíche na Alemanha e pelo investimento em meu aperfeiçoamento acadêmico.

À *Humboldt-Universität zu Berlin*, pela admissão e hospitalidade, e ao Prof. David Zimmermann, pela confiança creditada desde o primeiro contato e pelas inúmeras contribuições à minha pesquisa.

Aos professores membros da Comissão Examinadora, Profa. Monah Winograd, Profa. Rosana Kohl Bines, Profa. Mônica Kother e Profa. Karla Martins, pelos apontamentos meticulosos e esmerados e por todas as recomendações sugeridas.

À minha mãe, Tania, pelo encorajamento de uma vida, pela leniência cifrada e por me ensinar tanto – especialmente sobre mim mesma.

A Elizabeth, pelo suporte incondicional e presença constante, e a Carolina, pelos momentos divertidos e anedóticos.

Ao meu pai, Andreas, pela partilha de alegrias e pelo apoio contínuo.

Ao Marcelo, pelo afeto, estímulo e interlocução intelectual.

Aos meus amigos, sobretudo a Arthur Eisenlohr, Victor Garcia e Juliana Meanda, porque sem descontração e companheirismo a escrita de uma tese pode ser ainda mais árdua.

Aos meus colegas de doutorado e companheiros psicanalistas/psicólogos, pelas conversas, debates, argumentações, entendimentos – e divergências – sempre cordiais e proveitosas.

À minha analista, por, diligentemente, seguir sustentando minha análise.

Resumo

Kehl, Mariana Salles; Fortes, Maria Isabel de Andrade. **Subjetividades Migrantes e as Veredas da Violência: Das Políticas do Trauma à Literatura como Refúgio**. Rio de Janeiro, 2022. 213p. Tese de Doutorado - Departamento de Psicologia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Uma reflexão a respeito dos deslocamentos migratórios forçados e do *status quo* do refugiado apresenta-se, em âmbito global, como uma questão imperativa. De modo igualmente crítico, a violência e suas múltiplas formas de expressão evidenciam-se como uma das mais categóricas adversidades contemporâneas cuja ponderação se faz necessária. Tais fenômenos podem ser localizados reiteradamente na história e seu recrudescimento convoca a psicanálise, um saber que dialoga com a cultura, a posicionar-se diante de suas especificidades. Frente às configurações subjetivas encontradas no âmbito dos movimentos de migração forçada, a clínica com refugiados pode revelar particularidades, assim como, contingencialmente, a presença de elementos traumáticos e hiatos expressivos na capacidade representacional dos sujeitos, resultantes da exposição à violência. Com o referencial teórico alicerçado sobretudo em Freud e Lacan, propõe-se, nesta tese, a retomada do percurso da psicanálise no que se refere à concepção do termo “violência” – aproximando-o principalmente do registro do imaginário –, seus desdobramentos, sua articulação com as políticas do trauma e, como recurso ilustrativo, com as experiências de diáspora através da literatura promovida por autores com antecedentes biográficos migratórios. Dessa forma, pretende-se desenvolver aspectos fundamentais para a compreensão lógica do sujeito refugiado e suas fronteiras, e da psicanálise e seus litorais.

Palavras-chave

Migração; Refúgio; Trauma; Psicanálise; Literatura.

Abstract

Kehl, Mariana Salles; Fortes, Maria Isabel de Andrade (Advisor). **Migrant Subjectivities and the Paths of Violence: From Trauma Policies to Literature as Refuge**. Rio de Janeiro, 2022. 213p. Tese de Doutorado - Departamento de Psicologia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

A reflection on forced migratory displacements and the *status quo* of the refugee presents itself, on a global scale, as an imperative issue. In an equally critical way, violence and its multiple forms of expression are evidenced as one of the most categorical contemporary adversities whose consideration is necessary. Such phenomena can be located repeatedly in history and their resurgence calls for psychoanalysis, a knowledge that dialogues with culture, to position itself in the face of its specificities. Considering the subjective configurations found within the scope of forced migration movements, clinical practice with refugees may reveal particularities, such as, contingentially, the presence of traumatic elements and expressive gaps in the representational capacity of the subjects, resulting from exposure to violence. With the theoretical framework based primarily on Freud and Lacan, it is proposed in this thesis, the resumption of the course of psychoanalysis regarding the conception of the term “violence” – approaching it mainly in the register of the imaginary – its developments, its articulation with the politics of trauma and, as an illustrative resource, with the experiences of diaspora through the literature promoted by authors with biographical migratory background. In this way, we intend to develop fundamental aspects for the logical understanding of the refugee subject and his borders, and of psychoanalysis and its “littorals”.

Keywords

Migration; Refuge; Trauma; Psychoanalysis; Literature.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	14
1. SUBJETIVIDADE E REFÚGIO: VEREDAS DA VIOLÊNCIA.....	36
1.1. Violência e Psicanálise.....	43
1.1.1. A Violência em Freud: Da Metapsicologia ao Registro Social.....	44
1.1.2. A Violência em Lacan: O Imaginário como Matriz.....	59
1.2. Agressividade e Violência: Distinções Teóricas.....	68
1.3. A Violência na Contemporaneidade: Desenlaces no Corpo.....	71
1.4. Estados de Violência: Segregação e Ódio.....	78
2. TRAUMA: ORIGENS E DESTINOS.....	87
2.1. Teorias do Trauma: de Freud a Lacan.....	89
2.2. As Políticas do Trauma.....	108
2.2.1. Trauma e Transmissão.....	110
2.2.2. Trauma Social.....	113
2.3. Por Uma Clínica do Refúgio.....	117
3. LITERATURA: UM EPÍLOGO PARA O REFÚGIO.....	127

3.1. Psicanálise e Literatura.....	128
3.2. Literatura de Refúgio e as Escritas de Si.....	133
3.3. Análises.....	147
3.3.1. Beata Mairesse: Exílio & Temporalidade(s).....	150
3.3.2. Viet Nguyen: (Sobre)viventes & Sexualidades Migrantes.....	159
3.3.3. Aglaja Veteranyi: Linguagem e Trauma.....	170
3.3.4. Julián Fuks: Transmissão e Resistência.....	177
 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	 187
 5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	 196

Home

*no one leaves home unless
home is the mouth of a shark
you only run for the border
when you see the whole city running as well*

*your neighbors running faster than you
breath bloody in their throats
the boy you went to school with
who kissed you dizzy behind the old tin factory
is holding a gun bigger than his body
you only leave home
when home won't let you stay.*

*no one leaves home unless home chases you
fire under feet
hot blood in your belly
it's not something you ever thought of doing
until the blade burnt threats into
your neck
and even then you carried the anthem under
your breath
only tearing up your passport in an airport toilet
sobbing as each mouthful of paper
made it clear that you wouldn't be going back.*

*you have to understand,
that no one puts their children in a boat
unless the water is safer than the land
no one burns their palms
under trains
beneath carriages
no one spends days and nights in the stomach of a truck
feeding on newspaper unless the miles travelled
means something more than journey.
no one crawls under fences
no one wants to be beaten
pitied*

*no one chooses refugee camps
or strip searches where your
body is left aching
or prison,
because prison is safer
than a city of fire
and one prison guard
in the night
is better than a truckload
of men who look like your father
no one could take it
no one could stomach it
no one skin would be tough enough*

*the
go home blacks*

*refugees
dirty immigrants
asylum seekers
sucking our country dry
niggers with their hands out
they smell strange
savage
messed up their country and now they want
to mess ours up
how do the words
the dirty looks
roll off your backs
maybe because the blow is softer
than a limb torn off*

*or the words are more tender
than fourteen men between
your legs
or the insults are easier
to swallow
than rubble
than bone
than your child body
in pieces.
i want to go home,
but home is the mouth of a shark
home is the barrel of the gun
and no one would leave home
unless home chased you to the shore
unless home told you
to quicken your legs
leave your clothes behind
crawl through the desert
wade through the oceans
drown
save
be hunger
beg
forget pride
your survival is more important*

*no one leaves home until home is a sweaty voice in your ear
saying-
leave,
run away from me now
i dont know what i've become
but i know that anywhere
is safer than here*

Warsan Shire¹

¹ Poeta, filha de refugiados nascida no Quênia, para onde seus pais migraram como desdobramento dos conflitos na Somália.

INTRODUÇÃO

Uma reflexão sobre as condições dos refugiados e as disposições referentes às atuais políticas de migração apresenta-se, em âmbito global, como uma questão imperativa. Os fluxos migratórios maciços e forçados – os mais significativos desde a Segunda Guerra Mundial – e seus desdobramentos caracterizam-se como pautas prioritárias no cenário internacional contemporâneo, principalmente no que se refere à proteção dos Direitos Humanos.

A existência de uma legislação de caráter universal e inalienável dedicada à regulamentação dos direitos fundamentais individuais e coletivos, cuja inobservância tem sido recorrente na contemporaneidade, configura-se como resultado dos esforços da Organização das Nações Unidas (ONU), legatária da extinta Liga das Nações. A ONU, fundada em 1945, estabeleceu-se como uma organização intergovernamental cujo objetivo é a preservação da paz mundial por meio da implementação de mecanismos de cooperação internacional. Trata-se de oportunizar a integração e desenvolvimento de seus países-membros (voluntariamente signatários e entre os quais figura o Brasil), assim como promover ajuda humanitária, combater a fome, auxiliar crianças e refugiados, conjuntamente a outras atribuições.

É válido observar que, embora as diretrizes do órgão estejam em vigência, há muitos questionamentos a respeito de sua legitimidade e efetividade, especialmente quando há colisão entre suas práticas, o que inclui as orientações na defesa de grupos vulneráveis – incluindo imigrantes – e políticas nacionalistas. Isto porque, como alegam Giugni *et al* (1998), há, com efeito, 5 países que realmente desempenham influência significativa² – principalmente no que se refere ao Conselho de Segurança, seção da ONU habilitada a impor obrigаторiedades a seus integrantes e franquear, inclusive, intervenções militares para garantir a execução de suas diretivas – enquanto os outros membros, atualmente 193, tornam-se coadjuvantes nas decisões, sobretudo quando estas estão referidas a graves conflitos.

² China, Estados Unidos, França, Rússia e Reino Unido – Estados-membros da ONU que possuem cadeira permanente no Conselho de Segurança e poder de veto.

A atual guerra na Ucrânia, por exemplo, ilustra bem tal tipo de ocorrência. O confronto já produziu o fluxo compulsório de milhões de cidadãos, nomeadamente de um terço da população (ou 8 milhões de pessoas)³, sejam deslocados internos ou refugiados⁴, sem que qualquer intervenção maciça tenha sido proposta – o que expõe, de forma evidente, as fendas políticas da organização.

Nos princípios da Carta fundadora da ONU, posteriormente refletidos em um documento exclusivamente dedicado ao tema (a Declaração Universal, de 1948), consta o compromisso na defesa dos Direitos humanos, isto é, direitos que são:

[...] inerentes a todo ser humano, independentemente de raça, sexo, nacionalidade, etnia, idioma, religião ou qualquer outra condição. Os direitos humanos incluem o direito à vida e à liberdade, liberdade contra escravidão e tortura, liberdade de opinião e expressão, o direito ao trabalho e à educação, e muito mais [incluindo o acesso à saúde física e mental]. Todos dispõem desses direitos, sem discriminação. (United Nations, 2020, *tradução nossa*)⁵

De acordo com as últimas estatísticas divulgadas pela *United Nations High Commissioner for Refugees*⁶ – o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados ou ACNUR, em língua portuguesa, Gabinete da ONU criado em 1950 e destinado à proteção dos direitos de refugiados – o deslocamento forçado (externo ou interno), consequência direta da violência difusa, conflitos, perseguições, desastres ambientais, violações de direitos e insegurança, atinge atualmente quase 90 milhões de pessoas⁷, índice que corresponde a mais de 1% da população mundial e cuja tendência é a contínua expansão.

Destaca-se que, do percentual total, aproximadamente 43% correspondem ao deslocamento de crianças e adolescentes (entre 2018 e 2020, mais de um

³ Nos quatro primeiros meses de conflito.

⁴ Cf. <https://fr.euronews.com/2022/05/26/guerre-en-ukraine-un-tiers-des-ukrainsiens-deplaces-ou-refugies>, recuperado em 06 de junho de 2022.

⁵ [...] inherent to all human beings, regardless of race, sex, nationality, ethnicity, language, religion, or any other status. Human rights include the right to life and liberty, freedom from slavery and torture, freedom of opinion and expression, the right to work and education, and many more [including access to physical and well-being health]. Everyone is entitled to these rights, without discrimination.

⁶ Cf. <https://www.unhcr.org/refugee-statistics/>, recuperado em 21 de setembro de 2022.

⁷ Estatísticas atualizadas em 16 de junho de 2022 e que já contabiliza alguns números relativos aos deslocamentos recentes resultantes da guerra Ucrânia x Rússia. Trata-se de uma guerra, de um conflito, e não de uma “crise”, termo usado eufemisticamente pela Rússia. A crise é resultado da guerra e não seu inverso.

milhão de crianças nasceram já em contexto de refúgio), 86% de todos os afetados têm como anfitriões países em desenvolvimento, e o segundo país mais impactado é a Venezuela (permanecendo apenas atrás da Síria)⁸, com um fluxo de 3,9 milhões de cidadãos atingidos, dado relevante para o Brasil, país que tem recebido significativo fluxo devido à contiguidade geográfica com o país caribenho (fronteira ao norte).

Frente ao recrudescimento desse quadro – que, embora não seja novo, exige medidas singulares para seu manejo – e às dificuldades e empecilhos impostos à entrada de refugiados em muitos países, o Brasil tem se destacado diante de tal conjuntura, tornando-se precursor na América Latina na destinação de uma lei específica ao Refúgio (Lei n. 9.474, 1997) e na criação de um órgão próprio destinado a esse campo: o CONARE (Comitê Nacional para os Refugiados). Além disso, o país é um destino alternativo de considerável notabilidade na rota de imigração, já tendo ocupado as primeiras posições no *ranking* global em número de requerimentos de refúgio e configurando-se como país latino-americano com maior número de solicitações em processamento^{9 10}.

É sabido e verificado que, apesar da disposição de mecanismos de cuidado e de instrumentos administrativos designados à condução das questões migratórias, reiteradamente os sujeitos migrantes, mesmo aqueles portadores de vistos humanitários e detentores de uma concessão legal de refúgio e/ou permissão temporária de residência, podem permanecer (e usualmente permanecem) em situação de vulnerabilidade socioeconômica e de extrema (e potencializada) fragilidade psíquica.

⁸ A título de curiosidade, coincidentemente os dois países com maior êxodo de refugiados no mundo possuem grandes reservas de petróleo. Os dois países já se posicionaram publicamente contra a hegemonia e imperialismo dos EUA. Sugerimos que, talvez, a crise migratória nesses países não deva ser pensada sem considerar a conjuntura econômica global e os diferentes interesses geopolíticos. O acesso e a exploração dos recursos energéticos nesses países tornam-se facilitados pela instabilidade de uma crise.

Cf. <https://www.france24.com/en/live-news/20220301-russia-receives-venezuela-s-strong-support>; <https://www.theguardian.com/world/2022/mar/11/putin-approves-russian-use-of-middle-east-fighters-against-ukraine>, recuperado em 28 de março de 2022.

⁹ Cf. <https://oglobo.globo.com/mundo/brasil-acumula-maior-numero-de-pedidos-de-refugio-na-america-latina-22796872>, recuperado em 27 de julho de 2020.

¹⁰ Hoje a Turquia é o país que acolhe o maior número de refugiados no mundo (3,7 milhões), permanecendo atrás da Colômbia (1,7 milhões de refugiados). A Alemanha configura-se como país europeu mais procurado. (Cf. <https://www.dw.com/pt-br/alemanha-%C3%A9-pa%C3%ADs-europeu-mais-procurado-por-refugiados/a-58306150>, recuperado em 17 de dezembro de 2021).

Tal composição pode ser resultado das circunstâncias não apenas pré-migratórias, mas também de um contexto local que, amiúde, ainda segrega (muitas vezes com a anuência do Estado que, por negligência ou omissão, endossa a discriminação) e exclui o refugiado – a despeito da existência de deliberações protetivas.

A irregularidade é também uma realidade constante devido aos trâmites e demais burocracias que estendem temporalmente o processo de solicitação de refúgio e que, quando negado, recorrentemente acarreta clandestinidade. Devido aos dispêndios públicos e escasso retorno econômico (ao menos inicialmente), a não concessão de refúgio é uma forte tendência observada nos países que se conformam como destinos tradicionais (nomeadamente América do Norte e Europa Ocidental) na rota de imigração. Posto isso, torna-se imprescindível que os desafios na recepção, acolhimento e integração de populações refugiadas sejam enfrentados.

De acordo com a Convenção sobre o Estatuto dos Refugiados (1951), elaborada pela Assembleia Geral das Nações Unidas, estes são definidos como:

[...] toda a pessoa que, em razão de fundados temores de perseguição devido à sua raça, religião, nacionalidade, associação a determinado grupo social ou opinião política, encontra-se fora de seu país de origem e que, por causa dos ditos temores, não pode ou não quer fazer uso da proteção desse país ou, não tendo uma nacionalidade e estando fora do país em que residia como resultado daqueles eventos, não pode ou, em razão daqueles temores, não quer regressar ao mesmo. (Organização das Nações Unidas, p. 14)

Tal definição provoca consideráveis efeitos de ordem legal: a abertura a interpretações da Justiça e a formalização burocrática de diversas categorias de migração.

A hermenêutica em relação à composição da figura jurídica do refugiado produz sistematicamente a concessão do refúgio baseada no convencimento discursivo frente às autoridades do país de destino a respeito da insegurança no país de origem e da imprescindibilidade de proteção – o que pode acarretar, além da não-outorga da categoria, em mais uma forma de violência contra o solicitante: seja na forma de uma rememoração compulsória e descrições detalhadas das experiências hediondas que o conduziram à fuga (frequentemente também verificadas no trajeto), seja no modo forçosamente hiperbólico de construção de um discurso que precisa transmitir convicção e lidimidade, pois dele depende a aprovação de sua entrada no país e sobrevivência.

Em outras palavras, muitas vezes é necessário um descomedimento compulsivo, a criação de uma narrativa e exibição de uma experiência traumática – numa espécie de psicopatologização de um sofrimento que é, sobretudo, social – no relato do solicitante, de modo que este esteja de acordo com os critérios que as autoridades consideram compatíveis com a situação de evasão involuntária, como se houvesse um paradigma fixo de expressão e reação ao medo, ao terror, ao risco de vida e à inevitabilidade de deixar seu próprio país.

Como expõe Pusseti (2017), há inúmeros estudos e relatos que demonstram que os refugiados se dedicam ao desenvolvimento e apreensão de um léxico clínico (médico-psiquiátrico) com o intuito de reproduzir (bio)legitimidade. Trata-se de uma estratégia de convencimento para obter direitos civis – que, *a priori*, deveriam figurar como uma garantia – que implica a incorporação de uma identidade adoecida e um estilo de vida que a endosse (engendrando, por exemplo, o uso desnecessário de medicação; isolamento; simulação de quadro clínico depressivo, etc).

Em relação à tipificação da categoria, como desdobramento da definição técnica de refúgio, é necessário elucidar que há algumas diferenciações relevantes entre o refugiado e outras classes migratórias cujas principais terminologias são: solicitante de refúgio (o *asylum seeker*, aquele que pleiteia proteção internacional, mas cuja condição de refugiado não foi reconhecida/adquirida); exilado; asilado; expatriado; emigrado; e estrangeiro¹¹. Todas as categorias mencionadas pressupõem obrigatoriamente uma travessia, um movimento de saída do reduto de origem, havendo, portanto, uma infixidez, uma matriz de mobilidade de caráter migrante. No entanto, a especificidade de cada uma é resultado de pré-condições de deslocamento e incluem pós-prescrições migratórias e tratamento legal.

O deslocamento está, tipicamente, referido à egressão de um país. Entretanto, considerando-se os deslocamentos realizados em um mesmo território

¹¹ De acordo com informações disponibilizadas no website da ACNUR Brasil, há também a categoria constituída pelos apátridas: pessoas que não têm sua nacionalidade reconhecida por nenhum país. Essas pessoas podem também se integrar a diferentes categorias de migração e requerem especial atenção, pois o reconhecimento de sua invisibilidade e maior fragilidade social são essenciais para assegurar o acesso a direitos básicos.

Cf. <https://www.acnur.org/portugues/quem-ajudamos/apatridas/>, recuperado em 04 de outubro de 2020

(deslocados internos¹²), a migração não necessariamente implica transnacionalidade. Como exemplo, podemos citar casos conhecidos internacional ou nacionalmente, como as cerca de 4 milhões de pessoas que deixaram a Alemanha Oriental (a DDR, *Deutsche Demokratische Republik*, ou RDA, República Democrática Alemã, em língua portuguesa) e fugiram em direção à Alemanha Ocidental (a BRD, *Bundesrepublik Deutschland*, ou RFA, República Federal da Alemanha) entre os anos de 1949 e 1990¹³.

No Brasil, entre 2000 e 2017, de acordo com os números divulgados pelo Instituto Igarapé¹⁴, 7,7 milhões de brasileiros foram forçados a se deslocar internamente. A maioria pode ser qualificada como refugiados ambientais, ou seja, pessoas que devido a eventos de ordem ecossistêmica – seja de origem natural ou humana – precisaram se deslocar para buscar proteção, uma vez que suas vidas corriam risco e/ou suas possibilidades de manutenção após o incidente implicariam impossibilidade de acesso a condições básicas e direitos.

Exemplos recente também ocorreram na cidade de Petrópolis – onde, em decorrência das chuvas, quase 1000 pessoas ficaram desabrigadas e mais de 200 morreram¹⁵, e em Brumadinho, Minas Gerais, em 2019, com o rompimento da barragem da mineradora multinacional Vale do Rio Doce. Segundo o Instituto Migrações e Direitos Humanos (IMDH, 2020), trata-se de “o maior acidente de trabalho no Brasil [...] O desastre industrial, humanitário e ambiental causou a morte de 259 pessoas, o desaparecimento de outras 11 e o deslocamento em massa das vidas que restaram” (n. p.).

A forte geada que dizimou as plantações de café no Paraná, em 1975¹⁶, provocando, devido à ausência de outras formas de subsistência, o êxodo de

¹² Cf. <https://www.acnur.org/portugues/quem-ajudamos/deslocados-internos/>, recuperado em 17 de novembro de 2021.

¹³ Em Berlin, o Museu do Centro de Refugiados de Marienfelde é dedicado à história da fuga e emigração interna na Alemanha dividida. O Centro, inaugurado em 1953, recebia alemães refugiados, fornecendo moradia, provimentos e auxiliando-os na obtenção de permissões formais de residência na Alemanha Ocidental. O Museu preserva não apenas a memória das causas, processos e consequências da fuga interna, mas também documenta os processos oficiais de emigração e a posterior integração dos refugiados.

¹⁴ Cf. <https://igarape.org.br/brasil-tem-77-milhoes-de-deslocados-internos/>, recuperado em 20 de dezembro de 2021.

¹⁵ Cf. <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/petropolis-tragedia-completa-um-mes-e-mais-de-600-seguem-desabrigados/>, recuperado em 16 de março de 2022.

¹⁶ Cf. <https://revistacafeicultura.com.br/?mat=34022>, recuperado em 29 de março de 2022.

aproximadamente 2,6 milhões de pessoas; a construção da Usina de Belo Monte, que forçou o deslocamento da população ribeirinha e indígena (que até hoje aguardam reassentamento) e seus territórios que são constante e violentamente invadidos, são outros exemplos nacionais que geram deslocados internos e refugiados climáticos/ambientais.

Definir a “migração” e suas distintas classes, portanto, não é um empreendimento simples e tampouco há consenso entre autores no que se refere a uma designação taxativa e peremptória. No entanto, como argumentam Grinberg & Grinberg (1984), há ao menos uma condição comum na relação do sujeito migrante com o outro a partir dos espaços parametrizados: alguém se torna emigrante em relação ao ponto de onde partiu (e assim também são qualificados por aqueles que permanecem no lugar de procedência) e converte-se em imigrante no destino, situando-se no cotidiano dos habitantes locais que, por sua vez, o identificam como não-autóctone e geralmente atribuem a ele algum valor de intrusão/invasão. Para ilustrar tal dinâmica, podemos pensar na figura do “estrangeiro”, termo cuja etimologia procede do latim *extraneus*, aquele “vindo de fora”, não-familiar, em última instância, um estranho, categoria que “o fixa numa alteridade que frequentemente implica numa exclusão” (Koltai, 1998, p. 2).

O (i)migrante, termo que se aplica a qualquer categoria previamente mencionada, tanto em sua definição lexical quanto em suas variáveis morfológicas, conduz invariavelmente a uma avaliação exógena¹⁷ de acordo com uma fictícia legitimidade ou não de sua presença em determinado espaço e a ideia de movimento a partir de um referente, não incorporando em si as condições e motivações do seu deslocamento. Dessa forma, as diversas categorias migratórias tornam-se uma tentativa, ainda que imprecisa, de descrição de circunstâncias: trata-se de uma ação de caráter voluntário ou uma imposição conjuntural circunscritas por atributos específicos?

No que se refere às categorias emigrado e/ou expatriado – aquele que se desloca de seu país e vive em outro – e estrangeiro – aquele que está fora de seu país de origem (temporária ou definitivamente), estas podem se sobrepor a todas

¹⁷ Vale ressaltar, ainda, que uma avaliação exógena se presta a diversos usos, como a construção de uma gramática moral que baliza as práticas do sujeito cidadão da nação e estabelece padrões para o sujeito migrante e que, quando não cumpridos, operam como forma de atribuir a esses “outros” a fonte dos sentimentos locais. Organiza-se, assim, um ódio pela alteridade (Ahmed, 2015).

as outras – inclusive podem ser atribuídas a um refugiado – e não são suficientes para determinar se o movimento foi facultativo ou compulsório. Analisadas sob a perspectiva de uma livre escolha, apresentam caráter discricionário e implicam a migração em um cruzamento de fronteiras por motivos pessoais que visam recorrentemente à obtenção de oportunidades econômicas mais favoráveis, busca de diversidade cultural/social, etc, e não se estabelecem impreterivelmente em decorrência de um contexto de insegurança que produza risco de vida iminente.

Contudo, de acordo com as reflexões de Said (2003), intelectual e ativista palestino, os termos exilado e asilado, diferentemente, configuram-se como categorias resultantes de uma expatriação forçada (seja por expulsão formal, na forma de deportação, ou por solicitação motivada por ameaça verossímil) e podem ser aproximadas ou até coincidir com as premissas de refúgio, uma vez que implicam imperatividade na evasão do espaço de origem e apelo a algum auxílio ou instância internacional/local como garantia de integridade e sobrevivência.

Paradoxalmente, o exílio (ou autoexílio), termo que, embora muitas vezes seja utilizado acompanhado do verbo na voz passiva – “alguém foi exilado”, ou seja, o sujeito sofreu a ação, conferindo caráter de impositividade –, também pode ser considerado a partir de uma perspectiva que contemplaria um “suposto” viés voluntário – o que absolutamente não se confirma, uma vez que se trata da consequência de uma escolha condicionada por um banimento “extraoficial” decorrente de situações com potencial de progressão da intimidação para uma violência efetiva.

O(s) exílio(s) e o asilo, assim como o refúgio, podem, consequentemente, ser compreendidos como resultado, também, de uma condição social, como, por exemplo, a filiação à determinada religião, o pertencimento a algum grupo étnico minoritário, a manifestação de determinada orientação sexual, etc, e também devido a um posicionamento político-ideológico divergente do prescrito por grupos detentores de poder – oficiais ou não (como grupos paramilitares). Isso inclui também pessoas cuja militância política e/ou ativismo social são vistos como obstáculos a tais grupos. Dessa forma, pode-se dizer que, assim como o asilo, os exílios se fundamentam em uma ordem política e se tornaram trâmites comuns, recorrentes e estreitamente vinculados – mas não exclusivamente – aos contextos das ditaduras militares na América Latina.

Embora exilados, asilados e refugiados possam apresentar um *background* partilhado de acoso e perseguição, há diferenças na dinâmica processual de cada caso. Segundo Rada (2018), ao exilado é concedida uma autorização que o permite residir no país de destino, contudo, não há uma legislação protetiva particular que garanta sua manutenção. O asilado, por sua vez, não está subordinado a um processo técnico ou a um órgão específico. Trata-se, assim, do estabelecimento de um vínculo particular com determinado governo que decide acolher ou não sua solicitação e, somente após a concessão, por via diplomática, tem garantias e acesso à proteção.

A partir de uma definição juridicamente concebida, todo refugiado, então, pode ser equiparado hermenêuticamente às categorias de estrangeiro e (i)migrante, por exemplo, termo que será utilizado nesta tese como referência a pessoas em situação de refúgio, exceto quando necessário o estabelecimento de algum tipo de distinção pormenorizada. Entretanto, em termos jurídicos, nenhuma categoria anteriormente exposta pode ser igualada ou compreendida como correlata ao refúgio – que supostamente disponibiliza ao indivíduo uma legislação internacional específica, um sistema de proteção e garantia de direitos tal qual a não-deportação, mesmo antes da regularização de seu *status*.

Posto isso, nesta pesquisa serão privilegiados como objeto de estudo as figuras do refugiado e de seus descendentes devido aos aspectos relacionados à transmissão psíquica inter- e transgeracional e às dimensões individuais e coletivas de uma possível marca traumática. Todavia, devido à viabilidade de aproximação, sobreposição e parcial coincidência entre as experiências de exílio, asilo e refúgio – definições cujos contornos são embotados e que, portanto, não se reduzem a qualquer jurisprudência ou definição legalista – também serão citados, subsidiariamente, trabalhos de autores que não se enquadram rigorosamente na categoria de refúgio, mas que desenvolvem em suas produções aspectos compartilhados entre as distintas classes. Isto por duas razões: primeiramente porque o Estatuto dos Refugiados é uma normativa relativamente recente, forjada apenas no século XX, não contemplando retroativamente indivíduos que poderiam ter se encaixado na categoria (como os judeus perseguidos pelo nazismo alemão, por exemplo). E, em segundo lugar, também, porque a ênfase desta tese dirige-se à investigação dos efeitos subjetivos da violência – indissociável ao deslocamento forçado – cujas repercussões podem ser encontradas nas experiências de qualquer

migrante cuja mobilidade foi imposta, seja diretamente a si ou como consequência da mediação feita por seus familiares. Trata-se, aqui, portanto, de um modo de olhar que pretende escapar dos limites de uma objetividade categorial, aproximando-se de narrativas que não pretendem representar uma realidade dada, real e objetiva, mas refletir e pensar dialogicamente tais realidades cujas fronteiras são borradas.

No entanto, um maior destaque será dado às trajetórias de refúgio circunscritas a grupos minoritários – nomeadamente em termos étnicos, sociais, de orientação sexual (população LGBTIQ+) e gênero¹⁸, cuja ameaça de apagamento da história coletiva e individual se coloca no horizonte –, ao tipo de construção da diegese (isto é, à dimensão ficcional da narrativa) e aos textos literários cuja tônica seja referida de forma periférica, ou seja, textos que, de certa forma, seja por sua temática, grupos representados ou autoria estejam numa espécie de marginalização no campo da prática social literária (*littérature mineure*).

Apontadas as devidas distinções técnicas entre as categorias migratórias supracitadas, as particularidades potencialmente traumáticas associadas à origem geopolítica do migrante/refugiado, à violência regularmente imiscuída em seu deslocamento e à precariedade usualmente mantida no cotidiano (que coloca em xeque o suporte legal em vigor), Galina *et al* (2017), ao realizar uma revisão da literatura a partir de periódicos internacionais – de 1993 a 2016 – dedicada à apresentação do estado de arte sobre a saúde mental dos refugiados, ratificam o

¹⁸ Mulheres e meninas conformam-se como grupos sociais especialmente vulneráveis nos contextos de migração compulsória, uma vez que estão sujeitas à violência de gênero (discriminação, assédio, tráfico e outras formas de abuso e exploração). Assim, serão priorizadas suas narrativas com o intuito de ampliar os debates sobre a questão e dar maior visibilidade às suas vozes tão frequentemente silenciadas.

Cf. <https://www.unhcr.org/events/conferences/59e5f4447/worlds-largest-minority-women-girls-global-compact-refugees-extended.html>, recuperado em 22 de março de 2021.

impacto subjetivo deletério das experiências de refúgio, dando ênfase aos aspectos relativos à integração, diferenças culturais e desigualdade.

Apesar do sofrimento evidente, não é possível afirmar que todo refugiado vá desenvolver questões graves relacionadas à saúde mental. Entretanto, diversos estudos têm demonstrado que taxas mais altas de transtornos mentais e problemas psicológicos são apresentadas por esse grupo quando comparado à população geral dos países de destino (Weintraub, 2012; Carswell *et al*, 2011). Assim, torna-se legítimo afirmar que a migração involuntária desempenha um papel de fator de risco para aqueles que são afetados (Martins-Borges, 2013; 2017).

Pérez, Navarrete e Gil (2003) também trazem dados que descrevem as repercussões psicológicas que podem ser observadas em situações de refúgio e ressaltam que “não é só a experiência da violência que causa este impacto, mas também a exclusão econômica e social, além da estigmatização que estas pessoas sofrem nos países ou regiões acolhedores” (pp. 199-200).

Buss (2007), por sua vez, pondera que há “inúmeros estudos [que] mostram que os grupos humanos deslocados pela força de seus redutos originais apresentam piores condições de saúde física e mental quando comparados à sua situação original ou com a nova vizinhança” (p. 1582).

Ao nos concentrarmos nos aspectos que se referem à subjetividade do refugiado, a psicanálise, saber que dialoga com os fenômenos da cultura especialmente através daquilo que se reflete diretamente no âmbito clínico, é convocada a se posicionar diante das especificidades dessas configurações, avançando para um mais além de um diagnóstico ou verificação de traços (psico)patológicos.

Diferentemente da psicologia que, de uma perspectiva historiográfica, tem desenvolvido suas teorias tomando por base uma pequena parcela da população, reportando-se a dados cuja origem está localizada principalmente na América do Norte e Europa (Wampold & Imel, 2015), a psicanálise, considerando a heterogeneidade que pode compor o psiquismo do sujeito refugiado e o fato de que a cultura na qual cada um está inserido influencia não apenas a construção de uma nosologia (da psicopatologia), mas também as formas de tratamento e manejo clínico, propõe a elaboração de estratégias de cuidado voltadas às especificidades do sujeito e do grupo social no caso-a-caso.

No contexto de atendimento clínico de populações refugiadas é possível verificar a presença de elementos traumáticos e fragilidades no âmbito da capacidade representacional desses sujeitos que podem ocorrer, sobretudo, devido à superexposição à violência de diversas ordens.

A escuta clínica e o manejo terapêutico, assim, devem considerar, como ponderam Rosa, Berta, Carignato e Alencar (2009) a possível constituição de um sujeito marcado direta ou indiretamente pelo trauma da violência, sua vinculação precária com a cultura local e a necessidade da realização de ressignificações face aos possíveis impactos da violência psíquica carregada pela imigração.

Entretanto, tal assertiva não é categórica e absoluta, pois, como já mencionado anteriormente, é necessário que a patologização do refúgio seja questionada, uma vez que a perspectiva de uma subjetividade desvinculada de um registro obrigatoriamente traumático é não apenas factível, mas também almejada.

Para além das questões migratórias indicadas, ao examinarmos outras adversidades presentes na conjuntura social contemporânea que se dão de modo pervasivo e que se confundem com o fenômeno do refúgio, pode-se dizer que a figuração da violência em suas variadas formas de expressão constitui-se como um dos fenômenos de maior gravidade e predominância – principalmente quando associada a grupos em situação de extrema vulnerabilidade. Ainda que seja igualmente possível verificar o amplo esforço de autoridades, órgãos e instituições (nacionais e internacionais) na tentativa de erradicar seus constantes episódios, seja através da elaboração de programas, atividades de prevenção e/ou formulação de políticas públicas, observa-se, todavia, um considerável recrudescimento da questão.

A violência é definida pela *World Health Organization*, a Organização Mundial da Saúde, como o “uso de força física ou poder, em ameaça ou na prática, contra si próprio, outra pessoa ou contra um grupo ou comunidade que resulte ou possa resultar em sofrimento, morte, dano psicológico,

desenvolvimento prejudicado ou privação” (WHO, 2002, p. 4). Tal delimitação atribui ênfase à intencionalidade do ato e o uso de poder como modalidade de violência amplia conceitualmente seu entendimento, incluindo a coação, indolência ou omissão para além da utilização da força propriamente.

Assim, para além de uma compreensão de sua dinâmica como um ato intencional que resulta em morte e/ou sofrimento físico, a definição inclui efeitos de ordem psicológica. Também há referência a uma violência que se não vê, que não necessariamente pode se observar concretamente e nem sempre possui causalidade exata e possibilidade de predição a partir de elementos mensuráveis ou contextos previamente definidos – embora possamos estabelecer correlações a partir de alguns parâmetros –, mas uma violência psíquica.

A violência hoje representa um grave problema de saúde pública e diversas áreas do saber diligenciam-se na tentativa de compreendê-la, de modo que não há somente um único campo ao qual ela pertença. Embora seu estudo tenha se dado como objeto privilegiado do âmbito judiciário e das ciências sociais, Sigmund Freud já tangenciava o tema da violência desde o início do desenvolvimento do arcabouço teórico psicanalítico e da formulação de suas técnicas, notabilizando-a como objeto de investigação até o período de suas últimas publicações.

Dessa forma, ainda que de modo oblíquo, pode-se dizer que a psicanálise tem se ocupado desse fenômeno e subsiste sendo continuamente convocada a se posicionar diante dessa questão e frente a outros agentes promotores de mal-estar na contemporaneidade. No entanto, ao ultrapassar a constatação concreta e a interrogação de suas formas, a disciplina oferece a possibilidade de compreensão de suas dimensões simbólicas e, além da descrição objetiva de seus modos de manifestação, permite o desvelamento de seu sentido e efeitos na subjetividade, oferecendo, assim, alternativas ao seu manejo, aspectos elementares que serão privilegiados nesta tese.

A imigração, tal como a violência e suas expressões multiformes, compõe-se como tema ubíquo, figurando em diversas produções artísticas. A história demonstra que a eclosão da violência e os deslocamentos populacionais ou individuais são inerentes à experiência humana e a arte, ao abordar e refletir tais práticas, produzindo saber através de suas interlocuções e diálogos com as

realidades (objetivas e subjetivas), oferece uma ampla perspectiva a respeito de suas repercussões e reflete a magnitude de sua extensão temporal.

A literatura, assim, pode ser considerada um campo privilegiado de representação do tema aqui proposto devido à frequente verificação de tais motes narrativos. Muitos autores consideram que o início da tradição literária ocidental tem seu marco com os poemas épicos a *Iliada* e a *Odisseia*, atribuídos a Homero, e que narram os acontecimentos finais da Guerra de Troia, com o retorno do personagem Aquiles à sua terra natal. Portanto, pode-se dizer que, desde o princípio, os escritos mais antigos dos quais temos notícia desenvolvem-se a partir desse argumento: o deslocamento.

A frequência dos movimentos diaspóricos na contemporaneidade é um aspecto que contribuiu, de acordo com Singer (2014), para o surgimento nos cânones literários da designada “literatura de migração”. Essa categorização da literatura emerge como corolário do esforço de autores que, na condição de migrantes, empenharam-se em dar visibilidade e algum destino criativo à delicada experiência de deslocamento. Para além das discussões sobre as fragilidades conceituais do termo – que tende a ser considerada conservadora por realçar o caráter migrante através de um viés nacionalista que descarta o grupo de descendentes da experiência – o que nos interessa são os contornos da temática que, por sua vez, permitiram que nós avançássemos e propuséssemos um recorte próprio do tipo de literatura de referência para esta tese, a qual designaremos como “literatura de refúgio”.

Os autores elencados abordam temas como memória, representação, adaptação, o sentimento de não-pertencimento, as relações com o lugar de origem/destino, seus percursos e as violências promovidas por essas vivências. Tais produções literárias evidenciam os aspectos multifatoriais que envolvem o sujeito migrante e suas palavras fraturadas, e fazem da escrita uma resposta decolonial: vozes que necessitam expressar-se e se fazer ouvir porque, como afirma o indiano Salman Rushdie, autor ameaçado de morte, perseguido pelo Irã e recentemente esfaqueado em um evento realizado em Nova Iorque¹⁹, “se os escritores deixarem os políticos a tarefa de criar imagens do mundo, tratar-se-á de uma das grandes e mais vis abdicações da história” (Gnisci, 2003, n.p.).

¹⁹ Cf. <https://www.bbc.com/news/world-us-canada-62524922>, recuperado em 20 de setembro de 2022.

Para o autor, a literatura pode ser operacionalizada como um ato político e tem o dever de oferecer uma visão de mundo e de construção de uma memória coletiva²⁰. Dessa maneira, o enredo da narrativa de cada autor, mesmo que se trate de uma perspectiva individual e/ou ficcionalizada, “projeta para o coletivo, para indivíduos que viveram, vivem ou viverão uma história similar” (Boina, 2016, p. 38), ampliando, paralelamente, a divulgação e conscientização sobre o tema.

Freud pôde situar a arte como um instrumento para interpelar o mundo. Os efeitos de sua função, especialmente a literatura, constrói-se a partir da constatação freudiana do acesso e predição do poeta daquilo que faz parte da vida psíquica do sujeito e de sua possibilidade de prenúncio e desvelamento do material sobre o qual a psicanálise teoriza.

Dessa forma, a literatura pode operar como artifício não apenas de verificação e demonstração teórica, ou seja, como fator de convergência da teoria psicanalítica já estabelecida, mas também como instrumento inverso: a aplicação das letras à psicanálise na tentativa de encontrar no texto literário aquilo que não se dá de forma bem articulada na teoria, engendrando-a como um modo privilegiado de acesso ao saber – princípio que será reafirmado nesta tese através da análise de alguns textos literários e sua intrínseca relação com a temática do refúgio e da violência.

A ideia que impulsiona e sustenta esta tese tem sua origem verificada na prática clínica, nomeadamente a partir da oferta de atendimentos psicológicos de orientação psicanalítica a sujeitos em situação de deslocamento forçado, realizados em diferentes espaços institucionais vinculados a organizações internacionais e nacionais que atuam junto a refugiados no Brasil e no exterior.

²⁰ Cf. <http://www.nonada.com.br/2014/05/salman-rushdie-e-a-funcao-da-literatura-como-memoria/>, recuperado em 20 de março de 2021.

O interesse pelas particularidades e especificidades das subjetividades migrantes é o que mobiliza a pesquisa que aqui se encontra parcialmente materializada no formato de tese. Tal entusiasmo está relacionado às singularidades desses atendimentos – que exigem uma atuação muito específica e uma compreensão de *setting* analítico que extrapola as fronteiras do manejo clínico tradicional. Aqui, entretanto, não faremos uso de vinhetas clínicas e tampouco temos pretensão de esgotar o tema, mas sim de abrir possibilidades para novas chaves de leitura dos fenômenos previamente descritos com respaldo nas narrativas literárias produzida por autores com histórico biográfico migrante. Tal opção metodológica também é desdobramento das limitações contingenciais encontradas nesses atendimentos relacionadas às questões do trauma e da linguagem.

Posto isso, o objetivo geral desta tese é investigar a relação entre refúgio em seu liame com as repercussões subjetivas da violência a partir da literatura produzida por migrantes ou seus descendentes. Como desdobramento desse eixo principal, pretendemos igualmente: analisar as configurações subjetivas encontradas na figura do refugiado/imigrante; desenvolver a noção de “violência” no contexto da psicanálise; mapear alguns pontos sobre a temática das guerras na contemporaneidade e as políticas do ódio, desenvolvendo a ideia de alteridade/extimidade a partir dos agentes e demais atores envolvidos; esquadrihar o conceito de “trauma” e interrogar seus principais aspectos no que se refere ao manejo e trabalho clínico com refugiados; delimitar as articulações possíveis entre psicanálise e literatura; circunscrever os elementos conceituais, isto é, o *corpus* que conforma a “literatura de refúgio”; e, por fim, traçar um paralelo entre *episteme* e *práxis*, ou seja, entre teoria psicanalítica e literatura, esta na qualidade de correlato da clínica.

Esta pesquisa se fundamenta em tema de importância global e coletiva e, pode-se dizer que sua relevância está na tentativa de abordar sob mais um ponto de vista as intrínsecas dificuldades e desafios concernentes aos fenômenos designados, apresentando-os sob um delineamento que aspira à alguma originalidade.

A Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS, 1994), em um documento publicado há quase três décadas, já caracterizava a violência como um fenômeno de caráter endêmico em muitos países devido à quantidade de óbitos

gerados e seus desdobramentos nocivos a curto, médio e longo prazos na qualidade de vida dos sujeitos afetados. Os fluxos migratórios forçados, por sua vez, produzem efeitos igualmente deletérios na vida de milhões de pessoas ao redor do mundo. Tais consequências se configuram de modo singular no que se refere à saúde mental da população afetada, especialmente quando o refúgio é analisado a partir de seu liame com a violência que se dá de forma inerentemente associada.

O estudo síncrono de ambos os fenômenos e a apropriação de suas particularidades pelos profissionais de saúde – dentre estes, psicanalistas – é de absoluta relevância não somente no que diz respeito à identificação do problema, esforços de prevenção, promoção de políticas sociais e intervenções no espaço público, mas também no que se refere ao desenvolvimento de esferas de cuidado e condução *sui generis* da atenção direta à população atingida, como evidencia o dispositivo clínico.

Considerando-se, então, a relevância dessa temática para a prática psicanalítica e a necessidade de trabalhos que se destinem propriamente a uma clínica que considere as políticas singulares do refúgio e do trauma – a presente tese se justifica por seu propósito e aplicação, isto é, pela perspectiva especializada de compreensão e pela proposição de enfrentamento dos enunciados a partir de uma abordagem que pretende privilegiar a poeticidade.

A questão possui relevância teórica, uma vez que tal investigação permite mais uma possibilidade de recorte frente às produções da área e, com a abordagem metodológica situada na interface entre a psicanálise, ciências sociais e os estudos culturais e literários, oferece uma perspectiva que permite novas asserções sobre o tema. Além disso, a depuração de forma integrada dos conceitos propostos como dirigentes desta tese promove mais uma contribuição à questão e à prática analítica, de modo que seu mérito pode ser localizado na elucidação dos seus papéis cruciais enquanto operadores clínicos e também comunitários.

No que se refere à metodologia psicanalítica, Kehl (2018) esclarece que o verbete “psicanálise” é definido por Freud (1923) a partir de sua referência a três diferentes instâncias. Estas podem ser categorizadas como: método de investigação; modalidade específica de tratamento psicológico – a técnica e intervenção psicanalítica da qual se dispõe no *setting* terapêutico; e/ou como uma teoria, isto é, um saber específico que é produzido a partir de sua metodologia

aplicada na condução do tratamento. Embora sejam tipificadas três categorias distintas, a definição freudiana produz determinada coincidência e uma interdependência entre os termos.

Considerando-se sua aplicação circunscrita ao método de pesquisa, a psicanálise opera enquanto “uma prática, consistindo em três fatores fundamentais: observação, investigação e interpretação” (Kobori, 2013, p. 74). A metodologia psicanalítica de pesquisa pode, assim, de acordo com Fortes e Kother (2018), desdobrar-se em três classificações: estudo de caso (onde há uma intervenção terapêutica propriamente); pesquisa empírica (geralmente realizada por meio de entrevistas semi-estruturadas e que, embora não se caracterize por uma intervenção evidente, pode gerar efeitos terapêuticos) e reflexão e/ou estudo teórico.

Trata-se aqui, portanto, de uma investigação conceitual que irá necessariamente articular teoria e prática – uma vez que a teoria tem sua origem localizada propriamente na prática – considerando-se, pois, a indicação de Freud que “em psicanálise, pesquisa e tratamento coincidem” (1912, p. 128) e a ulterior afirmativa lacaniana na qual o autor postula que “a teoria não é, como implica nosso emprego do termo, a abstração da práxis, nem sua referência geral, nem o modelo daquilo que seria sua aplicação. Em seu surgimento ela é a própria práxis” (Lacan, 1960-1961, p. 85). O saber produzido pela psicanálise tem sua origem e verificação na experiência analítica e em seus correlatos, logo, sua proposta se dá não tão somente no reconhecimento da teoria já constituída na prática clínica, mas também implica em formulações teóricas que partem dessa experiência.

A partir de uma investigação bibliográfica alicerçada nos textos de Freud, Lacan e seus principais comentadores, propomos a articulação entre teoria, clínica e literatura – enquanto narrativa análoga ao dispositivo clínico – a partir de duas vertentes: verificando-se nas narrativas literárias os aspectos teóricos já estabelecidos, isto é, aludindo-se a tais fontes como ilustrações, e examinando-se, inversamente, na literatura (recurso correlato à clínica) suas possíveis contribuições a algum avanço teórico.

Tal possibilidade de suporte metodológico se baseia na tradição mitopoética freudiana apontada por Birman (1993). Tal tradição indica que o material clínico e teórico promovido por Freud sempre se deu acompanhado por mitos, obras literárias e estudos oriundos da antropologia como modo de comparação,

ilustração e/ou exemplificação. Desse modo, sua comunicação tornava-se mais inteligível e seus argumentos reforçados. Outrossim, Birman justifica a aproximação de Freud ao mito e à poesia à medida que “via nestas formulações [...] procedimentos similares aos utilizados no método psicanalítico” (p. 103).

Observando-se o rigor da psicanálise, a proposta metodológica desta tese consiste, então, na realização de um estudo teórico no qual se articulará, principalmente, teoria psicanalítica e literatura, (re)construindo-se um saber teórico estabelecido balizado pelas narrativas literárias. Almeja-se, ainda, a possibilidade de (re)tramá-lo, aferindo alguma elaboração em um *a posteriori* freudiano. Além disso, é proposta uma quarta instância de análise que pretende costurar todo o texto, proporcionando uma forma de crítica cultural delimitada pelo saber psicanalítico.

Desde o surgimento dos chamados estudos culturais, instituições sociais, práticas artísticas – a literatura em particular – e mesmo os estudos acadêmicos das humanidades, têm sido submetidos a uma dissecação que desnuda seu papel na construção e manutenção de hierarquias, violências e silenciamentos constitutivos da estrutura social e que modulam as relações de alteridade em seu interior. O trabalho de Said, *Orientalismo* (2007), pioneiro em muitos sentidos na configuração desses estudos, é bem-sucedido em demonstrar como o ocidente construiu uma versão própria do oriente, perfeitamente ajustada às relações coloniais.

Os estudos decoloniais, de gênero e sobre racismo, e suas respectivas militâncias, têm dado novo impulso à crítica cultural ao identificar seus eixos específicos – e suas interseccionalidades – em diferentes expressões culturais e epistemológicas. Mais recentemente, tais estudos passaram a se utilizar de recursos oriundos da psicanálise para essa crítica.

Dialogando, ainda que brevemente, com tais referências, interessa-nos trazer para a discussão a maneira como o fenômeno da imigração/refúgio é culturalmente constituído, sobretudo, compreender como o sujeito refugiado é constituído pelas instituições estatais; políticas diversas de assistência; discursos políticos; pelo jogo de contra/a favor engendrados pelos meios de comunicação; pela subjetividade/moralidade atribuída a esses sujeitos – que estrutura as construções culturais feitas sobre eles e as respostas prescritas.

Interessa-nos, igualmente, pensar tanto sobre os mecanismos acionados nessas construções quanto as discrepâncias entre tais discursos e as narrativas produzidas pelos próprios sujeitos. O que falam de si nas narrativas ficcionais que é diferente do que falam sobre eles, de como são falados, e as práticas e discursos voltados a eles? O eu, nessas narrativas, pode ser pensado como uma resposta a tais discursos?

Uma abordagem que viabiliza uma crítica cultural permite tanto mapear violências diversas, quanto, por meio do arsenal teórico da psicanálise, revelar aspectos dialógicos nas narrativas ficcionais e seu alcance na produção de subjetividades – tanto a subjetividade dos imigrantes quanto dos que, através de suas práticas e discursos, ao construir um “outro”, cria um “nós”.

Em uma perspectiva inicial, foram contextualizados e circunscritos nesta introdução alguns aspectos relativos aos fluxos migratórios forçados e ao fenômeno da violência a partir de uma bibliografia informativa e orientada por relatórios oficiais, estatísticas, leis e decretos proveniente de órgãos públicos como UNHRC, WHO, OPAS, entre outros. A literatura técnica se encontra atualizada e apresenta informações de caráter generalista e descritivo com o propósito de legitimar com dados o tema e sua pertinência. Com o intuito de desenvolver as questões propostas e aprofundá-las a partir de uma concepção psicológica, foi feito o uso, na forma de uma sintética revisão de literatura, de uma bibliografia articulada à saúde mental que se debruçou sobre as temáticas indicadas, reforçando – também com dados – a urgência e conveniência do tema.

No primeiro capítulo desta tese serão desenvolvidos os aspectos mais relevantes no que se refere à subjetividade do sujeito migrante em sua articulação com a noção de “violência”. Esta será delimitada a um construto teórico próprio do campo da psicanálise, nomeadamente como violência psíquica – posteriormente vinculada, no segundo capítulo, ao estudo do trauma e suas políticas.

O termo “violência”, que não adquire estatuto de um conceito psicanalítico propriamente, será desenvolvido de modo diacrônico, recuperando-se suas origens em Freud a partir de uma aproximação ao tema da agressividade. Postulações fundamentais serão realizadas de modo inerentemente articulado por meio de uma abordagem que parte da metapsicologia e alcança aos desdobramentos no registro social.

Para uma elucidação ainda mais apurada da violência sob o ponto de vista da psicanálise, o percurso lacaniano será igualmente retomado com ênfase no desenvolvimento do registro do imaginário. Serão resgatadas de modo detalhado as bases epistemológicas da estrutura do eu, do supereu, a especularidade imaginária e outros elementos que alicerçam o conceito de “extimidade”, forjado por Lacan, e extensamente explorado por Jacques-Alain Miller como correlato do *unheimlich* freudiano – aspecto fundamental para a compreensão lógica do sujeito e suas fronteiras e da psicanálise e seus litorais.

A noção de violência será retomada com o intuito de realização de mais algum refinamento teórico e será examinada na condição de um sintoma na contemporaneidade. Por fim, a violência será considerada a partir de seu lugar na política, na atual gestão das subjetividades e regime de sociabilidade, e na sua relação com o corpo, considerando os efeitos políticos produzidos nos corpos afetados.

No segundo capítulo, será desenvolvido o conceito de trauma e suas políticas, estabelecendo-o como ponto fundamental para uma análise de seu manejo clínico em um dispositivo direcionado às especificidades das configurações subjetivas do refugiado. Propomos, assim, um “mais-além” em sua conformação tradicional ou clássica e interrogamos a imprescindibilidade – que pode engendrar uma psicopatologização – de sua verificação nos contextos de refúgio. Para tanto, além de um contínuo retorno a Freud, avançaremos juntamente ao ensino de Lacan. Será proposta uma clínica do refúgio que contemple as dimensões sociopolíticas do trauma (individual e social) e do fenômeno de deslocamento forçado.

No terceiro capítulo, serão delimitadas as possibilidades de diálogo franqueadas entre psicanálise e literatura com a finalidade de fundamentar a utilização da psicanálise aplicada. Para investigar os elementos propostos como dirigentes deste projeto, as narrativas literárias de autores associados à “literatura de refúgio” serão utilizadas como recurso ilustrativo. Dentre os autores que se evidenciam neste circuito literário proposto por nós, destacam-se Beata Umubyeyi Mairesse, Viet Thanh Nguyen, Aglaja Veteranyi e Julián Fuks.

Com o auxílio de teóricos da literatura serão discutidas as particularidades das produções literárias elencadas e a opção pela poeticidade – em detrimento da literalidade do testemunho. Sem renunciar ao viés biográfico, o que se pretende é

correlacionar a escrita com o movimento da pulsão (e a necessidade de produção de sentido) e com os aspectos essenciais das escritas de si. Para tanto, serão feitas considerações sobre a escrita, sua classificação em termos de gênero e os fundamentos teórico-literários que a subsidiam. Posteriormente, as narrativas serão articuladas ao tema proposto, sobretudo no que se refere às questões identitárias do ser e sentir-se estrangeiro, da memória, da vivência “entre-lugares” e da violência decursiva e compulsoriamente presente na experiência migrante.

Por fim, nas considerações finais, quarta e última seção desta tese, optaremos pela recuperação breve de alguns aspectos do percurso de pesquisa da autora que, para além de contribuições teóricas sobre a temática do refúgio, proporcionaram, com as vivências de campo, o reconhecimento da importância da integração das dimensões sociopolíticas e seus desdobramentos enquanto operadores (não apenas clínicos, mas também comunitários) diante da questão que impulsionou a escrita desta tese. Serão identificadas as singularidades, pontos de vista e novas concepções de sentido que a presente investigação proporcionou à autora, assim como suas limitações e consequências.

SUBJETIVIDADE E REFÚGIO: VEREDAS DA VIOLÊNCIA²¹

É possível verificar com significativa regularidade o emprego do termo “subjetividade” articulado a múltiplas temáticas e contextos. Na linguagem cotidiana, sem o rigor exigido pelos axiomas da academia, a significação atribuída ao vocábulo é inespecífica e comumente se refere a algo da ordem de uma elucubração, uma perspectiva própria ou opinião pessoal engendrada por um indivíduo a partir de suas impressões particulares. Contudo, ao se apropriar do termo, o âmbito científico propõe transformá-lo em uma categoria formal e técnica referida às dimensões de determinada realidade, tornando-o, assim, um construto passível de análise e investigação. A subjetividade, portanto, adquire *corpus* e pode ser concebida como um objeto de estudo delimitado pelas diferentes metodologias das áreas do saber que dela se ocupam.

Definir o que é subjetividade, todavia, ainda se conforma como uma tarefa complexa que implicaria extenso desvio do objetivo desta tese. Propomos, então, uma breve apresentação de seus aspectos mais relevantes, circunscrevendo suas dimensões a uma perspectiva psicanalítica com o intuito de proporcionar uma melhor compreensão do tema proposto, restringindo, assim, seu campo de estudo.

O estudo da subjetividade não se origina na psicanálise nem na psicologia, mas na filosofia, especificamente na filosofia moderna com algumas problematizações promovidas pelo pensador alemão Immanuel Kant. Apenas posteriormente, isto é, mais de um século depois, é que o termo é absorvido pelo campo “psi”, por intermédio de Sigmund Freud, e passa a corresponder:

[...] uma instância de interioridade, constituindo objeto de estudo científico e campo de experiências do sujeito. De certa forma, a psicanálise freudiana naturaliza e essencializa a subjetividade ao considerá-la inerente ao sujeito [...] fazendo dela um enunciado. Nasce agora, correlativamente ao discurso psicanalítico, o sujeito – também universal – do inconsciente e do desejo. (Prado Filho & Martins, 2007, p. 16)

²¹ Por intermédio do significante “veredas”, propomos uma ostensiva referência a uma das mais relevantes obras da literatura brasileira, o romance “Grande Sertão: Veredas”, de João Guimarães Rosa. Pretendemos, com isso, sublinhar alguns aspectos que se articulam ao estudo da violência e da migração: o desenraizamento e o caráter de mobilidade compulsória que afeta parte da população no Brasil; a instabilidade que tangencia frequentemente a população rural/sertaneja e impõe a errância como sobrevivência (portanto, uma modalidade de refúgio) e a fragmentação da vida sob tais condições.

Sublinhamos que, ainda no campo da filosofia, com Michel Foucault, a subjetividade é concebida como uma “produção” do sujeito – que não é admitido como um ente universal, mas como um efeito do contexto social de cada época. Dessa forma, embora não seja um termo originalmente psicanalítico, a subjetividade apresenta dimensões conceituais que não apenas atravessam toda a obra freudiana, como também a fundamentam. O tópico é abordado constantemente nos chamados textos culturais de Freud, principalmente em suas teorizações que remetem ao laço social, à coletividade, e também ao pospositivo Outro, forjado por Lacan.

O estatuto da subjetividade na Psicanálise nos leva a um aprofundamento da metapsicologia a fim de vislumbrar a emergência de um psiquismo incerto, anterior à vinda ao mundo, em uma determinada cultura onde será imaginado, pensado, significado, falado, libidinizado, antecipado por outro e, por sua vez, por parte do sujeito, o mundo terá de ser criado. Esta humanização converte-se em testemunha da concretização pelo outro de um trabalho singular: a organização da rede pulsional, dos circuitos libidinais pelos quais o sujeito transitará em sua existência. (Grimblat & Palazzini, 2011, pp. 89-90, *tradução nossa*)²²

Assim, ao discorrermos sobre a subjetividade em psicanálise, inevitavelmente nos debruçaremos sobre seu entrelaçamento com a ideia de alteridade: um sujeito não se constitui e não existe de forma isolada, pois “na vida psíquica do indivíduo, o outro entra em consideração de maneira bem regular como modelo, objeto, ajudante e adversário, e por isso, desde o princípio, a psicologia individual também é ao mesmo tempo psicologia social” (Freud, 1921, p. 21)²³.

Logo, a proposta de uma pesquisa sobre qualquer fenômeno que integre um sujeito em sua experiência individual, presume, igualmente, a investigação de suas dimensões sociais, uma vez que estas o compõem permanente e continuamente. Vale ressaltar que essa formulação não é, sobretudo, determinista e, portanto, não oportuniza a ideia de subjetividades uniformes, mas, ao contrário,

²² El estatuto de la subjetividad en Psicoanálisis nos lleva a hundirnos en la metapsicología a fin de vislumbrar la emergencia de un psiquismo inserto, antes del advenimiento al mundo, en una determinada cultura desde donde será imaginado, pensado, significado, hablado, libidinizado, anticipado por otro y a la vez, paradójicamente, por parte del sujeto el mundo tendrá que ser creado. Esta humanización deviene testigo de la concreción por el otro de un trabajo singular: la organización de la red pulsional, de los circuitos libidinales por los cuales el sujeto transitará en su existencia.

²³ Utilizamos a versão da citação traduzida do alemão por Renato Zwick e referida no prefácio escrito por Edson Sousa na edição da L&PM Pocket da *Psicologia das massas e análise do eu*, publicada em 2013.

explicita as inúmeras possibilidades de constituição subjetiva e a contínua criação de si – ainda que invariavelmente permeadas pelo Outro.

No que diz respeito ao tema central de nossa pesquisa, verifica-se com considerável frequência determinados aspectos que se repetem nos relatos de refugiados, nomeadamente ao que se refere a suas condições subjetivas. Além de todas as dificuldades inerentes, dispostas tanto na conjuntura do país de origem quanto no processo de deslocamento forçado – particularmente no percurso em si – e após a chegada ao país de destino, muitos encontram obstáculos no estabelecimento de vínculos sociais, o que pode reforçar ou promover o recrudescimento de vulnerabilidades psíquicas na medida em que há um “rebaixamento de seus referentes culturais, [produzindo] um profundo desamparo” (Gomes, 2017, p. 6).

Nesse viés, o desamparo é compreendido como central, como uma marca na subjetividade dos refugiados com expressivo potencial para ser trazida à tona. Tal perspectiva, segundo Malkki (1995), além de produzir correspondência com prospecções internacionais e institucionais, operam, a nosso ver, numa abordagem por vezes equivocada e determinista, na qualidade de signo desses sujeitos – aspecto que, embora seja frequentemente colocado em consonância com um eixo patologizante, também pode representar, com efeito, parte de seu panorama subjetivo. Assim, cabe a ponderação singular de cada caso para o estabelecimento preciso do cenário, considerando-se, rigorosamente, o desamparo como um aspecto fundamental dentre os muitos que marcam um sujeito e tornando sua abordagem imprescindível para uma análise dos contextos de refúgio.

O desamparo, *Hilflosigkeit*, noção metapsicológica desenvolvida por Freud já em 1895, em seu *Projeto para uma Psicologia Científica*, refere-se a uma experiência elementar, estruturante do ser humano, e promotora dos laços sociais. Esta é estabelecida como matriz das situações de trauma, uma vez que pode confrontar o sujeito na atualidade com a sua impotência frente ao desamparo originário da infância: “[...] o desamparo é algo de ordem originária, marcando a subjetividade humana para todo o sempre, de maneira indelével e insofismável” (Birman, 2014, pp. 39-40).

A ideia de desamparo não é protocolada, isto é, desenvolvida formalmente na obra freudiana. Contudo, trata-se de um termo indispensável para se pensar os processos de subjetivação nos contextos migratórios, principalmente a partir de

sua intrínseca convergência com os estados de angústia e desorganização psíquica que podem ser suscitados. O desamparo pode ser, então, compreendido como uma disposição que ultrapassa apenas a condição biológica prematura do bebê e sua dependência motora dos cuidados e proteção de um outro. Ele se configura também, segundo Freud (1926), como um desamparo psíquico, ou seja, como a necessidade elementar de um próximo (*Nebenmensch*), indispensabilidade de um Outro, em termos lacanianos, que, para além da manutenção de suas condições de vida enquanto organismo, favoreça sua constituição como sujeito ao inseri-lo na linguagem. Tal compreensão determina o estabelecimento compulsório de ligações com um objeto na tentativa de aplacamento de necessidades vitais e, posteriormente, psíquicas. Como desdobramento, o laço social, nos contextos diaspóricos, pode emergir como veleidade no gerenciamento do mal-estar e angústia²⁴ oriundas de uma condição inerentemente produzida pelo próprio desamparo estrutural.

Freud, ainda em *Inibição, Sintoma e Angústia* (1926), afirma que a angústia se manifesta como “um produto do desamparo mental da criança, o qual é um símile natural de seu desamparo biológico” (p. 136). Essa descrição aponta para a consideração de que, frente a situações ou ameaças de excesso, separação ou de privação – que, naquele ensaio, o fundador da psicanálise associa à perda do objeto, é possível que o sujeito vivencie no tempo presente o correlato do desamparo original infantil cuja forma é a de desamparo psíquico, produzindo angústia como resposta.

O autor ainda esclarece que uma situação de desamparo é, por definição, uma situação traumática, uma vez que a lógica em operação é a mesma: um acúmulo de excitações, de excesso pulsional, que toma o psiquismo e cujos

²⁴ Angústia é a tradução para o termo alemão *Angst*, conceito ao qual Freud dedica duas teorias. Na primeira, desenvolvida entre 1894 e 1925, o autor argumenta que a angústia neurótica seria resultante de uma transformação da libido sexual que não foi adequadamente descarregada. Em 1926, recua dessa leitura e postula que a angústia se configura como reação a uma situação traumática, uma experiência de desamparo face a uma acumulação de excitação que não pôde ser descarregada. Situações traumáticas podem ser precipitadas por vivências de perigo (de origem interna ou externa), tais como a perda de objetos e, sobretudo, a castração. Freud distingue a angústia automática, quando esta emerge diretamente de uma situação traumática (evocando uma experiência arcaica, cujo paradigma seria o nascimento), da angústia-sinal, quando esta é ativamente reproduzida pelo eu como um aviso/prenúncio de uma situação de perigo antecipada (Evans, 1996, p. 10).

recursos do sujeito são escassos para seu manejo, o que gera a angústia como um afeto que o invade.

Menezes (2012) destaca que a experiência de desamparo e, portanto, de angústia e de caráter traumático, aponta para a pressuposição da existência do outro, do laço social, o que, nas palavras de Birman (1999), constitui-se como “uma dependência da qual [um sujeito] jamais se libertará” (p. 25). Tal premissa – a de um vínculo de dependência – como sustenta Marin (1999), pode e tem franqueado na contemporaneidade a violência como resposta – uma violência como tentativa de dissolução que pode operar contra o outro e contra si mesmo, e que pode ganhar contornos de masoquismo (Passos *et al*, 2018, p. 538), conceito que será desenvolvido de forma mais detalhada adiante.

Freud, em *O Mal-estar na Civilização* (1930), discorre com precisão sobre os impasses enfrentados pelo sujeito em sua inscrição na Modernidade, circunscrevendo-os ao conflito existente entre o registro social, campo da civilização, e a subjetividade, com suas exigências pulsionais. Com o intuito de obter resguardo e alguma garantia frente ao seu desamparo, o homem inserido na cultura sacrifica sua sexualidade e agressividade: “o homem civilizado trocou uma parcela de suas possibilidades de felicidade por uma parcela de segurança” (Freud, 1930, p. 119). O mal-estar, portanto, apresenta-se de modo intrínseco nessa configuração: renuncia-se a parte das liberdades individuais em troca de uma suposta compensação na forma de proteção. Assim era compreendido o processo civilizatório que, por sua vez, com a pós-Modernidade, tem seus contornos profundamente desarranjados.

Freud localiza os componentes que colocam em evidência a impossibilidade de proteção e a falibilidade do pacto de sacrifício pulsional – isto é, a infelicidade na sua intrínseca forma de sofrimento e mal-estar – junto às vivências potencialmente traumáticas, que poderiam atualizar as vivências de desamparo, como derivados de três fontes: da deterioração do próprio corpo (doenças), da natureza do mundo externo (catástrofes naturais) e da relação com o outro semelhante, procedência mais intensa e penosa, no qual a violência é muitas vezes suscitada.

Na cultura, portanto, embora o mal-estar se dê de forma inerente, esta também opera na condição de:

[...] arcabouço simbólico, lugar onde o sujeito busca seus referentes, ancoragens, direcionamentos, sentidos e apoio para suas escolhas, decisões e ações. Desse modo, a cultura também possui um papel protetivo aos sujeitos que nela estão inseridos, na medida em que cria pontos de identificação e lhes possibilita que se reconheçam como pertencentes a um grupo social, tornando-se um referente simbólico que os auxiliará a elaborar e guiar suas experiências. (Gomes, 2017, p. 6)

A cultura, assim, pode ser considerada substituta da função materna (Rassial, 2006) na medida em que oferece artifícios para que o sujeito se reconheça – atribuição intimamente articulada à sua identidade – seja em sua promoção, por meio dos laços, ou em sua desagregação, pela violência.

No que se refere à migração forçada, observa-se como impacto psíquico um desenraizamento e uma ruptura com o universo simbólico original, ocorrido de modo abrupto e exacerbado. Não se trata apenas de um encontro com o outro da diferença e um distanciamento da cultura original, mas há também uma separação que implica supressão de laços sociais significativos (família, instituições, amigos, língua), recrudescendo o “sentimento de estranhamento de si e do outro, provocando comumente caos e sofrimento psíquico ao migrante” (Gomes, 2017, p. 8). Assim, segundo Grigorieff e Macedo (2018), o afastamento do cenário de origem e a inserção em um novo contexto cultural também colocam em xeque as adversidades que se referem “tanto à extensão dos impasses encontrados no acolhimento ofertado, como também aos recursos psíquicos do próprio sujeito migrante” (p. 479).

De acordo com Rosa (2009), tais ocorrências se devem à suspensão da “função pacificadora e estabilizadora do Eu” (p. 501). Dessa forma, se tomarmos aqui os três registros nomeados por Lacan, podemos destacar que, no caso dos migrantes, além da possibilidade de um encontro com o registro do real, os registros do imaginário (eu ideal) e do simbólico (ideal do eu) são profundamente afetados, de modo que seu depauperamento pode franquear uma ampla desorientação psíquica, facilitando “a aceitação do mínimo para a subsistência, dispensados os artifícios narcísicos, que podem tomar forma de conformidade e submissão” (p. 501).

Devido à possibilidade de emergência de tal desordem social e psíquica, é muito comum observar refugiados que se encontram em situações de

assujeitamento, como demonstram inúmeras denúncias²⁵ e reportagens constantemente divulgadas²⁶, haja vista a contingência de uma “dissolução parcial de si”, da vulnerabilidade econômica e da ausência de reconhecimento social, aspectos que também devem ser considerados nas situações de abusos e irregularidades trabalhistas.

Os desdobramentos muitas vezes observados na saúde mental desses sujeitos, representantes circunstanciais do “desalento” na contemporaneidade, ideia desenvolvida por Birman (2014a) em seu livro *O sujeito na contemporaneidade*, que acarreta uma “dolorida posição solipsista [de] não poder fazer qualquer apelo ao outro [...] destinando-o então à paralisia” (p. 9), podem, então, dar-se como resultado não apenas de uma aproximação da vivência de desamparo mas, principalmente, como efeito direto da violência habilitada a produzir um trauma. O termo “desalento” nos aponta, portanto, para o aspecto frágil da relação com a alteridade e da ineficácia do endereçamento ao outro nos contextos de refúgio. Com efeito, os relatos referenciados nas reportagens supracitadas demonstram os desdobramentos dessa modalidade de sofrimento psíquico.

Assim, para além da exclusão e dos impactos identitários associados ao deslocamento forçado – no qual não está presente a dimensão de escolha na mobilidade migratória – é ainda mais frequente a identificação de desdobramentos psíquicos assoladores que podem se configurar como remanescentes traumáticos de vivências reais de violência extrema, sejam elas sofridas no país de origem, no trajeto ou no país de destino, como resultado da falta de respaldo social, de manifestações de hostilidade ou, propriamente, da xenofobia – que, direta ou indiretamente, aniquila o sujeito refugiado.

²⁵ O caso do refugiado congolês Moïse Kabagambe – que exercia um trabalho considerado análogo à escravidão, segundo o Ministério Público do Trabalho do Rio de Janeiro (MPT-Rio) – revela a violência e exploração às quais muitos refugiados se submetem. Cf. <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-60267870>, recuperado em 29 de março de 2022.

²⁶ Cf. <https://www.bbc.com/news/world-europe-60891801>, recuperado em 29 de março de 2022.

1.1

Violência e Psicanálise

A violência configura-se como um fenômeno de alta complexidade e heterogeneidade. A palavra tem sua origem etimológica derivada do latim *violentia* e remete, de acordo com Zaluar (1999), à:

[...] *vis* (força, vigor, emprego da força física ou os recursos do corpo em exercer a sua força vital). Essa força torna-se violência quando ultrapassa um limite ou perturba acordos tácitos e regras que ordenam relações, adquirindo carga negativa ou maléfica. É, portanto, a percepção do limite e da perturbação (e do sofrimento que provoca) que vai caracterizar um ato como violento, percepção essa que varia cultural e historicamente. (p. 28)

Freud, ao se dedicar ao estudo do tema, prioriza uma abordagem que favorece, precisamente, o diálogo com as manifestações da cultura e modos de subjetividade vigentes em determinada época. O autor veicula suas diferentes expressões aos contextos sócio-históricos em vigor e sua materialização, sejam concretas ou intangíveis, especialmente aos impasses do sujeito com seus semelhantes.

É possível verificar na clínica psicanalítica contemporânea – como reflexo do ordenamento culturalmente disposto – a gradativa incidência e exacerbação das patologias do ato (Kehl, 2018; Marcos & Derzi, 2013). Estas são tipificadas pela reiterada presença de descargas violentas e atuações, constituindo-se como quadro de notável expressividade e cujo recrudescimento está em consonância com a profusão de demonstrações e formas de violência na sociedade.

Haja vista os insólitos contornos derivados da dissolução dos valores tradicionais modernos e as particularidades das novas configurações subjetivas promovidas na pós-Modernidade, torna-se imprescindível retomar os fundamentos teóricos freudianos e (re)considerá-los também a partir de Lacan, sobretudo mediante a formulação do registro do imaginário, cuja ênfase e notoriedade, na atualidade, ecoam de forma avassaladora nos laços sociais. Optamos por tal abordagem porque consideramos que a psicanálise, tanto por seu viés clínico como teórico – sempre inter-relacionados – pode oferecer uma chave de leitura que permite balizar e ao mesmo tempo intervir no fenômeno da violência.

Nesta tese, portanto, tais aspectos são desenvolvidos não somente a partir de seus desdobramentos sociais, mas também por meio da análise de suas

peculiaridades a partir do cotejamento com conceitos psicanalíticos já convencionados (como a agressividade e a pulsão de morte); do exame de suas funções e dinâmicas metapsicológicas, essenciais na constituição do sujeito; e finalmente, como componente precípua das circunstâncias e contextos que fundamentam os deslocamentos forçados. Também investigamos, subsequente e prioritariamente, a violência sofrida, a violência praticada e seus agentes; e a violência a partir de um terceiro eixo usualmente desconsiderado, aquela relacionada ao espectador/testemunha.

As três perspectivas elencadas possuem atributos que permitem que as diferenciemos entre si e que também promovamos pontos de aproximação. É importante ressaltar que as categorias apontadas não são estanques ou exclusivas, franqueando a possibilidade de deslizamento subjetivo entre as posições. Os fatores comuns se estabelecem em torno da experiência de excesso ou de sua ausência, e da palavra e de sua falta, promovendo-se um repertório alheio e silencioso. Ainda neste capítulo, esta discussão será retomada de modo pormenorizado a partir de sua articulação com as políticas do ódio que se manifestam em fenômenos como a xenofobia e o racismo.

1.1.1

A Violência em Freud: Da Metapsicologia ao Registro Social

Em Freud, a violência não adquire estatuto de um conceito propriamente, no entanto, a questão atravessa a obra do autor e é tratada a partir de sua aproximação a temas adjacentes e/ou convergentes. Pode-se dizer que, explícita ou implicitamente, o interesse pelo fenômeno sempre se fez presente em suas produções, adquirindo uma multiplicidade de sentidos, manifestações e destinos ao decorrer da construção do arcabouço teórico psicanalítico. Entretanto, é apenas com a publicação de *Além do Princípio do Prazer* (1920) que a violência pôde ser qualificada como uma das dimensões da pulsão de morte e pôde ser referenciada como desdobramento da agressividade, conquistando, assim, maior destaque e configurando-se como elemento medular para a psicanálise.

Com a finalidade de oportunizar uma análise mais clara e tendo em vista a necessidade de sintetizar os tópicos para promover seu uso instrumental de acordo com o objetivo principal desta tese, propomos uma segmentação do estudo da violência em Freud em quatro eixos intrinsecamente interdependentes e correferenciados. Para tanto, partiremos de uma abordagem que favoreça o desenvolvimento conciso, porém inexoravelmente articulado, da teoria das pulsões; da teoria do trauma; da constituição psíquica do sujeito; e da origem da civilização e preservação da cultura. Pretendemos, assim, recuperar de modo diacrônico os fios condutores do pensamento freudiano que evidenciam os aspectos mais relevantes, presentes em cada um dos eixos, e que dialoguem de modo peremptório com o fenômeno da violência. Tencionamos, assim, ao preenchimento do percurso freudiano no que se refere à metapsicologia e seus fundamentos teóricos, e seus desdobramentos no registro social. Ou ainda, em outras palavras, um percurso que se orienta das origens psíquicas da violência à violência como ato.

Posto isso, iniciamos com algumas considerações sobre a pulsão, um dos conceitos fundamentais da psicanálise cujo alicerce teórico que a respalda pode ser aplicado, ainda que com prudência, ao desenvolvimento de considerações sobre o fenômeno da violência, principalmente por meio da noção de agressividade. A pulsão é definida como:

Um conceito-limite entre o psíquico e o somático, o representante psíquico dos estímulos que provêm do interior do corpo e alcançam a psique, com uma medida da exigência de trabalho imposta ao psíquico em consequência de sua relação com o corpo. (Freud, 1915a, p. 148)

Tal delimitação conceitual promove uma inerente articulação entre corpo e psiquismo, configurando-se, pois, como uma “carga energética que se encontra na origem da atividade motora do organismo e do funcionamento psíquico inconsciente do homem” (Roudinesco & Plon, 2018, p. 628). O aparelho psíquico consolida-se, assim, como uma instância destinada ao domínio de excitações e, desde o nascimento, o ser humano tem sua existência condicionada à contínua atuação da pulsão. O sujeito, portanto, sofre de sua pulsão, categórica e permanentemente, enquanto ser vivente e essa dinâmica não se dá sem maiores implicações.

Devido a circunscrições lógicas e limitações de escopo, não há pretensão, como mencionado anteriormente, de realização de um desenvolvimento

minucioso sobre a teoria das pulsões nem sobre qualquer um dos outros eixos propostos, mas apresentá-los sumariamente, dando ênfase ao que deles pode se articular à violência.

A ideia de pulsão, seus pressupostos e repercussões já aparecem nos trabalhos de Freud desde 1895. Todavia, é somente com a publicação dos *Três Ensaio sobre a Teoria da Sexualidade* (1905a) que a terminologia é oficialmente empregada. São propostos dois modelos de dualismo pulsional na obra freudiana: em um primeiro momento, as pulsões são definidas como pulsões sexuais e de autoconservação (ou pulsões do eu) e, posteriormente, na segunda tópica, elas são classificadas como pulsão de vida e pulsão de morte.

Em *A pulsão e seus destinos [Os instintos e suas vicissitudes]* (1915a), é apresentada a primeira teoria de modo sistemático. O conceito de pulsão é formalizado e esta é caracterizada em função de quatro atributos principais: fonte, meta, objeto e pressão. A fonte, assim como consta na já citada definição do autor e, reforçando o desenvolvimento teórico apresentado no trabalho de 1905(a), refere-se ao processo endógeno e somático que lhe dá origem. A meta (em língua alemã, *Ziel*, alvo ou fim), característica capital, é a descarga, de modo que a satisfação pulsional produzida é sempre parcial e implica cessação dos estímulos na fonte, ainda que esta seja uma suspensão temporária. O objeto da pulsão, seja externo ou interno (parte do corpo), é variável, mas não radicalmente indeterminado. Ele é disposto de acordo com a viabilidade (factual ou em termos fantasmáticos) atribuída a ele na produção de satisfação. A pressão é definida pela imposição de trabalho constante, estimulação somática que exige trabalho do psiquismo para que seja dissipada mediante sua satisfação.

A pulsão, é preciso ressaltar, não se trata de um elemento único, mas o termo é utilizado no singular para referir-se ao seu coletivo: as pulsões. Com relação à primeira tópica, como já mencionado anteriormente, Freud as divide em duas classes: [1] a das pulsões sexuais, cujo objetivo é proporcionar prazer ao órgão (zonas erógenas) – e parte delas assim o faz a partir de um “apoio” nas [2] pulsões de autoconservação, pertencentes ao segundo grupo, cuja função é a preservação de si mesmo.

Para Freud, embora em sua segunda tópica as duas categorias conformem-se como vertentes das pulsões de vida, elas não são análogas, de modo que as pulsões de autoconservação estariam mais vigorosamente articuladas aos objetos e

ao mundo externo, e as pulsões sexuais estariam vinculadas ao prazer e à fantasia.

De acordo com Chemama (1996), pode-se dizer que:

[...] as pulsões de vida reagrupam uma parte das pulsões sexuais (aquela que permite a sobrevivência da espécie) e uma parte das pulsões do eu (aquela que busca a sobrevivência do indivíduo). Por outro lado, há uma face das pulsões sexuais (aquela que põe em perigo o indivíduo por estar exclusivamente a serviço da espécie), das pulsões do eu (aquela que ameaça a espécie porque privilegia o indivíduo) e das pulsões de objeto (aquela que preside a destruição do objeto, garantindo sua incorporação ao seio do sujeito): uma face oculta, de fato, deve ser vista como parte da pulsão de morte. (p. 368, *tradução nossa*)²⁷

É conveniente apontar que, inicialmente, as questões em torno da agressividade assumem um papel coadjuvante na teoria freudiana e não emergem associadas à teoria das pulsões. O tema surge a partir da sua manifestação na clínica da neurose e seu tratamento, especificamente por intermédio do caso Dora (Freud, 1905[1901]) que, embora seja considerado um tratamento malsucedido, possibilitou que Freud progredisse com o desenvolvimento da transferência e com suas considerações sobre os impulsos hostis que podem estar em cena.

Articulações a respeito da agressividade também podem ser encontradas precedentemente no texto *Os chistes e sua relação com o inconsciente* (1905b), no qual Freud demonstra as diferentes expressões que os impulsos hostis podem assumir. O autor indica como a piada, ao suspender uma tendência proibida (sexual ou hostil), pode satisfazer impulsos agressivos, cuja energia é liberada na forma de riso.

A despeito da constatação de Freud sobre as tendências hostis presentes no psiquismo, seja por meio dos chistes ou em sua dimensão clínico-transferencial, o que nos interessa, especificamente em termos metapsicológicos, é o vínculo estabelecido entre a agressividade (ainda em sua forma propedêutica nesse período da obra do autor) e a pulsão sexual, questão que é interpelada a partir do sadismo, este, apresentado como um “componente agressivo [...] da pulsão sexual” (Freud, 1905a, p. 149). Trata-se, assim, de uma forma de manifestação da pulsão sexual que “busca fazer com que o outro sofra dor física ou, ao menos,

²⁷ [...] las pulsiones de vida reagrupan una parte de las pulsiones sexuales (la que permite la supervivencia de la especie) y una parte de las pulsiones del yo (la que busca supervivencia del individuo). Por otro lado, una cara de las pulsiones sexuales (la que pone en peligro al individuo al estar exclusivamente a servicio de la especie), de las pulsiones del yo (la que amenaza a la especie porque privilegia al individuo) y de las pulsiones de objeto (la que preside la destrucción del objeto asegurándose su incorporación al seno del sujeto): una cara oculta, de hecho, debe verse como integrante de la pulsión de muerte.

fazê-lo sofrer uma dominação ou uma humilhação” (Chemama, 1996, p. 395, *tradução nossa*)²⁸.

Freud (1905a, pp. 192-193), então, designa o sadismo – aspecto fundamental para esta discussão devido à sua expressão como comportamento explicitamente agressivo – como pulsão sexual parcial e não oferece diferenciações muito categóricas no que se refere ao que é designado como pulsão de domínio que, preliminarmente, é estabelecida vinculada a uma função de apropriação corporal.

Em um primeiro momento da teoria freudiana, a atividade da pulsão sádica consistiria na dominação do objeto sem o intuito de provocar dor, o que a aproximaria muito dos mecanismos subjacentes da pulsão de domínio. Todavia, com o desenvolvimento do conceito de masoquismo – encontrado no sadismo com a promoção de um mecanismo identificatório com o objeto – a intenção de produzir dor, que passa se conformar como fonte de excitação, também se manifesta. Assim, a partir dos desdobramentos teóricos dessas postulações, estabelece-se que:

A pulsão de domínio pertence às pulsões do eu e é responsável pela posse do objeto; a pulsão sádica é a pulsão de domínio a serviço das pulsões sexuais, o que possibilita afirmar que a crueldade está intimamente vinculada às pulsões sexuais. É válido enfatizar que Freud, nesse momento, não faz distinção entre a pulsão sádica e a masoquista, propondo, então, o masoquismo como um fenômeno secundário em relação ao sadismo: o masoquismo seria um retorno do sadismo sobre o próprio corpo. (Ribeiro, 2017, pp. 478-479)

Desse modo, em termos de manifestação voltada ao exterior, é possível estabelecer que a agressividade é concebida como uma forma de expressão da pulsão de domínio e, portanto, compreendida como componente da pulsão de autoconservação amalgamada às pulsões sexuais.²⁹

Na parte final do ensaio redigido por Freud em 1915(a), considerações meritórias são realizadas a respeito dos destinos da pulsão³⁰, sobretudo no que se refere ao amor e ódio, ambos podendo assumir um modo de expressão das tendências agressivas; o ódio, demonstração por excelência, e o amor, que exige

²⁸ [...] busca hacer sufrir a otro um dolor físico o, al menos, hacerle sufrir una dominación o una humiliación.

²⁹ Tal configuração é essencial para a compreensão dos componentes agressivos (sadismo) e seu papel de mediação nas relações objetais nas fases de organização pré-genital da libido, tema que, no entanto, extrapola a proposta desta seção.

³⁰ As vicissitudes da pulsão são: transformação em seu oposto; retorno à própria pessoa (inversão do conteúdo ou reorientação atividade/passividade); o recalque; ou sua sublimação.

uma quota de agressividade para sua operacionalização, embora esteja em função do laço social, como seu par antitético.

O ódio, então, pode ser definido como um afeto vinculado à pulsão e é compreendido como derivação do empenho do eu para conservar-se (*Ibidem*, p. 100), caracterizando-se como expressão de uma reação de desprazer causada pelo objeto – que é percebido de forma hostil. Assim, quando um objeto gera desprazer, há uma tendência de afastamento, produzindo repulsa e ódio por este. Quando tal vivência de desprazer desponta, isto é, quando a percepção de uma hostilidade oriunda do objeto recrudesce, o ódio pode se tornar uma inclinação para a agressividade, produzindo investimento na representação objetual, para factual ou fantasisticamente, dominá-lo e destruí-lo.

Para desenvolver os objetivos propostos nesta tese, é também conveniente recuperar momentos anteriores do percurso freudiano nos quais o tema da agressividade vem à tona de modo prévio ao destaque adquirido em 1920. Um deles refere-se ao apresentado na *Análise de uma fobia em um menino de cinco anos* (1909), texto no qual a questão ganha traços relacionados aos conflitos edípicos e é associada à frustração, capaz de provocar impulsos agressivos no pequeno Hans contra seu pai.

Em *Totem e tabu* (1913), Freud recorre a uma perspectiva antropológica e de caráter filogenético para desenvolver uma leitura da agressividade a partir da ambivalência afetiva, cujo embasamento estaria relacionado com as crenças totêmicas e com as proibições promovidas pelos tabus. Considerando-se que todo totem se dá acompanhado de uma proibição a ele articulada, o tabu, assim, sustenta-se pela ambivalência afetiva, resultado da emergência de sentimentos hostis e ternos em relação ao totem.

O tabu, portanto, revela que, de modo subjacente à veneração ao totem, haveria impulsos que objetivariam à sua destruição e que, ao serem projetados no totem, seriam sentidos como provenientes do exterior, do próprio totem, produzindo uma espécie de coação e exigência do cumprimento das proibições. Dessa forma, com a hostilidade expropriada e atribuída ao totem, apenas a ternura é vivenciada como afeto próprio pelos sujeitos que compõem a tribo. O amor ao totem evidencia, assim, também o ódio por ele.

Tais ponderações são bastante elucidativas na correlação que Freud faz entre as crenças dos povos totêmicos e o desenvolvimento da criança,

principalmente no que se refere ao Complexo de Édipo. O totem corresponderia ao pai, cujo filho o ama, mas também teme sua ira que, por sua vez, corresponde aos impulsos hostis da criança dirigidos a ele – o que, num segundo momento, é responsável pela geração do sentimento de culpa e desejo de punição. Na neurose, vale sublinhar, a hostilidade, ainda que não atuada, mas simplesmente fantasiada, é eficiente para a produção dessas reações morais.

Um outro momento coincide com a publicação de Freud sobre o narcisismo, em 1914, cuja originalidade consiste na possibilidade do próprio eu ser investido enquanto objeto da pulsão sexual. Pode-se dizer, no que se refere à agressividade, que a ideia mais fértil concerne à formulação do “ideal do eu”, concepção que contribui para o estabelecimento de uma instância psíquica cuja função seria administrar a satisfação narcísica desse ideal a partir de sua crítica, julgamento e censura ao eu. Essa instância é designada como supereu, em um entendimento obviamente prototípico, mas cuja importância é inestimável, especialmente após sua articulação à pulsão de morte desenvolvida na segunda tópica.

Aqui, vale ainda recuperar a ideia de Freud sobre a dinâmica do psiquismo disposta no início da vida para sua regulação: a introjeção de tudo aquilo que é prazeroso e a expulsão do desprazer. Se o desprazer pode ser produzido no interior do corpo e não necessariamente corresponde a um objeto, verifica-se um desdobramento importante: a rejeição ao desprazer procedente do próprio organismo e sua projeção no mundo externo.

O Eu, na medida em que é autoerótico, não tem necessidade do mundo exterior, mas recebe dele objetos, devido às vivências das pulsões de autopreservação [...] sob o domínio do princípio de prazer ocorre nele um novo desenvolvimento. Ele toma para si, em seu Eu, os objetos oferecidos, desde que eles sejam fontes de prazer, introjeta-os [...] e, por outro lado, expelle o que dentro dele se torna causa de desprazer. (Freud, 1915a, p. 53)

Também é relevante apontar que, nesse momento da teoria, e no que se refere à relação inicial do bebê com o mundo externo, este possui a princípio um caráter de indiferença (o bebê não o percebe porque não se diferencia deste) e avança, pela via da produção do desprazer, na aquisição de um caráter de estranhamento que produz ódio.

Dessa forma, o narcisismo permite que Freud estabeleça uma relação muito contígua entre desprazer, indiferença, ódio e tendências agressivas. Assim,

pode-se afirmar que o texto de 1914 compõe-se como fator-chave para a compreensão do papel da agressividade na constituição psíquica e possibilita que Freud pense, posteriormente, a respeito das implicações de tais formulações em termos de civilização e cultura.

Uma outra referência à violência é compreendida como desdobramento direto do contexto da Primeira Guerra Mundial – que promove uma reflexão em torno dos aspectos civilizatórios e parâmetros éticos de regulação social. Com a publicação de *Reflexões para os Tempos de Guerra e Morte* (1915b), Freud antecede elementos que serão recuperados em suas produções finais concernentes ao campo da cultura. Nele, o autor apresenta a agressividade como inerente à natureza humana e reitera a rejeição narcísica original a tudo que se configura de modo estranho ao eu.

Ainda nesse trabalho, o autor propõe que o amor pode operar como método de intervenção, atuando na qualidade de um mecanismo capaz de promover consideração ao outro e, por meio do qual, “os instintos egoístas são transformados em sociais” (Freud, 1915b, pp. 291-292). Dessa forma, é ratificada a natureza pulsional da agressividade – ainda não estritamente diferenciada da ideia de destruição – e a aposta no laço social no combate aos “impulsos maus” (*Ibidem*).

A segunda tópica da teoria das pulsões, como descrito anteriormente, tem seu início associado à publicação de *Além do Princípio do Prazer*, em 1920. Ainda que Freud já houvesse identificado a agressividade e a violência nos fenômenos previamente estudados – seja em termos metapsicológicos, transferenciais ou a partir de suas dimensões presentes na constituição subjetiva – nesse trabalho, a temática torna-se proeminente na teoria psicanalítica. A agressividade abandona seu papel coadjuvante, desvincula-se da pulsão sexual e fundamenta-se numa associação com a pulsão de morte.

Nesse ensaio as pulsões adquirem um novo arranjo e são organizadas como [1] pulsão de vida, compreendidas como uma predisposição à composição de unidades maiores e unificação; e [2] pulsão de morte, como uma inclinação à separação, destruição e retorno ao estado inorgânico (morte). Aqui, pode-se dizer que o próprio conceito de pulsão sofre uma espécie de torção, pois seus princípios (*Eros* e *Thanatos*) passam a gerenciar não apenas o psiquismo, mas também a

biologia de todos os seres vivos, conciliando-se, *grosso modo*, com a ideia de instinto, de um mecanismo orgânico em vigor.

Freud formula sua nova hipótese esquadrinhando algumas condições que não se encaixam nos preceitos do princípio do prazer que, por sua vez, “tem por objetivo proporcionar prazer e evitar o desprazer, sem entraves nem limites” (Roudinesco & Pontalis, 2018, p. 603). Tal inadequação permite que seja vislumbrada a concepção de uma “compulsão à repetição”, mecanismo que traz em si a ideia de uma fixidez que relega a normativa *princeps* de redução de tensão no interior do aparelho psíquico. Para explorar tal assertiva, Freud estabelece uma analogia entre o funcionamento do organismo com seu modelo de vesícula viva, desenvolvendo a ideia de trauma.

A teoria do trauma, a nosso ver, configura-se como o ponto de maior prestígio e notabilidade para abordar a violência, motivo pelo qual o próximo capítulo será dedicado à sua exposição e detalhamento. Entretanto, com o intuito de evitar um corte no encadeamento das ideias, seus aspectos mais relevantes serão sinteticamente citados.

O trauma, de acordo com o modelo freudiano, caracteriza-se por uma espécie de ruptura na superfície da vesícula devido ao excesso de estímulos provenientes do mundo externo. Numa correlação entre termos psicológicos e econômicos, significa que o psiquismo recebe uma afluência de energia livre que o toma, gerando efeitos traumáticos devido a impossibilidade de manejar e “ligar” tais excessos a representações. Devido ao seu caráter de emergência, o princípio do prazer ignora suas normativas com o intuito de “vincular”³¹ essa energia para recompor seu equilíbrio. Quanto maior a capacidade de “ligação” de energia livre, menos sujeito a traumas estaria o organismo.

É a partir dessa breve exposição que Freud postula as tendências pulsionais dessa tópica. A pulsão de morte aparece, pois, como uma tentativa de recomposição de um estado anterior de estabilidade, um empenho pela obtenção de inexcitabilidade do psiquismo. A sua meta seria, portanto, uma descarga imediata e absoluta que implicaria, em última instância, a condução à própria morte.

³¹ A tarefa de ligação (*Bindung*) significa vincular o excesso pulsional a alguma representação com o intuito de franquear uma saída ao registro traumático.

Ainda nesse texto, quando recuperada a primeira teoria das pulsões – que não é abandonada, mas sim ressituada, Freud localiza as pulsões de autoconservação e também às pulsões sexuais junto às pulsões de vida, que se manifestam claramente por meio de sua conjugação a objetos. Já a pulsão de morte é caracterizada por seu silêncio, promovido devido à impossibilidade de percepção interna de sua atuação e marcas que se dissimulam na forma de repetição inconsciente. Sua expressividade poderia ser notada apenas por intermédio da pulsão de destruição, denominação que incorpora as “pulsões agressivas” prévias e passa a designar propriamente a ideia de agressividade. Assim, a pulsão de morte pode ser reconhecida quando orientada ao exterior, manifestação que se desdobra como a destruição do outro, substituindo-se, assim, a própria morte.

Enfatizamos que, segundo o autor, não haveria pulsão em estado puro, de modo que as diferentes categorias, em ambas as tópicas, constituem-se de modo fusionado, intrincado. Precisamente devido ao jogo de intrincação e desfusão é que podemos observar a pulsão de morte. Em decorrência dos desvios produzidos pela pulsão de vida para os objetos é que a destruição, inicialmente voltada ao interior, pode alcançar um destino externo.

Com a postulação de um novo dualismo pulsional, a teoria anterior, como já sinalizado, não é rejeitada, ainda que haja significativa transfiguração de algumas ideias. Em termos econômicos, a característica, talvez a mais importante que devemos manter no horizonte ao nos dedicarmos ao estudo da violência, diz respeito à pulsão e sua finalidade, que visa sempre à satisfação com a descarga de excitações (Freud, 1915a, 1920), aspecto que Freud sustenta e reforça até seus últimos escritos, como em *Moisés e o Monoteísmo*, de 1939: “O único e exclusivo impulso destes instintos [Eros e destrutividade] é no sentido da satisfação” (p. 209).

Nas publicações subsequentes, a investigação de Freud é centrada no processo de intrincação pulsional e na aliança entre pulsão de morte e destruição, sendo o sadismo seu mandatário. No texto *O ego e o id*, de 1923, além de associar a pulsão de vida e a pulsão de morte ao amor e ódio, respectivamente, são examinadas as dinâmicas relacionais entre eu, isso, supereu e o mundo externo. Aqui, a agressividade é realçada a partir da severidade da atuação do supereu.

A leitura freudiana permite que, nesse momento, a pulsão de morte adquira três destinos: um amortecimento como resultado de sua intrincação à pulsão de vida; um *détour* em direção ao mundo externo, manifestando-se na forma de agressividade; ou uma permanência no interior do psiquismo – viés que se coaduna à implacabilidade do supereu e pode produzir desdobramentos psicopatológicos, como a melancolia, por exemplo. Assim, podemos presumir que quanto maior o sacrifício pulsional necessário à coibição da agressividade voltada ao exterior, maior é a tensão interna entre as diferentes instâncias do psiquismo.

Um outro viés que facilita a compreensão da agressividade do supereu está relacionado à constituição psíquica do sujeito em seu âmbito relacional edípico e na decorrente organização das instâncias psíquicas.

Freud, ao conceber a sexualidade como alicerce na promoção da organização subjetiva, dedica-se extensamente ao estudo do Complexo de Édipo que, como experiência preeminentemente socioafetiva, é fundamental para constituição do psiquismo e estruturação subjetiva. Esse processo de diferenciação entre os sexos, que envolve o complexo ou a angústia de castração e a assunção de uma posição subjetiva (masculino x feminino) frente à linguagem, é descrito e nomeado por Freud valendo-se da tragédia escrita por Sófocles, *Édipo-Rei*, como pilar representativo, como recurso ilustrativo para sua teoria.

No mito de Édipo é possível averiguar diversos atos hediondos e bárbaros que se apresentam na narrativa do início ao fim, evidenciando dinâmicas de relações familiares que podem ser facilmente reconhecidas em algumas expressões de violência. Assim, a assertiva “o supereu é herdeiro do complexo do Édipo” (Freud, 1923, p. 64) descreve de forma propícia a assimilação da agressividade em jogo e se estabelece como resultado da identificação com o pai.

A identificação – processo psicológico por meio do qual o sujeito “assimila um aspecto, uma propriedade, um atributo do outro e se transforma, total ou parcialmente, segundo o modelo desse outro” (Laplanche & Pontalis, 2001, p. 226) –, além de um fenômeno essencial no processo de constituição subjetiva, pode operar como um recurso significativo no manejo da agressividade. Ao identificar-se com um objeto, o eu torna-se capaz de ser investido como objeto (de amor) pelo isso – instância que desempenha justamente a função de investimento libidinal – e, dessa forma, torna-se possível abdicar do objeto

externo. Assim, a identificação pode operar como entrave à agressividade contra os objetos com os quais alguém se identifica.

Em *O problema econômico do masoquismo* (1924), Freud anuncia a existência de três classes de masoquismo: masoquismo feminino, masoquismo moral e masoquismo erógeno³² (mecanismo primário no que se refere à pulsão sádica e do qual derivam os outros dois previamente citados), todos categorizados como resultado da atuação interna da pulsão da morte. O masoquismo é um fenômeno que representa a dor erotizada, isto é, a possibilidade de alcançar prazer nas experiências de dor (física e/ou psíquica). Freud, ao discorrer sobre o masoquismo erógeno, escreve:

A libido [...] tem a tarefa de fazer inócuo esse instinto destruidor, e a cumpre desviando-se em boa parte – e logo com ajuda de um sistema orgânico particular, a musculatura – para fora, para os objetos do mundo exterior. Então ele se chamaria instinto de destruição, instinto de apoderamento, vontade de poder. Uma parte desse instinto é colocada diretamente a serviço da função sexual, na qual tem um importante papel. É o sadismo propriamente dito. Uma outra parte não realiza essa transposição para fora, permanece no organismo e, com ajuda da mencionada excitação sexual concomitante, torna-se ligada libidinalmente; nela devemos reconhecer o masoquismo original, erógeno. (Freud, 1924, p. 171)

Aqui, consideramos válido recuperar brevemente a noção de libido para uma melhor compreensão da proposta freudiana no trecho supracitado. A libido é um construto teórico vinculado ao conceito de pulsão, fundamental para o entendimento das dinâmicas do desejo e sua relação com a fundação do sujeito. É definida por Freud (1922, p. 297) como a expressão da dinâmica da pulsão sexual na vida psíquica. Configura-se, assim, como um conceito instrumentalmente legitimado: trata-se da energia específica da pulsão sexual e seus impulsos eróticos em seu movimento de investimento e desinvestimento.

Essa breve interrupção no desenvolvimento das ponderações sobre o masoquismo se justifica pela inserção da ideia de libido em sua definição e sua indispensabilidade na diferenciação entre agressividade e destrutividade nesse momento da produção freudiana. Ambas se configuram como manifestação da

³² No ensaio de 1924, o masoquismo erógeno pode ser compreendido como uma espécie de condição para a excitação sexual, mecanismo por meio do qual prazer e sofrimento são articulados; o masoquismo moral se estabelece como efeito do supereu na relação com o comportamento socialmente balizado e as idealizações não alcançadas, correspondendo a modalidade mais importante (e cuja manifestação *princeps* é a culpa); e o masoquismo feminino é uma categoria que expressa aquilo que Freud irá designar como fantasias de expressão de natureza feminina (associadas à passividade/castração).

pulsão de morte, entretanto, quando a fusão pulsional é mantida em equilíbrio, a destrutividade pode ser amortecida pelos impulsos eróticos e manifesta-se como agressividade. A destrutividade, por sua vez, pode ser entendida como uma desproporção no intrincamento pulsional, um “excesso” nos mecanismos que conformam a pulsão de morte.

Retomando o masoquismo erógeno, Freud descreve na última citação, precisamente, que a libido (*Eros*) pode limitar a pulsão de morte, desviando-a por meio de uma atividade muscular para o exterior, podendo adquirir forma de destruição ou agressividade (domínio dos objetos e/ou sadismo quando sob incumbência da pulsão sexual).

No que se refere à violência e seu estudo a partir dos principais aspectos do percurso freudiano que a ela se encadeiam, verifica-se que o campo foi amplamente revisto e reformulado pelo autor. Essa característica da produção de Freud, embora dificulte a proposição de assertivas fixas, delimitadas e únicas, possibilita um esmerado refinamento teórico e maior precisão técnica no uso das expressões.

As argumentações de Freud, nomeadamente no que se refere à pulsão de morte e às manifestações de agressividade, adquirem seu maior grau de elaboração e fechamento nos textos culturais e de caráter sociológico produzidos pelo psicanalista. Nesses trabalhos, a essência destrutiva do homem e os destinos aos quais tal destrutividade é orientada ganham destaque. Em *O Futuro de uma Ilusão* (1927), Freud dá ênfase aos produtos da renúncia pulsional exigidos pela civilização: a hostilidade contra esta e a constatação de que o sacrifício e o recalçamento são mecanismos insuficientes para conter a agressividade da natureza humana ou extinguir suas manifestações.

Em *O Mal-estar na Civilização* (1930), é igualmente reforçada a impossibilidade de calar a pulsão de morte, notabilizando-se sua natureza infinita e inexaurível. Obviamente, a lei e a cultura cerceiam a agressividade e a destrutividade e, em certo nível, é possível renunciar à satisfação pulsional. Freud circunscreve tal possibilidade ao laço social que, na forma de consideração pelo outro, proteção, acolhimento e pertencimento (grupos), permitiria o adiamento da descarga/satisfação pulsional e abriria precedente para alguma transformação dos seus destinos.

Nesse momento de sua produção teórica, Freud promove, de certo modo, uma aproximação entre a pulsão de morte e o narcisismo na medida em que a destrutividade parece emergir quando o sujeito é confrontado com sua falta e seu desejo é coarctado (na forma de exigências e/ou frustrações). Assim, com um ataque ao seu narcisismo, uma ruptura em suas convicções de onipotência é produzida e gera a violência (entendida como face da destrutividade – sempre voltada para o exterior) como resposta inevitável. Aqui, o sentimento oceânico de “algo ilimitado, sem fronteiras [...] um vínculo indissolúvel de ser uno com o mundo externo como um todo” (Freud, 1930, pp. 81-82) é cindido.

A pulsão de morte em coalização com Eros, ou seja, em seu viés de agressividade, por outro lado, oferece fruição narcísica ao eu por restabelecer certo grau de engodo de uma suposta onipotência (*Ibidem*, p. 125). Por fim, segundo o autor, é justamente com o abandono dessa pretensão de onipotência que a manutenção da civilização seria possível, possibilitando uma metamorfose da destrutividade em recursos simbólicos por meio da linguagem e do pensamento.

É fato notório que Freud desenvolve a psicanálise a partir de um exercício contínuo de revisão e reformulação de sua teoria. Retificações, contradições, acréscimos, especulações e hesitações são movimentos que compuseram sua fértil atividade intelectual e contribuíram tanto para o avanço da teoria quanto para a dificuldade em se apropriar dela com pertinência e rigor. Selecionar e compreender o que de sua teoria tão complexa poderia subsidiar de modo coerente o estudo da violência não é tarefa despreziosa e muito menos simplória. As diferentes nuances em torno de conceitos-chave, como o sadismo, por exemplo, que em 1915 foi postulado como anterior ao masoquismo e depois, em 1924, foi retificado como sendo posterior e resultante de um desvio da pulsão de morte produzido por *Eros*, implica uma formulação que movimenta as estruturas teóricas subjacentes.

De modo resumido, pode-se dizer que o exercício de recuperação de elementos que pudessem subvencionar o estatuto da violência a partir da teoria freudiana coloca a agressividade em primeiro plano e como fio-condutor da lógica de compreensão da violência. Nessa perspectiva, a agressividade inicialmente se configura como elemento continente da pulsão sexual (componente de uma parcela da libido), cujo apoio se encontra na pulsão de domínio e tem sua

atividade condicionada à frustração das satisfações pulsionais (experiência de desprazer).

Posteriormente, a agressividade aparece como uma disposição pulsional originária do ser humano, constituindo-se como adversidade e fonte de perplexidade para Freud, seja a partir de sua função na economia psíquica, sua manifestação na forma de hostilidade na clínica, ou de sua configuração como ameaça à vida em sociedade. Embora seja mantida a ideia de recrudescimento da agressividade provocada pela frustração, a concepção de pulsão de morte incorpora a ideia de destruição e amplia as possibilidades de sua expressão mediante a atividade do supereu, masoquismo, sadismo, etc.

Freud refere-se à agressividade e à destrutividade com certa coincidência e justaposição. Contudo, a agressividade implicaria maior equilíbrio na intrincação pulsional com a pulsão de vida e seria menos desordenada quando comparada a um excesso de pulsão de morte destrutivo – diferenciação teórica minuciosa que não nos interessa desenvolver extensamente. Vale sublinhar, entretanto, que restringir a agressividade como algo de um arranjo pulsional a diferencia necessariamente da noção e efeitos de um suposto “instinto” destrutivo e caótico, justamente porque a inscrição na ordem social seria capaz de submeter as intenções agressivas do eu às leis e ao laço com o semelhante. Em outras palavras, a cultura estaria habilitada a operar enquanto forte obstáculo a tais disposições a partir de um “apelo” pela via da libido (*Eros*).

Freud, ao longo do percurso aqui reproduzido, menciona outros elementos que, a princípio, em uma leitura ingênua, poderiam ser compreendidos como análogos à agressividade. É preciso, conseqüentemente, diferenciá-los. A hostilidade e o ódio, são entendidos como afetos que precisamente expressam a agressividade (não em ato) e a crueldade, por sua vez é uma “forma de dizer da agressividade no registro da ação direta contra o outro ou contra si mesmo, tal como pode ser observada no sadomasoquismo” (Ferrari, 2006, p. 54). A crueldade, portanto, é entendida como decorrência do fracasso da compaixão social, pois possibilita a atuação e, para tanto, preconiza a desconsideração ao outro. Assim, seria possível dizer que a violência em grande escala é resultado de uma inclinação humana, porém, efeito também da ruína da compaixão (que não pôde impedi-la) vinculada à política do ato e à dissolução e/ou não estabelecimento do laço social.

Para concluir este tópico, podemos dizer que muitos conceitos trabalhados por Freud são úteis para se pensar a violência, principalmente após a revisão da teoria com a introdução da pulsão de morte e com a reorganização de seus fenômenos subjacentes. A agressividade, a repetição, o masoquismo, o sadismo e o narcisismo (articulado ao conceito de identificação) auxiliam na compreensão social e metapsicológica dos atos de violência que, por sua vez, apontam para a constatação de que a destruição opera na linha de frente e como fio-condutor da vida humana (Freud, 1933).

A complexificação do tema da agressividade permite que, além de uma leitura que a compreenda como adversária da civilização – principalmente quando associada a um narcisismo capaz de extinguir e apagar alteridades –, que também seja reconhecida sua relevância na constituição psíquica e na subsistência do eu, isto é, como mecanismo que possibilita que o sujeito emerja e se preserve na cultura. Considerando-se o protagonismo da violência na fundação da civilização, na regulação das sociabilidades e como eixo que possibilita um fechamento das principais ideias desenvolvidas por Freud, essa será a principal referência que conduzirá a análise e interpretação dos fenômenos investigados.

1.1.2

A Violência em Lacan: O Imaginário como Matriz

Jacques Lacan, ao retomar os princípios da agressividade enunciados por Freud, os estabelece a partir da ênfase no registro Imaginário, da estrutura do eu e da identificação narcísica. Em *Agressividade em Psicanálise* (1948), o psicanalista francês examina a possibilidade de que essa noção adquiria estatuto de um conceito psicanalítico por meio de sua manifestação na clínica e na terapêutica. A agressividade é articulada a uma intenção do sujeito e, ainda que o ato seja restrito, sua expressão e eficácia podem se dar na forma de imagens³³.

³³ Imagens, aqui, entendidas como representações inconscientes e conscientes.

Um ponto fundamental ressaltado pelo autor é a presença da agressividade como elemento essencial à constituição do eu no estádio do espelho (concorrência agressiva pelo objeto) e como posterior tendência correlata a um modo de identificação narcísica (p. 112). O que significa, além de sua imperativa participação na organização psíquica, que determinados impulsos agressivos podem ser reevocados sempre que houver alguma incidência na imago³⁴ da identificação original (p. 118).

Lacan, interessado no fenômeno do narcisismo em seu prisma relacional, para além das contribuições de Freud, dedica-se diligentemente ao desenvolvimento de suas especificidades apoiando-se na apreciação da experiência da criança frente ao espelho. Sua investigação, alicerçada em uma análise anterior a respeito dos complexos familiares e fundamentada de modo singular em teóricos procedentes de outros campos do saber, produz referências para a formulação de uma teoria psicanalítico-lacanianiana do imaginário, registro contemplado posteriormente em seu entrelaçamento topológico na forma de nó borromeano com as instâncias do real e simbólico.

Os fundamentos do imaginário podem, por sua vez, ser localizados de antemão já em 1936 como desdobramento correlato da expressão “estádio do espelho”. De acordo com Roudinesco e Plon (1998, pp. 194-195), Lacan faz uso dessa terminologia pela primeira vez em uma comunicação realizada na Sociedade Psicanalítica de Paris (SPP), retomando-a no mesmo ano em um Congresso da *International Psychoanalytical Association* (IPA), em Marienbad. Ao termo é conferido maior relevância e este é articulado às principais concepções teóricas do autor nos anos seguintes, adquirindo exponencialmente aspectos mais particulares e conformações originais, sobretudo em sua confluência com grande parte dos argumentos teóricos associados ao complexo de intrusão e à noção de imago, ambos explorados em seu trabalho *Os complexos familiares na formação do indivíduo*, de 1938. Por fim, 13 anos após suas primeiras alusões, o “estádio do espelho” é consubstanciado detalhadamente em uma comunicação realizada em ulterior Congresso também da IPA, daquela vez sediado em Zurique.

³⁴ Cf. página 67.

Essa última exposição encontra-se consignada sob a forma do texto intitulado *O estádio do espelho como formador da função do eu tal como nos é revelada na experiência analítica* (1949), no qual Lacan desenvolve os determinismos da prematuração do nascimento (e o decorrente *déficit* fisiológico característico do *infans*), da assunção de uma imagem própria (âmago do conhecimento paranoico) – apesar das limitações do corpo – e da dialética social na dinâmica da constituição do sujeito. O autor demonstra a necessidade de se “reconhecer, na captação espacial manifestada pelo estádio do espelho, o efeito, no homem, anterior até mesmo a essa dialética, de uma insuficiência orgânica de sua realidade natural [...]” (*Ibidem*, pp. 99-100), sintetizando os efeitos de uma antecipação psíquica em detrimento da experiência prática e veraz de um corpo fragmentado.

Tal antecipação, no esquema proposto nesse escrito, conforma-se como um elemento crítico para a compreensão de todo o processo, uma vez que é nela que se assenta a unificação de uma imagem inicialmente despedaçada, que só pode adquirir sustentação de modo especular. Nesse mesmo texto, podem ser igualmente verificadas algumas modificações cruciais no que diz respeito às raízes do imaginário no seu entrelaçamento com o estádio do espelho.

Observa-se, assim, uma virada importante nas conceituações do eu, da imagem e do papel da imago. No texto de 1938, a imago, já compreendida como matriz de uma primeira teoria do imaginário por meio da ligação entre eu e outro, dava-se de forma associada aos complexos de desmame, intrusão e Édipo, e era condicionada à sua face intrusiva na relação com o semelhante (irmão), cuja presença se daria no interior do dispositivo familiar.

Na exposição de 1949, a figura do ente fraterno tem sua categorização extrapolada e adquire também a configuração de um outro comum, elemento insigne no processo de instituição do eu por imagens e da aquisição de um corpo próprio pela identificação com a imago. Articulada à essa nova chave de leitura, se, em 1938, Lacan centrava sua abordagem em termos de uma etapa da história individual do desenvolvimento infantil, em 1949, como reitera Simanke (1997), o autor desenvolve as implicações do espelho em termos de uma organização primordial e comum, um modelo que irá operar sincronicamente como um clichê simbólico na vida presente e também futura do sujeito a partir da formação da um “eu-ideal”, efeito de uma determinação impositiva derivada das significações de

“fora”, mediatizada pelo desejo do Outro. Tal clichê atuaria como um padrão, um “lugar-comum” na condução da vida erótica, um engessamento dos modos de ser que seria repetido e reimpresso nas relações do sujeito com o Outro, enfatizando os conflitos da dualidade/especularidade e alteridade.

De forma sintética, pode-se dizer, então, que o estágio do espelho em seu liame com o imaginário representa um “momento da primeira relação consigo mesmo que é irremediavelmente, e para sempre, uma relação com outro [...] não é um estágio a ser superado, mas uma configuração insuperável” (Ogilvie, 1991, p. 112). Tais aspectos serão elucidados mais adiante.

O estágio do espelho, além de ser considerado a matriz do registro imaginário, constitui-se como elemento crucial na teoria psicanalítica. Em suas formulações iniciais, Lacan utiliza o termo como um adjetivo correspondente ao caráter dual e consequentemente conflituoso da relação com o semelhante e também consigo mesmo, modificando-o morfologicamente (elevando-o à categoria de substantivo) apenas em 1953, quando o articula à sua tópica, indicando seus atributos de ilusão, engano, sugestão e alienação da subjetividade.

Lacan parte das observações a respeito do notório interesse da criança por sua imagem refletida no espelho (período situado pelo autor entre os 6 e 18 meses de vida), assim como elementos paralelos envolvidos nessa experiência (descritos por teóricos freudianos e pós-freudianos e autores do campo da Psicologia Experimental, Psicologia Comparada e de outras áreas do conhecimento), em direção ao estabelecimento de uma ótica própria.

Como mencionado previamente, trata-se, na interpretação lacaniana, de um momento no qual, em um processo de alienação, a criança se confunde com a imagem refletida especularmente e se apropria antecipadamente de uma identidade corporal. Essa experiência é qualificada como ponto fundamental na constituição do eu³⁵ e pressupõe um ponto essencial no percurso para a constituição da subjetividade.

³⁵ É importante ressaltar a diferença que será posterior e devidamente marcada no transcorrer do avanço do ensino de Lacan existente entre os termos *je* e *moi*. Trata-se da distinção entre eu (*je*), sujeito do inconsciente, da enunciação – articulado ao ideal do eu, e *moi*, sujeito do enunciado correspondente ao eu ideal, especular, instância da ordem do imaginário e alienada em si. No texto de 1949, ambas as acepções são utilizadas ainda de modo indiscriminado. Entretanto, ao considerar-se a argumentação teórica do autor, encontramos elementos que indicam a predominância do *moi* e *je* como desdobramento pósterio deste filiado ao registro do simbólico.

Lacan, com o intuito de respaldar sua perspectiva no que se refere às formulações apresentadas no estádio do espelho como “devir imaginário do eu (*moi*)” (Gómez, 2012, p. 5), apropria-se de elementos da fenomenologia de Hegel, Husserl, Heidegger e Kojève e da Fenomenologia Existencial de Sartre e Merleau-Ponty. Assim o faz, seja criticando o caráter ilusório sartreano de uma suposta consciência autônoma, seja aderindo parcialmente aos construtos teóricos devolvidos ou realizando torções nas ideias oriundas dos autores de referência.

Como afirma Gómez (2012), as ideias de *Umwelt* e *Innenwelt*, do biólogo alemão Jakob von Uexküll, são aspectos importantes para o esboço lacaniano do imaginário. A premissa dessa teoria é a de que o mundo exterior refletiria o meio interior, isto é, o mundo externo é fabricado e é resultado da constituição/projeção do ser, designando uma relação de dependência entre ambos.

As ideias provenientes do médico francês Henri Wallon (1931/1963) e suas contribuições à Psicologia Infantil demonstram-se particularmente profícuas à tese lacaniana, uma vez que a experiência do estádio do espelho tem origem, propriamente, em um estudo do autor. Lacan, por sua vez, faz uma releitura desse trabalho e retira os predicados pleiteados por Wallon no que se refere a uma suposta maturação psicológica, vivência efetiva do corpo e progresso do conhecimento. Não se trata de um progresso fisiológico para Lacan, mas sim de uma progressão lógica precoce em relação ao organismo e, portanto, uma organização de ordem psíquica: uma identificação antecipada com o reflexo de uma imagem de um corpo unificado – corpo não coordenado plenamente e de vivência ainda fragmentada, sem domínio –, o que significa a construção de uma unidade ilusória, uma vez que esta não encontra paralelismo nas experiências proprioceptivas.

A teoria da Gestalt, desenvolvida por Wertheimer, Köhler e Koffka, constitui-se como outra referência importante ao pensamento lacaniano. Seus axiomas assentados em fenômenos da percepção visual possibilitam asseverar que “antes que haja unidade orgânica se busca globalidade corporal” (Gómez, 2012, p. 11). Tal assertiva franqueia a contingência de que a criança possa depreender uma imagem especular total de si, aplacando a angústia de uma experiência de fragmentação por meio de uma constituição alienada do eu. Em conjunto com as demais referências supracitadas, essas concepções auxiliam Lacan na elucidação

das operações psíquicas que promovem a assunção de uma imagem de corpo próprio, transformando e possibilitando a emergência de um sujeito.

Com as noções promovidas pelo campo da Etologia, Lacan se vale dos aspectos biológicos animais vinculados à imagem e ao fenômeno do mimetismo, analisado pelo intelectual francês Roger Caillois (1986). Diferentemente de Caillois, o mimetismo não é compreendido como um recurso meramente utilitário de defesa e sobrevivência (designado por Lacan como identificação homeomórfica – concernente à imagem do semelhante), mas é considerado como modo de cumprimento de uma função estética ligada ao ambiente/espço (identificação heteromórfica – que não se relaciona com a imagem de um outro, mas com a perda da fronteira entre o eu e o meio exterior, dinâmica que estaria em operação nos quadros de esquizofrenia). Lacan (1949) sustenta a proposição, em sua correlação no ser humano, de que há um valor estrutural da imagem em suas consequências na formação do organismo animal e de sua faculdade na organização da relação com o outro, isto é, um argumento que reforça a necessidade de apreensão da imagem do outro como condicionante do processo de maturação. Assim, o autor traz e traduz para a psicanálise os efeitos e impactos da imagem no psiquismo – imagem do outro e de si, em seu vínculo potencialmente conflituoso, porém essencial.

No que se refere à imagem do outro, esta é basilar para a constituição de si no estágio do espelho. Devido ao nascimento considerado precoce, falta à criança coordenação motora e domínio fisiológico nos primeiros meses de vida, de forma que há a predominância de um mal-estar que encontra apoio na dependência materna para ser mitigado. Esse incômodo é, então, parcialmente superado com o reconhecimento pelo *infans* de sua imagem no espelho, daí a cena de grande satisfação e júbilo – *Aha-Erlebnis*, descrita por Lacan (*Ibidem*, p. 96) – que representa a aquisição de um domínio psíquico da imagem do corpo e de um sentimento de “eu”, mesmo que ainda não correlato à sua realidade orgânica, mas outorgante de um “eu-ideal” que servirá de modelo dotado de rigidez para as identificações secundárias.

De modo concomitante ao espelho, o autor aponta a particular curiosidade e fascínio da criança pela imagem do outro, em especial pelo rosto da figura que oferece cuidado, o que demonstra que a imagem do outro antecede a sua própria. Por conseguinte, pode-se afirmar que é a configuração de um corpo articulado à

identificação com uma imagem (não necessariamente de si, mas com a imagem da forma humana), que é primeiramente a de um outro (cultivada por sua presença), que produz um sujeito – identifica-se, portanto, com algo que vem de fora. Como afirma Lacan: “É no outro que o sujeito se identifica e até se experimenta a princípio” (Lacan, 1946, p. 182).

A criança se reconhece em sua própria imagem, caucionada nesse movimento pela presença e pelo olhar do outro (mãe ou substituto) que a identifica, que a reconhece simultaneamente nessa imagem. Nesse instante, porém, o Eu (Je) é como que captado por esse Eu (Moi) imaginário: de fato, o sujeito não sabe o que é, acredita ser aquele Eu (Moi) a quem se vê no espelho. Trata-se de um engodo, é claro. (Roudinesco & Plon, 1998, p. 212)

A *imago*, palavra latina que designa imagem, dispõe-se, então, como princípio capital no desenvolvimento do registro imaginário. Segundo Lacan (1949): “a função do estádio do espelho revela-se para nós, por conseguinte, como um caso particular da função da *imago*, que é estabelecer uma relação do organismo com sua realidade – ou como se costuma dizer, do *Innenwelt* com o *Umwelt*” (p. 100).

Segundo Laplanche & Pontalis (2001, pp. 234-235), o termo *imago* é definido como “protótipo inconsciente de personagens que orienta seletivamente a forma como o sujeito apreende o outro; é elaborado a partir das primeiras relações intersubjetivas reais e fantasmáticas com o meio familiar”. Lacan, em seu texto sobre os complexos familiares (1938), sublinha a configuração das *imagos* enquanto objetos psíquicos (toma o seio materno como paradigma), ressaltando sua importância analítica, uma vez que estes têm uma função na instituição do próprio sujeito. Em *Formulações sobre a causalidade psíquica* (1946), Lacan esquadrinha os efeitos psíquicos do imaginário (condicionado pelas *imagos*):

A história do sujeito desenvolve-se numa série mais ou menos típica de identificações ideais que representam os mais puros dentre os fenômenos psíquicos por eles revelarem essencialmente a função da *imago*. E não concebemos o Eu senão como um sistema central dessas formações, sistema que é preciso compreender, à semelhança delas, na estrutura imaginária e em seu valor libidinal. (p. 179)

As *imagos* primitivas, compostas conseqüentemente como resultado das identificações primárias que ocorrem no estádio do espelho estão, portanto, intimamente vinculadas às transformações nas relações do indivíduo com seus semelhantes, estabelecendo um vínculo particular com a realidade. Dessa forma, Lacan eleva a *imago* à condição de objeto privilegiado da psicanálise, uma vez que esta possuiria efeitos formativos no eu, condicionaria o sujeito a determinadas

disposições imaginárias e operaria enquanto realidade psíquica. Com o desenvolvimento dos outros registros, a imago é destituída desse posto, que passa a ser ocupado pelo simbólico e o campo da linguagem e, posteriormente, também pela potência do real.

Como demonstrado anteriormente, Lacan afirma que é a partir do semelhante que o eu se constitui. O reconhecimento de si na imagem especular é, então, consequência de um processo denominado identificação. De acordo com Roudinesco e Plon (1998), esse termo é utilizado para designar “o processo central pelo qual o sujeito se constitui e se transforma, assimilando ou se apropriando, em momentos-chave de sua evolução, dos aspectos, atributos ou traços dos seres humanos que o cercam” (p. 363). A identificação e sua contínua dialética é estabelecida por Lacan não apenas como pressuposto do estágio do espelho, mas também como destino em sua saída.

Esse momento em que se conclui o estágio do espelho inaugura, pela identificação com a imago do semelhante e pelo drama do ciúme primordial [...] a dialética que desde então liga o (eu) a situações socialmente elaboradas. É esse momento que decisivamente faz todo o saber humano bascular para a mediatização pelo desejo do outro, constituir seus objetos numa equivalência abstrata pela concorrência de outrem. (Lacan, 1949, p. 100)

Assim, pode-se dizer que a organização do eu, do outro e da realidade é realizada de modo simultâneo e marcada por seu aspecto alienante e paranoico, resultante de três vetores articulados: narcisismo, imaginário e agressividade, como veremos a seguir.

Ancorado nos estudos da psicóloga alemã Charlotte Bühler sobre a infância e a noção de transativismo, momento vivenciado entre eu e seu semelhante em que “cada parceiro confunde a parte do outro com a sua e se identifica com ele” (Lacan, 1938, p. 44), o psicanalista francês desenvolve a noção de agressividade inerente referida ao vínculo narcisicamente condicionado ao outro. O fenômeno pode ser situado no registro do imaginário, denotando, assim, a ambivalência estrutural do sujeito e a fusão entre eu e outro, aspecto que explicita que a prática do sentimento de si passa pela assunção da imagem do outro.

A agressividade, portanto, “se manifesta numa experiência que é subjetiva por sua própria constituição” (Lacan, 1948, p.105) e é engendrada como “a tendência correlativa a um modo de identificação que chamamos narcísico, e que

determina a estrutura formal do eu do homem e do registro de entidades característico do seu mundo” (*Ibidem*, p. 110).

Sendo assim, a agressividade (e sua ambivalência erótica) se constitui como reflexo da identificação, uma vez que identificar-se com outrem pressupõe uma apropriação e assenhoração de seu lugar e a aquisição de alguns de seus atributos, produzindo necessariamente rivalidade – uma vez que não se sabe o que pertence ao outro e o que pertence a si mesmo – na concorrência por um mesmo objeto. O desejo é concebido, então, a partir daquilo que o outro deseja, isto é, o desejo por algo é despertado à medida que este algo já é desejado (ou supostamente desejado) por outro, arranjo que origina uma tríade e coloca em cena a sincronicidade de sentimentos de amor e ódio (decorrentes da identificação e da agressividade) pelo outro e, por conseguinte, por si mesmo.

Tal processo, descrito sinteticamente, percorre, dessa forma, a dinâmica já examinada: a captura narcísica da imagem especular na imagem do outro. Nesse ponto, vem à tona a vivência de uma intrusão – Complexo de Intrusão –, quando a imagem do semelhante com o qual se identifica é vivenciada de maneira intrusiva na relação de objeto. O semelhante, enquanto terceiro na relação, promove a emergência do ciúme, sentimento que se revela como “arquetipo dos sentimentos sociais” (Lacan, 1938, p. 50).

É a partir do ciúme que se desenvolve a agressividade primordial dirigida ao intruso, agressividade de ordem imaginária relacionada à constituição do eu e que marcará perenemente a relação com o semelhante de modo que não será integralmente superada. O narcisismo presente no complexo de intrusão encontra outra possibilidade de destino na entrada em um novo complexo, o de Édipo, no qual a rivalidade ainda é mantida, porém com a particularidade da constituição de um objeto de desejo próprio e a formação de uma nova triangulação na relação dual estabelecida com a mãe e um terceiro, o pai (ou seus representantes). Aqui, vislumbra-se a oportunidade de desvinculação do sufocamento procedente da relação especular, ainda que sua viabilidade seja sempre parcial.

1.2

Agressividade e Violência: Distinções Teóricas

Ao ensino de Jacques Lacan são atribuídos três momentos³⁶. A ênfase dada ao eixo “eu – outro” a partir do imaginário (em sua articulação com a pulsão) em seu primeiro ensino é fundamental para o desenvolvimento do arcabouço teórico do autor. Após o período no qual a assunção da instância simbólica – emblemática em sua obra – é tomada como aspecto central, seu último ensino culmina no protagonismo do real e na contingência de um gozo sem endereçamento ao Outro (Barroso & Ferrari, 2014).

Todavia, ainda que uma apreciação que ofereça destaque à via do imaginário possa ser considerada insuficiente para uma análise e investigação acuradas, não se pode relegar a importância do estágio do espelho, seus efeitos e seu potencial interpretativo na abordagem de fenômenos e temáticas vigentes na contemporaneidade, como o recrudescimento da violência em suas múltiplas faces, por exemplo. Optamos, assim, por uma circunscrição teórico-metodológica que favoreça o registro imaginário como chave de leitura do fenômeno da violência, sem que deixemos de considerar, entretanto, com clareza e discernimento, que este não pode ser reduzido àquele. O que se sugere, paralelamente, é uma possível regressão e ênfase no caráter e na instância do imaginário na atualidade (subsidiados principalmente pelos *gadgets* que nos saturam ininterruptamente com imagens), mas não em sua exclusividade. Não há, portanto, desconsideração à teoria psicanalítica já estabelecida, mas, trata-se de um esforço de compreensão e tentativa de produzir algum avanço, sempre subordinando-se não apenas à teoria, mas também à clínica contemporânea.

Antes de progredirmos para o estabelecimento das dissemelhanças elementares existentes entre agressividade e violência, é importante mencionar a direção das propostas teóricas desenvolvidas por Freud e Lacan no que se refere à agressividade e que priorizaremos nesta tese. Se, para Lacan, a agressividade é um elemento apreendido pelo psiquismo em sua própria constituição, de modo que

³⁶ Como defendido por Barroso & Ferrari (2014), as diferentes leituras de Lacan e o desenvolvimento de sua teoria não implicam necessariamente discrepância nem oposição entre os distintos momentos de seu ensino.

esta se configura a partir do complexo fraterno, de intrusão. Para Freud, quando reavemos seus últimos trabalhos dedicados ao tema e seus textos de caráter iminentemente sociológico, a agressividade é estabelecida como aspecto vinculado ao masoquismo erógeno e à presença da pulsão de morte nos laços sociais. Assim, pode-se dizer que Lacan propõe uma agressividade como aspecto constitutivamente circunscrito pelas imagos no estágio do espelho, diferentemente de Freud, que a destaca como desdobramento da pulsão de morte.

Delimitar as singularidades do estatuto da agressividade e da violência para a psicanálise pressupõe, a nosso ver, que nos voltemos novamente para as origens de suas formulações em Freud. Como explicitado anteriormente, a agressividade é considerada pelo autor um aspecto imanente, atributo intrínseco e necessário a qualquer sujeito. Pode-se dizer, então, que a civilização é instituída pela agressividade por duas vias: pela exigência de sua renúncia pulsional e, ao mesmo tempo, a partir de seu uso (coação) como recurso para sua regulamentação: “a civilização é construída sobre uma renúncia ao instinto [...]”. Essa ‘frustração cultural’ domina o grande campo dos relacionamentos sociais entre os seres humanos” (Freud, 1930, p. 105).

Assim, a cultura, do ponto de vista freudiano, apreendida a partir das coordenadas discursivas de sua época, teria como função restringir aquilo que da natureza do homem poderia desintegrar a própria humanidade: sua inclinação à agressividade (desejo de agressão e destruição quando voltada ao exterior), como descrito em sua carta destinada a Einstein (1933).

A cultura, nessa perspectiva, atuaria como entrave de ordem social, fundamentada no poder coercitivo da força da lei e cuja origem pode ser remontada ao mito descrito em *Totem e tabu* (1913). Afetos como o ódio e a hostilidade se dariam vinculados à agressividade e a crueldade seria qualificada como franca expressão de sua prática dada no registro da ação.

A manifestação da agressividade no exterior pode ser entendida, assim, convenientemente, como ato de violência intrinsecamente associado à sua natureza pulsional e a um traço de intencionalidade (ainda que esta possa se dar de modo inconsciente). Aqui é importante ressaltar novamente que a violência não adquire *status* de um conceito para a teoria psicanalítica freudiana nem para a lacaniana, mas é entendida a partir de seu elo com a noção de agressividade. Além disso, como mencionado anteriormente, a partir da segunda tópica de Freud,

estabelecida em *Além do princípio do prazer* (1920), a proposição de um novo dualismo pulsional permite, assim, que a violência seja compreendida metapsicologicamente por intermédio da pulsão de morte e de seus destinos psíquicos.

Considerando-se as características concernentes à agressividade desenvolvidas por Lacan, sua inovação ao retomar os caminhos trilhados por Freud subsiste na tentativa de definição do que é a violência propriamente a partir do exame de sua articulação aos registros do psiquismo. Para o autor, trata-se da agressividade em ato, denominada como passagem ao ato.

A violência seria, portanto, um recurso que pode entrar em cena como desdobramento da falha dos mecanismos da linguagem, produzindo um *nonsense* frente àquilo que escapa ao simbólico e recai no real (aludido aqui na negativa, como dimensão do impossível e do sem limite, daquilo que não se pode simbolizar e, igualmente, escapa e ao mesmo tempo é consequência do imaginário). Nesse sentido, Lacan afirma no *Seminário, livro 5: as formações do inconsciente* (1957-1958) que a violência é:

[...] o que há de essencial na agressão, pelo menos no plano humano. Não é a fala, é até exatamente o contrário. O que pode produzir-se numa relação inter-humana são a violência ou a fala. Se a violência distingue-se em sua essência da fala, pode colocar-se a questão de saber em que medida a violência como tal – para distingui-la do uso que fazemos do termo agressividade – pode ser recalcada, uma vez que postulamos como princípio que só pode ser recalcado, em princípio, aquilo que revela ter ingressado na estrutura da fala, isto é, a uma articulação significativa. Se o que é da ordem da agressividade chega a ser simbolizado e captado no mecanismo daquilo que é recalque, inconsciência, daquilo que é analisável, e até, de maneira geral, daquilo que é interpretável, é por intermédio do assassinato do semelhante que está latente na relação imaginária. (p. 471)

De acordo com a perspectiva lacaniana, enquanto a agressividade pode ser circunscrita, significada e interpretada, a violência é instaurada quando resta apenas o ato de agredir em substituição às palavras que faltam, à ausência de representação psíquica que dê contorno ao excesso pulsional de *Thanatos*.

O que está em questão é o esvaziamento de recursos e da falha no apelo ao simbólico do sujeito/agente da ação. Segundo Ferrari (2006), isso acontece porque “no interior do sujeito, como há a pretensão de tornar a pulsão de morte inofensiva, a agressividade passa a ser vista como versão de Eros. Mas, colocada exteriormente ao sujeito, ela é destruição, versão da pulsão de morte” (p. 56).

Trata-se, portanto, em última instância, de uma satisfação pulsional sem mediação simbólica, efeito direto ou indireto do registro imaginário. Destaca-se,

aqui, o aspecto eminentemente real da violência, constituído em decorrência do caráter imaginário da agressividade, algo que, no último ensino de Lacan, poderia ser compreendido como uma ação sem objeto, gozo Outro, aquele que escapa ao laço social. Aqui, a linguagem deixa de ser fato substancial e “o corpo vivo é marcado irremediavelmente pela incidência do gozo como traumatismo, que promove o que Lacan vai chamar de acontecimento de corpo” (Barroso & Ferrari, 2014, p. 251).

Assim, o que está em cena nos contextos de violência não se limita, *a priori*, a um jogo de forças entre opressor e oprimido, mas contempla, igualmente, as particularidades da constituição subjetiva dos atores envolvidos e o seu entorno político e social.

1.3

A Violência na Contemporaneidade: Desenlaces no Corpo

A violência em suas diversas formas de manifestação se apresenta como uma constante no mundo. É até mesmo por meio de um ato de violência, a saber, o parricídio do pai da horda (Freud, 1933), que se instaura a cultura e funda-se a civilização, como descrito em *Totem e tabu*, de 1913. Entretanto, a violência tem adquirido contornos muito particulares na atualidade, corolário da composição de novas formas de subjetividade condicionadas à derrocada da moral civilizada e suas imposições de renúncia pulsional.

De acordo com Lipovetsky (2005), tal conjuntura é engendrada de forma alicerçada a uma ética pós-moralista sem sacrifício e a um tipo de satisfação *sui generis* que pode ser articulada ao retorno da ênfase no imaginário com efeitos na ordem do real, isto é, recaindo numa sustentação de relações imaginárias que promovem um encontro com o real do gozo numa “satisfação pulsional independente do prazer” (Bastos, 2004, p. 56).

Segundo Costa (1984), hoje verificamos que a violência “invadiu todas as áreas da vida de relação do indivíduo: relação com o mundo das coisas, com o mundo das pessoas, com seu corpo e sua mente” (p. 9). Orientando-nos por esse

viés, é possível compreender, portanto, a violência como um entrecruzamento entre os registros do imaginário e do real com o intuito de se pensar em uma especificidade para a violência que temos testemunhado na contemporaneidade: descarga pulsional direta, com pouca mediação ou possível atenuação pelo simbólico. Trata-se da violência como atuação por sua não-representação.

Diversos autores se dedicam a essa temática e se utilizam de uma multiplicidade de termos para referirem-se aos paradigmas culturais vigentes que operam como índice para a subjetividade marcada pela primazia do gozo sobre o desejo e a crescente supressão de limites. O próprio termo *limite* e seus possíveis desdobramentos têm sido objeto de estudo presente nas pesquisas psicanalíticas.

Miller e Laurent (2005), por exemplo, caracterizam a contemporaneidade como um período marcado pela depleção do Outro, ou seja, pelo declínio da lei-simbólica que tem como representante a metáfora paterna, o “Nome-do-Pai”, conceito forjado por Lacan (em sua vertente articulada à interdição e à ausência de referências de autoridade/lei que implicaria perda de gozo).

Os desdobramentos políticos dessa afirmativa são muitos: é estabelecida uma cultura individualista, marcada pela queda dos ideais e pelo discurso capitalista em sua associação com o discurso da ciência, produzindo um esfacelamento dos laços sociais. O gozo torna-se norma, e por isso, compulsório (Lacan, 1972-1973), contínuo e ilusoriamente pleno, promovendo a propagação das patologias do ato – delineadas frequentemente por seus ataques à imagem corporal – e suscitando a violência como resposta possível. Há, assim, uma “disseminação da violência enquanto *modus operandi* frente a qualquer ordem de conflito. Desse modo, o discurso vigente implica a difusão de uma política de atuação pela qual os atos substituem a palavra, isto é, a resposta do sujeito se dando unicamente pela via do gozo, coadunando-o” (Kehl & Fortes, 2019, pp. 525-526).

Considerando-se a polissemia presente no radical “atual”, que faz referência ao tempo/época presentes e à política do ato, pode-se dizer que o corpo – em sua face privilegiada de campo sintomático pós-moderno – opera como desígnio das formações da cultura e tem tido sua (oni)presença acentuada na atualidade.

Diferentemente da Modernidade freudiana do século XIX, quando o corpo se dava predominantemente de modo “marcado” pelo sintoma – desfecho de um “conflito psíquico e [de uma] repressão consumada” (Filloux, 1988, p. 48), hoje o próprio corpo em sua íntima filiação com a violência se faz sintoma de forma prevaiente – corolário do “excesso pulsional que transborda pelo corpo em razão da ausência da intermediação das formas psíquicas de simbolização” (Ritter, 2017, p. 39).

Dessa maneira, o corpo pode adquirir dimensões muito singulares em sua relação com a tripartição psíquica estrutural. Lacan reconhece o real do corpo em suas funções fisiológicas sujeitas à *bio-lógica*: corpo somático sistematicamente subordinado ao tempo, à dor física e à morte. Trata-se, igualmente, de um real do corpo pulsional, subjugado à sexualidade e à invariabilidade da pulsão que se origina ali e seu constante trabalho de pressão, cujo objeto de satisfação se dá na ordem de um impossível.

O real do corpo emerge no ensino de Lacan, assim, pela falta, pois “no cerne da sexualidade humana figura uma falta de objeto” (Jorge, 2011, p. 139), falta nomeada pelo psicanalista como *objeto a* – objeto causa do desejo (e não objeto do desejo), de satisfação pulsional.

Condensado no envoltório do objeto *a*, está o que Lacan nomeia mais-de-gozar, um ‘a mais’ de gozo que garante a vivificação do sujeito, antes visto como mortificado pelo simbólico. Lacan finalmente compreende que, da pulsão, uma parte é representável, transcrita como desejo, enquanto outra permanece vinculada ao real, sendo o objeto *a* isso que faz a ponte entre prazer e gozo [...] a trajetória do conceito de gozo no ensino de Lacan [...] culmina, em seu momento final, em uma alteração radical nos conceitos de gozo e linguagem a partir do ‘Seminário 20’ (1972-1973). Até aqui, falava-se de gozar de algo, como também de um gozo que se liga ao Outro. A partir desse ponto, o ser falante passa apenas a gozar [...] [n]uma ação sem objeto. Não é mais a linguagem o fato primordial, mas o gozo. (Barroso & Ferrari, 2014, pp. 250-251)

Temos aqui, então, o gozo como construto teórico capaz de estabelecer uma íntima correspondência entre o corpo e o tema da violência. Podemos compreender o corpo simbólico como a incorporação do (vazio) Outro, do significante, como terceiro componente do conjunto “Corpo - eu (constituído ideal

e imaginariamente) - Linguagem (instituidora do ideal-do-eu). Esse corpo, erógeno, articulado a uma rede de significações possibilitaria a inscrição do desejo e operaria como proteção contra o gozo.

Lacan (1972-1973) estabelece, assim, que são, portanto, os significantes que, ao incidirem sobre o corpo, operam como determinantes do(s) seu(s) modo(s) de gozo. Entretanto, é preciso igualmente considerar que a constituição do sujeito como produto da linguagem não contempla um corpo que goza. “O gozo Outro escapa ao laço social, não cessando de não se escrever, inapreensível [...] o que enfraquece a importância dada ao lugar da palavra como comunicação” (Barroso & Ferrari, 2014, p. 251).

É concebida também a noção de um corpo imaginário fundador do eu, como desenvolvido previamente, articulação de maior relevância na presente argumentação. O imaginário é o que permite que o corpo simbólico se operacionalize em sua relação com o real ao propiciar seu conteúdo, ainda que ilusório, com expectativas de completude. Desse modo, o elemento capital no entendimento das dimensões do corpo é sua incompletude constitutiva: é a falta – aspecto visado e diretamente impactado na pós-Modernidade – que se converte em alvo na produção capitalista. Em suas inúmeras tentativas de mascaramento do real pela imagem, é o corpo como sintoma que produz e sofre de seu próprio gozo.

Vale ressaltar, contudo, que antes mesmo de um corpo imaginário, há um corpo afetado por um gozo que não se pode eliminar, que a operação de significação não pode dissipar. Assim, encontramos um sujeito “não fixado a um significante, tornando insuficiente toda a possibilidade de identificação oferecida pelo Outro, o que garante a manutenção da repetição que o refunda cada vez que o trajeto da pulsão em direção ao objeto se refaz” (*Ibidem*, p. 251).

Em sua face imaginária, o corpo como desenlace da violência pode ter seu primeiro tempo localizado formalmente na própria fundação do eu (considerando-se a imagem especular e as imagos que subsidiam o estádio do espelho), confundindo-se a violência daquilo que é reivindicado de fora como imposição, projetado como ideal na criança, com a própria emergência do sujeito. Trata-se, aqui, da violência não apenas em seu caráter imaginário e que se origina da condição de desamparo estrutural, mas também da linguagem, uma violência primária “porque impõe ao outro uma determinação antes mesmo desse outro

poder expressar suas vontades, ou até mesmo necessidades. Mas é uma determinação absolutamente imprescindível” (Marin, 2002, p. 82).

Um segundo tempo da violência pode ser reconhecido no Complexo de Intrusão anteriormente mencionado. Como já apresentado, a rivalidade na disputa pelo objeto traz à tona a agressividade e seus aspectos imaginários. O ciúme como afeto predominante demonstra que a “agressividade domina a economia afetiva nesse período, mas também que ela é sempre simultaneamente sofrida e imposta, ou seja, sustentada por uma identificação com o outro que é objeto da violência” (Lacan, 1938, p. 45).

Pode-se dizer que o terceiro tempo da violência tem sua origem situada nos encontros e desencontros que acarretam na destituição da perfeição narcisística de *His Majesty the Baby*, com o perecimento do eu-ideal e a constituição do ideal-do-eu, como postula Freud em seu trabalho sobre o narcisismo (1914). Esse momento é marcado por uma ruptura nos laços imaginários da perfeição inabalável, produzindo o ódio como afeto prevalecente nas relações de objeto.

O ego odeia, abomina e persegue com intenção de destruir, todos os objetos que constituem uma fonte de sensação desagradável para ele, sem levar em conta que significam uma frustração quer da satisfação sexual, quer da satisfação das necessidades autopreservativas. Realmente pode-se asseverar que os verdadeiros protótipos da relação de ódio se originam não na vida sexual, mas da luta do ego para preservar-se e manter-se. (Freud, 1915a, pp. 142-143)

A violência se apresenta à medida que, de modo arbitrário e opressor, a experiência prática contraria o que se constituiu no espelho. Assim “a descoberta da exterioridade, do contato com a cisão, com a separação, é violenta, mas é o que constitui o indivíduo social” (Marin, 2002, p. 83). Aqui, em outras palavras, encontramos igualmente a violência da falta e da imposição de limites (associados ao complexo de Édipo) cujo início é circunscrito simbolicamente pela lei da proibição do incesto e sua perda de gozo. Nessa perspectiva, estamos diante de um modo de violência que é, antes de tudo, constituinte, estruturante da condição de surgimento do sujeito.

Propomos, então, um quarto tempo da violência, que se daria como desdobramento dos três primeiros. Trata-se, aqui, do que depreendemos na psicanálise como um princípio que designamos como “Um onipotente”, que parte, mas não se confunde com a teoria do Um de Lacan. Esse princípio adquire caráter especialmente potencializado na condição pós-Moderna (de baixa ou nenhuma tolerância subjetiva) e envolve a negação da alteridade em sentido lato (de um

outro ao Outro), em uma espécie de sobreposição subjetiva que implica a obliteração do semelhante (em seu aspecto dual e que produz a ameaça e o risco de apagamento de si mesmo) ou numa aniquilação – ainda que temporária – do próprio sujeito (no que se refere à política do ato diretamente contra si). Qualquer resquício da relação com o outro, com o mundo exterior ou consigo mesmo que toque em elementos estruturantes do imaginário e que implique um lapso ou ausência de recursos do simbólico pode evocar a emergência do real da violência e seu gozo.

Vale notar que diversos elementos podem ser identificados e localizados como disparadores desse processo. Obviamente, embora tal construção se dê de modo absolutamente singular para cada um, uma qualidade comum é o fato de que tais elementos colocam em xeque uma série de fatores repudiados pelo sujeito com os quais não se quer confrontar. É preciso, diante dessa configuração, que possui caráter de urgência, eliminar aquilo que toca no insuportável³⁷, aquele que in(corpo)ra a figura do estranho familiar, o *Unheimliche* freudiano (Freud, 1919), a estranheza que pode ser encontrada no próprio sujeito.

Assim, é no corpo, na forma de violência, que o sujeito pode encontrar um suporte para o gozo e o excesso pulsional que se impõem, seja sob a condição de sujeito agente ou sujeito assujeitado. O corpo adquire, nesse viés, caráter de suporte privilegiado devido à inerente relação que tem com o gozo e a pulsão, conceito entre o psíquico e o somático que produz exigência de trabalho (Freud, 1915a, p. 127).

Tal vínculo íntimo no corpo também é reestabelecido por Lacan a partir de seus registros imaginário (formador do eu), simbólico (corpo erógeno, produtor e receptáculo de significações) e real (corpo habitado pela pulsão). Consequentemente, o corpo pode operar como destino da violência justamente porque, como indica Fernandes (2003), pode ser o “palco onde se desenrola o complexo jogo das relações entre psíquico e somático, e como personagem integrante da trama dessas relações” (pp. 33-34). Logo, quando em seu elo com o

³⁷ Encontramos aqui o mecanismo fundamental da violência no que diz respeito ao imaginário e às identificações que o constituem. Quando o imaginário tem seus alicerces abalados e aquilo que orienta o sujeito no mundo e lhe dá estabilidade, ainda que de forma meramente paliativa ou ilusória, é posto em dúvida, o ato de violência enquanto defesa eclode na tentativa do sujeito se proteger contra a perda de seus referenciais identificatórios. Procura-se, assim, alguma proteção contra um iminente e presumido aniquilamento, suposição que encontra respaldo no excesso de tensão que se acumula no psiquismo.

corpo, uma das instâncias responsáveis por sua função de recurso subjetivo estruturante ou civilizatório fracassa, o resultado pode se dar na forma de eclosão da violência enquanto ato-resposta àquilo que invade e ameaça a integridade do sujeito e seu corpo falante e de imagem.

A proposta de analisarmos a violência como um fenômeno de contornos específicos na atualidade – estrutura sintomática coletiva notável – encontra respaldo para além dos princípios teóricos lacanianos sobre o imaginário. Precisamente a prática clínica – reflexo peremptório dos novos paradigmas estabelecidos na pós-Modernidade – constitui-se como um dispositivo singular para a verificação da violência, suas causas e efeitos na subjetividade; também para a construção de hipóteses clínicas, aportes teóricos bem como a criação de estratégias particulares para a abordagem e manejo da questão.

A violência, além de integrar a cultura, apresenta-se como uma marca histórica coletiva e individual, sendo componente substancial e estruturante da subjetividade. Com a proposição do princípio do Um onipotente articulado ao registro do imaginário, suas matrizes e desdobramentos, e à política vigente de imperatividade de gozo (em sua origem, não-eliminável), vimos que a coordenação desses elementos produz uma violência que se expressa, entretanto, de modo muito singular por meio da tentativa de aniquilação da alteridade, das perspectivas frágeis de relação com o outro e do reconhecimento de singularidades.

Vivemos em uma época na qual a não-violência parece se mostrar possível apenas na ausência do outro, o que, em última instância, aponta para a necessidade de um insustentável isolamento ou de uma posição subjetiva solipsista no mundo de hoje. Do contrário, observamos contínuas expressões de violência que beiram a ferocidade. Todavia, sabemos que a agressividade é intrínseca ao sujeito e, portanto, não pode ser entendida apenas como reação àquilo que vem de fora, mas é, sobretudo, resultado do imaginário que captura o outro na forma de uma percepção hostil da presença do outro e ameaçadora ao psiquismo.

A nosso ver, a função de uma análise poderia ser entendida, *grosso modo*, como uma intervenção sobre esse real do gozo da violência, produzindo, por meio de seu reconhecimento, ainda algo da ordem do simbólico que se possa operar por intermédio da linguagem, levando o sujeito a questionar a si mesmo e reconhecer o gozo que pode estar implicado em si. Se a violência se manifesta como real e gozo, é possível que algo seja elaborado e transformado no nível da pulsão, como propõe Lacan (1964, p. 172).

Desse modo, a psicanálise aposta (ainda) na possibilidade de modificar a relação do sujeito com seu próprio gozo, produzindo algum endereçamento do sintoma a partir da reinserção da palavra e fazendo da violência e da servidão à imagem um saber de si que pode funcionar como via de transformação daquelas. Também a arte, cuja ênfase na investigação da presente tese será dada pela via da literatura, pode operar como ferramenta semelhante, possibilitando novas formas de criação de si e de reconhecimento do outro, atuando como barreira ao gozo da violência e tratamento do trauma, temas que serão abordados nas próximas seções desta tese.

1.4

Estados de Violência: Segregação e Ódio

A política que respalda a violência e a eleva a uma espécie de mote existencial na pós-Modernidade tem sua eclosão favorecida no encontro com o outro, sobretudo quando esse outro se apresenta como percepção de uma figura de um estranho – aqui, iremos considerar que o imigrante é o sujeito que encarna tal estranheza. Esse modo de organização das subjetividades na atualidade, quando qualquer forma de alteridade é compreendida como inimigo, franqueia o que denominaremos como “estados de violência”, termo formulado pelo filósofo francês Frédéric Gros (2009) para se referir às constantes e abruptas conflagrações da violência na contemporaneidade, entendidas pelo autor como uma nova modalidade de guerra.

A articulação entre as vivências de guerra e a violência se dá de modo inerente. O tema foi abordado por Freud – que atravessou a primeira grande Guerra e vivenciou igualmente os efeitos deletérios do início da segunda – em diferentes momentos de sua produção e, inevitavelmente, uma reflexão sobre sua natureza na atualidade se faz necessária.

Birman (2018) pontua que as guerras na atualidade se instalam majoritariamente como resposta à política neoliberal que “suspendeu os *direitos sociais* e rompeu ativamente com os *laços sociais*, sempre em nome dos imperativos do mercado” (Birman, 2018, p. 13). Ainda que nem todas as guerras sejam desencadeadas por disputas e conflitos comerciais, pode-se dizer que a lógica subjacente a essa ideologia está sempre presente. As guerras de hoje sofreram transformações e não necessariamente são marcadas por conflitos armados, mas pelo seu caráter de risco permanente e seus efeitos no laço social.

Frédéric Gros (2009) argumenta, justamente, que esse novo modelo de organização pode ser denominado como “estados de violência” fundamentado no ódio como ponto central. Além disso, constitui-se pautado em uma cultura do medo e no engendramento de uma temporalidade indefinida, pois não se sabe quando, onde, ou se terão início e fim, e nem se haverá um cenário com espaços demarcados para a realização dos combates, podendo se desenrolar em um lugar específico ou atravessando fronteiras globais. Também o dizer encontra-se fora da censura e uma série de discursos abomináveis – racistas, xenófobos e preconceituosos – geradores de ódio, medo e incerteza, proliferam-se e afetam todas as esferas de relações – do público ao privado, do coletivo ao individual.

O racismo, segundo o *Grande Dicionário da Língua Portuguesa* (2013), pode ser definido como uma “atitude preconceituosa e discriminatória contra indivíduos de determinada(s) raça(s) ou etnia(s)”, atitude cuja fundamentação estaria ancorada em uma “teoria que afirma a superioridade de certas raças e nela assenta a defesa do direito de dominar ou mesmo suprimir outras” (p. 7724). Já a definição de xenofobia é a “antipatia ou aversão pelas pessoas ou coisas estrangeiras” (p. 9605).

De acordo com *Merriam-Webster*³⁸, editora estadunidense especializada na publicação de dicionários, ambos são termos que, embora possibilitem certa

³⁸ Cf. <https://www.merriam-webster.com/words-at-play/xenophobia-and-racism-difference>, recuperado em 22 de março de 2022.

distinção entre si, também podem apresentar algum grau de justaposição semântica com a ideia de nativismo, isto é, com a ideia de uma política que favorece os nativos (ou aqueles considerados pares) em oposição aos outros (não semelhantes). Assim, ainda que possamos associar o racismo à raça que, por definição, abarca características iminentemente fenotípicas, e a xenofobia à etnia, que engloba também fatores culturais (como nacionalidade, língua, religião, tradições etc.), ambos os termos se amparam no par ódio/medo e geram, irremediavelmente, segregação – palavra que se refere tanto ao processo quanto ao resultado. Nesta tese será priorizado o viés do ódio e, apesar das sutilezas que diferenciam os termos, racismo e xenofobia serão compreendidos como acepções que se sobrepoem.

Pode-se afirmar que hoje, sobretudo devido aos princípios constituintes dos Direitos Humanos, o racismo se apoia muito mais em uma retórica da diferença do que em uma retórica de inferioridade, pois não se trata mais (somente) de uma exploração ou de uma tentativa de dominação, como evidenciava no passado o estabelecimento de um sistema escravagista ou colonial, mas, o que está em jogo é uma lógica de afastamento, exclusão e segregação – em última instância, trata-se da eliminação do Outro.

Neste ponto, a ideia de segregação articulada ao desenvolvimento da psicanálise nos parece muito prolífica para esclarecer as assertivas previamente expostas, principalmente por constatarmos que a segregação se dá de modo intrinsecamente associado à agressividade e à violência.

A segregação, na qualidade de um elemento estrutural, está relacionada não apenas à fundação de uma alteridade primordial, mas também à separação primordial, movimento necessário para a constituição do sujeito e descrito por Freud em *A negativa* (1925) em função do juízo – cuja matriz é o corpo – que se faz do objeto. Anteriormente o autor já desenvolve a ideia ao instituir a emergência do eu a partir da expulsão e afirmação (introjeção do prazer; expulsão do desprazer ou, em termos lacanianos, alienação e separação), estabelecendo um dentro/fora. O eu, como descrito anteriormente, necessita das tendências agressivas para executar tais movimentos e é da batalha por sua conservação que nascem os protótipos para as relações de ódio. O ódio é resultado, portanto, decisivamente da relação do sujeito com o seu desprazer: “o eu odeia, abomina e

persegue, com intenções destrutivas, todos os objetos que constituem fontes de sensações desprazerosas” (Freud, 1915a, p. 56).

Dessa forma, fundamentado nos fenômenos do narcisismo e autoerotismo, o eu opera como objeto, de modo que o exterior se torna opaco como fonte de satisfação. Os dois fenômenos, que se fundamentam na lógica do prazer e desprazer, fazem com que o eu introjete os objetos externos apenas à medida que proporcionem prazer, e expõem o que, em seu interior, é sentido como desprazer. “O eu extrai de si uma parte, que projeta no mundo externo e sente como hostil” (Freud, 1915a, p. 55), entretanto, vale ressaltar que a parcela de si, afastada com ódio, é integrante do próprio sujeito e não uma entidade que se coloca a partir do exterior. Assim, a destruição do objeto que causa desprazer, com o intuito de conservar o eu, torna-se prioritária e se destaca em detrimento do prazer, de qualquer satisfação, ou seja, a destruição opera na linha de frente como mecanismo de defesa do eu.

Em *Totem e tabu* (1913), a segregação também desponta: o pai da horda, como efeito de detenção exclusiva sobre o gozo, segrega os outros, tornando-os irmãos. É a partir daí que Lacan (1970) diz: “Só conheço uma origem da fraternidade... é a segregação” (p. 107). É a fraternidade que estrutura os laços e a formação de grupos, desde a família, raça, religião, até a ideia de nação. Logo, pode-se concluir que a violência fundamenta a diferenciação e a segregação é inexorável para sua manutenção.

Jacques-Alain Miller, em seu curso denominado *Extimidad* (2010), demonstra que o que fundamenta o racismo é a segregação e, para tanto, parte justamente da condição migrante, referenciando Freud – ele mesmo, que teve de se exilar ao fugir da *Gestapo* e tornou-se um imigrante na Inglaterra –, e também da compreensão de sujeito para a psicanálise: “O sujeito como tal, definido por seu lugar no Outro, é um imigrante. Não definimos seu lugar em si mesmo porque apenas tem lugar no Outro” (Miller, 2010, p. 45, *tradução nossa*)³⁹. O autor afirma: “Se o problema parece insolúvel, é porque o Outro é o Outro dentro de mim mesmo. A raiz do racismo é o ódio ao próprio gozo. [...] Se o Outro está

³⁹ El sujeto como tal, definido por su lugar en el Otro, es un inmigrante. No definimos su lugar en lo Mismo porque solo tiene hogar en lo del Otro.

dentro de mim em posição de extimidade, é também o meu próprio ódio” (p. 55, *tradução nossa*)⁴⁰.

Aqui, recuperamos Lacan (1969-1970) em sua afirmação de que o “desprazer [...] não quer dizer outra coisa senão o gozo” (p. 81). É essa vertente do gozo, na qualidade de desprazer – aspecto determinante para a emergência do ódio – que nos interessa nesta argumentação, pois as expulsões inaugurais que fundam o sujeito, são, assim, expulsões de gozo que revelam que o representante do desprazer repellido não pertence ao sujeito.

Dessa forma, o gozo do ato exordial da expulsão pode ressurgir posteriormente na figura do outro, esse gozo em seu caráter exterior/íntimo do qual se quer distância ou destruição. Portanto, sendo o eu estabelecido (também) a partir daquilo que foi expulso (um não-eu), ele se configura como uma marca de insciência, de desconhecimento sobre aquilo que é não-eu, que é expulso e atribuído ao outro do exterior, mas que também faz parte do eu – dinâmica que desencadeia a ideia de um exterior íntimo: o êxtimo lacaniano – que o outro próximo pode potencialmente encarnar, sobretudo quando esse outro já se constitui objeto de xenofobia, pronto para ser eliminado.

Freud (1919) explicita por que a figura do estranho/estrangeiro pode materializar temores e ódio e se tornar alvo fácil da potência agressiva intrínseca a todo sujeito – bidirecional em sua gênese – na medida em que seus corpos são eleitos como representação do mal-estar social. A destrutividade da pulsão de morte expressa o “mal radical”, como define Garcia-Roza (1990), e um modo de tentar desbastar essa ideia psiquicamente constituinte e (des)estruturante do sujeito é por meio de processos concomitantes de expulsão do outro hostil e de sua projeção no estranho, negando-se algo sobre si mesmo a partir de sua atribuição a outrem, ou de reconhecimento do desprazer na presença do estranho.

Transfere-se, desse modo, para esse, os elementos hostis e odiáveis que o eu narcísico quer expulsar de si. Por isso mesmo, ao tratar da figura do estranho, Freud o remete ao *duplo*, pois a “estrangeiridade” do outro se configurará em uma espécie de báscula daquilo que se constitui ao mesmo tempo como estranho e familiar ao sujeito.

⁴⁰ Si el problema tiene aspecto de insoluble, es porque el Otro es el Otro dentro de mí mismo. La raíz del racismo es el odio al propio goce. [...] Si el Otro está en mi interior en posición de extimidad, es también mi propio odio.

Lacan, como desenvolvido anteriormente, reitera a existência de um vínculo com o outro como sendo essencialmente agressivo, fundamentado na especularidade imaginária do estágio do espelho e na organização do supereu como manifestação da cisão do sujeito em oposição a si mesmo. A agressividade é, nesse caso, essencial para que haja diferenciação entre eu e outro, e fenômenos como o transativismo e o complexo de intrusão demonstram seu papel na fundação do sujeito.

Além disso, a partir da noção de extimidade, o outro pode se constituir como objeto de segregação e ódio quando, no encontro, aquilo que é íntimo do sujeito e produz horror é tocado e tomado como proveniente do exterior, do outro, representante do não-eu. A ignorância, convicção que desconsidera o pensamento crítico, não observa a extimidade e relega ao objeto de ódio a posição de algo integralmente externo ao eu, desumanizando-o e criando uma falácia dicotômica na qual o eu representa o bem e o outro, o mal. Logo, trata-se de negar a divisão do próprio sujeito.

Considerando-se o caráter permanente e estrutural da agressividade, Lacan (1948) encontra na função simbólica um mecanismo apaziguador que permite a coexistência humana, recurso que é destacado por seu caráter de dissolução plena na atualidade. Contudo, ao prosseguir no caminho aberto por Freud, Lacan (1957-1958) foi mais além e pôde definir a violência como ato de agressão (passagem ao ato) frente àquilo que a palavra não pode contemplar. Trata-se, portanto, da incidência do real que produz um gozo que não permite atribuição de sentido. Assim, em Lacan, a agressividade permitiria simbolização, interpretação e, portanto, recalque. Já a violência é aquilo que escaparia à ordem simbólica e circunscreve-se ao registro do real.

Conforme já discutido, a psicanálise apresenta uma abordagem singular sobre a agressividade – instituindo-a como essencial para a emergência do eu. É mesmo por meio de uma violência original e traumática (de entrada na cultura e

na linguagem) que se estabelece uma primeira diferença, de modo que um sujeito se conforma como resposta a um gozo do qual foi objeto. Diferentemente de outros campos do saber que adotam uma perspectiva de caráter eminentemente sociológico sobre o fenômeno, a violência se estabelece de modo paradoxal para a psicanálise, isto é, não circunscrita apenas aos seus aspectos deletérios. Como reitera Aulagnier (1979), a violência primária, inerente a todo vínculo primordia,l é uma ação necessária para a estruturação do psiquismo. A violência, portanto, para além de uma atribuição de juízo de valor e de seus princípios ora estruturantes e ora potencialmente desestruturantes, é fundamental para a constituição do sujeito.

Todavia, para além de seus aspectos paradoxais e intrinsecamente constitutivos de cada sujeito, como pensar a violência e seus efeitos nocivos na qualidade de sintoma social oriundo de uma política do ódio corroborada pelos Estados? A psicanálise, embora ofereça uma compreensão do fenômeno da violência enquanto condição para a organização da subjetividade, permite igualmente uma chave de leitura que contribua para uma análise de tais práticas aniquiladoras, deslindando o porquê de seu recrudescimento e manutenção na coletividade. Se a cultura constitui o sujeito, pensá-la como fator de produção de subjetividade se torna tarefa obrigatória. Assim, a política na contemporaneidade, na qualidade de um sistema que alimenta as engrenagens do ódio, nos interessa porque fomenta as violências nas mais diversas instâncias. E, se a psicanálise, com seu método, articula-se àquilo que é político e social, é convocada a contribuir de “forma a elucidar os modos atuais de enredamento do sujeito, do seu gozo, desejo, saber e verdade, nas estratégias de poder nestes tempos sombrios” (Rosa *et al*, 2018, p. 17).

O ódio como política, título do livro organizado por Esther Solano (2018) que promove reflexões sobre a ascensão das novas direitas políticas no Brasil, não delimita o ódio como algo original de nossos tempos – apesar das singularidades do nosso contexto – nem o circunscreve ao Estado brasileiro. Contudo, o ataque e o repúdio à democracia, como formula Rancière (2014), sua exacerbação como discurso eleitoral e sua promoção como modo predominante de gestão do poder, nos convoca a realizar alguma ponderação, principalmente no que se refere à articulação com grupos sociais mais vulneráveis. O conservadorismo cultural aliado ao fanatismo/fundamentalismo religioso e ao ultraliberalismo econômico

promovem resultados catastróficos ao legitimar práticas de segregação e de exclusão: trata-se de uma *bio-necropolítica*, como propõe Lima (2018).

A *necropolítica*, conceito forjado por Achille Mbembe (2018), filósofo camaronês, é desenvolvido a partir de uma análise da atuação do Estado que, ao validar a desumanização de determinados grupos, torna qualquer violência possível – de agressões verbais e físicas até a morte. Essa política da morte e do extermínio não é uma exceção, mas uma regra que ultrapassa as fronteiras de países colonizados e neocolonizados e alcança o estatuto de fenômeno global na precarização de vidas com o uso da força e da violência. Se a ação do Estado legaliza o uso ilegítimo da força para matar e prescinde de seu papel de cuidado e bem-estar social, o desamparo deixa de se colocar na linha do horizonte e emerge como risco real e concreto no qual a desintegração do corpo se estabelece como limite da falta de garantias.

Rosa, Alencar e Martins (2018) consideram que os ódios “devem ser tratados pela política, e seus mecanismos elucidados pela clínica psicanalítica” (p. 18). Para tanto, abordam a questão a partir das paixões do ser, de modo que o ódio se apresenta como afeto que instaura a ignorância e a negação da alteridade a partir da ênfase no registro imaginário e no real. Sem mediação simbólica, que recai na ignorância, na qualidade de certeza e convicção paranoica, o sujeito se crê autônomo e independente da identificação com o semelhante e abre-se para o gozo seguindo as coordenadas discursivas da época: sem limites.

Em termos freudianos, trata-se da negação do desamparo a partir da degradação do laço social e destruição do outro. Para Lacan, como estabelecido em seu *Seminário de um Outro ao outro* (1968-1969), trata-se de uma tentativa de privatizar o gozo para si, neutralizando o outro, pois este “atrapalha o imaginário de felicidade, a ilusão narcísica de autonomia e de uma sociedade civilizada e sem conflitos. O discurso do poder induz certezas sobre a necessidade de expulsar/eliminar quem atrapalha tal ilusão” (Rosa *et al*, 2018, p. 20). Ao outro é atribuído, então, papel de inimigo, como define Mbembe em *Políticas da Inimizade* (2017), e devem, portanto, ser exterminados devido à sua “diferença semelhante”.

Posto isso, um aspecto que se recupera desse cenário é a invariável presença de relações de força, disputa de poder no espaço social e suas consequências subjetivas. Freud, com sua formulação a respeito do narcisismo das

pequenas diferenças sublinha a “impossibilidade do sujeito moderno de suportar qualquer diferença, nas escalas individual e coletiva, de forma que o estado de guerra permearia os laços sociais na modernidade avançada” (Birman, 2018, p. 14). Assim:

[...] o trauma se destaca como forma de experiência paradigmática na contemporaneidade, nos contextos delineados pelas catástrofes naturais e sociais, evidenciando como a dor impossibilita as experiências de sofrimento, se entendermos que esta requer a mediação do outro, e as destacando como formas de subjetivação, num mundo permeado pela vida nua. (*Ibidem*)

Considerando-se o caráter de continuidade da violência, diferentes modalidades de processos psíquicos emergem como desdobramentos defensivos e, ao mesmo tempo, também promotores desta. Nesse contexto, recursos subjetivos como a possibilidade de elaboração do trauma e a sublimação pulsional se constituem como processos de especial interesse nesta tese.

TRAUMA: ORIGENS E DESTINOS

De acordo com o *Dicionário Priberam da Língua Portuguesa*, o verbete trauma apresenta duas acepções: “1. Lesão local proveniente de um agente vulnerante” e “2. Agressão ou experiência psicológica muito violenta”. A primeira, pode-se dizer, refere-se principalmente aos efeitos do trauma, seu vestígio por meio de uma marca; um dano produzido por agente dotado de determinada capacidade para afetar. A assertiva indica que não é qualquer agente que pode produzir um trauma, mas, qualquer um poderia assumir tal papel mediante certa especificidade, por estar/ser provido de determinado potencial para afetar um sujeito. Ou seja, é preciso que, além das circunstâncias contextuais, seu promotor possua alguns atributos que possibilitem uma ação “traumatogênica”⁴¹.

O segundo significado, por sua vez, traz em si elementos que fazem referência à dinâmica de ação do trauma e evidenciam o caráter de violência da experiência, de modo que a agressão em jogo pode ser compreendida como um evento de ordem física, psicológica ou ambas. Em outras palavras, uma agressão, um ato violento, pode se estabelecer no real do corpo, no organismo, e também produzir reverberações no psiquismo. Dessa forma, o que caracteriza o trauma é seu caráter de violência e aptidão para afetar determinado sujeito, de modo que sua origem pode estar no âmbito físico e/ou psíquico (ou ambos) – produzindo impactos subjetivos – aspecto ao qual, nomeadamente, esta tese direciona seus interesses.

A palavra “trauma”, portanto, comporta ampla polissemia e transborda significações que podem implicar diversos campos. Como bem aponta Rudge (2006), há também uma particularidade no termo – a manutenção da mesma grafia e sentidos em quase todas as línguas, especialmente nas modernas e ocidentais:

⁴¹ Pode-se dizer que o trauma, assim como o objeto da pulsão, pode ser determinado por aquilo que Freud designa como “peculiar adequação”, isto é, sua aptidão – de acordo com uma espécie de encaixe subjetivo – para que algo produza efeito no psiquismo de um sujeito. “O objeto [*Objekt*] de um instinto é a coisa em relação à qual ou através da qual o instinto é capaz de atingir sua finalidade. É o que há de mais variável num instinto e, originalmente, não está ligado a ele, só lhe sendo destinado por ser *peculiarmente adequado* a tornar possível a satisfação”. (Freud, 1915a, p. 143).

“Essa peculiaridade sugere uma qualidade do tema, que é a de se prestar a uma abordagem múltipla, transdisciplinar [...]” (p. 8).

No que se refere à psicanálise, as definições do dicionário são muito convenientes ao evidenciar, ainda que não de modo explícito, os diferentes momentos da(s) teoria(s) do trauma desenvolvidas por Freud e sua reassunção por Lacan. Aqui, optamos pelo uso do vocábulo teorias, no plural, devido aos (re)arranjos e (re)interpretações conduzidas pelos psicanalistas no decorrer de suas elaborações e, também, à apropriação, aplicação e desdobramentos produzidos por outros teóricos.

Freud, como consequência de sua formação acadêmica, tem seu primeiro contato com o trauma em um contexto médico. Na medicina, como já apresentado indiretamente na primeira definição lexical, o trauma corresponde a uma forma de ulceração no organismo impelida por agentes externos capazes de fazê-lo sob determinadas condições. No campo psicológico, o autor inaugura seus estudos sobre o trauma localizando-o como etiologia das neuroses, particularmente da histeria.

Em um momento inicial, o fenômeno é entendido, psicanaliticamente, como resultado de um evento concreto que não sofreu descarga, isto é, um episódio cujos afetos envolvidos na experiência não puderam encontrar expressão. Assim, a “formação” do trauma atuaria como elemento desencadeador de sintomas por meio de reminiscências (associadas a um conteúdo inconsciente) dessa experiência (Freud, 1895). Como será desenvolvido a seguir, Freud prossegue em sua investigação e associa o trauma à fantasia, e posteriormente à compulsão à repetição e à pulsão de morte, destacando algo da sua dinâmica que se dá de modo inapreensível para o sujeito. Entretanto, preconiza o uso de formações discursivas e/ou narrativas como recurso possível diante dessa experiência.

Se, para Freud, a sexualidade se constituirá como algo de ordem traumática, para Lacan, citado por Miller (1997), “o verdadeiro núcleo traumático é a relação com a língua” (p. 21). É a constituição do sujeito, sua relação com o desejo do Outro, as contingências do real (e sua repetição), a entrada na linguagem (sua conformação como ser falante) e sua vinculação com o gozo que colocarão o trauma em cena como premissa. Na tese lacaniana, encontramos a equivocação do termo “trauma”, por meio de um jogo de palavras, com o

neologismo *troumatisme* – que em francês evoca a ideia de furo, buraco, *trou*, representação de uma fissura que provém do Outro – indicando que o traumático ultrapassa os registros do imaginário e do simbólico, remetendo ao real, às contingências e às limitações da palavra.

Posto isso, neste capítulo propomos uma concisa retomada do percurso teórico realizado por Freud e Lacan (e também seus comentadores), na elaboração das teorias do trauma, destacando sua relação com a violência e seus efeitos numa clínica não apenas do trauma, mas também do refúgio – cujas articulações ao campo social devem ser consideradas e cujo manejo exige que suas particularidades sejam constantemente (re)pensadas.

2.1

Teorias do Trauma: de Freud a Lacan

A noção de trauma teve lugar central nos primórdios da psicanálise e nasce de forma articulada aos estudos sobre a histeria. Pode-se dizer que o interesse por ambos os fenômenos tem sua origem localizada no período em que Freud esteve em Paris, de 1885 a 1886, quando foi contemplado com uma bolsa de investigação para dar prosseguimento aos seus estudos sob orientação do neurologista Jean-Martin Charcot, no Hospital Salpêtrière.

Charcot foi um médico renomado, considerado um dos mais importantes profissionais daquela época, e dedicou-se por muitos anos ao estudo das doenças orgânicas nervosas e crônicas. Quando Freud chega à França, Charcot concentrava seu trabalho no exame das neuroses, ocupando-se especificamente da neurose histérica e questionando os pontos de vista do senso-comum douto daquele período, que atribuíam caráter de simulação aos sintomas examinados. A histeria, até então, recebia contornos de enigma e não havia uma descrição categórica sobre a “doença” devido à sintomatologia, indeterminada e profusa, que podia apresentar.

Assim, o momento que marca o encontro de Freud com Charcot é deliberativo para o futuro da psicanálise. Em seu relatório referente ao período

transcorrido na Salpêtrière (Freud, 1886), primeiro texto que compõe a edição inglesa das *Obras Completas*, é possível verificar o afastamento de Freud da medicina e seu profundo entusiasmo pela psicologia propriamente. Tal desvio está intrinsecamente articulado às postulações clínicas de Charcot que, por sua vez, mesmo após a renúncia da hipótese por meio da qual tentava demonstrar que a neurose não era consequência de condições orgânicas ou lesões neurológicas definitivas, mas “dinâmicas”, sustentava que sua etiologia possuía caráter hereditário⁴², configurando uma predisposição, e seria, igualmente, resultado da vivência de eventos traumáticos factuais que produziam sintomas como resposta.

Uma originalidade da leitura freudiana sobre o fenômeno está na compreensão da sintomatologia. Esta se revelaria como resultado da vivência de um trauma psíquico e não, rigorosamente, de uma lesão física (embora esta também possa se apresentar de acordo com os diferentes contextos em pauta, como a vivência de uma guerra, por exemplo, capaz de promover as duas categorias). Portanto, o conjunto de sintomas que se expressa passa a ser compreendido como um *possível* desfecho, oriundo da formação de uma neurose traumática ou de uma histeria traumática – quadros cujas nosologias são compreendidas de formas independentes ainda que apresentem a vivência de um acontecimento traumático como elemento propulsor comum:

Nas neuroses traumáticas, a causa atuante da doença não é o dano físico insignificante, mas o afeto do susto – o trauma psíquico. De maneira análoga, nossas pesquisas revelam para muitos, se não para a maioria dos sintomas histéricos, causas desencadeadoras que só podem ser descritas como traumas psíquicos. Qualquer experiência que possa evocar afetos aflitivos – tais como os de susto, angústia, vergonha ou dor física – pode atuar como um trauma dessa natureza; e o fato de isso acontecer de verdade depende, naturalmente, da suscetibilidade da pessoa afetada [...]. (Freud, 1893, pp. 41-42)

É a partir dessa elaboração que o trauma se configura, nesse momento inicial e historicamente delimitado, como elemento deflagrador de expressões patológicas. No *Prefácio e notas de rodapé à tradução das Leçons du Mardi de la Salpêtrière (1887-8) de Charcot (1892-1894)*, Freud evidencia a relação entre o ataque histérico e recordações “alucinatórias” – lembranças inconscientes traumáticas que podem aflorar durante o ataque e que possuem caráter

⁴² Freud irá se dedicar a um artigo no qual tecerá considerações sobre esse aspecto, a saber *A hereditariedade e a etiologia das neuroses* (1896). O autor apresenta algumas formulações próprias sobre o assunto, mas ocupa-se, principalmente, em promover contestações à argumentação de Charcot.

significativo no irrompimento das manifestações históricas. O conteúdo rememorado⁴³ se constituiria, portanto, como parte integrante de um trauma psíquico que promove o desencadeamento da histeria. Esse detalhe é de absoluta relevância porque realça a articulação existente entre trauma, tempo e memória, aspectos vastamente explorados em diversos campos do saber que se dedicam à temática, como a literatura, por exemplo.

A lembrança que forma o conteúdo de um ataque histérico é uma lembrança inconsciente, ou, mais corretamente, faz parte do segundo estado da consciência, que está presente, organizado em grau maior ou menor, em toda histeria. Por conseguinte, essa lembrança ou está inteiramente ausente da recordação do paciente, quando este se encontra em seu estado normal, ou está presente apenas em forma rudimentar, condensada. Se conseguirmos trazer essa lembrança inteiramente à consciência normal, ela deixa de ter a capacidade de produzir ataques. Durante um ataque real, o paciente se encontra parcial ou totalmente no segundo estado de consciência. Nesse último caso, o ataque inteiro é coberto pela amnésia, durante sua vida normal; no primeiro caso, o paciente apercebe-se da modificação em seu estado e da sua conduta motora, mas os eventos psíquicos que ocorrem durante o ataque lhe permanecem ocultos. No entanto, podem ser despertados a qualquer momento pela hipnose. (Freud, 1892, p. 114)

O trauma, portanto, pode ser compreendido como uma espécie de formação de um “corpo estranho” no psiquismo, daí a máxima freudiana “as históricas sofrem de reminiscências” (Freud, 1895, p. 48), pois é o afeto “encarcerado” e vinculado à lembrança traumática o responsável pela irrupção dos sintomas.

A inacessibilidade à memória, de forma associativa e em estado “normal”, do evento que produziu o trauma e a incapacidade do sistema nervoso de se comportar de maneira ab-reativa às excitações atuáricas, dessa forma, como matriz causadora da doença. Assim, a eclosão da histeria e os sintomas que a denunciam seriam um esforço retroativo de complementar a reação ausente no momento do evento, entrave que pode ter se colocado como consequência, por exemplo, das exigências sociais, da irreversibilidade do evento ou de conflitos psíquicos. Por meio de sua reintegração, a lembrança poderia retornar à consciência e os afetos (em toda sua intensidade) finalmente encontrariam expressão.

⁴³ Em *Esboços para a comunicação preliminar de 1893* ([1892]/1940-1941), trabalho pré-psicanalítico realizado junto a Josef Breuer, a afirmação de que um acontecimento traumático não determina o desenvolvimento de sintomas já constava em suas assertivas. Trata-se, sobretudo, dos efeitos da resposta afetiva do sujeito diante das reminiscências de um evento.

É válido recuperar que foi por meio de sua experiência com a hipnose que Charcot pôde concluir que os sintomas histéricos não eram simulados e que as manifestações fisiológicas eram modificáveis. Por intermédio da sugestão hipnótica era possível tanto remover quanto criar um sintoma. Dessa forma, a hipnose constituiu-se como primeiro recurso técnico, do qual Freud se apropriou por intermédio de Charcot, utilizado no tratamento da histeria.

Em seu retorno a Viena, Freud retoma seu trabalho e, no tratamento dos diversos distúrbios de origem nervosa que chegam à sua clínica, faz uso da hipnose e de mecanismos sugestivos – métodos cujos indícios de limitação começavam a se apresentar, uma vez que nem todo indivíduo é sugestionável. Nesse momento, Freud se une a Josef Breuer, médico vienense e cientista e, dando prosseguimento a suas investigações, tem contato com uma paciente de Breuer, Anna O. – caso considerado paradigmático por diversos motivos: desde o descortinamento da transferência às reconsiderações sobre a técnica psicanalítica.

Nessa ocasião, foi possível observar que os sintomas histéricos da paciente desapareciam quando reencenados sob hipnose. Para além de uma simples rememoração ou descrição do evento considerado traumático, a paciente era conduzida a reviver suas experiências perturbadoras e estas eram acompanhadas da descarga emocional que não pôde ser exteriorizada no momento do acontecimento. Breuer designava como método catártico esse procedimento que incluía a liberação de emoções e afetos ligados ao evento traumático.

Freud, em *Recordar, repetir e elaborar* (1914), sublinha as alterações sofridas pela técnica psicanalítica: da catarse e ab-reação à associação livre. Por meio da hipnose se buscava o momento pontual da formação do sintoma com o propósito de descarregamento dos afetos não reproduzidos na ocasião de sua constituição. Posteriormente, a proposta associativa visaria à recordação que, concomitantemente à interpretação como forma de driblar a resistência promovida pela censura, forneceria elementos ao paciente. Finalmente, a partir da técnica sistemática, é proposta a identificação de resistências com a finalidade de apontá-las ao paciente, proporcionando o preenchimento de lacunas mnêmicas e, assim, tornando consciente o conteúdo recalado.

A experiência freudiana observada implica a reconstituição histórica do paciente e da reintegração pelo sujeito de sua própria história. A questão da rememoração e recuperação dos acontecimentos formadores e constituintes

adquire, então, papel menos relevante com o desenvolvimento da teoria. Trata-se e interessa de que modo o analisante realiza a leitura dessas lembranças e pode, a partir daí, compor tessituras para suas brechas, reescrevendo sua história particular.

Aqui, é importante ratificar que o trauma não é concebido como um acontecimento em si, mas algo é traumático para alguém de acordo com o processamento do evento pelo psiquismo, isto é, há trauma se há efeitos que o demonstrem; do contrário, não necessariamente uma tragédia acarreta trauma⁴⁴. Ou seja, o que está em jogo é determinada suscetibilidade individual e o valor traumático, que se conforma por adição e está atribuído a eventos que podem assumir qualquer ordem. Em psicanálise, portanto, o trauma – dinâmica que pode ser produzida de acordo com determinadas circunstâncias e afeta a organização psíquica, é um fenômeno que pode ser explorado apenas mediante a história única de cada sujeito, ideia que sustenta a compreensão do fenômeno até hoje.

O desenvolvimento de uma primeira teoria do trauma freudiana – associada à histeria, à ausência de ab-reação (afeto estrangulado) e à permanência de um corpo estranho que se mantém em ação como efeito da dissociação de ideias –, explica os mecanismos subjacente do fenômeno e tenta, igualmente, explicitar as causas que engendram e dificultam a integração da memória. Freud encontra respostas não apenas nas imposições sociais, que impedem uma reação correspondente às repercussões subjetivas do evento, mas principalmente nos conflitos psíquicos, que são “expressões de exigências internas inconciliáveis:

⁴⁴ O que, com relação ao tema central desta tese, não significa negar a violência presente nos contextos de deslocamento forçado, mas afirmar que tais episódios produzem efeitos diferentes para cada um. As contingências de formação do trauma, portanto, são impossíveis de serem generalizados e suas origens não estão sujeitas a previsões ou antecipações axiomáticas.

desejos e representações opostas, e mais especificamente, forças pulsionais antagonistas” (Chemama, 1996, p. 60, *tradução nossa*)⁴⁵.

A ideia de conflito psíquico e o recalçamento como mecanismo de defesa do eu (mantendo a ideia apartada da consciência) se torna essencial nesse momento da teoria, fazendo oposição à perspectiva promovida por Charcot que, assim como Breuer, partia da hipótese de um “estado hipnoide” como facilitador do trauma.

Para Freud, haveria, portanto, um arranjo psíquico vinculado à histeria que atuaria na formação de um quadro sintomático independente de um trauma físico ou de qualquer aspecto neurológico. As ideias antitéticas, assim nomeadas pelo autor, que seriam incompatíveis com o eu e fariam oposição às intenções do sujeito, são afastadas da possibilidade de associação e integração.

[...] em consonância com a tendência à dissociação da consciência na histeria, a ideia antitética aflitiva, que parece estar inibida, é afastada da associação com a intenção e continua a existir como ideia desconectada, muitas vezes inconscientemente para o próprio paciente. (Freud, 1893, p. 164)

Com o intuito de reforçar sua formulação inicial – a de que toda histeria possui etiologia em um trauma psíquico –, Freud aposta na natureza sexual do trauma como fundamento teórico. A construção do trauma se daria, assim, em duas etapas: a primeira cena (protocena) se conformaria a partir de um evento real e concreto, na infância, que tomaria a forma de sedução/abuso por um adulto – evidência à qual Freud tem acesso por meio de muitos relatos clínicos – e sua etapa posterior, que poderia se estender temporalmente de forma significativa, apoiando-se em um reconhecimento *a posteriori* que evocaria a primeira cena e a ressignificaria em seu caráter sexual⁴⁶. A memória da sedução, então, adquire valor traumático não no momento do acontecimento, que é silenciado por meio do recalçamento, mas após a significação deste, com uma experiência posterior que se associa com a cena infantil.

⁴⁵ Expresión de exigencias internas inconciliables: deseos y representaciones opuestos, y más específicamente fuerzas pulsionales antagonistas.

⁴⁶ Em *Moisés e o monoteísmo* (1939), Freud, ao realizar algumas ponderações sobre a neurose traumática em seu viés de repetição tanto na coletividade quanto em termos individuais, cita a “latência”, isto é, o “período de incubação” que se estabelece entre o acontecimento traumático e a manifestação de sintomas. Mesmo após a reformulação de sua teoria do trauma, com o abandono da teoria da sedução, a compreensão de um *só-depois* se mantém na dinâmica do fenômeno. Tal construção demonstra, mais uma vez, como a reestruturação do pensamento freudiano não abandona por completo suas etapas anteriores, mas com elas avança.

Em *Estudos sobre a histeria* (1895), ensaio no qual a ideia de trauma como etiologia das neuroses é desenvolvida extensamente, também o conceito de defesa é forjado. Trata-se de um “conjunto de manifestações de proteção do eu contra as agressões internas (de ordem pulsional) e externas, suscetíveis de constituir fontes de excitação e, por conseguinte, de serem fatores de desprazer” (Roudinesco & Plon, 2018, p. 141). Tal compreensão é importante para os estudos sobre o trauma devido aos aspectos econômicos constitutivos do processo.

Vale também ressaltar a relevância de tais formulações para a emergência do termo alemão *nachträglichkeit*, uma vez que a dimensão temporal (e suas marcas mnêmicas) conforma-se como aspecto primordial do trauma mesmo após o avanço e revisão da teoria; uma característica relevante do processo é, justamente, o fato de o efeito patogênico ser desencadeado e adquirir uma longa duração após o ocorrido. É o presente que, ao se associar ao passado, opera uma transformação em sua significação, atribuindo sentido sexual retroativamente.

Em português a posteriori e ‘posteriormente’ evocam a ideia de que o sujeito se afastou temporalmente do evento e agora, com a devida distância, reconsidera (rearranja mentalmente) o significado do evento. É como se, a partir de um posto de observação mais afastado do evento, o sujeito pudesse então avaliá-lo de forma diferente. O foco é sobre a distância temporal de visão/avaliação. Em alemão *nachträglich* enfoca a permanência de uma conexão entre o agora e o momento de então, mantendo ambos interligados. Pode-se ‘carregar para o passado uma nova visão’ (o que leva a um retorno e a um acréscimo de algo que faltava), ou então pode-se trazer (carregar) do passado para o presente o evento antigo e acrescentar-lhe algo, atualizando-o. (Hans, 1996, p. 83)

A partir dessa consideração, pode-se dizer que a memória traumática se constrói *só-depois*, de forma retroativa, e o efeito traumático está referido à fratura consciência-percepção. Tal acepção leva a que, na psicanálise, como já referido previamente, o trauma seja concebido em dois tempos, o que também remete à importância da memória histórica para o construto psíquico. De acordo com Freud (1896), o recalçamento de determinada lembrança de cunho sexual em um adulto ocorreria apenas quando esta pudesse despertar traços mnêmicos de um trauma vivenciado na infância. Assim, o que estaria em operação no trauma não seria o evento em si, mas a intensidade que advém de sua rememoração ressignificada.

Entretanto, mesmo após a configuração de uma teoria cuja fundamentação, aparentemente, sustentava-se de modo categórico, em carta enviada a Fliess em 1897 (Masson, 1986), Freud anuncia o início da reformulação de sua teoria a partir de constatações de incompatibilidades entre suas hipóteses. Diante da

difficuldade em trabalhar as cenas infantis com seus pacientes, a impossibilidade de manutenção da ideia de que todos os adultos pudessem ser perversos e, especialmente, a inviabilidade na distinção, no inconsciente, entre verdade e o investimento pulsional na ficção, ou entre acontecimento e experiência, a teoria da sedução é abandonada em prol de uma teoria da fantasia.

O trauma, por sua vez, torna-se quociente de uma cena de sedução fantasiada e a realidade psíquica é compreendida como fator basilar para sua demonstração. O papel das fantasias inconscientes históricas é investigado de modo que o trauma não subsiste como elemento desencadeador dos sintomas, mas como mais uma chave de leitura destinada a uma compreensão multifatorial e plural do fenômeno. Freud, então, passa a esquadrihar os sintomas não “como derivativos de traumas da infância, senão que são essas memórias construídas *a posteriori* com traços de acontecimentos reais da infância que dão origem aos sintomas” (Guzmán & Derzi, 2021, p. 5). O trauma, aqui, perde seu valor etiológico na neurose, que passa a se configurar pela confluência entre constituição (estruturalmente sexual) e um evento contingencial de natureza traumática.

Nesse contexto é estabelecida uma reformulação na teoria do trauma, contornada pela fantasia e pela sexualidade infantil como substituta do trauma. Com a primazia da fantasia, os elementos que podem ser determinantes e dotados de eficácia na produção da neurose passam a ser compreendidos não mais apenas como eventos concretos, mas também imaginários, com potencial igualmente traumático. Ou seja, um ponto de contato é usualmente mantido com o mundo exterior e com acontecimentos de ordens diversas, contudo, o elemento resolutivo é a repercussão produzida pela leitura individual que se faz dele. Trata-se daquilo que Lacan, depois, designa como êtímo: o interno afetado pelo externo, numa relação topológica moebiana.

A articulação entre a sexualidade infantil e a fantasia se dá na medida em que esta pode dissimular aquela: “[...] essas fantasias destinavam-se a encobrir a atividade auto-erótica dos primeiros anos de infância, embelezá-la e elevá-la a um plano mais alto. [...] detrás das fantasias, toda a gama da vida sexual da criança vinha à luz” (Freud, 1914, pp. 27-28). É após seus estudos sobre a sexualidade na infância e a teorização sobre o complexo de Édipo que Freud pôde renunciar à sua neurótica e à cena de sedução, trazendo à tona as fantasias inconscientes e

originárias nas quais despontam as representações de si e as histórias de suas origens para os sujeitos. As fantasias originárias, invariavelmente, estão referidas às relações parentais e compreendem romances familiares, de forma que nelas localizamos aspectos inerentemente relativos à sexualidade e a um desejo inconsciente. A fantasia opera, assim, como resposta ao enigma sexual.

Grosso modo, pode-se dizer que as fantasias oportunizam ao sujeito a experiência de vínculos familiares que extrapolam as normas sociais e a lei, de forma que, por intermédio desse recurso, torna-se possível significar as imposições traumáticas promovidas pela cultura e assimilar as consequências da submissão à castração. Dessa maneira, fica demonstrado como as fantasias estão amalgamadas à sexualidade e seguem envolvendo aquilo que é traumático – porém não na forma de um acontecimento *per se* ou desdobramento de uma situação de sedução, mas de um trauma estrutural, a saber: a diferença sexual e a castração.

Em consonância com as questões de seu tempo, o trauma, na qualidade anterior de um episódio sexual precoce, perde seu papel explicativo e Freud precisa se debruçar sobre novas manifestações clínicas: a neurose traumática, desdobramento dos contextos da Guerra e que evidenciava um vínculo intrínseco com experiências de violência, expressando-se, nas palavras de Rosa *et al* (2009), como “esse instante perpétuo”, tempo subjetivo que cristaliza e fixa de forma permanente no sujeito uma angústia que a princípio teria um caráter temporário. Assim, tem início a formulação de uma segunda teoria do trauma.

A neurose de guerra – uma forma de manifestação da neurose traumática, mas que não se confunde com uma categoria clínica propriamente, revelava uma fixação ao instante traumático, eventos que envolviam um risco de morte tangível e, muitas vezes, incidentes com lesões graves, dolorosas e perdas. Com isso, a asserção anterior, que articulava as neuroses traumáticas à histeria, precisou ser novamente balizada. Freud se encontra, então, frente a um impasse, pois as neuroses traumáticas se diferenciam das neuroses espontâneas (fobia, histeria, neurose obsessiva) devido à sua sintomatologia. De acordo com Caldas (2015), essa diferença pode se expressar de modo mais rigoroso ao reservarmos o termo traumático “às contingências que abalam a organização psíquica”, como demonstra a neurose traumática, e o termo trauma “ao que diz respeito à etiologia da neurose” (p.7).

Com a emergência de uma catástrofe mundial promovida pela Primeira Guerra, Freud pôde observar nos relatos clínicos dos pacientes diretamente envolvidos com os conflitos, o retorno repetitivo de cenas abomináveis, de modo que estas apareciam regularmente nos sonhos – fato que o obriga a rever a concepção de sonho como realização de desejo e o conduz ao desenvolvimento de sua segunda tópica, com destaque para o conceito de pulsão de morte.

É como se esses pacientes não tivessem findado com a situação traumática, como se ainda estivessem enfrentando-a como tarefa imediata ainda não executada [...] Realmente, o termo ‘traumático’ não tem outro sentido senão o sentido econômico. [...] Assim, a neurose poderia equivaler a uma doença traumática e apareceria em virtude da incapacidade de lidar com uma experiência cujo tom afetivo fosse excessivamente intenso. (Freud, 1917, p. 325)

Os sonhos traumáticos dissiparam, dessa forma, a compreensão de um psiquismo gerido pelo princípio do prazer. A finalidade do sonho coloca-se, então, como uma diligência de promoção de alguma elaboração psíquica para que, assim, o princípio do prazer possa ser reestabelecido.

Freud, ao investigar as neuroses graves oriundas dos contextos de guerra, mesmo tendo que reavaliar seu arcabouço teórico, não retrocede em relação à natureza psíquica de sua manifestação. Trata-se, ainda, da defesa do eu contra perigos (oriundos do mundo externo, no caso das neuroses traumáticas, e contra a própria libido que é tomada como ameaça, nas neuroses de transferência) que se estabelece na forma de um conflito psíquico, podendo-se inferir, também, que “a causa imediata de todas as neuroses de guerra era uma inclinação inconsciente, no soldado, para afastar-se das exigências perigosas e ultrajantes para os seus sentimentos” (Freud, 1920, p. 267). A neurose de guerra, portanto, pode ser aproximada da neurose traumática na medida em que aquela também irrompe em tempos de paz diante de qualquer experiência assustadora ou violenta, como um acidente, por exemplo, mas se afasta das neuroses de transferência, cuja etiologia é sexual.

Consideramos substancial destacar o contexto de onde emergem as formulações sobre a neurose traumática não somente porque a questão se aproxima ao tema desta tese, mas também porque é a partir dele que Freud reorganiza as bases de sua metapsicologia. Em especial, ressaltamos a compulsão à repetição como um fenômeno que irá marcar a experiência como tentativa de elaboração do trauma. Se na neurose espontânea se vislumbra uma relação simbólica com as fantasias, na neurose traumática a mesma compreensão não é

válida, pois se trata de uma reprodução não metaforizada de um evento traumático.

Em *Além do Princípio do Prazer* (1920), Freud altera e amplia sua compreensão do trauma. Nesse ensaio são postulados alguns aspectos das neuroses traumáticas: a imprevisibilidade, fator que se manifesta na forma de uma surpresa acompanhada de terror⁴⁷, e um prejuízo sofrido que engendra a emergência da neurose.

Freud dá ênfase aos elementos econômicos do conceito por intermédio da utilização da imagem da vesícula viva, detentora de uma camada protetora contra a excitação, como ilustração. Trata-se, nessa retomada, de conceber o trauma como um evento que acarreta a ruptura da barreira de proteção do psiquismo ao sofrer uma efração significativa, de modo que há uma invasão de estímulos que produzem desprazer e um excesso de excitações no interior do dispositivo. Essas excitações ali se mantêm porque se dão de forma não-ligada, isto é, em forma de uma energia sem representação.

O trauma é, então, descrito como a omissão das ligações psíquicas no momento do evento, o que deixaria sequelas que se manifestariam na forma de vivências de excesso, violência e repetição. Freud também vai ressaltar que, devido ao excesso que invade a vesícula, todos os sistemas psíquicos se empobrecem na medida em que devem produzir um “contrainvestimento”, paralisando ou reduzindo as demais funções do psiquismo.

O aparelho psíquico, por sua vez, tenta realizar as ligações psíquicas num esforço de reestabelecimento de um campo das representações que, posteriormente, permitiriam sua descarga, sendo a compulsão à repetição considerada uma tentativa de ligar o excesso pulsional que ali se dá. As excitações se apresentam, portanto, de modo traumático, o que significa dizer, em última instância, que incidem no não-encadeamento de formações de representação.

O trauma, nessa nova conjuntura, apresenta-se descolado de uma etiologia sexual e desvinculado de uma sedução por um adulto. A compulsão à repetição desponta como corolário do traumático, sendo encontrada tanto nos jogos infantis

⁴⁷ Freud (1920) estabelece distinções entre terror, medo e angústia. O terror, fator condicionante do trauma, é o perigo ao qual o sujeito é exposto sem que houvesse qualquer preparação para tal; o medo é qualificado a partir de uma relação de temor com/de um objeto determinado; e a angústia pode ser entendida como uma perspectiva antecipatória da eminência de um perigo, franqueando uma espécie de preparação.

(*fort-da*), quando a criança assume, numa tentativa de elaboração, uma postura ativa diante de uma experiência dolorosa, como também nos sonhos de angústia. O trauma, assim, ganha fundamentação ainda mais extensa na teoria da angústia, quando Freud, em *Inibição, sintoma e angústia* (1926) resgata suas primeiras contribuições teóricas sobre o tema, mas, avança em sua compreensão, estabelecendo uma segunda teoria da angústia ao associá-la ao trauma e à castração⁴⁸.

Freud, ao reformular suas concepções, estabelece que a angústia não teria origem na sexualidade, mas no desamparo, noção já citada no capítulo anterior. A angústia seria, portanto, o que aponta a ameaça que pode suscitar o trauma no psiquismo, uma vez que ela poderia se conformar como uma reprodução do desamparo. Uma reevocação do estado de desamparo é, portanto, a recuperação da experiência subjetiva de estar subordinado a um excesso pulsional que, originalmente, deixava o indivíduo em função de um outro (de quem necessitava para ampará-lo), logo, sua vivência atualizada pode ser compreendida como efeito do trauma.

Vale destacar que o estado de desamparo irá operar, assim, como paradigma de situações traumáticas (produtoras de angústia), e estas, correlacionam-se a perdas. Um trauma produz, necessariamente, perdas. Perde-se, como ponto de partida condicionante da configuração de um trauma, a estabilidade funcional, uma vez que há um antes e um depois desestruturante para o sujeito, que vivencia uma ruptura radical com condições mínimas de sobrevivência psíquica, o que modifica seu funcionamento subjetivo e suas modalidades de laço social.

A vivência dessa desorganização e desamparo pressupõe que algo que anteriormente produzia alguma ordem e sustentação se evadiu. As perdas (concretas ou imaginárias), portanto, podem envolver, além da estabilidade funcional, também o ideal do eu, da dinâmica do supereu, de partes de si, de um objeto de amor, da crença nos pactos da cultura. As perdas traumáticas requerem, dessa forma, um trabalho de luto.

Uma das principais consequências dessa nova organização da teoria do trauma se articula ao mecanismo de defesa central que se apresenta. A defesa na

⁴⁸ Cf. nota 24, página 41.

neurose traumática não se designa mais unicamente sob a forma do recalque, mas o que se identifica são mecanismos centrais como o *splitting* (clivagem/cisão do eu decorrente de uma fixação pulsional arcaica e não de uma estratégia do eu) e a recusa – diferentemente da recusa da perversão cujo propósito é desmentir a castração. Aqui é a recusa dos fragmentos da realidade que se conformaram de modo traumático e resultaram numa clivagem narcísica, logo, trata-se da recusa, como aponta Laplanche e Pontalis (2001) “em reconhecer a realidade de uma percepção traumatizante” (p. 436) que não se pode simbolizar.

Em outras palavras, devido à dinâmica interna de configuração do trauma, com a clivagem do eu, os acontecimentos não podem se integrar à uma cadeia no psiquismo, produzindo um registro que não adquire representação, embora muitas vezes haja fragmentos de memória na forma de imagens, literalidade que pode assombrar o sujeito traumatizado na forma de *flashbacks*.

Como reitera Freud em 1926, o afeto *princeps* que acompanha o acontecimento traumático é o terror. O eu, incapaz de encontrar tradução psíquica para o excesso que o ocupa, é invadido passivamente e “o desamparo deixa de ser um horizonte das possibilidades psíquicas para manifestar-se como uma vivência concreta e insuportável” (Pereira, 2008, p. 190).

Se, em Freud, o traumático pode ser definido a partir de uma efração de excitações no psiquismo capaz de paralisar o princípio do prazer – o que exige, como solução, a ligação da pulsão a uma representação para sua descarga – em Lacan, o trauma (e o traumático) podem ser recuperados a partir das dinâmicas de constituição de um sujeito, de sua relação com o desejo do Outro, de seu (des)encontro com o real (e com a lógica significante) e a partir das vicissitudes de seu próprio gozo.

De acordo com pensamento lacaniano, o sujeito do inconsciente não é dado, mas é resultado de sua imersão na lógica do significante. O bebê, ao nascer, se encontra em um estado de desamparo fundamental, uma vez que necessita da

ingerência de um Outro primordial que irá inseri-lo na linguagem. Devido à sua condição biológica prematura, suas necessidades são dispostas por meio de um apelo (na forma de grito/choro) ao *Nebenmensch*, que interpreta suas necessidades e dá uma significação arbitrária a ela, transformando-a em demanda de satisfação.

Com essa dinâmica em operação, o bebê é nomeado e falado e, portanto, determinado pelo seu cuidador (mediador dos significantes), de modo que seu corpo se encontra submetido à linguagem que a ele é imposta. Esse encontro, que o implica na lógica do Outro, é considerado uma das modalidades de apresentação do trauma por Lacan, uma vez que se trata de uma exigência, não acidental, mas um fator estrutural.

Na relação mãe-bebê, supõe-se a ocorrência de uma experiência mítica de satisfação plena, nomeada como encontro com *das Ding* (Lacan, 1959-1960), numa dinâmica que não oferece separação entre o eu e mundo exterior. A partir daí, instauram-se diligências na recuperação dessa primeira experiência que, sem sucesso, estabelece um furo em torno do qual o psiquismo se organizará por meio da emergência do desejo.

Ainda no que se refere à resposta ao apelo do bebê, há um encontro com o desejo como desejo do Outro, o que, para Lacan, também se configura como um trauma. O desejo do Outro é caracterizado dessa forma porque o bebê não tem recursos diante desse enigma (Lacan, 1958-1959) e, portanto, precisa engendrar uma fantasia – considerando-se que estamos nos referindo a uma constituição neurótica. É necessário, portanto, que uma lógica seja inventada para além da imagem do outro a partir da qual o sujeito se estrutura e é a fantasia que se destaca enquanto recurso que o posiciona como desejante.

Miller (2014), vai afirmar que é “à fantasia que [o sujeito] recorre e é na sua relação com o objeto do desejo que reside a verdade de seu ser” (p. 9). O bebê, em seu desamparo fundamental, ocupa a posição de objeto materno, sujeito à sua tirania, de modo que é por intermédio mesmo da linguagem que ele pode se separar e perceber que há uma falta no Outro, pois o significante é incompleto, promovendo um resto. Se o significante é aquilo que determina o sujeito, de forma assujeitada, e este é constituído pelo *não-todo* da linguagem, existe, portanto, algo que sempre fica de fora, algo que Lacan vai designar como real.

O real adquire contornos de algo que não se pode representar e se subtrai do discurso. Em seu (des)encontro com o real, tal qual é qualificado o traumático,

uma desestruturação é promovida e um novo arranjo precisa ser construído pelo sujeito. À falha no discurso, a resposta é dada pela via da repetição, ligada à busca pelo objeto perdido. Nesse sentido, o real pode ser compreendido como um encontro faltoso que reitera os embaraços próprios da estrutura do sujeito e da *lalangue* a partir da qual se constitui.

Assim, é isso que escapa à cadeia significante, que dela se destaca, que também pode ser entendido como trauma. Pode-se dizer, em outras palavras, que, nas neuroses espontâneas, a lógica da fantasia opera como recurso capaz de mascarar os destinos implacáveis da existência, e nas neuroses traumáticas, há uma supressão da função encobridora da fantasia que promove um encontro no qual o real é exposto sem véu. O trabalho de análise, nesses casos, poderia também passar por uma tentativa de reconstrução da fantasia descortinada.

Numa aproximação entre real e trauma que ultrapasse os aspectos iminentemente concernentes à constituição do sujeito e ao desejo do Outro, Lacan, em *Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise* (1964), vai postular o real como uma confluência entre *tiquê* e *autômaton*, isto é, entre acaso e estrutura, de forma que, à medida que o real não pode ser representado pelo discurso, temos, então, o traumático e sua repetição para além do trauma original.

Para o autor, a experiência subjetiva de um real que não se pode assimilar engendra um excesso que torna o sujeito esvaziado. Dessa forma, o trauma por excelência, no ensino de Lacan, advém da linguagem, do Outro a partir do qual o sujeito se constitui. Nos próximos parágrafos serão recuperados os principais aspectos que respaldam as assertivas anteriores desde seu retorno inicial aos textos de Freud.

Lacan, no seminário zero (1951-1953)⁴⁹, quando trata do caso do homem dos lobos e do homem dos ratos, e em seu primeiro seminário, *Os escritos técnicos de Freud* (1953-1954), ao recuperar as proposições freudianas relacionadas à origem da neurose, já se dedica indiretamente ao tema do trauma. O autor, ao longo de seu desenvolvimento teórico, argumenta que a obra de Freud, por fim, demonstra que o trauma está relacionado com a entrada do sujeito no universo simbólico.

⁴⁹ O seminário zero é composto pelos dois primeiros seminários do psicanalista francês: *L'Homme aux Loups* (1951-1952) e *L'Homme aux Rats* (1952-1953), e não há qualquer transcrição formalizada, mas poucos registros e anotações realizadas pelos ouvintes.

Lacan dá ênfase ao trauma estrutural da cena primária (decorrente de um sujeito já constituído) e ratifica a noção freudiana de *a posteriori*, aspecto elementar do fenômeno. A temporalidade do psiquismo é que atribui, *só-depois*, os contornos traumáticos, isto é, um evento atual se vincula ao anterior e aí a significação é produzida. Aqui, vale ressaltar que o que segue em jogo nas assertivas lacanianas não é a realidade do evento, mas o que se torna decisivo são as impressões que afetaram o sujeito e suas fantasias, assim “a face fantasmática [do trauma] é infinitamente mais importante do que sua face de evento” (Lacan, 1953-1954, p. 46).

É por meio do sonho do homem dos lobos que essa ideia é reafirmada, o que não encerra a possibilidade de um evento real de efeito traumático, mas abre novas perspectivas sobre o papel da realidade psíquica. Assim, ainda com Freud, pode-se pensar que duas categorias são moduladas: uma na qual o sujeito “produz” um trauma secundário (neurose espontânea) a partir e para além de um trauma estrutural que o funda, e outra, baseada em uma causalidade (neurose traumática), que poderia transformar o sujeito em “vítima”, posição passiva que implica a assunção de um lugar de objeto – e nomenclatura da qual divergimos por fixar o sujeito em uma posição paralisante, pouco criativa e não representativa de suas potencialidades no mundo.

Para Freud, a via da palavra é o que se conformaria como recurso para a eliminação dos sintomas na histeria traumática e, para tanto, o evento inicial deveria ser retomado. O tratamento analítico consistiria, assim, na reassunção do conteúdo recalcado, dando sentido à experiência para a reconstrução direta de uma narrativa própria sobre si pelo paciente. Para Lacan, o recalque originário – que condiciona todos os outros – é justamente a entrada no simbólico, que, por sua vez, seria um primeiro núcleo que conciliaria a experiência original do trauma. Em sua perspectiva, o trauma produz uma imagem que não se pode integrar, o que gera lacunas na síntese de uma narrativa de si (o que impossibilita um dizer “inteiro” sobre ela) e que se manifesta nas formações do inconsciente.

Ao dedicar um seminário a essas formações, Lacan (1957-1958) as retoma cotejando-as com os mecanismos da linguagem (as leis do significante), de modo que o sintoma se ancoraria em uma segunda cadeia associativa originária do recalcado. Trata-se da transmissão de investimento de um traço desconhecido para

um símbolo que não só representa aquilo que foi recalcado, mas, concomitantemente, também o mantém distante.

Partindo da asseveração da estrutura do inconsciente como linguagem, Lacan (1964) retoma o trauma e sua aproximação da compulsão à repetição – articulação previamente apresentada no seu segundo seminário. Para além da compreensão de um traço recalcado e inacessível à consciência, uma perspectiva com ênfase na pulsão é proposta: o inconsciente se estabelece como uma repetição de ordem pulsional (orientada por *das Ding*). Para fundamentar sua argumentação, o registro do real é forjado e pode ser definido por sua relação com o simbólico e o imaginário, porém, não se trata:

[...] da realidade ordenada pelo simbólico, chamada pela filosofia ‘representação do mundo exterior’. Mas retorna na realidade em um lugar onde o sujeito o encontra sob a forma de algo que o desperta de seu estado ordinário. Definido como impossível, é o que não pode ser completamente simbolizado na palavra ou na escrita e, por conseguinte, não cessa de não se escrever (jogo de palavras com as categorias lógicas aristotélicas; neste caso, o impossível, como o oposto correlato ao necessário, implica também uma necessidade, a de escapar do simbólico na repetição, mas marcando por contraste, constantemente, o que escapa ao deslocamento do simbólico, que retorna como trauma. (Chemama, 1996, p. 372, *tradução nossa*)⁵⁰

O real pode ser compreendido, então, como aquilo que retorna sempre ao mesmo ponto para um sujeito na forma de um signo, mas que o sujeito não pode encontrar. Trata-se do retorno de algo que nunca é o mesmo, mas que pode ser identificado como repetição devido ao significante (diferente de S1, mas que o enlaça à cadeia). Logo, o que se dá de modo subjacente a esse movimento é a pulsão que, embora não encontre seu objeto, é satisfeita, mesmo que parcialmente. Se a repetição envolve um elemento excluído da cadeia significante, isso significa que esta envolve aquilo que não se pode dizer nem escrever.

As neuroses traumáticas e seu viés de compulsão à repetição são abordadas por Lacan (1954-1955) em relação à duas tendências: repetitivas e restitutivas. Após a manifestação desta, resta aquela. Se, de acordo com a dinâmica do princípio do prazer, o objetivo do sistema é a homeostase do

⁵⁰ De la realidad ordenada por lo simbólico, llamada por la filosofía «representación del mundo exterior». Pero vuelve en la realidad en un lugar donde el sujeto lo encuentra bajo la forma de algo que lo despierta de su estado ordinario. Definido como imposible, es lo que no puede ser completamente simbolizado en la palabra o la escritura y, por consiguiente, no cesa de no escribirse [juego de palabras con las categorías lógicas aristotélicas; en este caso, lo imposible, como lo opuesto correlativo a lo necesario, implica también una necesidad, la de escapar a lo simbólico en la repetición, pero marcando por contraste, constantemente, lo que escapa al desplazamiento de lo simbólico, que vuelve como trauma].

organismo, a compulsão à repetição desconsidera esse princípio e se apresenta como um contrassenso. Para Freud, a justificativa se dá como uma forma do psiquismo assumir o domínio do evento, numa tentativa de integrá-lo as redes simbólicas. Embora Lacan ratifique a ideia, a leva além, considerando a repetição como um desdobramento do encontro com o real, sempre inacessível, mas que, ao se repetir, evita sempre o mesmo: o real traumático.

A ideia de trauma como correlato do real ganha aproximações mais extensas no *Seminário 11* e contornos definitivos no terceiro ensino de Lacan, com contribuições originais e com reexame da prevalência do simbólico – quando a eficácia da experiência psicanalítica pautada exclusivamente na palavra do analisante é, de certa forma, subvertida⁵¹.

O real, nas acepções mais tardias da obra de Lacan, surge como uma espécie de oposição à realidade psíquica, aspecto deliberador nos traumatismos. Embora não se possa ter conhecimento do real em sentido estrito, há nele um saber (inconsciente) do qual se tem notícias pelas suas conexões significantes. Aqui, o real se configura como algo que escapa à realidade do psiquismo e extrapola os registros simbólico e imaginário, revelando parcialmente sua presença apenas por meio de expressões do inconsciente, como sintomas e a própria repetição.

Dessa forma, se o trauma se apresenta como uma impossibilidade de apropriação pelo simbólico, a emergência do sintoma, embora não permita que o sujeito acesse o real, o permite alcançar alguma verdade sobre si. Em última instância, o que se coloca é que, embora exista o real que opera por meio da não atribuição de sentido, do impossível, a aposta da psicanálise é que há algum simbólico aí incluído. De acordo com Chemama e Hoffmann (2018), trata-se de um movimento que permita transfigurar esse buraco na produção de sentido evidenciado pelo trauma e seu gozo ilimitado em sintoma, que supõe endereçamento analítico

Com as teorizações lacanianas sobre o nó borromeano (Lacan, 1974-1975), o modo de formalização do ensino laciano é alterado ao reunir real, simbólico e imaginário e articulá-los à estrutura do sujeito sem que haja

⁵¹ “[...] há na análise toda uma parte de real em nossos sujeitos que nos escapa. Nem por isso ela escapava a Freud quando este tinha de lidar com cada um de seus pacientes; porém, naturalmente, estava igualmente fora de sua apreensão e alcance” (Lacan, 1953, p. 13).

diferenças qualitativas entre os registros. Essa compreensão topológica preconiza a existência de uma unidade na forma de enodamento na condição de que, se um dos elos é cortado, os três se separam. Daí podemos inferir que, assim como há algo de simbólico no real, seu oposto também é verdadeiro, e o fenômeno da angústia ilustra bem tal assertiva.

Na etapa final de seu ensino, Lacan também subordina a lógica da significação à satisfação. O trauma produz um encontro entre corpo e palavra no qual é exposta a falta de significantes para restringir a experiência pulsional, apontando a satisfação, o gozo como quociente dessa operação que não se dá.

Se o trauma é um acontecimento de corpo que produz um gozo que não se pode assimilar, fixando o sujeito, isto se dá porque há uma experiência de satisfação paradoxal, ainda que esta não possa ser percebida como tal. Sendo assim, não se trata, necessariamente, da concepção de uma vítima passiva do trauma, mas de uma resposta que se repete com finalidades diversas, haja vista a fusão entre Eros e a pulsão de morte.

O trauma como estrutura é irremediável e uma política de prevenção não se sustenta, de modo que cabe a psicanálise “acolher o trauma em sua ‘elaboração’, que podemos aproximar do termo lacaniano ‘subjetivação’ referindo ao trabalho do sujeito sobre o ponto em que teria sido objeto de uma violência” (Caldas, 2015, p. 1). Nessa perspectiva, a interpretação do recalco como mecanismo prevalente cede lugar a uma direção do tratamento que privilegia o real, engendrando não apenas a produção de sentido, mas também aquilo que constitui algum saber, sempre parcial.

Se o inconsciente é efeito da entrada na linguagem, estruturalmente traumatizante, é também a partir da palavra, de uma linguagem não-toda, pautada em sua “*moteri*alidade” – no materialismo da palavra (Lacan, 1975), que algo dele se recolhe. O trauma, ao exceder as competências representacionais de um sujeito, exige que este produza alguma construção que o circunscreva, construindo bordas em torno de um impossível.

Ao ser invadido pelo real, cabe ao sujeito, então, criar, como puder, uma resposta individual que o reorganize, uma vez que não há sujeito sem responsabilidade – ainda que este tenha sido objeto de gozo em uma situação traumática – e, para tanto, ao tomar a palavra pode sair da posição de vítima e limitar seu próprio gozo. A orientação é a construção de uma narrativa possível e

parcial que o ressitue frente ao trauma, um movimento que siga do trauma ao *sint(h)oma*.

2.2

As Políticas do Trauma

Os dilemas que se dão no liame entre psicanálise e política configuram-se como uma discussão significativa para as questões levantadas nesta tese. Freud, não obstante, pondera que toda psicologia individual é, também, desde o início, uma psicologia social (Freud, 1921), o que justifica o estudo de um fenômeno originalmente de caráter individual, mas que pode ser socialmente produzido e gerar efeitos na coletividade.

Rosa, Estêvão e Braga (2017, p. 360), sustentados pela tradição freudiana que franqueia o diálogo entre diferentes campos de estudo e a psicanálise e, com base na imprescindibilidade das dimensões sociais postuladas por Freud, assumem que uma concepção política da clínica (implicada no manejo dos traumas), é essencial para sustentar a prática psicanalítica na contemporaneidade, subsidiando e fundamentando a teoria. Se, conforme afirma Said (2003), os refugiados são “uma criação do Estado no século XX”, logo “a palavra ‘refugiado’ tornou-se política” (p. 54), de modo que qualquer intervenção se converte e deve se orientar por uma posição igualmente política. Portanto, para desenvolvermos a temática do refúgio, não há como não sustentarmos o intrínseco entrelaçamento entre psicanálise e política.

Elidir na clínica os aspectos políticos e sociais que compõem o contexto de um sujeito gera consequências. A clínica é intrinsecamente política porque todo sujeito estruturalmente o é e reaver tais aspectos coloca em evidência uma ética de escuta e de trabalho necessária ao analista. Uma prática clínico-política, exige, assim, “intervenções não convencionais e uma posição de invenção do psicanalista na direção da polissemia da palavra” (*Ibidem*, p. 368).

Posto isso, as próximas sessões deste capítulo serão dedicadas ao desenvolvimento daquilo que entendemos como políticas que cingem, direta e

indiretamente, o trauma – considerando-se particularmente sua face traumática derivada da violência, aspecto que é condicionante dos contextos de imigração e refúgio. Propomos, assim, três eixos de argumentação que partem de possíveis acepções do termo “política” (mas não se confundem com a definição *stricto sensu* do vocábulo, adquirindo atributos específicos de acordo com a intenção da autora), designações encontradas de modo similar nos principais dicionários de língua portuguesa disponíveis⁵².

Primeiramente, compreendendo a palavra “política” como [1] “arte de dirigir as relações [de um Estado com outro]”, faremos uma leitura do trauma em sua perspectiva relacional, isto é, nomeadamente em termos de suas possibilidades de vinculação transindividual. Consideraremos o fenômeno a partir de sua habilitação à transmissão psíquica, de sua política de/na subjetivação capaz de disseminar o trauma na relação (por meio de um mecanismo inconsciente).

Uma outra acepção, define a política como [2] “princípios orientadores da ação de um governo” e aqui, iremos retomar a política do ódio – questão referenciada no final do primeiro capítulo desta tese – como um projeto a partir do qual os governos se orientam e seguem promovendo-o. Entretanto, ao invés de nos dedicarmos à violência como sintoma social, abordaremos um viés estratificado do trauma, isto é, o trauma social – conceito que propomos e que não se confunde com o trauma coletivo –, efeito dessa violência franqueada pelo Estado.

Por fim, o vocábulo pode ser entendido de modo figurado como [3] “habilidade para lidar com qualquer assunto de forma a se obter o que se deseja; estratégia; tática”. A partir dessa compreensão, em consonância com os princípios éticos da psicanálise, iremos nos dedicar – de maneira extensa e detalhada na seção seguinte – às especificidades da clínica psicanalítica do trauma, em especial àquela que se orienta ao refúgio.

Sendo assim, a clínica do refúgio pode ser compreendida como uma modalidade específica de clínica-política não apenas em decorrência da função que pode adquirir nas dinâmicas dos traumas (que, embora frequentes, não necessariamente estão presentes em sentido *stricto sensu* nos contextos de migração forçada), mas também porque seu sujeito é político, assim como a

⁵² As definições, a partir das quais os cotejamentos são realizados nesta seção, foram retiradas especificamente do *Grande Dicionário da Língua Portuguesa* (2013, p. 7314).

psicanálise e seu dispositivo clínico o são *per se*, independentemente das particularidades daquele que se escuta. Esse atributo que a constitui deve, portanto, ser especialmente valorizado e validado diante do trauma social.

Com esse objetivo, abordaremos o caráter político-social da clínica, presente tanto em sua origem como em seu destino, e apresentaremos os aspectos mais relevantes envolvidos no manejo do trauma – estabelecendo certa oposição a uma direção de tratamento que opera singularmente pela via da decifração do sintoma –, ampliando também a compreensão do trauma na clínica migrante.

A clínica com refugiados se estabelece como uma ferramenta política não apenas devido aos aspectos sociais que a fundamentam, integram e de onde se origina sua prática, mas também como desdobramento de sua finalidade: um saber que pretender operar como resistência e que anseia por ser destinado, seja em níveis micro ou macroeconômicos, na esfera pública ou privada, à sua aplicação na “ciência ou arte de governar”, principal definição do verbete “política”.

2.2.1

Trauma e Transmissão

Consideramos fundamental a realização de algumas ponderações a respeito da política do trauma em seu eixo relacional devido à sua habilitação à transmissão psíquica. Optamos por dar destaque a tal aspecto, sobretudo, porque o processo de subjetivação em jogo pode descortinar uma face importante da política de ódio que recorrentemente o fundamenta: a tentativa de apagamento não apenas de um sujeito, mas também do seu grupo (identitário) e descendentes.

Aqui, mais uma vez, entendemos que a violência derivada da política de ódio não necessariamente produz um trauma individual, mas isso não a exime de intencionalidade de aniquilamento subjetivo e do seu alto potencial para tal. Posto isso, a recuperação das teorias do trauma, realizada na parte inicial deste capítulo, mostrou-se relevante não apenas por seus desdobramentos na história da psicanálise, com os avanços relacionados à sua fundamentação teórica, mas também para o estudo da temática aqui proposta.

Desde sua origem, os estudos sobre o trauma trazem em seu cerne – por meio da hipótese da hereditariedade, sustentada nomeadamente por Charcot – a ideia de transmissão psíquica: operação que revela o trauma como um fenômeno não circunscrito apenas a quem o vivenciou, mas cujos efeitos podem ser experienciados pelas gerações seguintes. Freud, em *A hereditariedade e a etiologia das neuroses* (1896) se opõe a essa hipótese e critica o papel superestimado atribuído por Charcot ao caráter hereditário como agente etiológico da histeria, uma vez que, para o médico francês, não haveria possibilidade de aquisição da “doença” por outra via. A discordância (parcial) de Freud se deu em relação aos predicados iminentemente biologizantes da assertiva, contudo, sua perspectiva reitera a viabilidade de transmissão, nomeadamente por meio da realidade psíquica, compreensão que se estabelece junto à emergência do campo da fantasia.

À fantasia, portanto, alicerça-se a ideia de transmissão psíquica. Como descrevem Azevedo & Brandão (2019):

[...] há uma combinatória entre o ouvido, visto e vivenciado por cada sujeito e as outras gerações cujo legado é transmitido e se converte numa trama fantasmática familiar. As diferentes articulações das cenas ligam-se umas às outras e formam um tecido, como uma produção conjunta, na qual as cenas vivenciadas por alguns são portadas por outro. (p. 10)

Freud, em *Moisés e o monoteísmo* (1939), retoma a questão da transmissão de um evento traumático às gerações seguintes e afirma que:

[...] a probabilidade daquilo que pode ser operante na vida psíquica de um indivíduo pode incluir não apenas o que ele próprio experimentou, mas coisas que estão inatamente presentes nele, quando de seu nascimento, elementos com uma origem filogenética – uma herança arcaica. (p. 117)

Aqui, podemos também recuperar a importância da função da família no que diz respeito à organização do sujeito e à elaboração de experiências traumáticas, uma vez que ela opera não apenas como matriz de sentido, mas também de transmissão. Assim, um trauma “ocultado”, principalmente, pode (re)produzir nas gerações seguintes, por intermédio de uma transmissibilidade inconsciente, uma incorporação sem qualquer trabalho elaborativo.

Ao retomarmos os mecanismos da transmissão, estes encontraram ancoragem nos processos identificatórios de constituição do sujeito. O investimento narcísico promovido pela mãe é transfigurado pelo bebê, que o torna

seu, entretanto, os significantes que precedem esse sujeito, apartados de sentido e memória, podem subsistir sem qualquer simbolização.

Como sugere Rosa (2000), ainda que o trauma enuncie as limitações da linguagem, quando não trabalhado, aponta para um não-dito deste indizível – que poderia encontrar alguma expressão possível seja na clínica ou por meio de algum processo sublimatório. De modo que, o que se torna não desejável é que o não-dito, sem outro destino, situe-se no psiquismo por meio da recusa da realidade traumática.

Dessa forma, configuram-se duas formas de transmissão psíquica: a intergeracional e a transgeracional. A primeira está referida aos aspectos transmitidos que se dão de forma metabolizada, engendrando a conservação de vínculos e tradições em seus aspectos de herança narcísica; a segunda, por sua vez, está relacionada aos impasses da transmissão não-metabolizada, restringindo a transformação e integração psíquica (Rhebein & Chatelard, 2013).

De acordo com o psicanalista francês Benghozi (2000), o não-dito transgeracional, considerando-se que todo traumatismo opera como herança, pode conformar-se como uma repetição da cena de violência nas gerações subsequentes (p. 97), admitindo-se, inclusive, uma posição subjetiva contrária – de traumatizado àquele que o causa, que produz o trauma. A transmissão psíquica transgeracional, que dissemina esses restos traumáticos em estado primitivo, pode adquirir formas de sintoma, obstruindo o psiquismo do sujeito e do grupo, conduzindo-os à compulsão à repetição de uma herança que se dá na forma de lacuna.

Lacan, em *Função e campo da fala e da linguagem em psicanálise* (1953), afirma que o inconsciente é componente de um discurso transindividual e que ao sujeito é necessário readquirir a continuidade desse discurso de forma consciente. Ainda que o inconsciente corresponda a um contingente censurado, “o esquecido se lembra em seus atos, e a anulação se opõe ao que se diz em outra parte, como obrigação perpétua no símbolo, a miragem mesma onde o sujeito se encontrou preso” (p. 126). Logo, a função da fala se dá pela evocação a partir da qual se busca a resposta do outro.

A linguagem a partir da qual se fala, então, não nos esqueçamos, constitui o sujeito por seus efeitos significantes e é transmitida pelos pais/cuidadores. Esse universo simbólico o marcará e fundará seu corpo pulsional. Assim, com um

espaço intersubjetivo por meio do qual significantes são transmitidos, também nas relações familiares, são herdados os não-ditos e não simbolizados, o que reivindica que o sujeito adquira uma outra posição discursiva capaz de promover novos destinos a isso que a ele é transmitido. Dessa forma, é franqueada a cada um, contingencialmente, a continuidade ou estancamento dessa herança.

2.2.2

Trauma Social

Dando prosseguimento aos aspectos aludidos anteriormente que se referem às políticas do trauma, iremos desenvolver aqueles que se relacionam ao eixo do trauma social. Para tanto, é necessário que recuperemos, agora mais detalhadamente, aquilo que entendemos como política de ódio, subsidiada pelos Estados, que a fundamenta ou permite. Ao longo da história, para além de um legado deixado pelos regimes totalitários, nossos antecedentes podem ser remetidos a duas grandes guerras mundiais, catástrofes e genocídios – marcadores da civilização não apenas em seu início, mas que, na contemporaneidade, seguem subsistindo (e expandindo-se) na forma de ideologias fundamentalistas, terrorismo, massacres, conflitos étnico-raciais e segregação. Dessa forma, a premência dos traumatismos e seus desdobramentos tornam-se tarefa incontornável para a psicanálise.

Esses cenários, distantes de produzir efeitos apenas de ordem individual, afetam grupos, comunidades e até mesmo povos inteiros, configurando, muitas vezes, estados de impotência coletivos. Na medida em que não há memória coletiva sem a participação de indivíduos, uma leitura ao contrário também é válida, considerando-se seu inverso: não há memória individual sem experiência social. Como descreve Ortega (2011), o impacto do trauma se sente nas estruturas dos grupos sociais, na coletividade – devido aos laços sociais e traços identificatórios com o(s) afetado(s) – estendendo seus efeitos para além daqueles que foram diretamente atingidos, como bem demonstra o processo de transmissão psíquica.

Como já explicitado anteriormente, as noções de trauma e violência caminham potencialmente juntas. Nesta seção, conseqüentemente, embora o trauma possa adquirir diferentes modalidades, iremos nos ater àquela que pode agudizar as vivências de desamparo e despontam em decorrência de situações de barbárie e catástrofe, dado que sua incidência está diretamente envolvida nos contextos de migração forçada.

Convém que nos lembremos do Holocausto, acontecimento que pode ser considerado paradigmático por trazer à tona de forma ostensiva não apenas a memória de fuga forçada de grande parcela da população, mas também as estratégias de extermínio baseada em uma lógica de segregação endossada pelo Estado. Tendo em vista as milhares de vidas afetadas, ainda que considerar a questão do trauma de um ponto de vista individual se justifique, é igualmente necessário que ampliemos a compreensão, do singular ao coletivo, na qualidade de um fenômeno que possui, necessariamente, dimensões sociais.

Vale ressaltar um paradoxo que se observa: embora os contornos sociais do tema venham se notabilizando e ganhando espaço nas pautas do século XIX, verificamos também, num esforço aparentemente conjunto de autoridades e potências globais que reivindicam a paz, o aperfeiçoamento de sistemas – em sua técnica e performance – orientados à aniquilação do sujeito.

Para além da violência direta, podemos considerar o potencial traumático da falta de condições mínimas que Estados, como o Brasil, por exemplo, oferecem a uma parcela de seus cidadãos. Como afirma Farias (2012), é “o próprio Estado muitas vezes [que] assume, de bom grado a face da violência, principalmente na ausência de suas funções básicas para a sobrevivência do homem” (p. 943).

O esquecimento intencional de alguns segmentos da população e a criminalidade que muitas vezes daí se origina, é compreendida – ou interpretada a partir de uma chave de leitura deliberadamente equivocada – como desdobramento de uma tensão social entre classes, o que, por sua vez, compõe uma política de controle que almeja o extermínio e/ou segregação desses grupos sociais. Regularmente essa perspectiva é corroborada por outros componentes da sociedade que, com o abono do Estado, atribuem a esses grupos a causa do mal-estar social, facultando, assim, a constituição de um estatuto de representação do que deve ser socialmente eliminado em prol da felicidade geral.

Assim, temos no horizonte as dinâmicas que fomentam a produção do trauma social, isto é, categoria de trauma que propomos como circunscrita a determinados setores da sociedade, com perímetro de impacto determinado – compreensão que se diferencia da ideia de trauma coletivo. Enquanto o trauma social está disposto apenas a determinadas camadas e grupos sociais e é resultado da ação direta do Estado (como a ideia de necropolítica evidencia e a migração compulsória denuncia), o trauma coletivo está circunscrito a uma experiência de coletividade “global” que, por sua vez, é legitimada, adquirindo espaço para um reconhecimento público de raio indefinido.

Embora estejamos propondo uma forma de categorização do trauma, não preconizamos modalidades estanques. Consideramos essa diferenciação importante devido às suas origens e suas repercussões: o trauma social tem sua origem na ação ou ausência do exercício do Estado, conformando-se como efeito de uma política deliberada de extermínio, um projeto assentado numa lógica de exclusão, cujo reconhecimento se encontra amiúde restrito (normalmente reservado ao interior do próprio grupo atingido). O trauma coletivo, embora também possa incluir as premissas da ação do Estado, adquire um delineamento que a respalda social e publicamente em diversos contextos (nacional e internacional) e camadas da estratificação social, como demonstra a *Shoah*.

Postuladas as diferentes compreensões de categorias, uma experiência traumática, para além de sua classificação, gera efeitos no coletivo de ordem similar e, por isso, uma resposta social também deve ser considerada para sua elaboração. Se um trauma pode imobilizar e silenciar um grupo social, alguma elaboração criativa na construção de memória pode se apresentar também como um destino possível.

A concepção de alguma forma de atividade comunitária pode facilitar o manejo das consequências da violência traumática devido à identidade transindividual vinculada à memória cultural (Rosa, 2018). Assim, as práticas culturais de memória coletiva, por meio da construção de representações que reforcem a identidade grupal, podem ser determinantes para o processo de elaboração do trauma, sobretudo, quando o processo é conduzido a partir do luto implicado, que encontra maiores possibilidades de delimitação e “dizer”.

Assim como o trauma pode ser abordado a partir de suas dimensões sociais, os estudos sobre o luto têm sua compreensão expandida ao âmbito dos

grupos, incluindo até mesmo nações. Embora este capítulo seja dedicado ao trauma, algumas considerações sobre o trabalho do luto coletivo se fazem necessárias não apenas porque ambos os fenômenos estão articulados, mas devido, principalmente, ao que disso irá se recolher na clínica com refugiados, cujo luto muitas vezes é socialmente impedido ou inibido.

De acordo com Penna (2015), alguns anos após o fim da Segunda Guerra Mundial, como secura das atrocidades cometidas e os decorrentes processos de negação e repressão social, tiveram inícios os estudos sobre traumas e lutos coletivos. As investigações da época desvelaram muitos aspectos importantes, especialmente sobre os efeitos do impedimento do processo de luto, e contribuíram para o desenvolvimento da “clínica do testemunho”, dispositivo clínico concebido frequentemente na forma de grupo e dedicado, entre inúmeros aspectos, ao trabalho de luto coletivo⁵³.

Essa modalidade de clínica revela que as experiências traumáticas relatadas pelos indivíduos afetados eram capazes de se disseminar não apenas entre gerações, mas, igualmente, de forma coletiva nas relações entre membros de um grupo, demonstrando a existência de transmissões psíquicas coletivas transgeracionais, isto é, traumas coletivos não-elaborados habilitados a afetar uma sociedade inteira, inclusive na forma de repetição de conflitos e ódios arcaicos. A clínica do testemunho também pôde evidenciar a importância do reconhecimento para o processo de luto, pois “uma perda sempre precisa ser testemunhada, reconhecida pelo outro para tornar-se real, podendo somente assim começar a ser elaborada e historicizada” (Penna, 2015, p. 17).

As reflexões sobre luto coletivo são especialmente relevantes nos contextos das ditaduras militares sul-americanas e nas situações de refúgio. Ambos os cenários se assentam no desamparo não apenas individual, mas também

⁵³ Nesse sentido, em 2012, a Associação Psicanalítica de Porto Alegre (APPOA) esteve à frente de um projeto intitulado “Clínicas do Testemunho”, criado pela Comissão de Anistia do Ministério da Justiça e articulado a uma política de reparação do Estado. Baseado em uma política de reconhecimento do aparelho estatal por sua responsabilidade pelos danos causados nos períodos ditatoriais (1948-1988), o programa tinha como objetivo garantir aos afetados o direito à verdade, memória e justiça. Da mesma forma, a Comissão Nacional da Verdade (CNV), constituída durante o governo da ex-presidente Dilma Rousseff, possibilitou algum trabalho de luto coletivo ao promover uma investigação sobre as violações de direitos humanos praticadas pelo Estado (ou com seu apoio) durante a Ditadura, possibilitando que os eventos passados fossem testemunhados, partilhados e reconhecidos de alguma forma.

social, com o Estado exercendo a violência de forma difusa (ou se ausentando na proteção e garantia de direitos de seus cidadãos).

Se, por um lado, o trauma pode paralisar, por outro, pode mobilizar o sujeito e seu coletivo na busca por meios de superação. Ainda que saibamos das limitações da palavra, a construção de bordas para o contorno da experiência pode se dar na forma de algum enquadre coletivo, transformando, assim, o silenciamento e a dor em alguma representação e trabalho de luto, e narrativas privadas em públicas, de modo que estas sejam integradas pelas e nas dimensões sociais.

2.3

Por Uma Clínica do Refúgio

A partir das considerações sobre as políticas do trauma, a clínica é integrada na forma de um terceiro eixo. A compreensão de sua função política merece destaque devido ao seu potencial de intervenção e ao seu papel estratégico no manejo do trauma – que pode ser, como já desenvolvido anteriormente, individual em seu sentido estrito⁵⁴, mas também social/coletivo quando abordado por seu viés relacional.

Considerando-se a densidade e importância do tema, esta seção será exclusivamente dedicada às particularidades e potencialidades da clínica. Aqui, o principal objetivo, ainda que alguns desvios sejam necessários, é o desenvolvimento daquilo que há de mais singular na direção do tratamento do trauma em sujeitos em situação de refúgio. Para tanto, partiremos das articulações

⁵⁴ Consideramos que pode haver três classes (intrincadas ou não) de trauma: o trauma que se relaciona ao desenvolvimento humano e constitui o sujeito estrutura e compulsoriamente; o trauma social, promovido por diferentes modos de organização de poder e suas políticas (sempre presente nos contextos de precariedade e, portanto, de refúgio) e que pode adquirir caráter coletivo, a depender da legitimação que a ele se dá; e o trauma em sentido estrito, ocasionado por um evento que produz impactos e desorganizam subjetivamente. Essa compreensão é importante porque, a partir dela, iremos considerar que a clínica do refúgio está sempre referida a um sujeito que está no trauma social, mas não necessariamente traumatizado – modulação essencial a partir da qual pretendemos “despatologizar” o refúgio.

entre psicanálise e sociedade com o intuito de nos aprovisionarmos de subsídios que respaldem o caráter fundamentalmente político da clínica e, orientando-nos pela lógica da clínica do trauma, com suas premissas do real, abordaremos as especificidades do refúgio.

Compreendemos que a psicanálise não se sustenta como um campo de saber desarticulado, de modo que sua intersecção com outros domínios do conhecimento não é apenas desejável, mas também compulsório, numa via de mão dupla de alicerce e verificação da teoria. De acordo com os interesses desta tese, essa assertiva pode encontrar especial fundamentação quando nos referimos às dimensões sociopolíticas do sofrimento, perspectiva proposta por Rosa (2016).

Além de uma abordagem isolada do sofrimento se constituir como uma impossibilidade, é preciso que os dispositivos clínicos se conformem de modo adequado a um sujeito que, por definição, é político e social, pois “o que chamamos de individual, a singularidade, é sempre efeito de uma rede discursiva, que é a rede mesma do coletivo” (Calligaris, 1991, p. 12).

Freud, a partir da noção de conflito psíquico, de origem moral (presente desde os estudos pré-psicanalíticos dedicados à investigação etiologia das neuroses), já insere no campo psicanalítico suas articulações com o registro social. Essa função moral que, reiteradamente, faz obstáculo ao desejo, tamanho é o seu mérito, resulta na atribuição de uma representação “definitiva” no psiquismo por meio da proposição de uma instância que a absorve: o supereu. Um outro exemplo que respalda nossas assertivas pode ser encontrado no complexo de Édipo, organização que pode demonstrar as articulações entre a metapsicologia, desejo e sua difusão na cultura, como ilustra bem o fenômeno religioso abordado em *O futuro de uma ilusão* (Freud, 1927).

Assim, para além de uma aplicação da psicanálise a outros campos, trata-se, antes, da ratificação de uma teoria que implica as questões sociais, uma vez que não se pode refutar o intrínseco vínculo entre sociedade e indivíduo. Porém, enquanto metodologia, vale ressaltar que a psicanálise, nos estudos do campo social e político, não tem a ambição de esgotar a análise de um fenômeno, mas “cabe-lhe esclarecer uma parcela dos seus aspectos, ainda que uma parcela fundamental. Sem pretensão de substituir a análise sociológica, cabe à psicanálise incidir sobre o que escapa a essa análise, isto é, sobre a dimensão inconsciente presente nas práticas sociais” (Rosa & Domingues, 2010, p. 187).

No que se refere especificamente a uma concepção política da psicanálise, esta encontra expressão nos textos sociológicos freudianos. Neles, Freud inaugura uma teoria da cultura e detém-se nas formas de sociabilidade que dela emerge a partir de uma leitura psicanalítica que opera como modo de compreensão e, também, ferramenta dedicada a análise (do social).

Embora Freud não tenha se debruçado nomeadamente sobre o capitalismo, outros psicanalistas, especialmente na conjuntura da pós-Segunda⁵⁵ Guerra Mundial, desenvolveram ferramentas para se pensar as dimensões políticas e os efeitos desse sistema que, necessariamente, acarreta um modo específico de produção de subjetividade e exige uma clínica comprometida com seus percalços. Assim, embora:

[...] a organização social e o universo das representações coletivas, apresent[em]-se como diferentes, [...] na verdade, estão intimamente relacionados. [...] o modo como os homens organizam sua vida social, a maneira como produzem os bens para viver, tudo isso está articulado à forma como representam a si mesmos e os outros. (Rosa *et al*, 2017, p. 362)

Em *Por que a Guerra?* (1933), Freud ao expor suas formulações sobre a Guerra, conduz o leitor a uma compreensão que revela não somente o papel da política dos Estados nos conflitos, mas também o da pulsão. Dessa forma, podemos observar a diligência de Freud na superação da aparente dicotomia entre social e psíquico, apontando, assim, para sua dialética.

Com Lacan, reiterando Freud, a articulação da psicanálise com o registro social é ainda mais axiomática, partindo da premissa de um sujeito que se constitui em sua entrada no campo simbólico e como efeito do significante. O pensamento lacaniano, a partir desse esquema, remete obrigatoriamente o sujeito ao seu contexto sócio-histórico, produto da subjetividade de seu tempo. Se o inconsciente é parte de um discurso transindividual, este passa a abranger não apenas a fala e as narrativas individuais de um sujeito, mas também aquilo que o compõe: o social, compreendendo aí, também, o laço social e suas modalidades.

Na *Proposição de 9 de outubro de 1967 sobre o psicanalista da Escola* (1967), a expressão “psicanálise em extensão” foi aventada por Lacan e se refere a “tudo o que resume a função de nossa Escola como presentificadora da psicanálise

⁵⁵ Consideramos o prefixo “pós”, que exprime a ideia de uma ação posterior, eventualmente inadequado aos contextos de trauma. Embora o evento histórico tenha adquirido um fim formalmente, não se trata de uma superação, pois, aqueles que foram marcados pelo trauma, vivem sua continuidade e vão de encontro a ele de forma ininterrupta.

no mundo e a psicanálise em intensão, ou seja, a didática, como não fazendo mais do que preparar operadores para ela” (p. 251). Dessa forma, o autor diferencia o tratamento conduzido no interior do dispositivo analítico clássico, no *setting* da psicanálise propriamente, fundada de modo *moebiano* na *práxis*, daquilo que pode ganhar contornos para além desse espaço e contexto, onde a proposta não contempla a formação de um analista precisamente nem um tratamento, mas sim a difusão e articulação da psicanálise com outros campos do saber.

No que se refere à clínica em sua vertente política, ela recolhe inevitavelmente os efeitos das tensões entre sujeito e sociedade. Se “o inconsciente é o discurso do Outro” (Lacan, 1953, p. 265) e, portanto, social, o sujeito é determinado não só por suas figuras de cuidado, mas também pela história, de modo que a clínica absorve em sua escuta o cenário político-social que o marca incondicionalmente em sua constituição e sofrimento. Como descrevem Rosa, Estevão e Braga (2017), a clínica é política porque trata “do sujeito no contexto sociopolítico [...] contexto que gera não só sintoma, mas a desarticulação subjetiva impeditiva da construção do sintoma” (p. 364).

Embora estejamos nos referindo aos aspectos gerais de uma clínica que é estruturalmente política, quando se trata da escuta de sujeitos submetidos a situações de violência endossadas pelo Estado, seu caráter político se torna ainda mais evidente. Assim é porque a clínica psicanalítica, de partida, oferece ao sujeito um lugar que não se confunde com a forma degradada na qual, amiúde, se encontra no laço social, subvertendo um sistema que pretende objetivamente oprimir e segregar determinados grupos.

As intervenções clínicas com sujeitos que sofreram violência remetem, ostensivamente, aos contextos de onde elas partiram, embora muitas vezes estes sejam excluídos do trabalho analítico devido a uma suposta impraticabilidade de manejar os conflitos sociais e políticos que o subsidiam. Assim, “a invisibilidade dos conflitos gerados no e pelo laço social recai sobre o sujeito, individualizando seus impasses, patologizando ou criminalizando suas saídas” (Rosa *et al*, 2017, p. 365).

Essa compreensão equivocada da relação social produz efeito de alienação, principalmente porque o sujeito está referido a instituições que regulamentam a sociedade, como aquelas vinculadas à justiça, religião e política que, no entanto, em detrimento do indivíduo, respondem a determinados interesses que têm em

vista, constantemente, apenas à manutenção da ordem social neoliberal. Essas instâncias operam na legitimidade e reconhecimento que o sujeito pode obter, lançando-o, ao desqualificar sua experiência, em um desamparo discursivo (Pujó, 2000).

À invalidação de seus discursos é somado o desamparo social, de modo que, sem endereçamento, “o sujeito silencia e é lançado ao não senso e à dificuldade de reconhecer, ele mesmo, seu sofrimento, sua verdade, seu lugar no laço social e no discurso” (Rosa *et al*, 2017, p. 366), desarticulando, por conseguinte, sua ficção fantasmática e conduzindo-o a uma condição traumática. A partir dessa construção podemos compreender a possibilidade de um sujeito se encontrar em uma posição duplamente traumática, uma de suas faces corresponderia ao plano individual, e outra, ao trauma socialmente produzido.

A clínica-política pretende, assim, atuar como resistência ao franquear que o sujeito saia do silenciamento produzido socialmente. Aposta-se na construção de um sintoma e uma demanda a partir da qual o (r)estabelecimento de laços seja possível, assim como a recuperação de um lugar no discurso. Trata-se, conseqüentemente, da realização de uma distinção entre a alienação estrutural ao discurso do Outro e a alienação promovida pelo discurso social e ideológico, viabilizando que o sujeito se situe em uma posição desejante.

Para Rosa (2016; 2017), autora que propõe a noção de clínica-política (que não deixa de estar entrelaçada com o tratamento do trauma em sentido estrito), a direção do tratamento, que também contempla aspectos relacionados à angústia e ao luto coletivo, orienta-se por uma obstaculização do gozo – do qual o sujeito é objeto e ao qual ele se lança frente às situações de violência –, e pela restituição de um campo de significantes, possibilitando a saída de um emudecimento traumático para uma outra posição que promova a fala, seja por meio do testemunho, da memória compartilhada, etc. Em última instância, aspira-se a um trabalho de reconstrução de uma ficção de si e do coletivo.

Vimos que os contextos de violência podem produzir um trauma no sujeito, levando-o a um estado de profunda angústia, desnortamento, perda de referências e uma paralisia diante da perplexidade de um acontecimento que compulsoriamente implica vivências de perda. Essas condições advêm daquilo que Lacan designa como encontro com o real e sua imprevisibilidade, irrompendo de forma dramática. Adicionalmente, sua origem no campo social pode reforçar e trazer ainda mais prejuízos ao sujeito que se encontra, igualmente, em desamparo sócio-discursivo.

Há uma modalidade de clínica do trauma que podemos definir por uma prática que parte de uma conjuntura que não envolve, necessariamente, o tratamento de pacientes que estão em situação de vulnerabilidade social – usualmente a clínica particular desvinculada de instituições. Embora a clínica seja uma entidade intrinsecamente política, não necessariamente ela irá se moldar de modo predominante pela noção de clínica-política (que, de maneira diferencial, propõe diretamente ações coletivas destinadas a um grupo específico). A clínica do trauma, entretanto, possui uma natureza que certamente faz eco na clínica migrante, mas que não se reduz a esta. As perspectivas pelas quais se guiam encontram ressonâncias importantes e, portanto, algumas considerações sobre a técnica serão realizadas.

Quando nos referimos à clínica do refúgio ou clínica migrante, embora esta possa partir das premissas do trauma, ela apresenta especificidades na disposição como as questões emergem, exigindo um manejo clínico particular que se destina especialmente à constituição de laços sociais (afetivos e profissionais) em um novo contexto, oferecido pelo país de destino. Vale ressaltar que, a despeito do fato de a clínica ser orientada por única ética, ela pode adquirir diferentes configurações. Aqui, estamos indicando um enquadre que implica necessariamente precariedade e vulnerabilidade social – conjuntura encontrada nas instituições de acolhimento a pessoas em situação de refúgio (no Brasil e no exterior) onde a autora desta tese realizou atendimentos clínicos.

No enquadre clínico em questão, a assertiva lacaniana supracitada, aquela referida ao inconsciente como discurso do Outro, adquire destaque ao realçar os elementos históricos e políticos envolvidos, pois trata-se de indivíduos que se situam de modo precarizado ou até mesmo suspenso no discurso social. Por isso não é possível abstrair do trabalho clínico suas necessidades mais básicas, como a

obtenção de documentos; legalização da permanência no país; acesso ao sistema de saúde; subsistência/trabalho; aquisição do idioma local e habitação. Para isso, portanto, é desejável que haja um trabalho interdisciplinar envolvendo assistentes sociais, profissionais das letras e do direito, pedagogos, psicólogos, etc.

A falta de documentação, sinônimo da impossibilidade de adquirir uma identidade publicamente reconhecida, é um aspecto que deve ser tratado com urgência nos contextos de migração forçada. Sem documentos não é possível se integrar minimamente à sociedade, de modo que, entre suas principais consequências está a impossibilidade de ter acesso a direitos garantidos por lei e ser empregado legalmente. Mesmo os deslocados internos, normalmente residentes por direito de nascimento, recolhem os efeitos da falta de documentação e, ainda que haja domínio da língua local, embora sua integração seja favorecida, os efeitos de não se possuir um documento de identidade não são aplacados.

A presença de crianças e adolescentes entre a população refugiada é um tema que requereria um capítulo à parte, entretanto, como escaparia do escopo desta tese e exigiria um recorte muito específico, optamos apenas por salientar as dificuldades relativas à sua integração ao sistema educacional; os conflitos provocados pelas diferenças culturais e os possíveis impasses na construção de uma identidade fora de seu país de origem. A diversidade cultural é um parâmetro (cujas repercussões afetam qualquer migrante) especialmente delicado porque envolve as idiossincrasias da comunicação, vestuário e práticas religiosas – signos eleitos frequentemente pelo discurso da intolerância.

Um outro aspecto regularmente observado é a (auto)imposição de uma itinerância sem fim, isto é, a perspectiva de destinos sempre transitórios. Entendemos que isso pode se dar como consequência da ruptura dramática e involuntária dos laços provocadas pelo primeiro movimento forçado no qual não houve dimensão de escolha. Assim, essa circunstância pode ser repetida diante de qualquer manifestação de angústia.

Com relação aos processos subjetivos, a elaboração da diáspora pode trazer sofrimentos que exigem uma abordagem diferente. Notabilizamos a culpa, os quadros de angústia e, obviamente, o trauma. A angústia, como sabemos, aflora não apenas em decorrência de um quadro traumático, mas pela perda de laços afetivos – fundamentais para o amparo subjetivo. A culpa pela fuga e

sobrevivência, que implica, rotineiramente, deixar parte da família para trás, pode gerar crises atroz, incluindo pensamentos e tentativas de suicídio. Por outro lado, a impossibilidade de se deixar morrer também é mencionada, uma vez que a função de resgatar e ajudar aqueles que ficaram permanece no horizonte.

No que se refere às repercussões disruptivas das situações de trauma para além de seu reforço ou origem no campo social, podemos encontrar sujeitos em choque, incapazes de se reorganizar psiquicamente. Como apresentado anteriormente, o traumático pode ser entendido como aquilo que se dá fora da ordem de atribuição de sentido. Sendo assim, a experiência da violência, enquanto manifestação do real que atinge efetivamente o sujeito é, portanto, traumática.

Considerando-se os sujeitos refugiados, os requisitos para a transmissão de sua experiência de desenraizamento estão dados pela dificuldade de inclusão no laço social e aniquilamento subjetivo (dissolução da identidade/cultura). Verificamos também a impossibilidade que se dá, muitas vezes, de que o sujeito se situe em relação à sua própria palavra e possa construir uma saída metafórica, um sintoma através do qual possa esboçar seu sofrimento e o permita endereçar uma demanda.

Pudemos identificar nos sujeitos que se confrontam com a face obscena do Outro uma perda de laço identificatório com o semelhante, um abalo narcísico que o lança à angústia e ao desamparo discursivo que desarticulam sua ficção fantasmática e promovem um sem-lugar no discurso, impossibilitando-os do contorno simbólico do sintoma e de construir uma demanda. (Rosa, 2012, p. 72)

[...] o sujeito perde sua condição de responder ao laço social, ou seja, de situar-se numa referência significativa, bem como na possibilidade de velar o real por meio da fantasia. Assim, o trauma situa um acontecimento em que o sujeito perde sua condição de endereçar sua questão desde o campo discursivo, e se confunde com o que é excluído – o gozo excluído da circulação. (Costa, 2014, p.35)

Como propõe Rosa (2009, p. 502), as possibilidades de elaboração do trauma encontram-se amiúde reduzidas na população refugiada. Tal contingência, no que se refere à palavra, é entendida como efeito da dessubjetivação produzida pelo trauma através de uma fixação temporal ao instante traumático, do qual não se pode não recordar, engendrando, assim, uma experiência de ausência de tempo, uma vez que a repetição absorve a maior parte da libido na defesa contra uma angústia que não cessa.

Segundo Indursky (2014), isso se dá quando “a temporalidade está estancada e o processo de reorganização das intensidades e das perdas assume a dimensão de excesso, do que chamamos de traumático, de mortífero” (p. 38). Tal

fixação e o tempo que o sujeito necessita para se localizar no laço social costuma produzir uma solução específica: o silenciamento – posição não apenas necessária na tentativa de garantir alguma sobrevivência psíquica, mas também resultado de suas ressonâncias no campo social. O luto abrangido pode ser suspenso devido aos embaraços envolvidos em sua nomeação e, assim, uma posição melancólica pode ser assumida.

Frente ao silêncio, à dor presumida e à ausência de demanda, Costa (2014) sugere uma clínica que contemple “a reconstituição de um endereçamento na fala” (p. 36) e um espaço no qual se possa reestabelecer laço, em uma direção do tratamento que opere na:

[...] transformação do trauma em experiência partilhada e na construção da posição de testemunha, transmissor da cultura [...] faz-se necessário utilizar práticas que levem em consideração as condições sociopolíticas e subjetivas necessárias para a elaboração do luto e fazer valer a dimensão do desejo, a melhor defesa contra o gozo mortífero. (Rosa, 2012, p. 72)

Tendo em vista as especificidades da situação de refúgio, uma compreensão detalhada acerca das dinâmicas psíquicas do trauma e seu viés político é imperativa para aprovisionar o analista com recursos para o manejo clínico-social, possibilitando um tratamento do qual se exige uma disposição para além do *setting* clássico.

Assim, considerando-se a dimensão traumática amiúde presente nos sujeitos refugiados e seu silenciamento como resposta, é fundamental que a técnica psicanalítica seja ponderada levando em conta as particularidades do silêncio, pois “existe uma diferença entre silêncio mortífero e silêncio sintomático. Sintomatizar o silêncio – cavado na angústia, no instante perpétuo, no estado melancólico – é a isso que apontamos nesse tipo de intervenções clínica” (*Ibidem*).

Torna-se igualmente essencial a abordagem dos processos de identificação, angústia e luto das perdas do sujeito, “contornando e significando aquilo que, por vezes, é negado socialmente” (Rosa et al, 2009, p. 507). Lacan, em uma referência ao luto, acentua seu âmbito coletivo como requisito na elaboração individual. Os ritos fúnebres possuem eficácia simbólica, isto é, oferecem uma linguagem que pode nomear de alguma forma os estados de dor, de natureza incoerente e ininteligível e, em uma operação lógica no nível simbólico,

aproxima-se “do grupo e da comunidade enquanto culturalmente organizados” (Lacan, 1958-1959, p. 356).

Num cotejamento com o dispositivo clínico clássico, referido à clínica do sintoma, faz-se necessário extrapolar suas fronteiras com o intuito de sustentar um trabalho analítico considerando-se as idiossincrasias desses sujeitos. É preciso, portanto, um direcionamento de tratamento que considere as dimensões políticas em questão e que não se restrinja à decifração e enunciação daquilo que jaz por trás de determinado conteúdo manifesto, mas que, através da palavra e presença do analista, siga em outra direção: a de uma construção de produção de sentidos, restituindo um campo significantes que se encadeie com a experiência de dor do refugiado, deslocando-o do silêncio mortífero para uma fala possível através da experiência compartilhada e pela elaboração coletiva do trauma⁵⁶, apostando-se que, assim, com a configuração de uma rede transferencial migrante, que se faça aparecer o sujeito e seu desejo.

Independentemente da forma como cada um irá responder ao real e o ao gozo que daí resulta, a aposta fundamenta-se no esforço que a psicanálise pode representar na compreensão particular do fenômeno da violência e do estatuto psíquico do refugiado, contribuindo para que a emergência de seu sofrimento e mal-estar seja minimizada e que novos rumos e criações de si possam se dar no contexto das migrações.

⁵⁶ Por se tratar de um fenômeno cuja origem está no campo social, sustenta-se que seus efeitos devem ser inscritos e elaborados de forma coletiva, sem menosprezar ou desqualificar, evidentemente, as soluções individuais de uma clínica do traumático em sentido específico.

LITERATURA: UM EPÍLOGO PARA O REFÚGIO

Tal como a psicanálise repercute as coordenadas discursivas de cada momento histórico e esferas com as quais dialoga, arte e sociedade também se integram em um elo de mútua ingerência. Uma vez que as imigrações são componentes sociais regularmente observados na cronografia da humanidade, a literatura, como uma modalidade de expressão artística, reflete e interpela tais fenômenos em suas diversas e particulares manifestações. Assim, no campo literário podemos encontrar produções que se conformam como resultado do empenho de autores a dar algum destino às experiências de diáspora – sejam estas diretamente vividas, observadas ou apreendidas por transmissão psíquica inter- ou transgeracional.

Os deslocamentos migratórios forçados subsistem como uma ferida aberta no mundo atual juntamente com outras formas de violência, principalmente no que diz respeito à coexistência da diferença e da diversidade dos códigos sociais. No que se refere aos cânones da literatura que são produzidos a partir desses fenômenos, pode-se dizer que o tipo de produção literária que se desdobra de forma mais sistematizada tem seu desenvolvimento inicial localizado na década de 1950/60 com a denominada *Gastarbeitsliteratur*, a literatura dos trabalhadores-hóspedes, alcançando, posteriormente, um tipo de produção designada como “literatura (culturalmente) híbrida”. As diferentes nomenclaturas refletem uma espécie de progressão circunscrita pelo reconhecimento da questão como um problema social e a consequente formulação de políticas de imigração (locais e internacionais) em articulação com uma tentativa de organização de um *corpus* pela academia – um esforço de ordenação inconclusivo, mas que reflete as particularidades do objeto retratado: as experiências migratórias e seus destinos (criativos, históricos, jurídicos, etc).

Posto isso, nas próximas seções desta tese iremos nos dedicar a alguns objetivos: [1] estabelecer uma aproximação entre psicanálise e literatura, esclarecendo a partir de quais premissas essa articulação se torna possível; [2] recuperar os pressupostos daquilo que iremos designar como “literatura de

refúgio”, circunscrevendo seus aspectos mais determinantes; e [3] analisar o que se entende por ficção e não-ficção a partir do termo “escritas de si”, diferenciando-as especialmente da austeridade com a qual o compromisso histórico é contemplado na literatura de testemunho.

Paralelamente, iremos fundamentar a opção por uma abordagem que prioriza as narrativas literárias de caráter “declaradamente”⁵⁷ ficcional – como evidenciam os contos e romances –, atribuindo destaque à poeticidade em detrimento de uma intenção de testemunho de um real que implica literalidade. Assim o propomos para que, posteriormente, possamos fazer uma análise crítica de algumas narrativas literárias, articulando-as às discussões teóricas já apresentadas. Com esse exercício, tencionamos a algum desvelamento da experiência a partir da escrita e a construção de uma leitura que ultrapasse o lugar-comum. Assim, pretendemos, igualmente, indicar o que de mais profícuo e singular podemos coligir do refúgio sob uma perspectiva psicanalítico-literária.

3.1

Psicanálise e Literatura⁵⁸

Freud, no processo de fundamentação da psicanálise e de seu arcabouço teórico evoca diferentes áreas do saber, franqueando à literatura notoriedade e até mesmo uma posição prestigiada entre as fontes às quais recorreu. A relação dialógica entre os dois campos foi concebida a partir de diferentes aproximações e pode ser recuperada desde o princípio das enunciações psicanalíticas freudianas, nomeadamente a partir da constatação das semelhanças entre a escrita dos relatos de caso e as narrativas literárias.

⁵⁷ Uma discussão sobre os limites e fronteiras da ficção se faz necessária e será um dos temas desenvolvidos na próxima seção desta tese. Trata-se de um impasse do qual não somente a psicanálise precisou se ocupar, mas também ao qual a teoria literária tem se dedicado.

⁵⁸ Trechos deste subcapítulo encontram-se parcialmente reproduzidos na dissertação de mestrado (2018) e em artigos (Kehl, 2019a; 2019b) publicados pela autora. A reincidência e manutenção do conteúdo de escritos anteriores nesta tese se justifica pelo fato de que alguns segmentos da temática da atual pesquisa, em especial no que se refere à metodologia aplicada ao uso da literatura, são comuns a projetos pregressos.

Freud, já em 1895, ao comentar o caso clínico de Elizabeth von R. nos *Estudos sobre a histeria*, aponta uma maior similaridade entre os relatos de caso e as obras literárias quando comparados às publicações científicas e aos escritos acadêmicos (Kehl, 2018). A literatura, conseqüentemente, é concebida pelo autor como elemento indispensável para a formação do psicanalista, sendo considerada matriz de saber fundamental que mais se aproxima da psicanálise. Dessa forma, aos escritores criativos é conferida a condição de:

[...] aliados muito valiosos, cujo testemunho deve ser levado em alta conta, pois costumam conhecer toda uma vasta gama de coisas, entre o céu e a terra, com as quais nossa filosofia ainda não nos deixou sonhar. Estão bem adiante de nós, gente comum, no conhecimento da mente, já que se nutrem em fontes que ainda não tornamos acessíveis à ciência. (Freud, 1907, p. 20)

Freud dispôs de inúmeras produções literárias e aporte de muitos autores em sua empreitada, podendo-se observar referências a autores cronologicamente anteriores a ele, como Dostoiévski, Goethe, Sófocles, Hoffman e Shakespeare, e autores contemporâneos com os quais pôde estabelecer algum diálogo e uma relação mais próxima e pessoal, como Stefan Zweig, Arthur Schnitzler e Thomas Mann.

Valeu-se da psicanálise a partir de uma metodologia interpretativa tanto em função do literato, propondo-se a realizar uma espécie de psicobiografia, “patografia”, ou reconstituição fantasmática do escritor, quanto da obra, compreendendo-a como um correlato das formações do inconsciente na tentativa de desvendá-la, admitindo, posteriormente, as limitações de tais aplicações. Em *Dostoiévski e o parricídio* ([1927]1928), Freud lastima: “Diante do problema do artista criador, a análise, aí de nós, tem de depor suas armas” (p.187).

Embora Lacan também tenha empregado o dispositivo interpretativo no texto a *Juventude de Gide ou a letra e o desejo*, de 1958, e também, em menores dimensões, em suas ponderações acerca de James Joyce no seminário 23, *O sinthoma* (1975-1976), é aquele viés – o da interrogação sobre a verdade que se desvela a partir da ficção literária – que também será sustentado por ele, ratificando, dessa maneira, as resoluções freudianas.

Segundo Brousse (2009), Lacan qualifica a via da interpretação do autor como uma aplicação da ordem da “presunção”. Para ele, entretanto, a arte se sustenta sob a condição de um “saber [que] sempre antecipa a psicanálise” (p. 32)

e o autor retoma Freud, circunscritamente, na reiteração de que o analista aprende com e é precedido pelo artista (Lacan, 1959-1960, p.125).

Chaves (2015), ao resgatar o pensamento freudiano acerca das possibilidades de vínculo entre psicanálise e literatura, cita Pontalis (1987) ao assinalar a importância de se considerar o processo criativo artístico como um “modelo de constituição da neurose” (Chaves, 2015, p.11) através de uma *Umwandlung* de seu conteúdo, isto é, de sua metamorfose, de seu retrabalho, e não a “neurose de seu criador” (p.16).

Já em relação àquele que cria, Freud ressalta sua habilidade em driblar a censura e estabelecer verdades por meio da rasura, isto é, pelo ato de reescrita de uma verdade inconsciente. Assim, cabe ao leitor a responsabilidade pela apropriação daquilo que é narrado por meio de seus vestígios na escrita, em uma postura ética que não contempla uma análise do escritor, mas do material que se estabelece textualmente.

Desse modo, pode-se dizer que a interlocução do leitor com o texto presume uma espécie de “abrir dos olhos” daquele que lê, num esforço para se defrontar com aquilo que ali está ainda que na forma de vestígio. Trata-se de um ato de responsabilidade que pode ser correlacionado à retirada do material excedente na escultura, como na metáfora freudiana referida à metodologia psicanalítica.

Freud sugere, fundamentado na concepção aventada por Leonardo da Vinci, que o fazer artístico na escultura pode ser posicionado analogamente à técnica psicanalítica. Da Vinci refere-se à sua arte a partir de duas fórmulas: *per via di porre*, numa referência à pintura, na qual partículas são depositadas sobre a tela e, a partir da qual, Freud faz uma analogia à sugestão; e *per via di levare*, numa alusão à escultura, na qual retira-se o excesso de material para alcançar sua essência, o inconsciente, segundo a leitura freudiana.

Desse modo, o excedente que se remove da pedra, aquilo que revestiria sua superfície de estátua, seria análogo à análise que “não pretende acrescentar nem introduzir nada de novo, mas antes tirar, trazer algo para fora” (Freud, 1905[1904], p. 247). Logo, a metáfora metodológica *vis-à-vis* a literatura como fonte de conhecimento através do processo criativo em jogo, preconiza que o poeta pode desvelar para além do que a psicanálise já pôde estabelecer ou pode demonstrar aquilo sobre o que a psicanálise teoriza. O saber já estaria em seu texto, só é preciso lê-lo, transfigurá-lo. Temos, assim, literatura e psicanálise

operando em via de mão-dupla na condição de alicerce e, concomitantemente, validação.

“Restos” e “rastros” são vestígios que asseguram “um modo de relação entre passado e presente” (Chaves, 2015, p. 31) e, assim como o contar do sonho ou da narrativa literária, contemplam equívocos e distorções próprios da linguagem (e, portanto, do inconsciente) – o que não anula sua natureza representativa e reflexiva da subjetividade. Ainda que o artista possa torná-la mais maleável e transponível, ainda é necessário, assim como preconiza a análise, desvelar o que se encontra nas entrelinhas.

Como indicado anteriormente, na relação com a psicanálise, a escrita literato-semelhante surge como modo de transmissão da experiência clínica, do relato de caso a partir da fala em análise. Trata-se de uma escrita de caráter ficcional⁵⁹ porque traz o discurso – sempre atravessado pela fantasia do sujeito – assim como a literatura propriamente dita, porém *lituraterra*, como escreve Lacan em artigo de mesmo nome publicado em 1971, que também parte de um não-dito, comportando, igualmente, alguma leitura. Tal explanação, que contempla três registros importantes, a saber: fala inscrita, escrita e leitura, nos traz novamente a diferença radical entre enunciado e enunciação, conteúdo manifesto e latente.

Considerando-se essa lógica, a literatura como fala é um “discurso que aponta para a existência de um sujeito cindido” (Ferreira, 2007, p.55) e a escrita é a letra que porta sua essência que, por definição, sempre estará aquém e ao mesmo tempo além das intenções do seu autor.

⁵⁹ Como já desenvolvido no capítulo anterior, a teoria da fantasia é um construto essencial para a psicanálise. Esta postula que o psiquismo não reproduz uma cópia especular dos eventos e fatos, e tampouco pode representar uma coisa como ela é, pois a fantasia opera uma interpretação. Ainda que o fantasma module uma produção de sentido a partir da construção de uma matriz interpretativa, não se quer dizer que não haja verdade para a psicanálise nem há negação da realidade material, mas estabelece-se, assim, que cada sujeito apresenta uma marca ficcional na produção de seu discurso. Logo, para a psicanálise, até as biografias (sejam autobiografias ou não) trazem em si a marca da ficção (dos autores).

A literatura como fala e como escrita coloca em cena o real, o simbólico e o imaginário. A literatura como escrita é sublimação e, como tal, é a realização de um ato de criação. Em todo ato de criação literária, o sujeito vai buscar significantes no campo do Outro, para lhes dar nova articulação, de onde emerge um vazio que é cercado pela letra que se faz escrita. A literatura como fala é testemunho das feridas sem cura e das cicatrizes do real. (*Ibidem*, p.57)

Nesse sentido, a literatura, devido à sua relação íntima com o real, pode se compor como uma ferramenta *sine qua non* para o estabelecimento de algum contorno do traumático, daquilo que foi perdido, constituindo-se como um modo ou tentativa de dominar minimamente a incidência do real sobre aquele que escreve. Sendo assim, que função poderia ter a escrita, especificamente, para o imigrante/refugiado que se encontra numa experiência que pode aproximá-lo do real? Que função teria para o leitor?

Se a clínica pode contribuir com a promoção de novos destinos para os impactos subjetivos e coletivos da migração forçada através da evocação da palavra, a escrita (literária) – esfera que compartilha da mesma nascente que a psicanálise: o *fallasser* – também pode operar como um recurso na organização do pulsional disruptivo, configurando-se como uma outra modalidade de contorno para as vivências traumáticas. Como vimos, tal possibilidade é proposta por Freud ao aproximar a psicanálise da literatura, equiparando a criação literária com as formações do inconsciente. Lacan, com a ideia de “letra”, vai mais além, aproximando o real da escrita, fazendo litoral.

Segundo Barros (2007) a escrita é uma forma de lidar com o traumático, “respondendo em parte pelo aplacamento ou diminuição da angústia” (p. 176). Sustenta-se, assim, a ideia de que o ato de escrita pode ter como principal função uma suplência ao compulsório e mortífero gozo que se origina no trauma (sujeito como objeto), e sua repetição como angústia do real (gozo do sujeito). Dessa forma, por intermédio da escrita, seria franqueada a possibilidade de contornar o real de sua posição, bordejando-a, transformando aquilo que atordoa em objeto tolerável, em uma tentativa de fazer borda com o trauma, com o real inassimilável.

A literatura, para além de um recurso disponível para aquele que escreve enquanto testemunha da cultura – ainda que se trate de um texto declaradamente ficcional –, engendra uma representação possível para aquele que lê. A partir da discussão e aproximação entre a temática do refúgio e do trauma sob uma perspectiva psicanalítica com base no que designaremos como “literatura de

refúgio”, pretendemos demonstrar como o ato da escrita pode operar como uma tentativa de ressignificação de experiências traumáticas, promovendo alguma elaboração e revelando intervenientes presentes na experiência de deslocamento forçado – seja para o autor ou seu leitor.

A proposta se dá a partir do entendimento de que a escrita pode operar como correlato de uma clínica do trauma na medida em que esta possibilita um não silenciamento frente ao traumático, promove laço social e pode adquirir função de suplência: expondo vestígios de um gozo e, ao mesmo tempo, refreando-o.

Se a “perda da relevância da fala [é a] a perda de todo relacionamento humano” (Arendt, 2012, p. 404), nossa aposta recai na escrita como modalidade discursiva capaz de promover um lugar no mundo (normalmente retirado/negado nos contextos de refúgio) para o sujeito-autor e que, ao engendrar reconhecimento social, conscientização e identificação, pode restabelecer algum regime de sociabilidade.

3.2

Literatura de Refúgio e as Escritas de Si

Para além das crises migratórias e a disposição da condição de refúgio na contemporaneidade, a mobilidade humana facultativa é uma realidade recorrente que tem sido potencializada pela globalização. Consequentemente, pode-se dizer que o mundo se converteu em um espaço repleto de migrantes⁶⁰, independentemente do contexto e das circunstâncias de tais deslocamentos em massa. Consideramos importante recuperar tal assertiva porque a produção literária circunscrita por experiências migratórias não pode ser reduzida a conjunturas diaspóricas e de violência, objeto do qual se ocupa esta tese.

⁶⁰ De acordo com o Relatório Mundial sobre Migração (publicado pela ONU e referente ao ano de 2021), há 281 milhões de migrantes internacionais no mundo – índice que corresponde a 3,6% da população global e que se ampliou drasticamente mesmo durante a pandemia. Cf. <https://news.un.org/pt/story/2021/12/1772272>, recuperado em 20 de julho de 2022.

Na tentativa de definição de um tipo de literatura que se adequasse às especificidades do recorte aqui proposto, tentamos nos orientar, inicialmente, pela procura de possíveis cânones literários – classificação que aponta para um conjunto de obras que partilham uma característica em comum – referidos ao tema do refúgio/imigração⁶¹. Em nossas pesquisas preliminares encontramos três categorias que se destacaram: [1] a “literatura de migração”, [2] a “literatura de migrantes” e [3] a “literatura intercultural”. As três modalidades encaixavam-se parcialmente nos critérios necessários e ofereceriam uma designação literária bastante representativa do delineamento que procurávamos.

Embora as categorias supracitadas nos ajudassem a pensar sobre o escopo, estrutura e estilo de tais textos em sua articulação com o refúgio, devido à ausência de consenso entre teóricos sobre a sua definição, foi necessário o estabelecimento de uma compreensão e conceituação singulares – que atribuiremos a nomenclatura de “literatura de refúgio” (e não de refugiados, de maneira intencional e cujas configurações aqui propostas serão apresentadas detalhadamente mais adiante) –, que permitisse uma seleção de autores e textos cuja ressonância com o tema proposto fosse de maior extensão, engendrando o rendimento analítico almejado.

De acordo com Søren Frank (2008), a “literatura de migração” pode se referir:

[...] a todas as obras literárias que são escritas na Era das Migrações – ou ao menos àquelas obras que refletem sobre a migração. A questão é que se favorecemos o contexto social ou o conteúdo/forma literária, a distinção entre escritores migrantes e não migrantes se torna cada vez mais difícil de manter. (p. 2, *tradução nossa*)⁶²

Elegemos tal definição porque ela evidencia uma dificuldade nos contornos do termo: a consideração ou não pelo *background* migratório do autor, impasse que se reflete na forma de uma outra categorização: a “literatura de migrantes”. Enquanto esta está referida e parametrizada por um aspecto biográfico, isto é, a origem e a experiência de deslocamento do autor – de modo

⁶¹ Dada a importância do fenômeno, presumimos que haveria algum tipo de sistematização sobre o assunto, um *corpus* literário bem estabelecido sobre as migrações. Entretanto, nos deparamos com interrogações e indefinições, dificuldades que, mais que obstáculos, permitiram maior apuração do tema.

⁶² [...] to all literary works that are written in an age of migration —or at least to those works that can be said to reflect upon migration. The point is that whether we favor social context or literary content/form, the distinction between migrant and nonimmigrant writers becomes increasingly difficult to uphold.

que não necessariamente o texto precisa estar dedicado a uma temática migratória (embora regularmente esteja), a “literatura de migração” abrange, obrigatória e intratextualmente, o tema da mobilidade e seus desdobramentos sem que haja ênfase nas determinações de autoria. Dessa forma, pode-se inferir que escritores não-migrantes podem figurar entre autores localizados sob a égide da “literatura de migração” e, também, que nem toda “literatura de migrantes” será dedicada ao tema da migração.

Uma outra dificuldade em relação a tais sistematizações é que elas não se dão de forma “automática”, mas têm sua origem vinculada a enquadramentos históricos e determinadas comunidades culturais, sofrendo reformulações ao longo do desenvolvimento dos indicadores de organização sistemática desse campo literário. De acordo com Singer (2014), os deslocamentos e a globalização – fenômenos que fundamentam a “Era das Migrações”, expressão anteriormente mencionada na citação de Frank (2008) e forjada por Castles & Miller (1993) para identificar o cenário migratório atual – deram origem a uma produção literária específica que compreende a literatura de migração/migrantes, mas que não se confunde com estas: a chamada literatura intercultural – que pressupõe o encontro (ou melhor dizendo, o conflito) entre duas culturas ou mais.

De acordo com Singer (2014), a literatura intercultural já existia antes mesmo da formulação da própria categoria, uma vez que “o entrecruzamento e confronto de várias culturas é um tema ancestral e a essência da literatura universal, tendo, por conseguinte, já entrado em diferentes cânones” (p. 91)⁶³. Tal terminologia deriva da “literatura dos trabalhadores-hóspedes” (*Gastarbeiterliteratur*, ou também designada como *Betroffenheitsliteratur*⁶⁴, a “literatura dos afetados”, e transita pela “literatura de migrantes” (*Migrantenliteratur*), culminando com a organização da “literatura híbrida” (hibridismo cultural). Todas estas conformam-se como uma tentativa de sistematização que se coloca sob a chancela da interculturalidade.

⁶³ O mesmo enunciado é válido para a literatura de migração/migrantes.

⁶⁴ Trata-se de uma de uma categoria cuja ênfase é dada aos efeitos e afetos que estão em jogo, nomeadamente aqueles que se desdobram da Segunda Guerra Mundial, ou seja, uma perspectiva na qual o trauma está em evidência. No que se refere à temática, tem caráter autobiográfico, de reivindicação e militância (Singer, 2014, p. 92). Embora tenhamos considerado trabalhar com essa nomenclatura, a descartamos porque entendemos que ela seria mais uma forma de patologizar a experiência de refúgio por sua associação com o traumático.

A literatura dos trabalhadores, cuja filiação pode ser localizada na Alemanha pós-Guerra (entre as décadas de 1950/60 e 1980) e seu processo de reconstrução realizado por trabalhadores estrangeiros, é circunscrita a esses autores-trabalhadores. No entanto, o histórico biográfico é abandonado porque, progressivamente, passa a incluir os descendentes desses trabalhadores e escritores que imigraram para o país na infância. No que se refere à “literatura de migração” ou “literatura de migrantes”, a designação é superada igualmente devido às fragilidades conceituais⁶⁵. Por fim, a imigração, embora se consubstancie com as questões culturais, perde seu destaque, pois compreende-se que a interculturalidade ultrapassaria o fenômeno migratório e, dessa forma, haveria uma “literatura híbrida”. Essa modalidade atribui ênfase aos processos sociais e as interações culturais, incluindo o eixo centro/periferia e as diferenças provenientes da estratificação social de determinada comunidade, subtraindo, assim, o protagonismo do migrante e das dinâmicas envolvidas nos processos migratórios. Há uma referência mais explícita à sociedade e suas determinações (Singer, 2014, p. 94), aspecto que pode ser igualmente interessante, porém que, em sua autonomia conceitual, escapa do propósito das análises literárias com foco na subjetividade do sujeito refugiado.

Ainda que as questões culturais sejam aspectos que se destaquem e fundamentem os contextos migratórios, promovendo um cânone literário que as alicerça ao fenômeno, consideramos que a categoria “literatura intercultural”, principalmente a sua denominação, não se adequa ao recorte que desejamos. Isto porque, embora os elementos dirigentes desta tese estejam imersos em uma perspectiva intrinsecamente associada à cultura, pois o sujeito é moldado por ela, consideramos a adesão à tal nomenclatura não apenas ingênua, mas também utópica, em grande parte por se basear em uma concepção substantiva de cultura e de identidade.

Conceitos como interculturalidade, multiculturalidade e transculturalidade são fundamentais para a compreensão das migrações. Embora esses termos

⁶⁵ Ressaltamos aqui a dificuldade em classificar a literatura promovida por autores que são descendentes de migrantes, mas que nascem no país de destino dos pais. Em uma classificação rigorosa, seus escritos não poderiam ser considerados “literatura de migrantes” mas, a partir de uma análise psicanalítica, certamente poderiam, uma vez que os descendentes recolhem, por transmissão inter- ou transgeracional, os restos traumáticos da geração passado – fenômeno explicitado no capítulo anterior.

tenham origem em outros campos das ciências humanas, sua apropriação pela psicanálise é bem-vinda ao nos oferecer mais ferramentas para interpretar os deslocamentos humanos (e também questionar aquilo a que se refere à “literatura intercultural”).

Como desenvolvido nos capítulos anteriores, os deslocamentos implicam uma ruptura com a cultura de origem e uma vivência de perdas que requerem determinadas ações psíquicas, como o luto, por exemplo, para sua elaboração. Nesse contexto, o desenraizamento (ou desterritorialização), que pode levar à sideração subjetiva, é comumente observado e ao refugiado é requerido tempo para se localizar – o que não significa que este não possa participar de uma nova cultura, mas que deve prover-se (e ser provido) com as ferramentas necessárias para tanto, em um movimento que, idealmente, contemplaria a cultura própria e a estrangeira.

Nesse sentido, como demonstra Weissmann (2018), a interação entre culturas pode adquirir contornos de: [1] multiculturalidade, quando nos referimos a grupos culturais que, embora em contato, não se mesclam, mas mantêm-se estanques na lógica do Um; [2] transculturalidade, quando, ainda que em diálogo, não perdem sua especificidade, isto é, não há síntese entre suas perspectivas, mas uma convivência entre dissemelhantes; e [3] interculturalidade, que pressupõe uma interação com reciprocidade, ou seja, uma ponte que se pautar na pluralidade, sem que haja prevalência de um ou outro grupo/cultura, mas um entrelaçamento entre eles.

Em outras palavras, numa analogia com a teoria matemática dos conjuntos, a multiculturalidade poderia ser representada pela diferença – que reforça a segregação, estabelece a hegemonia de uma cultura e opera com a lógica da dicotomia hierárquica; a transculturalidade pela união lado-a-lado, sem trocas e sem uma permeabilidade que permita transformações; e a interculturalidade pela interseção, modalidade de encontro entre duas ou mais culturas, baseada na dialética e na polifonia.

Considerando-se os contextos migratórios e as trocas culturais que ali se estabelecem, a nomenclatura “literatura intercultural” – embora possa indicar etimologicamente o contato entre duas ou mais culturas, com o desdobramento de sua conceituação, vemos que esta vai além em seu caráter circunstancial – causa certo estranhamento justamente porque, partindo das premissas da violência e do

trauma, não encontramos regularmente elos e o respeito à diversidade, mas o seu oposto, um rechaço pela figura do estrangeiro. Assim, as narrativas que se dedicam à discussão desses aspectos, normalmente tratam da multiculturalidade (e a tentativa de apagamento do outro) ou da transculturalidade (no melhor dos casos), de modo que a interculturalidade figura como quimera nas relações de grupo.

Posto isso, a partir da necessidade de estabelecer um recorte sobre a literatura a ser utilizada, primeiramente tivemos que renunciar aos cânones já estabelecidos. Isto porque, como explicitado, eles não contemplam o recorte desejado e, além disso, apenas autores que alcançaram prestígio e reconhecimento costumam compor as sistematizações da academia e, aqui, almejamos dar voz ao contrassenso e ao contradiscurso, àqueles que estão, de certa forma, à margem do cânone ou cujas temáticas e grupos representados são usualmente relegados, insubordinando o campo literário e promovendo uma literatura menor (Deleuze & Guattari, 1975).

Trata-se de uma literatura dissidente porque se afasta da “grande Literatura” ao promover um distanciamento do *status quo* em prol de temáticas marginais que abrem espaço a grupos minoritários e de menor reconhecimento no cenário literário dominante. Entendemos que essa abordagem está em consonância com a eleição de uma posição política que implica a promoção de uma outra lógica, aquela fora do que é costumeiro. Os preceitos a partir dos quais se conformam os cânones eleitos não são capazes de absorver as particularidades da literatura que pretendemos examinar, de modo que iremos apostar num hibridismo entre algumas das sistematizações aqui apresentadas.

Interessa-nos, assim, trabalhar com narrativas literárias dedicadas à temática da migração forçada, escritas por autores que carregam consigo a marca biográfica da diáspora (seja por sua própria vivência ou pela transmissão dessa experiência) e que através de seus escritos possibilitem que sejam vislumbrados os efeitos da cultura da violência e do trauma – aspectos desenvolvidos nos dois primeiros capítulos desta tese e, eventualmente, que alguma nova conformação possa ser realizada.

Para tanto, propomos chamar essa categoria de “literatura de refúgio” porque entendemos que essa nomenclatura explicita o cerne da questão, ainda que não exponha as particularidades do recorte. Não optamos por “literatura de

refugiados” porque, embora o *background* migratório seja condição e interessamos especialmente os efeitos e processos subjetivos em jogo, não se trata de uma condição necessariamente permanente e nem de uma análise do autor – algo que, como vimos, a psicanálise não recomenda – mas uma análise dos aspectos “psicosociopolíticos” e, nomeadamente, das operações psíquicas que são evidenciadas ou que podemos desvelar no contato com o texto.

Ainda que seja franqueado aos escritores criativos o estabelecimento de um simulacro da condição migrante (uma vez que possuem recursos estético-literários e, na qualidade de sujeitos do inconsciente, podem experimentar em algum grau processos psíquicos semelhantes), a dinâmica subjetiva daqueles que efetivamente vivenciam/vivenciaram a imperatividade do refúgio nos é particularmente cara devido à escrita do trauma que se coloca no horizonte como poética (im)possível e a transmutação dos afetos e conteúdos que compõem a experiência.

No entanto, com o objetivo de nos afastarmos de uma análise psicanalítica do autor, iremos nos dedicar a textos que se propõem como ficção. Deliberação que, devido às dificuldades⁶⁶ na determinação das fronteiras com a não-ficção, nos conduz à inevitabilidade da discussão, ainda que breve, sobre os gêneros literários elencados e as distinções conceituais entre algumas formas de “escritas de si”.

A escrita ficcional, recorte no qual apostamos nesta tese, embora possa ser marcada pela exploração do espaço autobiográfico do autor, não se confunde com a escrita de testemunhos, nas quais se supõe uma “memória literal, congelada, nada maleável e incapaz de retranscrições, composta por lembranças ultraclaras que se expressam no psiquismo via figurabilidade” (Antonello & Gondar, 2014, p.96). Assim, aquela se diferencia desta principalmente em termos de não-literariedade e liberdade criativa – elementos que serão priorizados devido à sua relação com a poeticidade e com a escrita do trauma.

⁶⁶ Para além das discussões sob uma perspectiva psicanalítica, os limites formais entre ficção e não-ficção na literatura foram ainda mais evidenciados quando constatamos nas fichas catalográficas de alguns livros elencados uma incompatibilidade “técnica” na descrição dos “assuntos”. Em alguns livros encontramos a classificação dos textos como “contos”, narrativa de ficção, juntamente com a classificação “narrativas pessoais”, não-ficção. A aparente contradição entre os elementos, mais do que uma dificuldade, revela a (desejável e tênue) fronteira entre um e outro, e a necessidade de lidarmos com a impossibilidade de uma definição tão categórica na qual estejam implicadas as escritas de si.

Como desenvolvido no capítulo anterior, os sobreviventes de catástrofes e situações de violência podem sofrer sequelas que se manifestam na forma de traumas. Nesses casos, trata-se dos efeitos de uma experiência de excesso/intensidade à qual foram submetidos que pode gerar determinadas consequências, como, por exemplo: uma posição subjetiva melancólica frente à impossibilidade de luto; um período de latência indeterminado (isto é, as repercussões do trauma podem aparecer anos após o evento); sua transmissão às gerações seguintes; e, aspecto que especialmente nos interessa, a redução das possibilidades de representação da cena traumática (engendrando alguma elaboração), cuja capacidade de construção de narrativas pela via da metáfora se diz irre recuperável.

Embora se reconheça a dificuldade (ou impossibilidade) da narrativa do trauma, concluímos que há uma urgência psíquica em se apropriar desta, que não se dá por decreto ou obrigação, mas como mecanismo de sobrevivência. Como descreve em uma carta Nelly Sachs (1891-1970), poeta judia alemã, exilada⁶⁷ durante o regime nazista: “Se eu não pudesse escrever, eu não teria sobrevivido. [...] Como eu poderia ter me ocupado de outra coisa, se minhas metáforas são minhas feridas” (Sachs *apud* Dischner, 1968, p. 312, *tradução nossa*)⁶⁸.

Assim, existiria em cada sujeito que sobrevive à violência do trauma “uma necessidade imperativa de contar e, assim, vir a conhecer sua própria história [...] para que, assim, seja possível viver a sua vida” (Laub, 1995, p. 63, *tradução nossa*)⁶⁹, ainda que uma tradução “completa” do acontecimento se apresente a partir de uma concepção de inexequibilidade.

⁶⁷ Utilizamos o termo exilada porque, naquele momento, ainda não havia nenhuma forma de parametrização legal relacionada ao refúgio.

⁶⁸ Hätte ich nicht schreiben können, so hätte ich nicht überlebt. [...] Wie hätte ich mit etwas anderem beschäftigen können, meine Metaphern sind meine Wunden.

⁶⁹ [...] an imperative need to tell and thus to come to know one's story [...] in order to be able to live one's life.

Considerando-se tais condições, qual seria o papel da literatura e em quais termos se daria sua operação? Para Seligmann-Silva (2002):

Uma das principais características da literatura é a de não possuir limites: é a de existir constantemente negando seu limite. E qual limite é esse? É aquele que a ‘separa’ do real. A literatura, portanto, encena a criação do ‘real’ [...] a literatura é meio-de-reflexão, faz parte do processo infinito de clivagem Eu/Não-Eu [...] está na vanguarda da linguagem: ela nos ensina a jogar com o simbólico, com as suas fraquezas e artimanhas. Ela é *marcada* pelo ‘real’ – e busca caminhos que levem a ele, procura estabelecer vasos comunicantes com ele. (p. 145)

Assim, como produto do sujeito, a literatura daria um testemunho da linguagem, enredando algo do real ao imaginário e simbólico. Nos contextos de migração compulsória, aquele que a vivencia e sobre ela produz escrita pode, portanto, dar algum testemunho do traumático, narrando a vários interlocutores sua história (vívda, fantasiada ou da qual se apropria por transmissão), compondo junto a outras vozes uma espécie de luto resultante da catástrofe partilhada.

Partindo dessa abordagem, ao examinarmos os gêneros literários⁷⁰ que poderiam ser melhor articulados aos contextos de refúgio e à violência, e que são produzidos a partir dos impasses da narração do trauma (aspecto circunscrito não apenas à clínica psicanalítica, mas também ao campo literário), certamente a literatura de testemunho⁷¹ se destaca devido à ênfase que se atribui à escrita traumática.

Segundo Salgueiro (2012), a literatura de testemunho traz em si alguns atributos essenciais que a caracterizam. Esta deve conter elementos como: registro em primeira pessoa (coincidência entre narrador e autor); compromisso com a fidedignidade do relato; anseio por justiça e resistência; predominância do valor ético do texto em detrimento de sua estética; apresentação de um evento coletivo e vínculo direto com o acontecimento narrado; presença de rancor e ressentimento como resultado de um trauma e do seu luto não elaborado; sentimento de

⁷⁰ O gênero literário é uma forma de categorizar obras literárias de acordo com determinadas características partilhadas em termos de forma ou de conteúdo. Sua classificação parte de três categorias básicas – épico (ou narrativo), lírico e dramático – e subdividem-se em diferentes modalidades (Campos-Toscano, 2009). Nesta tese nos dedicaremos à análise de narrativas em prosa.

⁷¹ De acordo com Maciel (2016), o termo literatura de testemunho se origina na “literatura de Holocausto”, que emerge a partir dos relatos das vítimas do nazismo. Pode-se dizer que um dos trabalhos mais conhecidos tem o italiano Primo Levi como autor. Em *É isto um homem?* (1947), Levi relata os horrores que vivenciou e presenciou no campo de concentração em Auschwitz. Para o filósofo Giorgio Agamben (2008), o relato de Primo Levi é paradigmático porque demonstra com clareza a necessidade pura de narrar, fazendo um relato “cru” de suas memórias.

vergonha derivado das violações sofridas e culpa pela sobrevivência; e, por fim, a impossibilidade radical de representação do acontecimento. O autor sublinha que, certamente, contra-exemplos podem ser identificados, mas tais marcas operam como um direcionamento para a categorização da literatura de testemunho.

Logo, a literatura de testemunho pode ser compreendida como:

[...] uma forma de recriação de mundos baseados em experiências memorialísticas de sujeitos que testemunharam, de alguma forma, um evento histórico. Narrativas testemunhais são reconstruções de mundos implantados pelo autor. O testemunho é uma possibilidade de apresentar relatos com um peso traumático e inarrável, levantando questões e dando voz às narrativas de minorias, de sobreviventes de holocaustos e de outras formas de genocídio, repressão e violação de direitos humanos. Percebemos, também, que o testemunho salienta a relação entre discurso histórico e discurso ficcional. (Maciel, 2016, p. 75)

O testemunho, na qualidade de aplicação de linguagem que se manifesta estilisticamente em uma forma peculiar de descrição da materialidade de um evento, devido à sua relação com o real, pode representar um acontecimento apenas de modo *não-todo*. Para a psicanálise, qualquer construção discursiva trará consigo, peremptoriamente, a marca da ficção fantasmática, ainda que se trate de uma escrita que se propõe a desempenhar uma função documental.

Portanto, ainda que haja uma objetividade discursiva em qualquer ordem de relato, trata-se de uma exposição que estruturalmente não pode ser compreendida como inteiramente realista, mas como fragmentos de sentido que não são capazes de compatibilizar uma representação “inteira”. Como descreve Birman (2019):

[...] a história teria uma marcação cadenciada pela genealogia, já que seria sempre permeada pela ficção e não pela literalidade dos documentos. Porém, da mesma forma que a história perderia a dimensão estrita das regras do positivismo documental, a biografia seria também permeada pelo registro da ficção. Por isso mesmo, a biografia seria sempre *autobiografia*, e qualquer autobiografia seria necessariamente da ordem da *autoficção*, e o sujeito ficcional estaria sempre em pauta. Essa modalidade de sujeito, [logo,] estaria em cena não apenas na experiência psicanalítica, como também nas narrativas realizadas sobre essa experiência. (pp. 166-167)

O testemunho, portanto, não trata da realidade única e incontestável de um evento – o que não minimiza o seu valor como um gênero que impele a reflexões políticas e sociais ao retratar os efeitos da violência sobre um indivíduo ou grupo. Na qualidade, entretanto, de um desdobramento da memória (permeada por uma chave de leitura individual fantasmática), pode revelar algo da concretude do fato e da experiência (ambos, sempre compreendidos de modo subjetivo e, portanto,

inevitavelmente ficcionalizados), assim como adquirir uma função histórica de documentação – ainda que esta tenha limitações.

O caráter de ficção que está implícito, portanto, não deve deslegitimar o testemunho, pois, como escreve Seligmann-Silva (2010): “Equacionar ficção e mentira também é complicado, pois, além de a fantasia não ser necessariamente avessa à verdade, da mesma forma a mentira não existe dentro e fora da literatura” (p. 7).

Sobre essa questão, a tensão que dela emerge também adquiriu outra frente de representação ao se discutir sua genuinidade na pesquisa em Ciências Humanas e Sociais. Pierre Bourdieu (1986), ao propor a expressão “ilusão (auto)biográfica” questionava a credibilidade das construções identitárias como fonte de investigação – querela epistemológica já superada.

O testemunho, por sua essência, apresenta, então, um caráter declaradamente biográfico, histórico e traumático-testemunhal. Aqui, vale ressaltar que a ficção no relato, aspecto polêmico do qual não se pode escapar, é necessária porque sem a fantasia não é possível narrar o real. Contudo, o ficcional, neste contexto, não se confunde com a invenção deliberada do fazer artístico, que pretende acrescentar e transformar. Trata-se, pois, da criação que se fundamenta em uma reconstrução fantasmática, que admite palavras e atribuição de algum sentido – que não há *per se* – para tangenciar o real de uma memória da qual não se pretende “tirar nem pôr”, mas apenas tornar seu acesso parcialmente possível.

Posto isso, podemos compreender o testemunho como uma escrita que almeja um afastamento da ficção deliberada, conformando-se como uma variação da autobiografia (mas cujo foco maior está na importância do evento narrado), e constituindo uma modalidade de “escrita de si”. De acordo com Figueiredo (2013):

A maneira de construir e encarar as categorias de autobiografia e ficção sofreu grandes transformações, com a proliferação de relatos e romances nos quais as fronteiras entre elas parecem desvanecer. O surgimento do termo ‘autoficção’ contribuiu ainda mais a questão, ao juntar, de maneira paradoxal, numa mesma palavra duas formas de escrita que, em princípio deveriam se opor. (p.13)

Ainda de acordo com a autora, o romance, portanto, ao se conformar genealogicamente como um gênero impuro – pois faz uso de procedimentos cuja origem pode estar presente em qualquer outra categoria e, ao mesmo tempo, pode reproduzir o mundo como ele é ou desfigurá-lo – é uma forma privilegiada para o

desenvolvimento das escritas de si. Mesmo que se trate de uma ficção, muitas vezes há “elementos biográficos presentes no paratexto (quarta capa, orelha) e/ou no próprio texto [que] indiciam uma escrita de cunho autobiográfico ou uma autoficção” (*Ibidem*). Sendo assim, é por meio dos *biografemas*, noção forjada por Roland Barthes (1984) e que se refere ao encontro intratextual com traços biográficos do autor, que o leitor pode ser induzido a ler um texto compreendendo-o de modo mais ou menos autobiográfico.

Assim, ainda que nos apoiemos, nesta tese, em textos ficcionais, tomamos como suporte não apenas o paratexto, mas também os textos referenciais dos autores (entrevistas, reportagens, etc) para fundamentar a ideia de que suas experiências de vida/componentes autobiográficos se encontram refletidas nas suas criações literárias. Dessa forma, pretendemos, também, incrementar o discurso historiográfico via ficção literária, ainda que partamos de uma tensão de fronteiras entre ficcional e realidade.

Os textos que serão analisados adiante, ainda que deixem entrever o íntimo vínculo entre a obra e autor, não aderem declarativamente ao pacto biográfico (Lejeune, 2008), pois não apresentam correspondência entre identidades (personagem, autor, narrador). Assim, embora o compromisso com a verdade factual esteja ausente, sendo possível encontrar atestados de sua ficcionalidade (como a palavra “romance” ou “conto” no subtítulo, na sinopse, ficha catalográfica ou folha de rosto), a verdade inconsciente não deixa de estar em cena.

Embora a categoria com a qual iremos lidar seja classificada como ficção, é válido mencionar que existem romances de natureza expressamente autobiográfica. Serge Doubrovsky (1977) cria o termo “autoficção” para se referir a tal categoria – não-toda de relato, não-toda ficção. Trata-se de uma variante da autobiografia, mas sem o compromisso estabelecido por um pacto de veracidade. Dessa forma, pode-se dizer que a escrita sempre irá se relacionar com “verdades mais profundas do que a consciência do escritor pode lhe dar. [...] A escrita não é algo limpo. [Entretanto,] há escolhas e problemas éticos que a autoficção coloca justamente na medida em que ela transforma uma vida em romance” (Doubrovsky, 2005, p. 233).

Feitas tais considerações, sublinhamos que a tensão entre ficção e não-ficção é considerada positiva e não um elemento a ser superado. O

empreendimento literário a partir dos contextos de refúgio, ao esbarrar no hibridismo do espaço autobiográfico (Arfuch, 2010), singulariza o discurso e, ao mesmo tempo, convoca, via identificação, a polifonia, a coletividade representada por grupos minoritários, permitindo que suas vozes sejam indiretamente expressas.

Como desenvolvido no capítulo anterior, se o trauma social, disposto a partir de uma lógica necropolítica e de exclusão de grupos vulneráveis, marca o refúgio, ainda que o trauma individual não necessariamente esteja em jogo, é sempre a partir do socialmente traumático que se conforma a literatura de refúgio.

Assim, a escrita do trauma, independentemente de que ordem este incorpore é, como vimos, irremediavelmente fragmentar. Recuperando as assertivas freudianas, Birman (2019) conclui:

[...] o que fica patente é que no tempo desconstrutor do trauma na experiência do sujeito é a dimensão ficcional do aparelho psíquico que entra em pane, silenciando temporariamente a produção fabulatória do sujeito e a mobilidade do desejo inconsciente, de forma que então o sujeito fica na condição radical e limite da paralisia, confrontado com a experiência possível de morte. (Birman, 2019, p. 192)

Posto isso, embora possamos encontrar importantes contribuições na literatura de testemunho sobre a experiência de refúgio, esta, devido ao destaque autobiográfico, ao seu compromisso com a concretude histórica e menor ênfase à poeticidade, não irá se constituir como objeto de análise desta tese.

Nossa opção pelas narrativas que são determinadas como ficcionais é resultado de uma escolha estética e ética⁷², uma vez que não se pretende uma análise autoral (mas sim dos processos de subjetivação) e entendemos que os textos que se propõem ficcionais, embora imprimam algo da biografia daquele que escreve, representam um nível distinto de elaboração da experiência e prática da letra, apresentando um desenvolvimento que pôde ultrapassar de forma mais tangível a crueza do trauma ao se aproximar criativamente do lúdico.

Tal compreensão é baseada em Freud (1920) e na aproximação que é feita entre pulsão de morte, repetição e silêncio. Se o trauma promove a suspensão da

⁷² Metodologicamente não podemos igualar a clínica ao texto escrito. Para além da não configuração de uma demanda de análise, tampouco há transferência e disposição de um *setting* para que se proponha um estudo psicanalítico do autor. Embora o sujeito do inconsciente esteja presente em todo enunciado e a escuta psicanalítica possa se dar de forma aplicada, eticamente não podemos emparelhar os dois planos. Trata-se, portanto, de um processo análogo que envolve os processos de subjetivação representados de modo ficcional.

linguagem e do discurso no psiquismo, significa que a possibilidade de escrita também está interrompida, instaurando-se a compulsão à repetição na tentativa de superá-lo. A repetição, ao restaurar o princípio do prazer, permitiria igualmente que o desejo e a fantasia se restabelecessem, de modo que haveria uma passagem da escrita da pulsão (em seu registro sem representação) à escrita do inconsciente. Assim, a produção de uma escrita teria início “como verbo, mas que promoveria a repetição do mesmo, isto é, a cena do trauma em estado aparentemente puro, mas já temperada pela repetição da diferença, que começaria a inscrever outros predcados na cena traumática” (Birman, 2019, p. 190).

Desse modo, enquanto a literatura de testemunho pode ser caracterizada pela repetição ainda “crua” do trauma, “escrita caracterizada pela aridez e pela ausência de qualquer coloração e matização das formas (repetição do mesmo)”, as narrativas do romance e do conto imprimem “variações na cena traumática, [infundindo] colorido ficcional à cena em questão (repetição diferencial)” (*Ibidem*, p. 192).

Freud, em *Novas conferências introdutórias à psicanálise* (1932), associa a sublimação à produção de novos objetos de investimento, configurando-se, assim, como um destino pulsional que em si mesmo conduz à satisfação. Dessa forma, entendemos que há um ganho progressivo no processo elaborativo que opera através da sublimação, pois é promovida uma passagem do registro escrito da repetição do trauma à escrita de ficção.

Optamos, conseqüentemente, pela valorização de uma escrita que pudesse dar voz aos autores através de um destino intencionalmente criativo, ainda que cifrada e inevitavelmente pessoal, da experiência de refúgio. Para tanto, aderimos a um compromisso ético de não analisarmos o sujeito-autor, mas os processos subjetivos em jogo, valorizando a criação literária como uma modalidade de escrita de si (pois baseia-se em experiências biográficas), publicizando e atribuindo reconhecimento ao texto e seu conteúdo e, ao mesmo tempo, resguardando o autor da exposição a mais uma violência: uma análise pessoal não solicitada.

Assim, também podemos ultrapassar uma leitura do trauma como aspecto definidor da subjetividade migrante, pois a ficção nos dá indícios de uma superação (ainda que parcial) através de novos desígnios. Para que isso seja possível:

[...] o eu tem que entrar num estado de suspensão e de desvanecimento, experimentando a sua reinvenção ficcional numa *mise-en-scène* polimorfa. Personagens múltiplos são agenciados na cena lúdica, substituindo o propriamente dito. Novas ficções sobre o mundo e outros roteiros de percursos na existência são assim inventados e colocados em cena, suspendendo o juízo de existência do jogador/sonha-dor com vistas a engendrar outra subjetividade possível, pela criação de novas marcas psíquicas e objetos outros de satisfação. (Birman, 2019, p. 233)

Por fim, o que tentamos ressaltar é a intencionalidade da criação/ficção a partir da imaginação, que não se confunde com o registro imaginário, mas que se compõe também a partir dele em seu conjunto de tripartição estrutural. A imaginação, ao se engendrar como movimento livre – diferentemente das condições dos deslocamentos forçados – não está submetida aos signos da realidade e racionalidade. Sem o compromisso com a realidade material, a escrita de ficção pode aceder à verdade inconsciente e ao desejo do sujeito e, assim, a fantasia pode fluir sem empecilhos, suspendendo a paralisia do eu e conduzindo-o a uma errância almejada a outros destinos possíveis.

3.3

Análises

A experiência de refúgio, embora singular, apresenta elementos partilhados, seja em seu caráter subjetivo ou concreto. Ainda que partamos do individual, podemos estabelecer constantes gerais a partir daquilo que é comum e se repete, pois, como afirma Bleger (1980) “o individual não exclui o geral, nem a possibilidade de introduzir a abstração e categorias de análise” (p. 20).

Posto isso, podemos dizer que, via de regra, o deslocamento compulsório traz consigo a perda do contato com a comunidade de origem, gera desdobramentos na identidade do sujeito migrante e frequentemente implica discriminação e racismo/xenofobia, fenômenos que operam a partir de uma lógica colonial – uma vez que os povos atingidos pelos movimentos diaspóricos ou os

grupos minoritários afetados estão obrigatoriamente numa posição de submissão e costumam manter-se vulneráveis no país de destino⁷³.

O acúmulo dessas vivências, ao adquirir representação em produções literárias, ganha contornos temáticos que propomos que sejam elencados nas seguintes categorias: [1] questões identitárias (em nível individual e de grupo) associadas à estrangeiridade (e sua consciência étnica ou não); [2] vivência ambivalente do “entrelugares”, isto é, duas línguas e duas culturas, ou mais, (forte caráter de mutabilidade e impermanência); [3] o papel da sociedade vinculado à hospitalidade/acolhimento/receptividade (fonte de sentimento de desajustamento); [4] aspectos relativos à temporalidade/trauma, à memória (com ênfase na alienação ao passado e a fantasia de retorno no futuro) e à dinâmica do processo migratório (antes, durante e depois; fonte de indeterminação, confusão e incerteza).

Frank (2008, p.19), sublinha alguns elementos estilísticos que são comumente observados no tipo de produção literária associada aos contextos de migração e que pudemos, igualmente, verificar nos textos selecionados: o enunciado, que revela uma articulação complexa com o multiperspectivismo, consciência errante, e autoridade narrativa, bem como as fronteiras intratextual entre a história e o discurso; há uma narração que se caracteriza por um “equilíbrio instável”, devido à posição subjetiva entre culturas; e a importância dada à linguagem, que é contornada por uma preocupação com o papel e o estatuto do idioma.

Embora tenhamos selecionados escritos de ordem criativa, sabemos que estes, devido ao recorte que realizamos, conformam-se a partir da biografia do autor – aspecto desejável, pois proporciona legitimidade cultural e que valorizamos, principalmente, porque tem origem em uma possível necessidade de catarse. Assim, podemos tentar verificar como o ato da escrita pôde contribuir

⁷³ Uma “quase” exceção na atualidade está na receptividade da Europa aos ucranianos. O duplo padrão no acolhimento oferecido, como declarou Jeff Cris, ex-diretor da ACNUR, tem causalidade racista. Enquanto as fronteiras se abriram para o povo ucraniano, tornam-se ainda mais fechadas aos refugiados oriundos de países como Iraque e Síria, por exemplo. Aqui, a compaixão pelos que se parecem mais (brancos, cristãos e com estilo de vida similar) parece encontrar mais ressonância. Cf. <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2022/03/europa-tem-duplo-padrao-de-acolhimento-de-refugiados-diz-ex-diretor-do-acnur.shtml>

para a elaboração de um possível trauma individual (operando, igualmente, ao nível de trauma social) e para a redefinição de aspectos identitários.

É válido ressaltar que à literatura, nesta tese, pretendemos atribuir uma função que vai além de uma ferramenta que subsidia um estudo teórico ou a aplicação da teoria. Esperamos, também, que a literatura opere como propaganda, isto é, um recurso utilizado para produzir maior (re)conhecimento e sensibilização sobre o tema, porém, superando a mera ilustração de estatísticas. Trata-se, principalmente, de sublinhar as potencialidades de um apelo que pode se dar por meio da arte, envolvendo um movimento sublimatório veiculado por habilidades criativas e competência linguística.

Apesar do estabelecimento de pontos de contato entre as narrativas eleitas, o refúgio e seus efeitos subjetivos, ressaltamos, não podem ser explicados ou narrados de forma única. Assim, as mesmas diretivas da clínica e das especificidades dialógicas (autor x leitor) de uma leitura psicanalítica, que se baseiam na lógica do caso-a-caso e na singularidade do(s) sujeito(s), são válidas. Portanto, qualquer tentativa de análise, além de ser permeada pela experiência imprevisível e arbitrária do encontro do leitor (autora desta tese) com o texto e sua interpretação (ainda que pautada em aspectos concretos da teoria psicanalítica), pretende apenas realçar e intensificar as ressonâncias de algumas perspectivas individuais, segmento sempre íntimo – embora possivelmente representativo em algum grau de uma coletividade – da condição avalassadora que pode ser a experiência de refúgio e o feito colossal de se fazer algo com esta através da escrita. Que os autores falem por si (e pelos seus)!

3.3.1

Beata Mairesse: Exílio & Temporalidade(s)

Será que se sobrevive à sobrevivência?

Beata Mairesse

Beata Umubyeyi Mairesse é uma poeta e escritora nascida em Ruanda. Chegou à França em 1994, aos 15 anos, junto à sua mãe, com quem partiu para o exílio fugindo do genocídio em sua terra natal. Nesse mesmo ano, milhares de cidadãos ruandeses, sobretudo os componentes do grupo étnico minoritário tutsi, foram mortos por milicianos de origem hutus. Na tentativa de escapar dos conflitos, outros milhares de tutsis tornaram-se refugiados, imigrando para países vizinhos ou para a Europa.

Assim como Mairesse, muitos deixaram familiares (vivos e mortos) e uma história de terror e violência, trazendo consigo traumas e incertezas. Autora de diversos livros, disse que nunca havia imaginado se tornar escritora, mas também se mostra bastante consciente das ligações entre a literatura que produz e a história que é sua e de seu povo. Sua opção por contos e a predominância de mulheres e crianças – grupos mais vulneráveis nas regiões de conflito – como protagonistas demonstram tal aproximação. Em uma entrevista concedida por telefone à *Revista Quatro Cinco Um*⁷⁴, declara:

Os contos são um pedaço da história que é interrompido abruptamente – muito parecido com o que aconteceu com a vida de muitas pessoas no genocídio. Mas é também uma possibilidade de montar um mosaico de diferenças e complexidades, sem nunca correr o risco de reduzir a população ruandesa, a simplificar o que aconteceu. (p. 20)

Os contos reunidos em seu livro *Ejo* (Mairesse, 2021), cujo significado no dialeto quiniaruanda expressa a simultaneidade entre ontem e amanhã, evidenciam as vicissitudes subjetivas que tal tipo de experiência pode produzir e estão cronologicamente situadas antes, durante e depois dos conflitos.

Assim, é demonstrado como o hoje, presente do indicativo, vai muito além de sua temporalidade concreta, trazendo consigo a memória de um passado que não se evade e as intimidatórias perspectivas de futuro. “É como se o tempo tivesse parado” (p. 87); engendrando uma “melancolia da existência, o sentimento

⁷⁴ Cf. <https://www.quatrocincoum.com.br/br/resenhas/literatura/superar-traumas>

violento de que um dia o mundo inteiro fingiu que não via enquanto você estava sendo exterminada” (p. 90) – e segue ignorando essa ameaça de apagamento de outro ser humano. Se o sujeito se constitui e se reafirma pelo laço social, ao se deparar com a indiferença do outro, pode questionar sua própria humanidade: “ainda sou humana” (p. 88).

Mulheres e crianças são sempre as maiores vítimas nos contextos de violência social, embora raramente tenham qualquer protagonismo. Nas narrativas derivadas da guerra, os homens tendem a encontrar um lugar de redenção como heróis ou mártires, enquanto às mulheres e crianças resta o papel de vítimas, diretas ou indiretas (transmissão psíquica): “Nós somos repletas de amarguras e sofrimentos tácitos, transmitidos de geração em geração, – uma essência que cada mãe destilou inconscientemente” (p. 17), ainda que, como sobreviventes, quando se tornam mães, essas mulher “fazem aquele esforço incrível de dar uma segunda chance para a humanidade” (p. 230).

Nos contos de Mairesse, em contrapartida, mulheres e crianças são retratadas como agentes do árduo trabalho de sobreviver aos efeitos perenes da violência e como, na qualidade de sobreviventes, podem atuar como vetores de transmissão das memórias do genocídio. Para a autora, escrever é uma parte importante desse trabalho, mas que, por sua vez, também envolve riscos contra os quais a ficção pode ser um antídoto.

Ali tem muitos fatos reais de muitas pessoas que os contaram diretamente para mim ou para pessoas que conheci. Se eu tivesse escrito sobre a minha vida, poderia me sentir machucada se as pessoas não quisessem saber sobre ela. Assim estamos todos protegidos, os leitores e os escritores. (p. 20)⁷⁵

Sobre esses riscos, no conto *Agripine | Menstrual* (Mairesse, 2021), a narradora dá testemunho das incomunicabilidades que persistem nas experiências de exilados mesmo diante da partilha de uma história de dor e sofrimento.

No início, quando cheguei aqui, quando dizia de onde vinha, as senhoras me interrogavam, horrorizadas, sobre a minha história. Mas, assim que eu começava a contar, elas me cortavam para contar as histórias de guerra delas, a ocupação dos alemães, o exílio, os bombardeios, a fome. Eu me via tendo que me compadecer da miséria que tinham passado. (p. 88)

A literatura de Mairesse é bastante ilustrativa para subsidiar a análise dos fenômenos pelos quais nos orientamos nesta tese. Por considerarmos uma tarefa penosa eleger apenas um conto, permitimo-nos escolher dois deles para

⁷⁵ Cf. nota anterior.

demonstrarmos como são retratados os aspectos relacionados à temporalidade e aos desencontros no exílio de acordo com sua perspectiva.

*

Consideramos que *Béatrice | Golpe de Estado clássico* é um conto especialmente circunscrito às dimensões do tempo e às manifestações do trauma. Trata-se de um texto em primeira pessoa que, ao mesmo tempo que situa o leitor a respeito das tarefas da narradora, também nos apresenta indícios das problemáticas em questão.

Béatrice tem prova na faculdade e o fato de a disciplina ter um nome composto “sociologia jurídica”, a mobiliza pelo seu caráter dois em um. A psicanálise nos ensina que aquilo que nos atravessa, ainda que pareça banal, adquire relevância justamente porque nos toca em algum ponto delicado. No caso da narradora, o “dois em um” parece remeter à sobreposição temporal passado/presente e à duplicidade de sua identidade: é uma estudante, mas também é uma refugiada na França.

O tempo se conforma como fator de estresse, pois a narradora-protagonista precisa trabalhar, ainda que o tempo restante fosse insuficiente para a sua preparação para a prova. Béatrice “não podia [se] dar ao luxo de dizer não para o responsável e perder o único emprego que [a] aceitou, apesar da [sua] cor e do [seu] status de refugiada” (p. 106). Nesse trecho, há uma crítica sutil às políticas de diversidade na contratação de funcionários, pois, aparentemente é resultado de um esforço protocolar, mas não desejado.

O leitor é posicionado em relação à situação de precariedade da narradora que, em seu tempo restante, estuda à luz de velas em um quarto minúsculo localizado em uma residência estudantil. Quando finalmente precisa dormir, relata que seus sonhos nos últimos sete anos “não tinham unidade de tempo, nem de lugar” (p. 107), iniciando uma descrição que nos permite caracterizar seus sonhos como traumáticos, sobretudo devido à compulsão à repetição – tentativa do psiquismo que visa ao (re)estabelecimento, através da ligação (a representações) do processo primário, do princípio do prazer.

Em seus sonhos, a narradora revive cenas do passado, mas com personagens mortos e desconhecidos, com faces disfarçadas pela poeira

rememorada dos conflitos e cuja origem, usualmente, está nos restos diurnos. Aqui, ainda que sonhos traumáticos não sejam propícios à interpretação, há uma clara referência (feita em vigília) ao *unheimlich* freudiano, indício inquietante de que seu conteúdo ainda não se dava de modo bem integrado.

Béatrice, após esses sonhos, costumava acordar com braços doloridos, com arranhões e resto de tintas das paredes nas mãos – o que indica a gravidade da descarga corporal produzida e o “sabor de derrota” (p. 107) por mais uma repetição. A narradora, em seguida, ao acordar desorientada, faz uma descrição bastante precisa sobre um episódio de angústia, manifestação que, como vimos, está veiculada a situações traumáticas: “Eu me sentia em perigo, sem saber de quê [...] pôs todos os meus sentidos em estado de alerta [...] o olhar fixo e os dentes cerrados” (pp. 107-108).

Ao ouvir o despertador, um rádio que tocava música clássica, a protagonista repete em ato o trauma. Preparando-se para uma segunda fuga atualiza a primeira: veste-se com várias camadas de roupas; recolhe a mesma bolsa com a qual fugiu pela primeira vez – talismã onde guarda seus documentos importantes que “tinha sempre prontos em uma pasta de plástico flexível: diplomas, passaporte, fotos” (p. 108); mune-se de itens básicos para sobrevivência, como água, cubos de açúcar e remédios, mas “o que levar, de urgente, quando não se saber aonde ir nem que perigos se vai enfrentar?” (p. 108).

Com uma sensação de *déjà-vu*, rememora os dez dias que passou em um porão na primeira fuga e estabelece uma estratégia para os próximos passos, antecipando, no que entendemos aqui como um devaneio, a possibilidade de um golpe de Estado e o percurso que deve fazer para conseguir encontrar sua irmã Laguida – personagem que sofre de insônia e passa as noites ouvindo rádio – na Bélgica. Prestes a deixar sua casa, dá-se conta do rádio, equipamento por meio do qual, ainda em Ruanda, recebia informes sobre os conflitos, e num gesto de “olhar atrás” para decidir se desligaria ou não o aparelho, faz alusão à mulher que em uma história bíblica é transformada em uma estátua de sal. A analogia que faz ao identificar-se com esta é bastante interessante, na medida em que, metaforicamente, faz referência à sua própria paralisia subjetiva resultante da repetição do trauma – imobilidade psíquica que a situa sempre no mesmo ponto, entorpecendo-a num estado de fixidez.

Num momento de epifania, compreende a função que desempenha o rádio no tempo presente (disparador da desorientação temporal que já figurava de forma menos evidente nos sonhos traumáticos) e nos anos de terror em Ruanda. Em “1987, 1993 e 1994, aqueles anos em que a música clássica e as marchas militares tocadas de manhã na rádio nacional foram sinônimas de Golpe de Estado” (p. 110). O estresse da agitação cotidiana a fez se esquecer de onde estava, situando-a em um entre-lugares desordenado.

Antes que eu esquecesse que estava na França e que aqui não havia mais golpes de Estado, e que os milicianos Interahamwé que aqui viviam em total impunidade não podiam me matar como se eu fosse uma mosca, apesar de tudo. Eu me despi da minha fantasia de fugitiva e fui fazer a minha prova de sociologia política. (p. 110)

A dinâmica de associação livre que a personagem apresenta nos oferece muitos elementos que, inconsciente e constantemente, fazem correspondência com o passado-atual. Em um processo de recuperação biográfica, então, Béatrice reconstrói as relações familiares que se davam em torno do rádio que, por sua vez, não apenas atuava como prenúncio de catástrofes, mas também promovia muitos momentos felizes. “Nada teria afastado a família do rádio” (p. 112).

O aparelho operava, ao transmitir peças de teatro, por exemplo, como recurso para uma sessão de catarse institucionalizada (não apenas familiar, mas nacional). E, para além de uma ferramenta de embate ideológico e estratégico entre os tutsis e hutus, funcionava também como classificados (ofertas de emprego), jornal (informações), meio de comunicação, etc.

Até mesmo a vida conjugal dos pais foi embalada pela magia do rádio e também pela sua melancolia com suas músicas que eventualmente podiam remeter aos entes queridos mortos nas chacinas: “Acho que as únicas brigas em nossa casa aconteceram por causa do rádio. E também não havia risos sem música” (p. 114).

Dessa forma, a construção de significados em torno da ambivalência produzida na relação com o rádio pôde reposicionar Béatrice frente ao seu trauma, engendrando, aparentemente, alguma integração das questões que a mobilizavam. Se o rádio desempenhava papel de estímulo negativo, também pôde franquear alguma ritualização das suas memórias, construindo um álbum sonoro a partir da costura entre real e simbólico: “Se eu pudesse um dia fazer um álbum do nosso

passado, depois de perder todas as fotos dos nossos anos felizes, eu faria um álbum sonoro. A minha memória é cheia de sons que falam sobre eles” (p. 114).

*

O segundo conto que elegemos se intitula *Ela escreve* (Mairesse, 2021). Trata-se de um texto com contornos de crônica que tem início com a descrição, por um narrador-testemunha, do que parece ser apenas uma cena cotidiana, ainda que com a clara exibição de um eurocentrismo que revela estigmas sociais desde a primeira oração do conto. A narração de um simplório almoço entre amigos é, então, subvertida e qualquer suposição de banalidade se extingue. Somos, assim, apresentados à protagonista, uma mulher chamada Elena, sobrevivente do genocídio tutsi e exilada na França.

Elena está em um restaurante com seu cônjuge francês e um amigo do marido, a quem, devido ao seu conhecimento da comunidade literária parisiense, tentam apresentar um projeto para que este seja encaminhado para alguma editora. Desde o primeiro parágrafo, a narrativa já produz certo incômodo no leitor devido à objetificação e silenciamento de Elena, que não fala, mas é apresentada e interpretada pelo discurso do outro: o marido a define pela sua juventude, beleza e nível de instrução, e o amigo, ao demonstrar uma surpresa “irônica” com o fato de que Elena escreve, a desqualifica em sua atividade, pois, claramente, pela perspectiva do personagem, a escrita não deveria ser franqueada aos colonizados (e tampouco às mulheres e negros).

A cada comentário que tece, desqualifica a mulher, referindo-se à sua trajetória e à “disponibilidade”, mas não exatamente ao interesse dos editores na publicação de seu relato e à possibilidade de que um *ghost writer* ou de que seu próprio marido possam ajudá-la. Também faz insinuações machistas e xenofóbicas: “Mas me diga uma coisa: você não vai acabar sendo uma dessas feministas malcomidas que querem cobrir nossa linda língua de burca e ainda se dizem, *autoras*, vai?” (p. 270).

O trecho reproduzido acima desvela uma agressividade colonialista no enunciado que espanta, principalmente, porque Elena, embora imigrante, está com o marido, a quem o amigo, supõe-se, deve alguma cordialidade. Se, mesmo em situações que as barreiras sociais deveriam impedir mais uma forma de violência

contra o estrangeiro, ela aparece, pensemos na crueza do dia a dia dos refugiados. Chamamos atenção, também, para mais uma forma de hostilidade que parte ou é resultante do endossamento até mesmo daqueles de quem se espera resguardo/proteção daqueles em situação de vulnerabilidade.

No que parece uma tentativa de “europeizar” Elena, o marido, além de responder em seu lugar à pergunta do amigo feita diretamente a ela, também a caracteriza como “falsa africana” (p. 268) em decorrência dos seus hábitos alimentares e estilo de vida. Elena, vinte anos mais jovem que o marido, tem clareza da versão romantizada do relacionamento que o marido apresenta ao amigo e o narrador recupera suas histórias.

O marido da protagonista era amigo de seu pai, Joseph, e Elena o reencontra após a fuga de Ruanda, quando “o cavaleiro branco [...] descobre uma pérola na lama e dá brilho [fazendo do] espaço Schengen a nova Ilha de Páscoa [e Elena] se apaixona pelo salvador” (p. 269). Elena, ao sentir-se salva pelo exílio e seus agentes, vê-se em uma posição de assujeitamento que precisa sustentar para sobreviver, reconhecendo, assim, “o valor do seu exotismo e da sua juventude, o do seu silêncio também” (p. 269).

Essa passagem revela para o leitor que o assujeitamento ao qual o imigrante se conforma não é, necessariamente, irrefletido. Elena é retratada continuamente como uma mulher que compreende sua opressão, mas “se limita a sorrir” (p. 270) – retraindo sua espontaneidade e mascarando sua dor. O narrador descreve que a dissimulação é uma herança da mãe que, ao ser fisicamente agredida pelo pai, precisava fingir-se de morta para que não morresse efetivamente.

Vale frisar que o pai de Elena, assim como o marido, eram professores universitários (este era professor visitante em Ruanda), aspecto notável, uma vez que revela que a cultura e a erudição não necessariamente são capazes de repelir a ignorância e a violência. Ainda no restaurante, a conversa entre os amigos gira em torno de questões políticas e falas como “esses chineses malditos” (p. 274) parecem ordinárias ao lado de invasões e massacres que se justificam por um “projeto civilizacional” (p. 274).

O silêncio de Elena, antes mesmo de se constituir como desdobramento de sua condição migrante, já estava presente na vida familiar. Ela “tinha de beijar o pai de bafo ainda carregado, antes de tomar o café da manhã [e] repelir a tristeza e

preparar um sorriso para trocar com as vizinhas” (p. 272). E tal silenciamento segue não apenas nas relações sociais do exílio, mas até mesmo na sua escrita, por meio da qual é impedida de contar sobre suas próprias feridas: “o marido afastou muito rápido tudo que Elena queria gritar” (p. 275), pois tratava-se de um projeto literário que era dele: “a cada fim de semana, foi se trancar no escritório com o caderno para transformar as lembranças dela em histórias terrivelmente romanceada, porque é ‘disso que os leitores vão gostar’. Ele, ele, ele.” (p. 275).

Elena rejeita o lugar de vítima – algo que o marido quer retratar nos seus escritos – e reconhece que sua história familiar não foi idílica. Entretanto, se propõe a conviver com algumas mentiras, pois “reconhece nisso o preço de sua nova vida” (p. 276). A descrição da história que o marido quer contar não se baseia na trama, mas no trauma que quer vender, com heróis e vilões num enredo de redenção, pois “o público, hoje em dia, quer lindas contadoras de histórias *vindas de terras distantes*, Sheherazades modernas que possam [...] falar sobre as vitórias da feminilidade nos confins da barbárie” (p. 277).

Assim, “se o marido quiser que ela seja escritora, ela vai assinar tudo que ele quiser, desde que siga cuidando dela como faz. Simular, como a mãe fez por anos, mas sem o risco de ser agredida desta vez” (p. 277). Consideramos as duas últimas passagens transcritas as mais significativas do conto, pois expõem algumas questões: [1] o estabelecimento de que a barbárie estaria nas guerras e não no exílio parece uma compreensão equivocada (e também a insinuação de que as feminilidades podem se manifestar na civilização). Não há ausência de violência quando se segue oprimindo, colonializando o outro, e o conto assim o demonstra em sua breve narrativa; [2] o diálogo que o público desenvolve com a produção literária que se origina nos contextos de deslocamento forçado. Não se trata de uma modalidade de entretenimento, mas, por meio de uma experiência estética, haveria a proposta de uma leitura crítica de um problema social; e [3] a compreensão do sujeito migrante sobre as relações de poder e suas estratégias de sobrevivência/resistência.

Embora Elena tenha escapado de um país em guerra, não parece que tenha escapado da violência, que segue figurando como um destino até mesmo por meio da escrita. A personagem, ainda que esteja atenta aos mecanismos de opressão, demonstra não conhecer a repetição que conduz. Não ser agredida fisicamente não significa não ser mais objeto do gozo, mas, na forma de um disfarce de

mecanismo de sobrevivência, reproduz uma posição aprendida com a mãe na relação conjugal.

O conto consegue de forma sutil expor os dispositivos de dominação que operam de modo cifrado, mesmo quando se pensa ter conhecimento deles. A narrativa representa as particularidades do exílio que não açoitá, mas também não acolhe; que oferece um lugar, mas apaga o desejo por meio da exploração; que permite alguma sobrevivência, mas ao custo da condescendência.

Consideramos que a meta-escrita de Mairesse é especialmente rica porque opera como uma crítica à recepção da literatura promovida por migrantes e ressitua o leitor. A protagonista “pseudo-escritora” traz uma problematização acerca das categorizações do campo da escrita literária, atuando, assim, como analista da sociedade ao questionar os mecanismos de representação na construção de narrativas e memórias. Além disso, a despeito de a narrativa estar centrada em Elena, ela nos sinaliza que a confrontação entre o estrangeiro e o residente também engendra questões identitárias nos sujeitos locais que precisam se deslocar da hegemonia social sem fazer do migrante uma atração de circo, um objeto “exótico” a ser explorado ou uma ameaça a sua integridade.

A narrativa é concluída com o pagamento da conta do restaurante e uma despedida entre “os três protagonistas” (p. 278), como descreve a autora, satisfeitos. A atribuição de protagonismo aos três nos causa estranheza, o que nos faz concluir que se trata de uma ironia: Elena é a verdadeira protagonista porque o conto é centrado em sua chave de leitura do evento e os dois homens assim o são, não apenas por decisão da autora, mas porque, inferimos, são homens brancos e europeus, sempre com papéis centrais: o marido porque seu narcisismo vem em primeiro plano, sua autorrealização – já que era um escritor frustrado – por meio da escrita falseada imposta à Elena, e o amigo porque, com seu altruísmo, abriria as portas para uma imigrante sem méritos, viabilizando, como padrinho, sua “primeira comunhão” (p. 277) como futuro “elemento” da cultura europeia e do circuito literário de língua francesa.

Por fim, ressaltamos a impactante referência à primeira comunhão: “O amigo [...] beija Elena com a efusividade de um padrinho depois de um almoço de primeira comunhão” (p. 278). Durante o genocídio em Ruanda, sabe-se que os católicos participaram dos massacres e perseguições, incluindo padres e religiosos, de modo que a menção, metonimicamente, desempenha papel de

continuidade, uma história que subsiste simbólica e factualmente. A alusão implícita à perseguição aos tutsis, grupo do qual Elena fazia parte, e a comunhão com o amigo, representante do perpetrador, que a “catequiza”, encerra o conto de forma desconcertante.

3.3.2

Viet Thanh Nguyen: (Sobre)viventes & Sexualidades Migrantes

*Num país em que as posses valiam tudo, os
nossos únicos pertences eram as nossas histórias*

Viet Thanh Nguyen

Pode-se dizer que a guerra do Vietnã, ocorrida entre os anos de 1959 e 1975, tem suas raízes tanto nos processos de descolonização – com a guerra da Indochina que opôs os vietnamitas aos colonizadores franceses –, quanto nas tensões da Guerra Fria, quando norte e sul do país asiático, respectivamente apoiados pela China e pela extinta União Soviética de um lado, e pelos EUA e França do outro, entraram em conflito pela disputa dos destinos da nação recém-liberta do julgo colonial francês.

O envolvimento militar dos Estados Unidos, a partir de 1965 – com o envio de milhares de soldados e sua posterior retirada, com contornos de derrota, aliados ao fato de que essa foi uma das primeiras guerras midiática – dão ao conflito um lugar especial no imaginário ocidental, constantemente revisitado pelo cinema norte-americano.

É em torno de tais circunstâncias e de seus desdobramentos, incluindo a eclosão e configuração de milhares de sujeitos refugiados, que são situadas as narrativas do escritor Viet Thanh Nguyen.

Nascido no Vietnã em 1971, seus pais se refugiaram no sul do país asiático (região sob influência capitalista cuja capital era Saigon) em 1954 ao fugir do

regime comunista que se instalava ao norte. Posteriormente, com a retirada das tropas americanas, fogem para os EUA. Os primeiros anos na América do Norte foram vividos em um campo de refugiados vietnamitas, de modo que sua saída foi franqueada sob a condição de estar separado dos pais e do irmão. Em uma entrevista concedida ao Diário de Notícias de Portugal, declarou o autor:

As minhas memórias começam quando me tornei um refugiado aos 4 anos. Nós chegámos aos Estados Unidos e fomos colocados num campo de refugiados. Para deixar o campo precisávamos de responsáveis americanos por nós. Ninguém estava disposto a responsabilizar-se por toda a nossa família, assim os meus pais foram para um responsável, o meu irmão de 10 anos para outro e eu, com 4 anos, para um terceiro. A minha memória começa com os uivos e gritos quando fui retirado aos meus pais. Para o meu bem, sim. Para ajudar os meus pais, dando-lhes tempo para conseguirem trabalho, sim. Mas era na mesma doloroso e incompreensível para uma criança de 4 anos, e o trauma da experiência moldar-me-ia de maneira que só compreendi totalmente passadas muitas décadas.⁷⁶

Nguyen assume-se como refugiado e defende tal posição como uma “dupla necessidade”: mostrar o que é um refugiado para além dos estereótipos, acentuando suas contingências e diversidade e, ao mesmo tempo, reafirmar seus laços de solidariedade com outros sujeitos na mesma situação. Na mesma entrevista citada acima, declara:

Eu chamo refugiado a mim próprio para que as pessoas saibam que é assim que um refugiado é. Eu chamo refugiado a mim próprio para me lembrar de defender sempre outros refugiados, o que alguns ex-refugiados se recusam a fazer.⁷⁷

Sua escrita é assumidamente engajada à causa migrante e dedica-se, sobretudo, às profundas ligações com o passado e o presente dos imigrantes e refugiados. Em outro trecho da mesma entrevista, diz:

[...] como escritor, ao escrever sobre refugiados vietnamitas, sinto-me por vezes assombrado. Penso em todos os refugiados que não sobreviveram às suas viagens, que tentaram escapar do Vietname mas não conseguiram, ou que conseguiram chegar a um campo de refugiados apenas para serem enviados de volta. Penso sobre como cresci com uma espécie de fantasma em nossa casa, a minha irmã adotiva, que deixámos para trás e que era uma presença ausente nas nossas vidas. Penso em como cada lar de refugiados vietnamitas que visitei tinha fotografias a preto e branco das pessoas que haviam sido deixadas para trás. Penso em como a comunidade de refugiados vietnamitas nos Estados Unidos – cerca de um milhão de pessoas no total – estava repleta de histórias de perda, zanga, raiva, amargura e melancolia. Pareceu-me que a comunidade era assombrada pelo passado e por fantasmas reais, e que qualquer um que escrevesse sobre essa comunidade teria de ser um escritor-fantasma.⁷⁸

⁷⁶ Cf. <https://www.dn.pt/edicao-do-dia/05-ago-2018/as-minhas-memorias-comecam-quando-me-tornei-refugiado-aos-4-anos-9679027.html>

⁷⁷ *Ibidem*.

⁷⁸ *Ibidem*.

Sobre seu livro *Refugiados*⁷⁹ (2018), conjunto de narrativas que servirão como subsídios para a nossa análise, o autor delibera:

A literatura não pode salvar o mundo e o mundo não pode ser salvo sem literatura. O meu livro de contos faz o que pode para mostrar a dor dos refugiados, mas nenhum livro os salvará por si só. A literatura é baseada na empatia, tanto para o escritor como para o leitor e, para o escritor, o ato de escrever é a ação que está ligada à empatia. Para o leitor, a questão é: se alguém sente empatia por causa do livro, que ação será tomada além da leitura? Eu não posso responder a essa pergunta pelo leitor.⁸⁰

Posto isso, iremos nos dedicar a seguir à análise de dois contos que evidenciam aspectos relativos às dificuldades relacionadas à sobrevivência e à sexualidade dos refugiados – tema normalmente excluído dos debates em torno da questão do refúgio.

*

O primeiro conto de nossa análise se intitula *Mulheres de Olhos Negros* (Nguyen, 2018) e nos apresenta em um texto que a narração ora está com a protagonista, ora com um narrador onisciente, a história de uma mulher que está às voltas com seu ofício: escrever sobre a história de outros, produções nas quais seu nome não consta na autoria e tampouco nos agradecimentos, uma *ghost writer*. O texto se inicia com uma crítica ao consumo midiático de histórias de catástrofes que, por sua vez, costumam conferir fama àqueles que a elas sobrevivem.

A mulher, então, tem a tarefa de ajudar Victor Devoto, único sobrevivente de um acidente aéreo que matou setenta e três pessoas, incluindo sua mulher e filhos, a escrever suas memórias. “O seu editor disse que era urgente que ele terminasse de escrever a sua história enquanto o público ainda se lembrava dela” (p. 14).

Ocupada com sua atividade, numa postura reflexiva sobre os atravessamentos relacionados à função que desempenha, a mãe, com quem vive nos Estados Unidos, a informa que seu irmão, morto há 25 anos, teria ido visitá-las. Trata-se, desde o primeiro momento, de uma apresentação do irmão morto na figura de uma “aparição”, um fantasma. A mulher, ainda descrente, oferece a

⁷⁹ Edição portuguesa.

⁸⁰ *Ibidem*.

deixa para que o leitor não pense que se trata de uma narrativa do sobrenatural, suposição que é negada sequencialmente. Aqui, consideramos muito importante ressaltar dois pontos: [1] ainda que fosse um conto fantástico, seus simbolismos nos permitiram conformar mais uma perspectiva sobre o tema; [2] o conto, posteriormente, nos evidencia a importância de compreendermos as referências culturais do imigrante, não caracterizando, em um contexto clínico, a visão de espíritos ou outros fenômenos religiosos ou de fé necessariamente como um delírio ou como uma formação psicopatológica.

Após o episódio da visita do irmão morto, tem início a recuperação da história de vida dessas duas mulheres refugiadas. As histórias de fantasmas, então, constituem-se, antes mesmo de um elemento espiritual, uma forma de laço entre a mãe e a mulher, uma vez que a mãe se comunicava por meio dessas narrativas; entre a mulher e seu povo/seu passado, pois os cidadãos mais antigos baseiam-se em tais referências para explicar a realidade; e entre a mulher e seu irmão, de quem, na infância, ouvia histórias para que pudesse ser distraída enquanto se escondiam dos bombardeios no Vietnã.

A mulher nos dá indícios de que o irmão morre na travessia de barco⁸¹ quando escapavam de seu país de origem, de modo que este nunca deixou o Pacífico. A protagonista relata o esforço que fez nos últimos anos para esquecê-lo e é precipitado um processo de recordação e de reabilitação da memória no qual o significativo “fantasma” vem à tona: o irmão fantasma, sua existência assombrada pelas memórias do passado e pelo presente da xenofobia, a referência ao *Phantom*, caça norte-americano que bombardeava o país, sua própria fantasia e, ela mesma, uma escritora fantasma.

Ao se referir ao assombro produzido pelo racismo, diz:

[...] não queremos acabar como aquela família, amarrada e de armas apontadas. Queimaram o bebê com cigarros até a mãe lhes mostrar onde tinham escondido o dinheiro [...] não pertencíamos aqui [...] num país em que nossas posses valiam tudo, os nossos únicos pertences eram as nossas histórias. (pp. 18-19)

Assim, a mulher começa a reintegrar elementos de sua existência e relembra que a morte de seu irmão foi em seu sacrifício. Para que ela não morresse, o irmão sacrifica sua vida aos 15 anos de idade e morre no mar sob o

⁸¹ Há uma expressão inglesa denominada “boat people” que se refere aos vietnamitas que fugiram do país de barco ou navio. Entendemos que tal expressão é depreciativa ao reduzir aquelas vidas ao modo como se tentou sobreviver ou salvá-las.

olhar dos pais. Durante esse processo, o fantasma do irmão morto reaparece, desta vez para ela, e a protagonista reconhece: “Talvez ele não fosse produto da minha imaginação, mas, antes, um sintoma de algo errado, como o cancro que tinha matado o meu pai” (p. 21).

Readquirindo alguma fé e refletindo sobre a sua história de vida, a mulher começa a se dar conta de seu entorno e reconhece no contato com Victor (único sobrevivente de um desastre aéreo que vitimou, inclusive, seus filhos e esposa, para quem trabalhava como escritora fantasma) a si mesma, ambos fantasmagóricos: “um corpo presente, mas não muito mais” (p. 14), “ele próprio uma espécie de espectro, pálido e quase translúcido com o calor da mágoa” (p. 22).

Em seu devaneio com o irmão fantasma, permite-se, anos depois de sua morte, alguma elaboração da perda, enquadrando-o em seus processos subjetivo e compreendendo o que ou quem se foi junto com sua morte. Entra, assim, em contato com a vergonha e a culpa pela sobrevivência, aspecto muito comumente presente nos relatos dos refugiados: “perguntava-me como era possível eu ter sobrevivido e meu irmão morrido. Eu era mais nova e menos forte, mas, ainda assim, tinha sido ele o sepultado, afundado no oceano sem uma mortalha ou palavra minha” (p. 24).

A posteriori a mulher pode, então, dizer algumas palavras, numa elaboração tardia de seu luto. A protagonista retorna emocionalmente à cena do bote e à sua violência quando, viajando com mais de cem pessoas apinhadas, o irmão espalhou óleo de motor em sua cara, disfarçou seus seios e cortou seus cabelos ao avistar outro barco com homens que empunhavam “catanas e metralhadoras” (p. 26). Após roubarem todos os itens de valor, capturaram as mulheres jovens e adolescentes.

Quando um dos homens sugere levar a irmã, “és um rapaz bonito” (p. 27), o irmão o golpeia com um canivete e o homem o atinge na cabeça: “o crânio do meu irmão a estalar – ainda hoje consigo ouvir” (p. 27). Os silêncios que se desdobram da cena e que invadem a vida da narradora são representados não apenas pela referência escrita no texto, mas também, graficamente, no papel, com intervalos e espaços em branco ao longo do texto.

O meu corpo retraía-se enquanto soluçava sem vergonha e sem medo. O meu irmão observava-me enquanto eu chorava por ele e por mim, por todos os anos

que poderíamos ter passado juntos e não o fizéramos, por todas as palavras nunca trocadas entre a minha mãe, o meu pai e eu. Acima de tudo, chorava pelas raparigas que tinham desaparecido e que nunca mais regressaram, incluindo eu própria (p. 30)

Aqui, além do destaque dado aos efeitos da ausência de ritualização em grupo e da dificuldade no acesso à palavra, a mulher se dá conta de que também é um fantasma: “tu também morreste [...] simplesmente, não o sabes” (p. 29).

Por fim, consegue se apropriar de sua própria mortificação em vida. Ao construir significação, fazer um luto tardio e entrar em contato com sua dor, a mulher consegue se situar em relação à sua própria história e palavra. Mais que uma dinâmica psíquica, seus efeitos reverberam na sua vida cotidiana: “recusei um trabalho. Estava a escrever um livro de minha própria autoria” (p. 31). Indo “em busca dos fantasmas” (p. 32), consegue por meio de suas invenções (re)construir sua própria história, que muito além de se reduzir a uma narrativa de sobrevivente, nos convoca, leitores, na qualidade de viventes, a refletirmos sobre nosso papel social diante de tais circunstâncias.

*

O segundo conto a analisarmos, *O outro homem* (Nguyen, 2018), narra a história de Liem, refugiado vietnamita que, nos Estados Unidos, após um período de institucionalização em um serviço de acolhimento, é apadrinhado por um casal de homens homossexuais, com quem irá viver. A narrativa tem início com a saída de Liem de San Diego e sua respectiva chegada no aeroporto de San Francisco, onde Parrish Coyne, um homem inglês de meia idade, o aguarda.

Parrish o recebe afetivamente, surpreendendo-o com “um abraço, não lhe deixando outra alternativa senão dar umas palmadinhas desajeitadas no ombro daquele homem, consciente de que as outras pessoas estavam a observá-los e, obviamente, a questionarem-se sobre a natureza daquela relação” (p. 36). O constrangimento de Liem é um aspecto que consideramos que deve ser ressaltado porque, na condição de refugiado a quem se prestava uma “caridade”, o homem, ao mesmo tempo que se submete a uma situação que lhe causa desconforto, também demonstra que sua motivação é baseada, aparentemente, em algum tipo de sentimento homofóbico.

O fato de que um refugiado faça parte de um grupo minoritário, não necessariamente o torna consciente sobre os próprios preconceitos nem o impede de reproduzir violências, daí a importância da oferta de atividades formativas e de sensibilização cultural como política referida à recepção de imigrantes.

Após os cumprimentos de Parrish, Marcus Chan, jovem que o acompanhava, tenta intervir no diálogo na tentativa de reduzir o desconforto de Liem e é apresentado, inicialmente, como um grande amigo. Logo nas primeiras interações, Marcus revela também ter um *background* migratório, originário de Hong Kong, mas enquanto este “tinha a postura de alguém que espera uma herança, [...] o sentido de dívida de Liem o fazia caminhar com os olhos postos ao chão” (p. 37).

Nesse momento, após as apresentações, ao fazerem menções às origens de cada um, Liem se preocupa em ter de narrar sua história novamente em detalhes e relembra os trâmites burocráticos que o obrigavam a repetir os relatos de violência frente às autoridades:

a ideia de ter que ensaiar a sua história uma vez mais o [enchia] de pânico. Nos quatro meses desde a sua fuga de Saigão, de marinheiros e fuzileiros navais e assistentes sociais, tinham-lhe pedido para contar mais a história uma ou outra vez, fazendo perguntas mais e mais previsíveis. (p. 38)

No carro, no caminho para casa, Parrish revela que ele e Marcus são um casal, o que fez com que Liem supusesse que se tratava de uma expressão idiomática que talvez designasse que eram amigos muito próximos. Resistente e com evidente incômodo, diz que está tudo em ordem, entretanto revela ao leitor que “na verdade, não tinha outro refúgio além da hospitalidade de Parrish” (p. 40).

Liem recorda-se de sua vida no Vietnã e das primeiras experimentações sexuais que, por sua vez, embora tenha tentado esquecer, remetiam à sua possível homossexualidade não explorada: “os pelos dos braços e da nuca eriçaram-se-lhe, tal como costumava acontecer sempre que outro rapaz, deliberadamente ou por acaso, lhe tocava” (p. 40).

O conto de Nguyen é muito oportuno ao trazer uma sobreposição de elementos e de aspectos inesperados no que se refere à temática do refúgio. A sexualidade é tema pouco abordado e pode gerar embaraços nas trocas culturais. Além disso, gera surpresa no leitor a emergência da temática em uma narrativa de um autor que evidencia o que há de mais político nos contextos de deslocamentos forçados. Assim, apostamos que há um viés político que se manifesta na negação

da sexualidade do migrante que, em seu silenciamento, também é impedido de expressar seu desejo.

Relações que se estabelecem no interior de uma estrutura social articulada por assimetrias e hierarquias tendem a se expressar e se moldar por formas diversas de poder e dominação, desde uma violência pura e desmedida a formas mais sutis de submissão psicológica, atuando, então, sempre em prol da reprodução dessas mesmas estruturas. Os estudos pós-coloniais e de gênero – e sobre sexualidade – demonstram isso à exaustão. O conto em análise, por sua vez, exemplifica a intercessão entre tais estruturas em um contexto de refúgio, como pretendemos demonstrar mais adiante.

De volta ao conto, Liem, desconfortável com a visibilidade da sexualidade e da intimidade como elementos presentes em seu novo cotidiano, pensa em comunicar à funcionária do serviço de refugiados o erro cometido ao inseri-lo nessa “família”. Isto, numa tentativa de recorrer às instituições sociais, supostamente garantidoras de uma ordem, como forma de recuperar uma normalidade que corresponda às suas expectativas culturais. Entretanto, percebe que, por fim, “não havia nada a temer, a não ser ele próprio” (p. 42) que, confrontado com sexualidade assumida e livre do casal, questiona a sua própria.

Liem, como filho mais velho, tinha sido enviado ao sul do país para trabalhar e garantir o sustento da família. Até que, durante um ataque, precisou escapar para salvar sua vida e foi resgatado numa embarcação junto a outros fugitivos por uma frota americana, tornando-se refugiado nos Estados Unidos. Durante seu relato rememora momentos dramáticos da fuga e do seu desespero em meio a empurrões e confusão. Culpado e envergonhado, reflete sobre “o pouco que as outras vidas valiam quando a sua estava em jogo” (p. 43).

O contato com a família de origem após a chegada nos EUA ainda era muito precário e tinha de ser cuidadoso, uma vez que “tinha medo de pôr a família em risco ao sinalizá-los como parentes de um fugitivo” (p. 43). Admite que só não pensava na situação familiar durante “poucos segundos depois de acordar numa cama quente sob três cobertores” (p. 43).

Destacamos aqui que a exposição de tais tipos de pensamentos, embora absolutamente ordinários e esperados, costumam ser desautorizados e reprimidos pelo próprio sujeito nos contextos de refúgio. Reconhecer o próprio bem-estar parece se configurar como uma agressão contra a própria família, os mortos e os

que ficaram no país de origem. Da mesma forma, a possibilidade de assunção de uma nova identidade sexual, dissonante das expectativas parentais, parece operar sob o mesmo viés: livrar-se do mal-estar produziria, então, culpa.

Em uma conversa com Parrish, Liem descobre que os antepassados do inglês ganharam dinheiro por meios ilícitos e, por isso, seu anfitrião dava um “bom” uso ao seu dinheiro investindo em causas ambientais e sociais. O que, menos que uma postura de reparação, assemelha-se mais a um deslocamento de uma posição de privilégio social, que gera culpa, para um investimento em uma esfera moral que poderia sustentar uma imagem de superioridade. Liem, querendo distanciar-se da posição de objeto da caridade, procura um emprego para que pudesse contribuir com o aluguel e vai trabalhar em uma loja de bebidas alcoólicas.

Devido à dificuldade com o idioma, dedica-se à leitura de livros de língua inglesa que pudessem ajudá-lo na comunicação. Então, somos alertados que não há a disponibilidade de materiais didáticos direcionados à realidade do refugiado, mas uma abstração que incomoda e que é incorporada em capítulos como “‘Juan Gonzalez Visita Nova Iorque e Tem de Pedir Indicações’ ou ‘Um Inglês e Um Norte-Americano Vão a Um Jogo de Futebol’” (p. 45).

Quando Parrish viaja para Washington para participar de uma conferência, Liem e Marcus ficam sozinhos e se aproximam. Marcus se queixa de Parrish e de sua “missão” de salvar o mundo: “há uma razão para os santos serem martirizados. Ninguém os suporta” (p. 47). Dessa forma, ao mesmo tempo que Marcus escapa do estereótipo do imigrante grato e inerte, demonstra descontentamento diante da postura de superioridade moral do companheiro. Assim, fornece uma espécie de modelo para Liem devido à sua autonomia e resistência.

Marcus expõe sua trajetória a Liem e revela que fotos íntimas foram enviadas a seu pai por um ex-amante, afastando-o da família. Liem tenta se recordar de suas vivências familiares e declara a existência de um passado borrado, com pouca nitidez.

Nesse conto, há muitas referências do personagem à imundice e a excrementos: “um beco onde algumas pessoas com histórias questionáveis⁸²

⁸² Havia prostitutas e travestis do lado de fora da loja de bebidas alcoólicas onde Liem trabalhava.

urinavam e vomitavam”; “por mais que esfregasse as mãos de seguida, sentia que nunca ficavam realmente limpas. A gordura e o lixo com que lidava tinham penetrado tanto nas suas calosidades” (p. 45); “em sucessivas ondas, o odor do suor humano e das fezes dos animais” (p. 49). Essa associação entre sexualidade e sujeira parece muito evidente e impacta o leitor em sua correlação. Aqui, a sujeira também pode ser associada à posição de inferioridade dos migrantes e de sujeitos que praticam uma sexualidade dissidente, de modo que, no conto, ao evidenciar tal articulação, a questiona, subvertendo tais metáforas pelo controle da narrativa.

Anne McClintock (2016) analisa as complexas ligações entre gênero, raça, classe e colonialismo. Fetichismo, sadomasoquismo, dinheiro, gênero, violência, domesticidade, sujeição e trabalho doméstico são analisados e interconectados de forma a explicitar seu papel no imperialismo britânico e em sua desmontagem, promovendo uma leitura mais sutil das formas de exercício de poder e resistência nesse contexto.

A autora, sobretudo, demonstra como o fetiche pela sujeira, o sadomasoquismo e o travestismo, no cotidiano de um casal vitoriano – revelados em seus diários e fotos – eram formas por meio das quais uma mulher de origem humilde, empregada doméstica e amante (que se recusava a se casar) na relação com um advogado de classe média pôde negociar e subverter as poderosas imposições do modelo de família cis heteronormativo vitoriano e o papel nele reservado às mulheres. Com isso, essa mulher se afirmava como sujeito autônomo, de modo que o fetiche pela sujeira era exercitado por meio de rituais – cobrindo corpo e roupas de sujidades. Isto, menos que uma forma de degradação, era uma tentativa de controle simbólico de uma ordem social que se representava pela oposição entre a organização e limpeza – próprias da burguesia – e a sujeira e desorganização, próprias das classes inferiores.

Durante uma conversa Marcus pergunta a Liem sobre o seu futuro. O refugiado não entende quando é questionado sobre o que quer ser, uma vez que “nunca tinham perguntado este tipo de coisas” (p. 50). Passaram o dia juntos, fizeram refeições, foram ao cinema e beberam. No dia seguinte, Liem recebe uma carta do pai e tem dificuldade em abri-la, Marcus atribui a causa ao fato de que os pais pensam que eles têm “uma doença ocidental” (p. 52) e revela que sabe sobre a sexualidade do refugiado.

Os dois têm relações sexuais e é franqueado ao leitor a possibilidade de uma interpretação que compreende o feito como uma contestação, uma aliança contra o “bom colono”, pois, não nos esqueçamos que Hong Kong, onde Marcus nasceu, foi uma colônia britânica, nacionalidade de Parrish. Aqui, parece claro que a humanidade que Marcus oferece a Liem e a parceria que se configura por identificação, estão muito além do altruísmo colonial de Parrish. Sua filantropia objetificante de imigrantes, embora tenha como resultado esperado a gratidão pela generosidade, não tem tanto efeito quanto o olhar dirigido ao outro como um igual, contemplado em uma posição desejante.

Nessa linha de interpretação, a quebra da exclusividade de acesso à sexualidade de Marcus por parte de Parrish pode ser pensada como uma resposta ao seu enquadramento interrelacional na forma de um “bem”, uma propriedade do inglês. Tal configuração seria resultante de uma atualização de uma estrutura colonial que fazia dos corpos colonizados, em especial das mulheres, uma *commodity* colonial. Assim, haveria uma espécie de sujeição sexual cordial, um contrato sexual camuflado em parceria, sustentado pelo par complacência e gratidão.

O conto, por fim, é encerrado com Liem observando pela janela dois homens na chuva que, revelam-se ser um casal. Liem é igualmente visto e recebe acenos. A cena, aparentemente banal, por meio de uma dinâmica de projeção e espelhamento, dirige-se à identidade do refugiado que, num jogo entre atividade e passividade, torna-se sujeito.

3.3.3

Aglaja Veteranyi: Linguagem & Trauma

Eu só era alguém antes de nascer

Aglaja Veteranyi

Aglaja Veteranyi é uma autora de origem romena, nascida em Bucareste e que, na década de 1990, ganha destaque nos circuitos literários por meio da escrita de seus prosa-poemas. O contexto sociopolítico que determina os rumos da sua vida está vinculado ao recrudescimento da Guerra Fria quando, tanto o bloco comunista, capitaneado pela extinta União Soviética, quanto o lado ocidental, articulado pelos EUA, permitiram – muitas vezes, incentivando e aparelhando os Estados –, a ascensão dos regimes autoritários nos países em suas órbitas de influência como forma de evitar a adesão desses países ao bloco adversário.

Na seção ocidental, podemos citar as ditaduras militares da América latina, Portugal e Grécia, por exemplo, e do lado oriental, as ditaduras africanas e do leste europeu. Assim, em 1967, quando Aglaja tinha apenas 5 anos de idade, ascende ao poder, na Romênia, um dos mais notórios líderes autoritários do período, Nicolau Ceausescu. Assim, tem início um dos mais infames regimes da época – que se estende até 1989, quando, de forma dramática, é “encerrado” por meio de um levante popular.

O governo de Ceausescu foi marcado não apenas pela extrema repressão e privação de liberdades, mas também pela grave penúria econômica e isolamento mundial. Para os que podiam sair do país, o refúgio se tornou a única possibilidade de existência minimamente digna e, para muitos, devido às perseguições e assassinatos políticos, a única possibilidade de sobrevivência⁸³.

É sob tais circunstância que Aglaja e sua família tornam-se refugiados. Filha de artistas circenses, iniciou sua atuação no picadeiro com apenas 3 anos. Sua infância foi marcada por constantes deslocamentos – fugindo da ditadura de seu país, entra em *tournee* com o circo e disso resulta uma vida sem um lugar específico de pertencimento e sem a possibilidade de acesso à educação formal –,

⁸³ “O ditador [...] diz minha mãe, é mais burro que uma parede. Mas uma parede não mata, diz meu pai” (Veteranyi, 1999, p. 46)

o que não a impediu de aprender diferentes línguas, inclusive o alemão, idioma no qual produziu sua literatura e no qual foi alfabetizada tardiamente.

Aos 15 anos a autora exilou-se na Suíça, onde, dedicou-se ao teatro e à literatura – duas áreas que a permitiu deslocar-se subjetivamente entre autora e personagem das histórias de si, franqueando, por intermédio da escrita e da atuação, uma posição para si e algum destino para o trauma. Veteranyi, aos 39 anos, tira sua própria vida.

Autora de uma coletânea de poemas, sua infância errática também serve como mote para seu primeiro romance *Por que a criança cozinha na polenta: Romance* (1999), dando-lhe incontestes contornos autobiográficos apesar da declaração de ficção no próprio título do livro da obra.

Em sua narrativa, a autora traz elementos que podem ser associados à sua biografia no que se entende como uma tentativa de circunscrição de uma experiência de vida traumática⁸⁴. Trata-se de um romance cujo foco narrativo está na primeira pessoa do singular, na voz de uma narradora-personagem que, despretensiosamente e da perspectiva de uma criança, relata episódios cruéis e grotescos de sua vida numa composição que parece congelar o leitor em um tempo que não progride. Trata-se de um livro que não conta uma história, muito menos apresenta uma narrativa de redenção, mas se baseia na exploração de várias camadas de miséria que se sobrepõem.

O livro é dividido em quatro partes: [1] a primeira funciona como uma espécie de apresentação da personagem, uma menina a descrever seu cotidiano, seu conciso histórico biográfico e sua vida no circo com a família; [2] a segunda parte oferece algum enredo aos leitores, pois, até então, a narrativa estava centrada num fluxo de consciência bastante livre e pouco amalgamado com qualquer sequência temporal, aparentemente sem destino, somente adquirindo com a ida da personagem e de sua irmã para um internato, alguma movimentação; [3] a terceira parte marca a desvinculação institucional da menina e sua “nova” vida ao lado de sua mãe – que separa-se de seu pai e da filha mais velha; [4] e a quarta e última parte assinala o fim dos deslocamentos, quando, pela primeira vez, a menina pôde

⁸⁴ Podemos afirmar apenas que Veteranyi, seguramente, sofre as consequências das vivências de um trauma social, como postulado no segundo capítulo desta tese. A sua personagem, por outro lado, objeto de nossa análise, nos dá indícios pela compulsão à repetição e pelo uso que faz da linguagem de um trauma psíquico.

viver, recebida por sua tia, numa casa “fixa” (diferentemente do trailer móvel do circo e dos quartos temporários nos hotéis).

Na escrita de Veteranyi encontramos elementos singulares como, por exemplo, a ausência de nomes das personagens (com exceção daqueles que estão distantes, mortos, que não trazem em si a marca da imigração ou que não estão em posição de assujeitamento), inclusive dos integrantes de sua própria família. Sabemos que o nome próprio tem função substancial na constituição subjetiva e implica a *ex-sistência* do sujeito (Lacan, 1974-1975). Dessa forma, a autora ressalta a ausência de significantes que caracterizam suas existências de forma traumática e as demarcações de suas identidades na condição de refugiados/imigrantes. “Se alguém pergunta meu nome, tenho de dizer: Pergunte à minha mãe” (p. 60).

O texto, embora ficcional e categorizado como romance, mais se aproxima de um testemunho, pois, devido aos limites da linguagem – efeito da pouca idade da personagem e do que entendemos claramente como uma narrativa/escrita traumática – é muito cru, sem muitas construções metafóricas. Ainda que encontremos poeticidade na escrita, esta configura-se mais como resultado da originalidade, da criatividade e da imaginação infantil, e não do rebuscamento de um saber-fazer com as palavras – que faltam em sua função de significação e falham na comunicação.

A linguagem, enquanto modalidade de expressão por meio do exercício de um idioma, é o atributo eleito pela criança para evidenciar a diferença entre si, que se reconhece como estrangeira, e o outro: “Será que Deus fala outras línguas? Será que entende os estrangeiros? Ou será que anjos ficam sentados em pequenas cabines fazendo traduções?” (p. 17), sublinhando suas vivências de exclusão, à margem da escuta de Deus. Ainda no que se refere a linguagem (da personagem e da autora), o texto é construído de modo fragmentado, denotando uma dificuldade de balizamento temporal. Ao final, não temos clareza se passaram-se semanas, meses ou anos, na exposição narrativa.

A apresentação gráfica do texto é pouco usual, oscilando entre construções mais complexas e articuladas e páginas praticamente em branco (silenciadas?) com a escrita em letras maiúsculas (gritos grafados?). Entendemos que esse recurso opera em consonância com o mal-estar que afeta o leitor ao se deparar com a inocência da perspectiva infantil frente à selvajaria que esta tenta assimilar:

o incômodo visual, os espaçamentos, buracos e confusão na disposição representam com precisão os afetos aos quais somos conduzidos pelo conteúdo intratextual.

O livro, como descreve sua tradutora, Fabiana Macchi, é “sobre limites [...] sobre fronteiras permeáveis, indefinidas” (p. 9) e, então, faz uma referência a autora que “detestava que se lesse ‘a Polenta’ como a história da sua vida. Nas entrevistas, quando a pergunta surgia, ela sorria sem ironia e dizia: ‘A imaginação também é autobiográfica’” (p. 10).

A família, desorganizada e envolvida em tramas de incesto, traições, assédio e desamor, é representada de modo destruído, todos desorientados, invisíveis e silenciados entre si e para a sociedade que os segregava: “Eu chamava o tio Petru de pai [...] eu chamava minha mãe de tia. E minha tia, de mãe” (p. 165). Essas ideias são indicadas em diversas passagens, das quais destacamos: “Eu só era alguém antes de nascer” (p. 32); “Não grito. Joguei minha boca fora” (p. 39); “Tenho a sensação de estar desmoronando” (p. 143).

“Mais tarde você vai ver como é triste estar sozinha no mundo. Mas eu nem preciso esperar por mais tarde” (p. 76). Consideramos que há uma tentativa da personagem de compensar a solidão e a dificuldade no estabelecimento de laços através de um esforço de afeto e no uso de constante de referências imagéticas – tentativa de contornar o trauma e produzir significação/esperança face à violência. A sensação que provoca no leitor é de *nonsense*, paradoxo; uma casa que não é um lar, tudo precário, sempre algo provisório que precisa ser salvo – uma mala: “Não devemos nos apegar a nada” (p. 27).

O desamparo das personagens é evidenciado em diversos momentos e a linguagem concisa, infantil, tenta com muito esforço dar conta do real, que recai na carne: “Deixo cair minha pele no chão” (p. 94). Vemos aqui a dimensão do ato em um corpo dessubjetivado, substituindo a palavra: “Ela aperta o dedo na porta. Eu me coço até sangrar. Ela arranca uma mecha enorme de cabelos da própria cabeça. Eu pulo de pernas abertas sobre a quina de uma cadeira” (p. 110), e a compulsão à repetição: “Vou buscá-la em breve. Vou buscá-la em breve. Vou buscá-la em breve. Etc.” (p. 120); “Meu pai morreu de ausência. Minha mãe vive na impotência. Minha irmã é filha só do meu pai. Eu cresci aos poucos. E não quero filhos. E não quero filhos. E não quero filhos. [A frase é escrita quarenta e oito vezes]” (p. 123).

Esses trechos são bastante ilustrativos ao discorrer sobre a violência em seu liame com o corpo. Em um movimento amalgamado de transitivismo, projeções e identificações entre a personagem, sua família e sociedade, o corpo, repetidamente, é palco da violência que vê, que é dirigida a ela pelo Outro e que reproduz em si mesma em uma versão atualizada do *fort-da* freudiano.

Vale notar que o título do livro está referido em diversas passagens, duas delas envolvem a relação da menina e sua irmã, que é filha apenas do seu pai. “A mãe dela é filha adotiva do meu pai. A filha adotiva e a mãe dela, a avó da minha irmã e ex-mulher do meu pai, moram num hospital porque ficaram loucas” (p. 30). A personagem em seu vínculo com a irmã – que se conforma como uma espécie de modelo, pois nela se reconhece o desejo do pai – durante episódios de angústia, a ouve contar “A história da criança que cozinha na polenta” (p. 39), para que, ao imaginar a dor da criança, possa se ressituar diante da sua própria: “Minha irmã tem de inventar coisas cada vez mais horríveis” (p. 100). Com o desenrolar do romance, entendemos que a criança cozinhando na polenta, distante de uma metaforização, é um desejo de punição; é mesmo através de uma violência ou sua fantasia de violência que consegue produzir alívio em sua angústia.

As crises de angústia da menina parecem estar iminentemente relacionadas às vivências de desamparo, quando se percebe sem Deus e sem pai, “por que meu pai não é meu pai?” (p. 34); “o ditador proibiu Deus” (p. 45), e sem a mãe, que “diz que é [sua] irmã” (p. 34), e que, constantemente, está realizando um número perigoso nas apresentações circenses – é içada pelos cabelos, é a mulher com cabelos de aço.

A menina apresenta-se de modo mortificado durante todo o romance e, além disso, flerta com a morte, fazendo referências constantes a ela e aos perigos que a colocam em cena: “os estrangeiros querem nos prejudicar. Não posso sair do trailer sozinha” (p. 36); “sempre penso na morte da minha mãe” (p. 39); “queria estar morta. Todos chorariam no meu enterro e se sentiriam culpados” (p. 41); “Cada um tem o seu motivo para morrer” (p. 67); “Queria que o carro caísse no precipício agora” (p. 90).

A personagem-narradora reconhece em si a desolação: “a tristeza envelhece. Eu sou mais velha do que as crianças no estrangeiro” (p. 42), remetendo-nos a uma posição subjetiva melancolizada que também se revela nas autoagressões (a sombra do objeto – a perda do ideal de poder ser considerada

humana – recaindo sobre eu) Aqui, a morte, para além de uma violência final que poderia restituir sua humanidade ao conferir a possibilidade de ser aceita, apresenta-se como fetichização da morte – da qual é primeiro objeto (sua morte como objeto de gozo subsidiado pelas políticas de ódio) e depois, em um processo de espelhamento e forma de partilha, torna-se sujeito (gozo com a própria morte).

Tal fantasia é, assim, reiteradamente ratificada como uma saída: “Os mortos vivem melhor do que os vivos, no céu não se precisa de passaporte para viajar” (p. 43), qualquer lugar, inclusive a morte, parece ser um ponto de referência melhor do que onde está, pois, ao não estar em lugar nenhum, sem referência de pertencimento, a morte localizada no céu representa, apesar de tudo, alguma estabilidade.

A violência que invade do exterior também encontra ecos na violência doméstica: “minha irmã [...] meu pai atropelou sua perna com um trator, para que ela nunca encontre um marido e fique sempre com ele” (p. 31); “houve pancadaria. Meu pai avançou contra minha mãe. Ela gritou. Eu bati no meu pai. Ele se virou. Pof!” (p. 55). A agressão, na realidade dos refugiados, costuma adquirir outro estatuto, uma fronteira que se amplia e se torna perigosa por sua contraposição ao extermínio (apanhar não mata). Se a morte não está no horizonte, a violência passa a ser mais tolerada e, quando esta não se apresenta, é como se as condições mínimas tivessem sido alcançadas – ainda que saibamos que a violência se apresenta de muitas formas que não a física: “Nós não apanhávamos. Foi aí que me dei conta de que estávamos melhor aqui do que em casa” (p. 57).

No que se refere à sua condição de refugiada, a menina parece ter muita clareza das origens e consequências: “meus pais foram condenados à morte [...] Jamais poderemos voltar, é proibido” (p. 60); “Tio Petru é torturado na prisão. E o tio Necu foi espancado até a morte na porta de sua casa” (p. 61). Sua consciência sobre a fome na Romênia, ao mesmo tempo que a alivia, pois não estando lá, não precisará comer seu cachorro, também a traz culpa: “Tenho vergonha de tê-los deixado lá” (p. 73).

Quando as irmãs são enviadas a um internato, a vivência de desamparo recrudescer e, como a causa desse traslado não é esclarecida, a menina especula que talvez os pais a tenham vendido. Ela “não queria largar a mala” (p. 90), pois era tudo que havia restado. Nesse período de institucionalização, as autoagressões

se intensificam no que parece ser uma tentativa não de morte, mas de dar alguma concretude, na forma de descarga, ao seu sofrimento – que culmina com sua ida ao hospital, de onde é recolhida pela mãe (e quando a irmã vai viver com o pai).

Em 2012 é lançado um longa metragem intitulado *Aglaja*⁸⁵, baseado no romance. O filme dedica-se principalmente à exploração da relação entre mãe e filha, perspectiva que, efetivamente, tem destaque no texto. Entretanto, como as questões relacionadas à feminilidade e seus impasses escapam ao recorte desta tese, optamos por não as desenvolver em nossa análise.

Na terceira parte da narrativa, a menina já tem 13 anos e vive com sua mãe de forma ainda mais identitariamente desintegrada: “Minha mãe diz que eu tenho 12 [anos], porque 13 dá azar. Às vezes ela diz que tenho 16 ou 18” (p. 139); “Eu era apresentada como sua irmã mais nova” (p. 146). Mais velha, começa a ter seu corpo parcialmente explorado em um clube: “o corpo – é assim que sou anunciada a cada nova cidade” (p. 147). Aqui, sua condição de refugiada explicita os assujeitamentos e explorações às quais se submete, modalidade de violência endossada e promovida por sua mãe.

O terceiro momento do romance pode ser entendido, então, como um desvelamento das interseccionalidades das opressões aos quais os refugiados, sobretudo quando são mulheres e crianças estão subordinados. Assim, tornando-se adolescente, a menina passa por inúmeras situações de assédio e abuso.

Por fim, na quarta e última parte do livro, a tia, também emigrada, porém com a vida reestruturada, as recebe em sua casa. A menina é encaminhada para uma escola de idiomas, recebe orientação profissional e começa a se integrar socialmente. A personagem tem um trabalho, recebe um auxílio para refugiados e uma residência. Podendo se situar melhor como sujeito, começa a vislumbrar outras possibilidades para si, ainda que tivesse “imaginado a felicidade bem diferente” (p. 184). “The end” (p. 195), assim é finalizado o romance, em outro idioma. Além de nos apontar para a superação da resistência contra as línguas estrangeiras, com as quais foi obrigada a conviver na infância, a homofonia com *the and*, nos chama a atenção.

Ao longo da narrativa, os sons, seus timbres e suas entonações desempenham uma função importante para a personagem, de modo que, ainda que

⁸⁵ Cf. <https://www.imdb.com/title/tt1527052/>

não tenha sido intenção da autora abrir o campo com a homofonia supracitada, não podemos deixar de considerar que talvez essa chave de leitura estivesse no horizonte. Uma história de refúgio não se acaba mesmo após o seu fim (chegada a um país de acolhimento) e a conjunção de adição “e” nos mostra cifradamente que não há um desfecho, mas sua continuidade.

Para concluir, podemos dizer que Veteranyi, de modo magistral e sensível, ilustra as marcas da vulnerabilidade e do trauma na infância. Indica, assim, com alguma esperança, ainda que desidealizada, uma saída possível: de um fluxo de consciência, uma profusão de pensamentos mudos, fora do laço, deslocados espacialmente, a um estabelecimento “mais digno”, em uma casa que permita um olhar que pode enxergar um futuro melhor.

3.3.4

Julián Fuks: Transmissão & Resistência

Pode um exílio ser herdado?

Seríamos nós, os pequenos, tão expatriados quanto nossos pais?

Estará também a perseguição política submetida às normas da hereditariedade?

Julián Fuks

Os regimes autoritários que emergem na segunda metade do século XX, a despeito das conexões com o processo histórico mais geral da Guerra Fria e eventuais semelhanças em seus métodos e forma, são também profundamente circunscritos por determinantes locais – aspectos dos quais podemos extrair algumas particularidades.

Na América Latina, ao longo do século XIX e início do século XX, o caudilhismo foi estabelecido como um modelo político e social no qual líderes locais detinham o poder e controle quase absoluto em/de suas comunidades, sendo o chamado “coronelismo”, tão bem retratado em nossa literatura, a variante do

fenômeno no Brasil. Típico de uma estrutura agrária, suas características mais marcantes eram: a concentração do poder na figura do líder, ou caudilho (coronel, no Brasil); sua ligação com a economia agrária; e, sobretudo, as relações pessoais e familiares como linguagem da política – a figura do “padrinho” pode exemplificar tal assertiva.

À medida que os países latino-americanos foram se tornando independentes, esse modelo – anteriormente local – foi nacionalizado, consolidando-se como uma longa “tradição” de presidentes autoritários e personalistas. Sabemos que a dissolução do modelo caudilhistas se dá pela redução do espaço do setor agrário, que lhe dava sustentação, frente à ascensão da indústria na economia nacional. A acelerada urbanização que se segue com a industrialização e a chegada em massa de imigrantes, que viriam a constituir as bases das novas classes trabalhadoras, redesenham as relações políticas e sociais. No entanto, atributos como a concentração de poder na figura de um líder – que se coloca numa ligação direta e não institucionalizada com as massas e a expressão dessa relação num vocabulário de relações familiares sobreviveram à dissolução do modelo anterior.

Na Argentina, durante a década de 1940, o peronismo constituiu-se como um movimento político em torno da figura Juan Domingo Perón, indicado pelos militares que haviam tomado o poder em um golpe em 1943. O coronel Perón foi eleito presidente em 1945, em 1951 e novamente em 1973. Sua trajetória política teve início na Secretaria do Trabalho, na qual pôde estabelecer a relação direta com os trabalhadores e, acompanhado de sua segunda esposa, a carismática Eva Peron, conhecida como a “mãe dos sem camisas”, fizeram do peronismo o mais importante movimento político (populista) da história da país.

A morte de Evita, em 1954, em decorrência de um câncer, gerou imensa comoção no país andino, assentando o peronismo, além de um traço da vida política e institucional, como uma marca subjetiva bem-vinda nas estruturas de poder e governança. Peron faleceu em 1974, sendo sucedido na presidência por sua vice-presidente e também esposa, Isabelita Peron. Após tais considerações, podemos dizer que as figuras de Eva e de Isabelita são indicativas da fusão entre poder e estruturas familiares na vida política argentina, bem como do peso simbólico da figura materna, que cuida e tutela – o que se poderia também associar ao fato de que o ex-presidente, Nestor Kirchner, que presidiu de 2003 a

2007, também tenha sido sucedido por sua esposa, Cristina Kirchner, que governou a Argentina de 2007 a 2015.

Em 1974, as Forças Armadas argentinas prenderam e depuseram a presidente Isabel Perón. Uma junta militar assume o governo e dá início a mais sangrenta ditadura da história do país e uma das mais cruéis da América do Sul. O novo regime seria responsável pela morte e desaparecimento de cerca de 30 mil pessoas em um período de sete anos, numa proporção de um em cada mil argentinos assassinados ou desaparecidos, a maioria jovens.

Em 1977, as mães desses jovens, que começaram a se reunir ao redor da Praça de Maio exigindo notícias de seus filhos, organizaram uma rede de informações e contatos que lhes permitiu identificar e localizar mais de uma centena de crianças sequestradas pela ditadura. Essas mães ficaram conhecidas como as “Mães da Praça de Maio”, que, então, se tornariam também as “Avós da Praça de Maio”, uma vez que muitos dos jovens mortos ou desaparecidos tinham seus próprios filhos ou os tiveram enquanto estavam presos, crianças que foram compulsoriamente encaminhadas para adoção.

O movimento foi o principal foco de contestação ao regime militar argentino e é atuante até os dias de hoje na busca do paradeiro dos filhos e netos, principalmente por meio da tentativa de localizar as crianças dadas para adoção pelos militares. O caráter sistemático dos sequestros de crianças e o encaminhamento destas para adoção por famílias de militares (muitas de militares brasileiros), indicam que não foram práticas isoladas, mas sim um recurso político de difusão do terror instaurado pela ditadura argentina. Assim, chama a atenção que “a mãe dos descamisados” seja, de certa forma, sucedida simbolicamente pelas “mães da Praça de Maio”.

Fazemos tal contextualização porque esta é essencial para uma compreensão mais sensível de *A resistência* (2015), romance escrito por Julián Miguel Barbero Fuks, autor nascido e criado em São Paulo, e filho de argentinos exilados/refugiados no Brasil em decorrência das perseguições políticas ocorridas durante a ditadura no país vizinho. O autor tem significativa atuação como crítico literário e sua obra é composta por romances e contos, nos quais a sua relação com a terra de “origem”, herança de seus pais, é tema constante em seus escritos.

Em entrevista para a *Revista Cult*⁸⁶, o autor tece os seguintes comentários sobre a condição dos filhos de exilados:

Coloquei isso no livro: o exílio é algo que se herda. Se o filho nasce no exílio dos pais é também um exilado. E a situação do exilado, e também do imigrante, é do não-lugar.⁸⁷

O romance de Julián Fuks, apesar do evidente viés autobiográfico, é categorizado como ficcional e convoca o leitor aos limites do hibridismo da pós-ficção – conceituação desenvolvida pelo escritor. Além de haver um informe ao final do livro que diz “os personagens e as situações desta obra são reais apenas no universo da ficção; não se referem a pessoas e fatos concretos, e não emitem opinião sobre eles”, a não correspondência entre o nome do autor e o narrador-personagem, Sebastián, nos autoriza a uma análise dentro dos preceitos éticos previamente indicados.

Podemos dizer que *A resistência* (2015) está situado em uma categoria matizada entre o romance memorial e o romance de filiação. Trata-se de um livro que ilustra de forma primorosa a dinâmica das transmissões inter- e transgeracionais num contexto de exílio, e o faz através das resistências do personagem – termo que adquire uma multiplicidade de sentidos, os quais serão apresentados no decorrer desta análise.

A narrativa se estabelece a partir dos ditos e não-ditos referentes à vida familiar do personagem, principalmente no que diz respeito aos pormenores que envolvem a adoção do seu irmão mais velho. A família é composta pelos pais, ambos médicos psiquiatras/psicanalistas – o que oferece ao personagem possibilidades de intervenções críticas balizado teoricamente por Donald Winnicott, psicanalista notabilizado por seus trabalhos sobre desenvolvimento infantil – pelo filho adotivo, pelo personagem protagonista e por uma irmã mais nova.

O romance tem início com elucubrações sobre a origem do irmão adotivo e a necessidade do personagem de dar sentido, explicações e tamponar as fissuras da história fraterna, pois pouco se sabe sobre ela: “meu irmão é algo, esse algo é o que tantos tentam enxergar nele, esse algo são as marcas que insistimos em

⁸⁶ Entrevista concedida à Paula Pires para a Revista Cult.

⁸⁷ Cf. <https://revistacult.uol.com.br/home/o-brasil-e-incapaz-de-refletir-sobre-seu-passado-diz-julian-fuks/>

procurar, contra a vontade, em seus traços, em seus gestos, em seus atos” (p. 5); “meu irmão é filho dos meus pais [...] filho de quem?” (p. 6).

O irmão, adotado durante o período ditatorial argentino, é entregue ao casal sem referências sobre o contexto de seu nascimento, aspecto que perturba o personagem e o leva a fantasiar sobre as circunstâncias daquilo que ele se força, inicialmente, a compreender como um abandono (posteriormente, concebe a possibilidade de uma cumplicidade familiar em um plausível sequestro). Mais que um abandono, o aspecto que o atravessa de modo mais pungente é o desamparo – que, aqui, adquire contornos de um transativismo, uma vez que se trata de uma projeção sua e não algo concreto. O personagem sente-se desamparado, não o irmão. O personagem é sujeito ativo que se vê refletido no irmão: “Na minha lembrança os olhos do meu irmão estavam lacrimosos [mas] talvez fossem os meus” (p. 10).

A provisoriedade do colo que se supõe que o bebê recebeu, “um colo provisório [que] não lhe será de nenhum proveito” (p. 8) e, posteriormente, após a fuga da família da Argentina para o Brasil, a transitoriedade do local de destino, marcam Sebastián: “Tudo é provisório [...] no Brasil [...] porque não se decidem é que vão ficando” (p. 72). Embora o personagem tenha nascido em um contexto de fixidez e estabilidade, aparentemente herda de forma não elaborada os vestígios das circunstâncias anteriores.

A questão da transmissão inter- e transgeracional é muito bem veiculada no romance e a parcialidade das palavras, isto é, dos sentidos, é constantemente interpelada, seja no próprio fazer literário – o personagem é um escritor que se propõe à composição de um livro sobre seu irmão e, quando questionada a possibilidade de uma narrativa fiel, ele “desconfi[a] que seja uma nuance inventada” (p. 10); “de um repertório extenso de cenas falsas” (p. 29) –, seja por meio do enredo, da impossibilidade de dizer tudo ou sequer qualquer coisa: “em algum momento o que era palavra se tornou indizível, calou-se a verdade como se assim ela se desfizesse” (p. 10).

Os silêncios são elementos constantes no texto de Fuks, e a eles o personagem franqueia uma causalidade psíquica – uma forma de sufocar os incômodos: “neutralidade anestesiada [...] recalcar é a palavra que meus pais indicarão aqui” (p. 11). O silêncio opera, igualmente, como uma espécie de

“autorização” para que o personagem atribua sentidos que lhe convêm ao outro, numa hiper interpretação que fala, antes, mais de si mesmo.

Ao dirigir-se a Buenos Aires, supostamente em uma tentativa de recuperação da história da família e, sobretudo, do seu irmão adotivo, deixa entrever que a questão identitária, a descompensação narcísica que estava em jogo, na verdade, era a sua. O irmão “independia dos pais para ser argentino [...] talvez fosse algo que invejássemos, essa autonomia de sua identidade” (p. 14), já Sebastián, “a partir da experiência de caminhar pelas ruas [...] queria que me servissem de espelho, que em cada esquina me replicassem, que eu me descobrisse argentino pela simples aptidão de me camuflar, e que assim pudesse enfim passear entre iguais” (p. 13).

O narrador, em seu trajeto de restauração do passado através da legitimidade atribuída ao desconhecimento das origens do irmão, recupera passagens da infância e assume a dificuldade na produção de sentidos que, distantes de serem intrínsecos à existência, são construções que, ainda assim, “não consegue inventar” (p. 16). Nos seus processos de rearranjos da memória através da escrita – o personagem é um escritor que narra seu percurso de reintegração da história familiar subjacente para a composição de um livro que seria uma espécie de homenagem ao irmão – pode, então, produzir alguma significação ao examinar e acomodar pontos de vista anteriores e novas perspectivas.

A história política, concreta, mistura-se a uma outra história, a que escreve sobre sua família. Os dados verídicos confundem-se e marcam a realidade psíquica, pois não existe memória individual isenta da experiência social⁸⁸ – tenha sido esta vivida ou herdada. Aqui, o que nos interessa é sublinhar as consequências das contingenciais vivências traumáticas dos pais e do irmão que podem encontrar ressonâncias em Sebastián devido à composição da identidade, que é transindividual, mas também vinculada à memória cultural. Em um país no qual a projeção das estruturas familiares organiza o cenário político, seus cidadãos, ou descendentes destes, certamente serão atravessados por elas, de

⁸⁸ O sociólogo Maurice Halbwachs (2013), no início do século XX, foi pioneiro nos estudos das dimensões sociais da memória. Sua noção de “enquadramento social da memória” foi importante para a ruptura com a ideia de que o indivíduo seria o responsável único pelo resgate de seu próprio passado. Segundo o autor, o que lembramos ou o que esquecemos é moldado pela partilha coletiva de lembranças, histórias e experiências; lembramos e esquecemos também coletivamente.

modo que podemos entender que a questão que mobiliza o personagem também parte disso, dessa transmissão cultural traumática.

Ainda sobre a trajetória geográfica familiar, antes mesmo do exílio dos pais, o personagem resgata um histórico de fuga, perseguição e medo relativo aos seus antepassados e o que disso se faz um segredo cuja transmissão é inconsciente e, assim, se produz um mapa topográfico que se inscreve na criança na forma de trauma. Uma parte de sua família era judia, romenos perseguidos pelo antisemitismo que migram para Buenos Aires; parentes deportados e mortos em campos de concentração, a outra parte, migrantes espanhóis que se destinaram ao Peru e, posteriormente, Argentina. “Acho que sempre estranhei, ao ouvir essas histórias sinuosas, ao saber desses percursos remotos, desse deslocamento incessantes, dessas muitas moradas provisórias [...] pareciam migrantes inveterados” (p. 24).

Há também resquícios de tensões de outras décadas, um pudor antigo adiando cada frase que eles se permitem dizer, uma anacrônica noção de sigilo, de inconfessável segredo, como se revelar esses dados e nomear os envolvidos fosse indiscrição [...] às vezes parece que baixam a voz para mencionar um episódio específico, às vezes gaguejam, largam relatos pelo meio, e tenho a nítida impressão de que ainda temem nossos ouvidos [...] crianças a serem poupadas da brutalidade do mundo. (p. 30)

Ao longo do seu processo de catarse e escrita, o personagem começa a se apropriar de sua trama e compreende que a legitimidade dos questionamentos que atribui ao irmão, conforma-se como questão íntima e que, ao falar de si por meio de uma narrativa que outorga ao irmão, talvez seja uma forma de ficção que, novamente, apaga sua história: “Estarei com este livro tratando de lhe roubar a vida, de lhe roubar a imagem, e de lhe roubar também, furtos menores, o silêncio e a voz? (p. 18). Tal dinâmica evidencia a amálgama entre os personagens e os jogos de espelhamento e projeção, reprodução de uma realidade psíquica intrincada e de continuidade.

Podemos inferir do texto de Fuks uma metonimização entre ser adotado (ser órfão) e refúgio. Em uma relação de contiguidade, entendemos que há tal proposta devido à descrição congruente entre seus efeitos: “se atirando no vazio ele dominava a angústia e o desamparo” (p. 20). O exílio assim como a orfandade evidencia o desamparo estrutural e o sujeito, mesmo recebido/adotado por outra cultura/família, não necessariamente pode se afastar da angústia da experiência.

Consideramos relevante para a nossa análise também mencionar que os pais recorreram à adoção porque a mulher não conseguia engravidar: “o filho imaginado [...] sobre o qual conversavam para esquecer os medos e as angústias de rotina, o filho que ela tocava no ventre diante do espelho, esse filho idealizado não viria” (p. 33). Antes do nascimento do protagonista, a mãe – que tem o mesmo nome que uma filha de seu bisavô que faleceu –, também perde um filho gestado, o que, além de todas as questões relacionadas ao exílio, contribui para que Sebastián também seja herdeiro de muitas expectativas, medos míticos, dores e lutos ancestrais na qualidade de primeiro filho biológico, suplente da criança morta e da criança desidealizada.

Vale também ressaltar que o protagonista tem um relacionamento distante com o irmão devido a um episódio ocorrido na juventude. A quebra da cordialidade fraterna marca o personagem que, por sua vez, centra-se em si e uma identificação com o irmão é engendrada, aproximando-o de sua questão e, ao mesmo tempo, mantendo-o afastado: ao perder o irmão, o reencontra em si mesmo.

No que se refere aos aspectos traumáticos, eles são evidenciados pela constante evocação do silêncio e da menção à dificuldade com as palavras que circunda as personagens: “No espaço de uma dor cabe todo o esquecimento, diz um verso sobre estas coisas incertas, mas os versos nem sempre acertam. Às vezes, no espaço de uma dor cabe apenas o silêncio” (p. 63). Aqui, ressaltamos novamente o processo de construção de sentido, “a vontade de forjar sentidos que a vida se recusa a dar” (p. 81), por meio da escrita que, assim, permite que o personagem fale e produza alguma elaboração em torno do traumático que, por herança e transmissão, o compõe. Trata-se converter em “tangível o que era intangível na vivência própria” (p. 77).

O livro de Fuks também trata da questão do luto negado de maneira muito delicada. Em um regime que produz desaparecidos, o luto impedido gera consequências ao impedir sua ritualização e partilha coletiva.

A atrocidade de um regime que mata e que, além de matar, aniquila os que cercam suas vítimas imediatas, em círculos infinitos de outras vítimas ignoradas, lutos obstruídos, histórias não contadas – a atrocidade de um regime que mata também a morte dos assassinados. (p. 66)

Já no Brasil, os pais, ao acompanharem as notícias do exterior, deparam-se com os apelos das “mães-avós” da Praça de Maio que, na interpretação de

Sebastián, produz “um calor a inundar-lhes os rostos” (p. 77). Embora tivessem em um pedaço de papel o contato da parteira que lhes entregou o irmão, nunca puderam investigar propriamente a origem da criança. Fato que, ainda que não diga respeito ao protagonista, se converte, durante uma visita ao museu da memória, especificamente na sala destinada à causa das “Avós”, em um “sangue a ruborizar [seu] rosto, [sente] uma súbita vergonha que não [consegue] decifrar” (p. 79), reproduzindo exatamente a mesma reação no corpo que supõe ter testemunhado em seus pais.

Encaminhando-se para o final da narrativa, observamos um avanço no processo de Sebastián em se reconhecer um pouco mais naquilo que atribui ao outro, mas que, por herança, também é seu – mesmo que, para tanto, pensa observar tal dinâmica no irmão:

Talvez [meu irmão] comece a assumir o estranho hábito de se reconhecer na figura do outro [...] o estranho exercício de se intuir em identidades várias e se contar [...] minha memória é feita de sua memória, e minha história haverá sempre de conter a sua história. (p. 89)

A resistência que dá título ao livro pode ser localizada em muitos aspectos: [1] a resistência política da qual os pais participaram na Argentina; [2] a resistência do pai em não querer ter filhos e depois querê-los para, junto à mulher; fazer frente ao terror da ditadura, a resistência por meio do desejo de ter um filho como “forma de luta, de recusa à aniquilação proposta pelo regime” (p. 33); [3] o próprio irmão como objeto de resistência, representante do afínco à vida; [4] a resistência da memória que, traumática, segue invadindo não apenas os diretamente envolvidos, mas também, por transmissão psíquica, as gerações seguintes; [5] a resistência à fragilidade que a violência pode produzir; [6] a resistência engendrada como ato reflexivo, pois “dizê-lo é também uma ação” (p. 94), pela produção de um escrito que recupera poeticamente uma catástrofe que não deve nunca deixar de se fazer sentir, sensibilizando as novas gerações; e, finalmente, [7] a resistência psíquica do personagem ao reconhecer que a causa que o irmão representava, na verdade, era a sua própria – herdeiro da(s) política(s) do(s) trauma(s).

[...] a noção do meu irmão como um neto desaparecido. Isso não daria sentido à vida dele. [...] Sou eu, e não ele, que desejo encontrar um sentido, sou eu que desejo redimir minha própria mobilidade, sou eu que quero voltar a pertencer ao lugar a que nunca pertenci. Entendendo enfim, situado enfim, decido enfim partir: nada me restituirá lugar algum, nada reparará o que vivi, pois não parece haver nada a ser reparado em mim. (p. 113).

Por fim, Sebastián, ao (re)escrever, recuperar e reencontrar sua história familiar e, ao reavê-la, encontra a si mesmo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Compreender as condições subjetivas migrantes e as conjunturas do refúgio configura-se como uma tarefa fundamental na contemporaneidade. Para tanto, a partir das interfaces possíveis entre psicanálise e literatura, numa tentativa de subverter a condescendência cifrada a essa forma de barbárie e o apagamento subjetivo e social que a crueza da experiência de deslocamento forçado pode produzir nos sujeitos afetados, optamos, nesta tese, por uma abordagem cuja poética pudesse se compor tanto como uma espécie de resposta decolonial ao fenômeno – intrinsecamente político em sua origem e desdobramentos – quanto como uma forma de oposição ao silenciamento muitas vezes produzido, oportunizando que temáticas marginalizadas ganhem destaque, que grupos excluídos sejam representados e que os autores falem por si por meio de seus textos.

Procuramos, assim, realizar um percurso teórico-conceitual que partisse das particularidades das subjetividades migrantes em seu liame com a violência e o trauma para alcançar algo de suas ressonâncias na literatura. Nossa intenção é que as perspectivas que foram delineadas nos processos que abordamos possam implicar maior conscientização por parte dos psicanalistas, transformações no manejo clínico, sobretudo, das questões identitárias e que, no campo social, possam apontar para a renovação de estratégias de inclusão no campo do Outro.

No que se refere à metodologia, consideramos que esta viabilizou, em alguma medida, uma compreensão singular do enunciado ao se orientar por uma ética de análise das dinâmicas psíquicas inconscientes subjacentes ao fenômeno social do refúgio. Para além de uma aplicação trivial da teoria que antecede a pesquisa propriamente dita, procuramos fazer uso de um processo dialético com o intuito de produzir algum avanço e instrumentalizar o campo.

O refúgio, como um tema crítico e atual, faz-se presente de forma extensa em uma profusão de áreas do saber. Não apenas localmente, mas em nível internacional, a investigação da temática revela tanto os aspectos comuns do fenômeno em diferentes contextos, quanto matizes, mais ou menos sutis, em suas

expressões territoriais particulares, sendo igualmente absorvido pelas investigações e produções do campo psicanalítico. Essa permeabilidade, vale acentuar, franqueou convites para a participação da autora desta tese em espaços acadêmicos diversos inicialmente não previstos – como em um evento intitulado “Desenvolvimento e Mobilidade”, realizado pelo Departamento de Relações Internacionais da PUC-Rio, um colóquio de pesquisadores das Ciências Sociais na Humboldt-Universität zu Berlin, e um seminário no “American Studies Department”, promovido pela Brown University, exemplificativamente.

Essa porosidade dialógica que se revela nas fronteiras borradas dos estudos dos deslocamentos forçados, ao mesmo tempo que permite uma interlocução muito frutífera, demonstra a imperatividade da interdisciplinaridade e da presença de uma diversidade de atores em campo – o que, eventualmente, por não ser uma constante na prática, uma vez que os saberes dos profissionais usualmente são compartimentalizados, enraizados e autorreferidos, pode trazer adversidades na forma de sobrecarga para aqueles que estão na linha de frente na recepção e acolhimento de refugiados.

Aqui, há uma referência explícita ao trabalho realizado em organizações nas quais não são regularmente providos recursos para a contratação de profissionais dos múltiplos setores necessários, restringindo, por exemplo, a atuação dos psicólogos/psicanalistas que, ainda que tenham acesso à conhecimentos jurídicos, por exemplo, muitas vezes não podem dar encaminhamento de modo formal a questões associadas às necessidades básicas dos refugiados, como dar entrada em solicitações governamentais, entrar em contato com escolas para absorver crianças e adolescentes refugiados, etc – o que dificulta, conseqüentemente, a adesão ao serviço psi, pois tais requisições têm caráter de maior urgência, deslocando para segundo plano os aspectos referidos à saúde mental.

Embora casos clínicos não façam parte do escopo deste estudo, eles fazem parte do percurso da autora que, por sua vez, pôde se vincular a organismos e serviços de atenção a refugiados em diversos países, tendo observado, *in loco*, as implicações devastadoras e deletérias da pandemia do novo coronavírus na vida desses imigrantes.

A opção pela literatura e não pela clínica *stricto sensu* tem justificativas: a primeira delas foi a dificuldade no desenvolvimento de um trabalho a

médio/longo prazo – consequência não apenas dos prazos acadêmicos e dos períodos de concessão de bolsas de pesquisas, mas também das disposições institucionais dos órgãos e dos impasses na adesão ao tratamento (contingência sempre presente em qualquer âmbito da clínica); a segunda está circunscrita por um entrave idiomático – ônus da autora –, no trabalho conduzido. Como exemplo, podemos citar um centro de refugiados em Berlin, onde 95% dos imigrantes não dominavam o alemão e muitos não se expressavam de forma confortável em inglês, aspecto que, devido ao não domínio dos idiomas nativos dos sujeitos atendidos, dificultou de forma significativa a condução de sessões clínicas individuais por parte da pesquisadora (diferentemente dos atendimentos em grupo, quando contávamos com a presença de tradutores/intérpretes comunitários para fazer a mediação)⁸⁹; a terceira justificativa é uma limitação da organização do campo, a formulação de uma demanda e o avanço do trabalho analítico foi configuração rara devido à gravidade dos quadros atendidos – normalmente encaminhados e raramente resultado de uma procura ativa do sujeito (diferentemente da clínica no consultório particular que, mais frequentemente, contempla refugiados já melhor adaptados e minimamente integrados que, sem emergências, podem se ocupar das questões iminentemente subjetivas); a quarta está relacionada aos trâmites internacionais dos comitês de ética e a formalização da pesquisa em contextos extramuros universitários; e a quinta e última é um embaraço que se coloca para a autora, pois, diferentemente do trabalho em campo, que mobiliza incessantemente (trazendo à tona a resistência no confronto com a exclusão social e com a admissão do pacto social de silêncio diante dela), fazer uso da literatura e usufruir da experiência estética tornou a investigação mais palatável, possibilitando um recorte interdisciplinar e permitindo uma espécie de contrabalanceamento entre a verificação concreta da brutalidade do *só-depois* e um saber-fazer com o trauma através da escrita.

Consideramos válido mencionar que, fora dos espaços de acolhimento/assistência, verificamos a possibilidade de que uma experiência literária “institucionalizada” seja desenvolvida, alcançando um para além das

⁸⁹ Essa dificuldade opera como um indicador que nos aponta para uma limitação conjuntural recorrentemente observada nos centros e campos de refugiados subordinados a padronizações do Estado. O modelo de atendimento clínico usualmente oferecido, portanto, não se configura como um ideal, mas como um paradigma que deve ser constantemente repensado e discutido, considerando-se, principalmente, as particularidades e expressões (trans)culturais – como bem promovem a etnopsicanálise/etnopsiquiatria.

amarras das necessidades “práticas” e, operando, assim, como um recurso para a expressão do sujeito. A oferta de oficinas literárias para migrantes tem sido uma realidade que pode ser observada recorrentemente tanto no Brasil como no exterior.

Em termos de produção “individual”, a temática do refúgio em sua relação com o campo literário pôde evidenciar as vivências e escritas singulares de cada autor – desvelando, igualmente, as variações subjetivas dos (re)arranjos dessas experiências por meio da ficção e, ao mesmo tempo, possibilitando, mais do que a comunicação/confirmação de dados, uma experiência coletiva de transmissão (sobre si e sobre o outro) e o engendramento daquilo que podemos denominar como um *ethos* do refúgio. A literatura, além de ter podido operar como uma ferramenta de auxílio às interrogações da psicanálise, pôde validar a teoria sob novas perspectivas, estabelecendo-se como uma fonte prolífica para a sustentação e desenvolvimento dos argumentos propostos (psicanálise aplicada), mas também possibilitando alguma contribuição original com o recorte apresentado.

Sobre o campo literário, ainda consideramos válido reforçar que as diferentes modalidades de escrita sobre o tema da migração suscitaram a necessidade de estabelecimento de novos parâmetros em relação à canonicidade. Isto, com o propósito de ampliação da compreensão restrita imposta pela crítica e da superação dos parâmetros inexatos atribuídos às obras. As abordagens mais tradicionais demonstraram-se insuficientes para circunscrever o refúgio, pois, de alguma forma, promoviam o apagamento das particularidades desse tipo de produção literária, seja deslegitimando o autor pela ausência ou não de um *background* migratório estrito ou atribuindo caráter secundário à experiência de deslocamento em detrimento de uma ênfase às questões culturais. Tais abordagens tendem para uma concepção substantiva de cultura, enfatizando um “choque” entre civilizações. Essa compreensão se restringe à exposição de um mero embate entre diferentes traços culturais, hábitos e comportamentos que, por sua vez, são assinalados como a substância definidora de pertenças identitárias e não um tipo de fricção interétnica (Cardoso de Oliveira, 1976) que coloca em evidência tanto as expressões subjetivas do contato entre culturas, quanto o seu enquadramento sociológico.

Ainda que tenhamos tomado como subsídio textos de ficção – construídos por seus autores de modo tangente ao espaço autobiográfico –, estes nos deram

testemunho de uma experiência radical, permitindo alguma ritualização *a posteriori* por meio de uma partilha do sensível, conceito formulado por Jacques Rancière (2005) que vincula política e estética. O recorte do sensível evidencia o que é comum ao grupo e como tais aspectos são visibilizados politicamente nas intervenções artísticas promovidas por membros da comunidade. Trata-se, aqui, em última instância do papel da arte como ferramenta crítica e de insubordinação.

Apoiando-nos nessa chave de leitura proposta pelo filósofo francês, ao desenvolvermos nossa argumentação com auxílio de um tipo de literatura que é resultante de um encontro entre arte e política (escrita criativa como desdobramento de um fenômeno produzido pelas falhas/omissões/intencionalidades do Estado), tencionamos a potencializá-la, repercutindo alguma transformação social. Por se tratar de um trabalho acadêmico financiado por agências de fomento (nacionais e internacionais), e cuja divulgação científica é um pressuposto, empenhamo-nos e apostamos em sua reverberação.

Nessa trajetória, tentamos evitar uma precipitação na aporia da representação única do refúgio, buscando ir além da apresentação de uma leitura formal das migrações, mas explorando, nomeadamente, os processos subjetivos e a produção de desejo frente ao trauma social. Se a escrita é um ato político (Rancière, 1995), ela pode se constituir como uma potência que afasta a opressão do mundo (Blanchot, 1987) ao fazer um apelo ao leitor por meio da linguagem, visibilizando aqueles que foram postos à margem sem mascarar o real da errância compulsória.

Destacamos não só a imprescindibilidade de nos debruçarmos sobre as migrações forçadas, mas também a sua potencialidade no entrecruzamento com outros tópicos que se evidenciam no mundo atual, como a violência e o trauma. É preciso assinalar que os muitos eixos que compõem o fenômeno, aos quais nos dedicamos com a finalidade de estabelecer os contornos necessários em seu vínculo com o refúgio, poderiam constituir, individualmente, dada a complexidade de cada um deles, objetos de uma única tese.

Ressaltamos novamente que a violência e o trauma não estão subordinados apenas às vivências no país de origem e trajeto dos deslocamentos. Somam-se a estas, outras camadas de violências com potencial igualmente ou ainda mais traumático, como o racismo/xenofobia e as condições sociais hipossuficientes que acompanham a inserção dos migrantes nos países aos quais se destinam.

Portanto, considerando a dificuldade de circunscrevê-los pormenorizadamente em toda a sua complexidade, foi preciso fazer escolhas tendo em conta que não seria possível esgotar as temáticas. Assim, desenvolvemos cada uma delas de modo pragmático, propondo um uso instrumental da teoria, dando relevo aos aspectos mais elementares que permitissem a sua aplicação no vínculo com o objetivo principal – o que promoveu como desdobramento, nos dois primeiros capítulos, um texto com alguma densidade teórica que pode, eventualmente, mostrar-se mais intrincado do que seria desejável em benefício de possíveis leitores menos familiarizados com a literatura psicanalítica e, certamente, distante da fluidez e poeticidade dos textos literários que serviram de *corpus* para esta tese. Um exemplo disso é o realce dado ao registro imaginário ao interpelar os efeitos e as dinâmicas da agressividade direcionadas às subjetividades migrantes.

Um outro impasse que emergiu durante a elaboração da pesquisa foi a dificuldade na seleção dos autores e das narrativas literárias. Além de o campo literário não se compor como parte da formação da autora desta tese – o que produz muitos obstáculos e receios ao se propor trabalhar com a interdisciplinaridade e os litorais da psicanálise – havia no horizonte a sedutora possibilidade de se trabalhar a partir da transferência com um único escritor, o que esbarraria na ética da pluralidade e nos levaria a uma visão única, sem a constituição de um grupo heterogêneo de autores. Então, decidimos que trabalharíamos com textos menos extensos e análises sintéticas em prol de uma maior diversidade – isto para que nenhum dos autores fosse privilegiado ao compor parte do título deste estudo. Assim, em cada um dos textos realçamos algum aspecto que tenha sido representado de forma mais patente em sua interlocução com a teoria anteriormente exposta ou ultrapassando-a.

Dessa forma, para ilustrar esta tese, elegemos citações, contos e romances mais concisos, não necessariamente circunscritos à atualidade (uma vez que anteriormente ao estatuto dos refugiados, a categoria já existia, ainda que não levasse esse nome), e de acordo com um recorte que alcançasse alguma variedade de origens, destinos e vulnerabilidades. Entendemos que uma diversidade de representações e de ênfases nos pontos de vistas são mais potentes na tarefa de produção de mudanças radicais nas visões de mundo, pois, através delas podemos lutar contra a uniformidade de perspectivas essencialistas e de certa estabilidade

de visões, conduzindo uma leitura que talvez possa alcançar outro limite, cruzando horizontes e estabelecendo um novo ordenamento de vida.

Para tanto, elegemos quatro autores: Beata Mairesse, Viet Nguyen, Aglaja Veteranyi e Julián Fuks. Tanto os autores elencados quanto os principais aspectos desenvolvidos em seus textos, embora eventualmente encontrem pontos em comum, foram escolhidos deliberadamente de modo que fossem orientados pela diversidade, apresentando particularidades associadas à origem geopolítica, destino migratório, gênero do autor e circunscrição temporal.

Com Beata Mairesse, nos dedicamos à questão do exílio e a vivência meândrica da(s) temporalidade(s); com Viet Nguyen pudemos desenvolver alguns pontos relativos à subjetividade daqueles que sobrevivem – que, geralmente, são acompanhados por um sentimento de culpa – e a sexualidade dos refugiados, temática constantemente negligenciada no campo; com Aglaja Veteranyi abordamos as particularidades da linguagem e do trauma a partir de uma perspectiva infantil; e, por fim, com Julián Fuks, analisamos elementos referidos à transmissão psíquica no cerne das dinâmicas familiares e à resistência frente ao traumático. Ponderamos, assim, que a heterogeneidade e a multiplicidade das tramas, motes e enunciados constituíram-se como destaque na construção desta tese.

Consideramos, entretanto, que devemos apontar, igualmente, algumas fragilidades que conseguimos identificar neste trabalho. Como já mencionado anteriormente, a impossibilidade de uma dissecação mais completa dos componentes teóricos talvez seja um ponto débil, assim como os perigos da metodologia, que, frequentemente, nos leva a uma posição psicanalítica de análise das narrativas literárias na qualidade de vinhetas clínicas – algo que tentamos refrear.

Dessa forma, ao elencarmos alguns aspectos e desabonarmos outros, a tese que se configura pode apresentar desvios, imprecisões e lapsos, porém, toda necessidade de conclusão é uma renúncia ao ideal – impossível de se alcançar ainda que houvesse tempo hábil ou uma disposição de energia ilimitada. Assim, elementos que não foram absorvidos neste trabalho, como uma análise dos contextos de deslocamento compulsório sob uma perspectiva interseccional e de gênero ou as especificidades apresentadas por autores radicados ou emigrados do Brasil, particularizando o cenário e as contingências nacionais, por exemplo,

certamente poderão ser recuperados futuramente na forma de outras modalidades de pesquisa, como um pós-doutorado.

A definição da palavra “refúgio” geralmente remete à proteção e ao amparo, atributo que podemos verificar que não é uma realidade nos países de destino. Por isso, no título desta tese, não propusemos uma articulação do refúgio a um espaço concreto, mas um refúgio que, talvez, possa ser verdadeiramente encontrado nos contornos subjetivos que a literatura pode proporcionar. Aqui, vale ressaltar que tais delineamentos não estão referidos apenas àquele que escreve, mas também aos que leem, sejam estes refugiados ou não.

Com isso, apontamos para a construção de uma narrativa, por meio da criação literária, que permite um fazer-se e nomear-se a si mesmo pela prática da letra numa atuação franqueada pela cultura. Se a psicanálise tem seu início marcado pela escuta da histeria e do feminino, os destinos daqueles que são silenciados na contemporaneidade, talvez possam se valer, sobretudo, do encontro com a estética e com a cultura para a aquisição de um novo estatuto, extrapolando as concessões sociais e as dimensões de poder. Superando, assim, o modo universalista de compreensão da diferença e promovendo novas formas de pensar o refúgio.

O percurso realizado durante a pesquisa que se encontra aqui materializada na forma de tese não foi trivial e tampouco desafetado, pois ele mesmo é marcado por deslocamentos de diferentes ordens. Ler sobre tantas vidas e estar em contato direto com refugiados provoca e nos obriga a fazer uma releitura sobre nós mesmo. Em uma correlação com a perspectiva de Marielle Macé (2018) que, ao refletir sobre a experiência francesa com a imigração, propõe uma transformação da sideração à causa migrante à consideração por essas formas de vida, propomos nos perguntar sobre a pertinência da alternância ou substituição do termo “migração” por “migrância”, neologismo criado por aglutinação entre migração e hiância.

Partimos da concepção lacaniana do termo afânise, isto é, aquilo que se refere ao desvaecimento do sujeito, seu desaparecimento aqui aplicado à condição migrante, em direção à hiância, circunstância subjetiva que representa com mais rigor o entre-lugares do refúgio. Trata-se, em psicanálise, de um intervalo, um espaço que abriga algo ainda não realizado ou significado. Essa abertura é o que pretendemos sustentar, pois o refúgio não traz em si uma psicopatologia que o

determina ou uma resposta protocolar, de modo que a ética se dá na significação e criação singular que cada sujeito dá (ou não) à sua condição.

Por fim, é preciso sublinhar que, com esta tese, não pretendemos esgotar as complexas discussões a respeito dos deslocamentos forçados nem, tampouco, sobre os impasses e compatibilizações que conformam a interdisciplinaridade entre psicanálise e outros domínios do saber, especialmente a literatura. Do contrário, nosso intuito é a abertura de campo por meio de mais uma contribuição que ambicionou avançar na elucidação dos modos de enredamento subjetivo do refugiado. Almejamos, assim, que, com nosso trajeto, tenhamos esclarecido uma parcela dos aspectos fundamentais concernentes ao fenômeno, indicando possíveis recursos (individuais, coletivos e políticos) na compreensão da questão e ampliando o campo para novas discussões, pesquisas, reflexões e movimentos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Agamben, G. (2008). *O que resta de Auschwitz: o arquivo e a testemunha* (Homo Sacer III). Tradução de Selvino J. Assmann. São Paulo: Boitempo.
- Ahmed, S. (2015). *La política cultural de las emociones*. México: PUEG.
- Antonello, D. F. & Gondar, J. (2014). E quando não há fios lógicos? *Cadernos de psicanálise* (Rio de Janeiro). 36(30), pp. 89-112.
- Arendt, H. (1989). *Origens do totalitarismo*. Trad. Roberto Raposo. São Paulo: Companhia das Letras.
- Arfuch, L. (2010). O espaço biográfico: dilemas da subjetividade contemporânea. Tradução de Paloma Vidal. Rio de Janeiro: EdUERJ.
- Aulagnier, P. (1979). *A violência da interpretação: do pictograma ao enunciado*. Rio de Janeiro: Imago.
- Azevedo, L. J. C. & Brandão, E. P. (2019). Trauma e transmissão psíquica geracional. *Ágora: Estudos em Teoria Psicanalítica*, 22, pp. 8-18.
- Barros, R. M. (2007). A escrita feminina. In Costa, A.; Rinaldi, D. (Org.) *Escrita e Psicanálise*. Rio de Janeiro: Cia. De Freud; UERJ, Instituto de Psicologia.
- Barroso, A.F; Ferrari, I. F. (2014). O último ensino de Lacan: há algo para além da linguagem. *Calidoscópio*. v. 12, n. 2, pp. 249-254.
- Barthes, R. (1984). A câmara clara: nota sobre fotografia. Tradução de Julio Castañon Guimarães. Rio Janeiro: Nova Fronteira.
- Bastos, A. (2004). Segregação, gozo e sintoma. *Revista Mal-Estar e Subjetividade*. Fortaleza, 4(2), pp. 251-265.
- Benghozi, P. Traumatismos precoces da criança e transmissão genealógica em situação de crises e catástrofes humanitárias. In Ruiz-Correia, O. (Org.) *Os*

avatares da transmissão psíquica geracional. São Paulo: Escuta, 2000, pp. 89-100.

Birman, J. (1993). *Ensaio de teoria psicanalítica*, 1ª Parte: metapsicologia, pulsão, linguagem, inconsciente e sexualidade. Rio de Janeiro, Jorge Zahar.

Birman, J. (1999). A dádiva e o Outro: sobre o conceito de desamparo no discurso freudiano. *PHYSIS – Revista de Saúde Coletiva*, 9(2), 9-30.

Birman, J. (2014a). *O sujeito na contemporaneidade*. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

Birman, J. (2014b). *Mal-estar na atualidade: a psicanálise e as novas formas de subjetivação* (10a ed.). Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira.

Birman, J.; Fortes, I. (2018). *Guerra, Catástrofe e Risco: Uma Leitura Interdisciplinar do Trauma*. 1ª Ed. São Paulo: Zagodoni Editora.

Birman, J. (2019). *Cartografias do avesso: escrita, ficção e estéticas de subjetivação*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

Blanchot, M. (1987). *O espaço literário*. Tradução de Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Rocco.

Bleger, J. (1980). A entrevista psicológica: seu emprego no diagnóstico e na investigação. In *Temas de psicologia: entrevista e grupos*. São Paulo: Martins Fontes, pp. 9-41.

Boina, J. (2016). *Literatura de Migração: Um espaço de memórias e representações*. 165f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Programa de Pós-graduação em Letras, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória.

Bourdieu, P. (1986). L'illusion biographique. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*. vol. 62-63, jun., pp. 69-72.

Brousse, M-H. (2009). O saber dos artistas. In: Lima, M. M.; Jorge, M. A. C. *Saber fazer com o real: diálogos entre psicanálise e arte*. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, pp. 31-37.

- Buss, P. M. (2007). Globalização, pobreza e saúde. *Ciência e Saúde Coletiva*, Vol. 12, N. 6, pp. 1575-1589.
- Caillois, R. (1986). Mimetismo e psicastenia legendária. *Che vuoi? Psicanálise e Cultura*. Cooperativa Cultural Jacques Lacan, Porto Alegre, n. zero.
- Caldas, H. (2015). Trauma e linguagem: Acorda. Opção Lacaniana online nova série, (16).
- Calligaris, C. (1991). Liminar. In Aragão, L. T.; Calligais, C.; Costa, J. F. & Souza, O. Clínica do social: ensaios. São Paulo: Escuta, pp. 9-15.
- Campos-Toscano, A. L. F. (2009). Reflexões sobre gêneros do discurso. São Paulo: Cultura Acadêmica.
- Castles, S. & Miller, J. M. (1993). The Age of Migration. London: Macmillan.
- Cardoso de Oliveira, R. (1976). *Identidade, etnia e estrutura social*. São Paulo: Pioneira.
- Carswell, K., Blackburn, P., Barker, C. (2011). The relationship between trauma, post-migration problems and the psychological well-being of refugees and asylum seekers. *International Journal of Social Psychiatry*, 57(2), pp. 107-119.
- Chaves, E. (2015). O paradigma estético de Freud. In *Arte, Literatura e os Artistas – Obras Incompletas de Freud*. Belo Horizonte: Autêntica.
- Chemama, R. (1996). *Diccionario del psicoanálisis*. Trad. T. P. Lecman. Buenos Aires, Argentina: Amorrortu.
- Chemama, R. & Hoffmann, C. (2018). *Trauma dans la civilisation*. Toulouse, França: Édition Érès.
- Costa, A. (2014). Um luto impossível: efeitos de trauma em imigrações. *Revista da Associação Psicanalítica de Porto Alegre*, n. 1, pp. 32-36.
- Costa, J. F. (1984). *Violência e Psicanálise* (1ª Ed.). Rio de Janeiro: Graal.

- Deleuze, G. & Guattari, F. (1975). *Kafka, pour une littérature mineure*. Paris: Les Éditions de Minuit.
- Dicionário Priberam da Língua Portuguesa*. (2008-2013).
<http://dicionario.priberam.org/>
- Dischner, G. (1968). Zu den Gedichten von Nelly Sachs. In *Das Buch der Nelly Sachs*. Hg. v. Bengt Holmqvist. Frankfurt am Main, pp. 309 - 354.
- Dobrovsky, S. (1977). *Fils: roman*. Paris: Éditions Galilée.
- Dobrovsky, S. (2005). Entrevista a Philippe Vilain. In Vilain, P. *Défense de Narcisse*. Paris: Grasset, pp. 169-235.
- Evans, D. (1996). *An Introductory Dictionary of Lacanian Psychoanalysis*. Routledge, London.
- Farias, F. R. (2012). Memória, trauma social e elaboração. *Diálogos* (Maringá. Online), v. 16, n.3, pp. 925-950.
- Fernandes, M. H. (2003). *Corpo*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Ferrari, I. F. (2006). Agressividade e violência. *Psicologia Clínica*, Rio de Janeiro, v. 18, n. 2, pp. 49-62.
- Ferreira, N. P. (2007). A literatura como escrita e como fala. In Costa, R.; Rinaldi, D. *Escrita e Psicanálise*. Rio de Janeiro: Companhia de Freud.
- Figueiredo, E. (2013). *Mulheres ao espelho: autobiografia, ficção, autoficção*. Rio de Janeiro: EdUERJ.
- Filloux, J. C. (1988). *O inconsciente*. São Paulo: Martins Fontes.
- Fortes, I. & Kother, M. M. (2018). Quem é o psicanalista pesquisador? Questões cruciais sobre o método psicanalítico de pesquisa. In Kupermann, D.; Birman, J.; Fulgencio, L.; Leal Cunha, E. (Orgs.). *Modalidades de pesquisa em psicanálise: métodos e objetivos*. São Paulo: Editora Zagodoni.
- Foucault, M. (1982). *Microfísica do Poder*. 3.Ed. Rio de Janeiro: Graal.

- Frank, S. (2008). *Migration and Literature* - Günter Grass, Milan, Kundera, Salman Rushdie, and Jan Kjærstad. New York: Palgrave Macmillan.
- Freud, S. (1886). Relatório sobre meus estudos em Paris e Berlim. In Strachey, J. (Ed.), *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago.
- Freud, S. ([1892]/1940-1941). Esboços para a comunicação preliminar de 1893. In Strachey, J. (Ed.), *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago.
- Freud, S. (1892-1894). Prefácio e notas de rodapé à tradução das *Leçons du Mardi de la Salpêtrière* (1887-8) de Charcot. In Strachey, J. (Ed.), *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago.
- Freud, S. (1893). Um caso de cura pelo hipnotismo. In Strachey, J. (Ed.), *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago.
- Freud, S. (1895). Projeto para uma psicologia científica. In Strachey, J. (Ed.), *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago.
- Freud, S. (1895). Estudos sobre a histeria. In Strachey, J. (Ed.), *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago.
- Freud, S. (1896). A hereditariedade e a etiologia das neuroses. In Strachey, J. (Ed.), *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago.
- Freud, S. (1905[1901]). Fragmento da análise de um caso de histeria. In Strachey, J. (Ed.), *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago.

- Freud, S. (1905[1904]). Sobre a psicoterapia. In Strachey, J. (Ed.), *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago.
- Freud, S. (1905a). Três ensaios sobre a teoria da sexualidade. In Strachey, J. (Ed.), *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago.
- Freud, S. (1905b). Os chistes e sua relação com o inconsciente. In Strachey, J. (Ed.), *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago.
- Freud, S. (1907). Delírios e sonhos na Gradiva de Jensen. In Strachey, J. (Ed.), *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago.
- Freud, S. (1909). Análise de uma fobia em um menino de cinco anos. In Strachey, J. (Ed.), *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago.
- Freud, S. (1912). Recomendações aos médicos que exercem a psicanálise. In Strachey, J. (Ed.), *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago.
- Freud, S. (1913). Totem e tabu. In Strachey, J. (Ed.), *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago.
- Freud, S. (1914). Sobre o narcisismo: uma introdução. In Strachey, J. (Ed.), *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago.
- Freud, S. (1915a). Os Instintos e suas Vicissitudes. In Strachey, J. (Ed.), *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago.

- Freud, S. (1915b). Reflexões para os tempos de guerra e morte. In Strachey, J. (Ed.), *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago.
- Freud, S. (1919). O Estranho. In Strachey, J. (Ed.), *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago.
- Freud, S. (1920). Além do Princípio do Prazer. In Strachey, J. (Ed.), *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago.
- Freud, S. (1921). Psicologia das Massas e Análise do Eu. In Strachey, J. (Ed.), *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago.
- Freud, S. (1922). Dois verbetes de enciclopédia. In Strachey, J. (Ed.), *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago.
- Freud, S. (1923). O ego e o id. In Strachey, J. (Ed.), *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago.
- Freud, S. (1924). O problema econômico do masoquismo. In Strachey, J. (Ed.), *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago.
- Freud, S. (1925). A negativa. In Strachey, J. (Ed.), *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago.
- Freud, S. (1926). Inibição, Sintoma e Angústia. In Strachey, J. (Ed.), *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago.
- Freud, S. (1927). O futuro de uma ilusão. In Strachey, J. (Ed.), *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago.

- Freud, S. ([1927]/1928) Dostoievski e o Parricídio. In Strachey, J. (Ed.), *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago.
- Freud, S. (1930). O mal-estar na civilização. In Strachey, J. (Ed.), *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago.
- Freud, S. (1932). Novas conferências introdutórias sobre psicanálise. In Strachey, J. (Ed.), *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago.
- Freud, S. (1933). Por que a guerra? In Strachey, J. (Ed.), *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago.
- Freud, S. (1939). Moisés e o Monoteísmo In Strachey, J. (Ed.), *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago.
- Galina, V. F.; Silva, T. B. B.; Haydu, M.; Martin, D. (2017). A Saúde Mental dos Refugiados: um olhar sobre estudos qualitativos. *Interface*, 21(61), pp. 297-308.
- Garcia-Roza, L. A. (1990). *O mal radical em Freud*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Giugni, M.; McAdam, D.; Tilly, C. (1998). *From Contention to Democracy*. Lanham, MA: Rowman and Littlefield.
- Gnisci, A. (2003). Migração e literatura. *Revista Eletrônica do Instituto de Humanidades*. Universidade de Roma La Sapienza, Trad. Shirley de Souza Gomes Carreira.
- Gomes, M. A. (2017). Os impactos subjetivos dos fluxos migratórios: os haitianos em Florianópolis (SC). *Psicol. Soc.* [online], Belo Horizonte, Vol. 29, p. 1-11.

- Gómez, G. E. (2012). El poder organizador de la imagen. *Revista Affectio Societatis*, 9(16), Art. 9. Universidad de Antioquia. Departamento de Psicoanálisis.
- Guzmán, M. C. & Derzi, C. A. M. (2021). O trauma e seu tratamento: contribuições de Freud e Lacan. *Revista Subjetividades*, 21(1): e9254, pp. 1-14.
- Grande Dicionário de Língua Portuguesa. (2013). Porto Editora.
- Grigorieff, A. & Macedo, M. M. K. (2018). Singulares deslocamentos na experiência de migrar. *Psicologia Clínica* [online], vol. 30, n.3, pp. 471-492.
- Grimblat, S. & Palazzini, L. (2011). La subjetividad como punto de fuga. *El psicoanalítico*, n. 7, pp. 89-95. Disponível em: <http://www.elpsicoanalitico.com.ar/num7/ep-7.pdf>
- Grinberg, L. & Grinberg, R. (1984). Psicoanálisis de la migración y el exilio. Madrid: Alianza Editorial.
- Gros, F. (2009). *Estados de violência*. Ensaio sobre o fim da guerra. São Paulo: Ideias & Letras.
- Halbwachs, M. (2013). A memória coletiva. Trad. Beatriz Sidou. 2ª Ed. São Paulo: Ed. Centauro.
- Hanns, L. (1996). Dicionário comentado do alemão de Freud. Rio de Janeiro: Imago.
- Hartmann, F. & Da Rosa, N. C. dal F. (2005). *Violências e Contemporaneidade*. Porto Alegre: Artes e Ofícios.
- Henny, R. (1995). Metapsicología de la violencia. *Cuadernos de Psiquiatria y Psicoterapia del Niño y del Adolescente*, 19/20, pp. 5-24.
- IMDH - Instituto Migrações e Direitos Humanos. (2020) Campanha ‘Em fuga’ chama atenção para pessoas em deslocamento interno. Disponível em:

<https://www.migrante.org.br/refugiados-e-refugiadas/campanha-em-fuga-chama-atencao-para-pessoas-em-deslocamento-interno/>

- Indursky, A.; Conte, B.; Feijó, D. & Didonet, L. (2014). Do Exílio ao Asilo: Escutas Clínicas. *Revista da Associação Psicanalítica de Porto Alegre*, v. 45-46, pp. 27-68.
- Jorge, M. A. C. (2011). *Fundamentos da psicanálise de Freud a Lacan, v.1: as bases conceituais*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.
- Kehl, M. (2018a). De uma metapsicologia borderline e sua relação com o manejo clínico na conjugalidade. *Cadernos de Psicanálise | CPRJ*, v. 40, n. 39 jul/dez, pp. 213-227.
- Kehl, M. (2018b). *(As)piraões Femininas: Sobre a Literatura de Stefan Zweig e as Incidências do Gozo no Amor*. Dissertação de Mestrado, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.
- Kehl, M. & Fortes, I. (2019a). De uma clínica do refúgio: violência, trauma e escrita. *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*, 22(3), pp. 520-539.
- Kehl, M. (2019b). A Literatura de Stefan Zweig e a Revelação de Intervenientes da Clínica Psicanalítica. *Reverso*, 41(78), pp. 89-96.
- Kobori, E. T. (2013, Dez). Algumas considerações sobre o termo Psicanálise Aplicada e o Método Psicanalítico na análise da Cultura. *Rev. Psicol. UNESP*, Assis, v. 12, n. 2, pp. 73-81. Recuperado de: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-90442013000200006&lng=pt&nrm=iso
- Koltai, C. (1998). *O Estrangeiro*. São Paulo: Escuta, FAPESP.
- Lacan, J. (1938). Os complexos familiares na formação do indivíduo. In Lacan, J. *Outros Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Lacan, J. (1946). Formulações sobre a causalidade psíquica. In Lacan, J. *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

- Lacan, J. (1948). A agressividade em psicanálise. In Lacan, J. *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Lacan, J. (1949). O estágio do espelho como formador da função do eu tal como nos é revelada na experiência psicanalítica. In Lacan, J. *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Lacan, J. (1953). Função e campo da fala e da linguagem em psicanálise. In Lacan, J. *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Lacan, J. (1957-1958). *O Seminário, Livro 5: as formações do inconsciente*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Lacan, J. (1958). Juventude de Gide ou a letra e o desejo. In *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Lacan, J. (1958-1959). *O Seminário, Livro 6: o desejo e sua interpretação*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Lacan, J. (1959-1960). *O Seminário, Livro 7: a ética da psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Lacan, J. (1960-1961). *O Seminário, Livro 8: a transferência (1960-61)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Lacan, J. (1962-1963). *O Seminário, Livro 10: a angústia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Lacan, J. (1964). *O Seminário, Livro 11: os quatro conceitos fundamentais da psicanálise*. Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar.
- Lacan, J. (1967). Proposição de 9 de outubro de 1967 sobre o psicanalista da Escola. In Lacan, J. *Outros Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Lacan, J. (1970). *O seminário, Livro 17: O avesso da psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Lacan, J. (1971). Lituraterra. In Lacan, J. *Outros Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

- Lacan, J. (1972-1973). *O Seminário, Livro 20: mais, ainda*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Lacan, J. (1974-1975). *Seminaire 22: RSI*. Inédito. Disponível em: <http://staferla.free.fr/S22/S22%20R.S.I..pdf>
- Lacan, J. (1975). Conferencia en Ginebra sobre el sintoma. In: Intervenciones y textos. Buenos Aires: Manantial, v. 2.
- Lacan, J. (1975-1976). *O Seminário, Livro 23: o sinthoma*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Laplanche, J. & Pontalis, J. B. (2001). *Vocabulário de psicanálise*. São Paulo: Martins Fontes.
- Laub, D. (1995). Truth and Testimony: The Process and the Struggle. In Caruth, C. *Trauma – Explorations in Memory*. Johns Hopkins University Press, pp. 61-75.
- Lei n. 9.474, de 22 de julho de 1997. Define mecanismos para a implementação do Estatuto dos Refugiados de 1951, e determina outras providências. Recuperado de: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19474.htm
- Lejeune, P. (2008). O pacto autobiográfico: de Rousseau à Internet. (Org.) Jovita Maria Gerheim Noronha. Tradução de Jovita Maria Gerheim Noronha & Maria Inês Coimbra Guedes. Belo Horizonte: Editora UFMG, pp. 48-69.
- Lima, F. (2018). Bio-necropolítica: diálogos entre Michel Foucault e Achille Mbembe. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*. Rio de Janeiro, v. 70, n. spe, pp. 20-33.
- Lipovetsky, G. (2005). *A sociedade pós-moralista: o crepúsculo do dever e a ética indolor dos novos tempos democráticos*. São Paulo: Manole.
- Macé, M. (2018). *Siderar, considerar: migrantes, formas de vida*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo.

- Maciel, C. P. R. (2016). Literatura de testemunho: leituras comparadas de Primo Levi, Anne Frank, Immaculée Ilibagiza e Michel Laub. *Opiniões*, São Paulo, n. 9, pp. 74-80.
- Mairesse, B. U. (2021). *Ejo e outros contos*. Trad. Déborah Spatz. Rio de Janeiro: EDUNIPeriferias.
- Malkki, L. (1995). *Purity and exile: violence, memory and national cosmology among hutu refugees in Tanzania*. Chicago: University of Chicago Press.
- Marcos, C. M. & Derzi, C. A. M. (2013). As manifestações do ato e sua singularidade em suas relações com o feminino. *Ágora: Estudos em Teoria Psicanalítica*, 16(1), pp. 71-86.
- Marin, I. S. K. (1999). Sujeito, desamparo e violência. *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*. São Paulo, v. 2, n. 3, pp. 75-88.
- Marin, I. S. K. (2002). *Violências*. São Paulo: Escuta/FAPESP.
- Martins-Borges, L. (2013). Migração involuntária como fator de risco à saúde mental. *REMHU – Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana*, v.21, n.40, pp. 151-162.
- Martins-Borges, L. (2017). Migrações involuntárias e impactos psíquicos: a mediação da cultura. In: Peres, R.S.; Hashimoto, F.; Casadore, M. M.; Braz, M. V. (Org.). *Sujeito contemporâneo*. Saúde e trabalho: Múltiplos olhares. 1ª Ed. São Carlos: EDUFSCAR, pp. 169-186.
- Masson, J. M. (1986). *A correspondência completa de Sigmund Freud para Wilhelm Fliess – 1887-1904*. (Trad. Vera Ribeiro). Rio de Janeiro: Imago.
- Mbembe, A. (2017). *Políticas da inimizade*. Lisboa: Antígona.
- Mbembe, A. (2018). *Necropolítica*. São Paulo, SP: N-1 Edições.
- McClintock, A. (2016). Couro imperial: raça, travestismo e o culto da domesticidade. *Cadernos Pagu*, (20), pp. 7–85.
- Menezes, L. S. (2012). *Desamparo*. São Paulo, SP: Casa do Psicólogo.

- Miller, J.-A. (1997). Lacan com Joyce. Uno por Uno, Revista Mundial de Psicoanálisis, n. 45, pp. 15-34.
- Miller, J.-A. & Laurent, E. (2005). *El Otro que no existe y sus comités de ética*. Buenos Aires: Paidós.
- Miller, J.-A. (2010). *Extimidad*. Buenos Aires: Paidós.
- Nguyen, N. T. (2018). *Refugiados*. Trad. Paulo Tavares. Amadora: 20|20 Editora Elsinore.
- Ogilvie, B. (1991). *Lacan: A formação do conceito de sujeito*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- OPAS - Organização Pan-americana de Saúde. (1994). *Resolución XIX: Violência y Salud*. Washington D.C.
- Organização das Nações Unidas. (1951). *Convenção relativa ao Estatuto do Refugiado*. Resolução n. 429, realizada na Assembleia Geral das Nações Unidas, em 14 de dezembro de 1950, em New York. Recuperado de: <https://www.unhcr.org/3b66c2aa10>
- Ortega, F. (2011). El Trauma Social como Campo de Estudios. In. Ortega, F. (Org.) *Trauma, cultura e historia: reflexiones interdisciplinarias para el nuevo milenio*. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia. Facultad de Ciencias Humanas. Centro de Estudios Sociales.
- Passos, C. F.; Neves, A. S.; Menezes, L. S. (2018) Prolegômenos do desamparo na psicanálise. *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*, São Paulo, v. 21, n. 3, pp. 525-544.
- Penna, C. (2015, Jul/Dez). Investigações psicanalíticas sobre o luto coletivo. *Cad. Psicanál.* – CPRJ, Rio de Janeiro, v. 37, n. 33, pp. 9-30.
- Pereira, M. E. C. (2008). *Pânico e desamparo*. São Paulo: Escuta.

- Pérez, A.; Navarrete, M. & Gil, M. (2003). Necesidades en salud de la población desplazada por conflicto armado en Bogotá. *Revista Espanhola de Salud Pública*, Vol. 77, N. 2, Madrid: MSSSI, pp. 257-266.
- Pontalis, J. B. (1987). L'Attrait des Oiseaux. „Preface” a Freud, S. *Un souvenir d'enfance de Léonard de Vinci*. Paris: Gallimard.
- Prado Filho, K. & Martins, S. (2007). A subjetividade como objeto da(s) psicologia(s). *Psicologia & Sociedade*, 19(3), pp. 14-19.
- Pujó, M. (2000). Trauma y desamparo. *Revista Psicoanálises y hospital*. 17, pp. 20-29.
- Rancière, J. (1995). *Políticas da Escrita*. Tradução de Raquel Ramalhete. Rio de Janeiro: Editora 34.
- Rancière, J. (2005). A partilha do sensível: estética e política. São Paulo: EXO experimental/Editora 34.
- Rancière, J. (2014). *O ódio à democracia*. São Paulo: Boitempo.
- Rassial, J.-J. (2006). Cultura como conceito psicanalítico. *Textura – Revista de Psicanálise*. São Paulo: ano 6, n. 6, pp. 32-34.
- Rehbein, M. P. & Chatelard, D. S. (2013). Transgeracionalidade Psíquica. *Fractal: Revista de Psicologia*, 25, pp. 563-583.
- Ribeiro, C. N. (2017). A Metapsicologia do Masoquismo: O enigma do Masoquismo Feminino e sua relação com a Fantasia Masculina. *Ágora: Estudos em Teoria Psicanalítica*, 20(2), pp. 477-490.
- Ritter, P. (2017). *Neuroses Atuais e Patologias da Atualidade*. (Coleção Clínica Psicanalítica). Rio de Janeiro: Pearson Clinical.
- Roudinesco, E. & Plon, M. (1998). *Dicionário de Psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Rosa, M. D. (2000). *Histórias que não se contam: o não-dito e a psicanálise com crianças e adolescentes*. Taubaté: Cabral Editora Universitária.

- Rosa, M.; Berta, S. L.; Carignato, T. & Alencar, S. (2009, Set.). A condição errante do desejo: os imigrantes, migrantes, refugiados e a prática psicanalítica clínico-política. *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*, Vol. 12, n. 3, São Paulo: AUPPF, pp. 497-511.
- Rosa, M. D. & Domingues, E. (2010). O método na pesquisa psicanalítica de fenômenos sociais e políticos: a utilização da entrevista e da observação. *Psicologia & Sociedade*, 22(1), pp. 180-188.
- Rosa, M. D. (2012). Migrantes, Imigrantes e Refugiados: a Clínica do Traumático. *Revista de Cultura e Extensão USP*, 7, pp. 67-76.
- Rosa, M. D. (2016). *A clínica psicanalítica em face da dimensão sociopolítica do sofrimento*. São Paulo: Escuta.
- Rosa, M. D.; Estêvão, I. R. & Braga, A. P. M. (2017). Clínica psicanalítica implicada: conexões com a cultura, a sociedade e a política. *Psicologia em Estudo*, 22(3), pp. 359-369.
- Rosa, M. D.; Alencar, S.; Martins, R. (2018). Licença para odiar: uma questão para a psicanálise e a política. In: Rosa, M. D.; Costa, A.; Prudente, S. (Org.). *As escritas do ódio: psicanálise e política*. São Paulo: Escuta/Fapesp, pp. 15-31.
- Rosa, J. R. (2018, Sep/Dez). Trauma, história e luto: a perlaboração da violência. *Revista Tempo e Argumento*, Universidade do Estado de Santa Catarina Florianópolis, vol. 10, núm. 25, 2018, pp. 289-327.
- Rudge, A. M. (2006). *Traumatas*. São Paulo: Escuta.
- Salgueiro, W. (2012, Jul/Dez). O que é literatura de testemunho (E considerações em torno de Graciliano Ramos, Alex Polari e André Du Rap). *Matraga*, Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras da UERJ. Rio de Janeiro, UERJ, v. 19, n. 31, pp. 284-303.
- Santos, M. (2007). *O espaço do cidadão*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.

- Said, E. (2003). Reflexões sobre o exílio e outros ensaios. São Paulo: Companhia das Letras.
- Said, E. (2007). *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente*. Trad. Rosaura Eichenberg. São Paulo: Companhia das Letras.
- Seligmann-Silva, M. (2002). Literatura e Trauma. *Pro-Posições*, v.13, pp. 135-153. Campinas, SP
- Seligmann-Silva, M. (2010, Jan/Jun). O local do testemunho. *Revista Tempo e Argumento*, vol. 2, n. 1. Universidade do Estado de Santa Catarina Florianópolis, Brasil.
- Simanke, R. T. (1997). *Composição e estilo da metapsicologia lacaniana: os anos de formação (1932-1953)*. Tese de doutorado, Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, SP.
- Singer, G. (2014). A literatura intercultural: desafios e canonização. *Revista Diacrítica*, 28(3), pp. 89-102. Recuperado de:
http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0807-89672014000300012&lng=pt&tlng=pt
- Solano, E. G. (Org.). (2018). *O ódio como política: a reinvenção das direitas no Brasil*. São Paulo: Boitempo.
- Sousa, E. & Endo, P. (2012). *Sigmund Freud: Ciência, Arte e Política*. Porto Alegre: L&PM.
- United Nations. (2021). *Human Rights*. [Website]. Recuperado de:
<https://www.unhcr.org/refugee-statistics/>
- United Nations. (2020). *Human Rights*. [Website]. Recuperado de:
<https://www.un.org/en/global-issues/human-rights#:~:text=Human%20rights%20are%20rights%20inherent,and%20education%2C%20and%20many%20more.>
- Veteranyi, A. (2004) *Por que a criança cozinha na polenta: Romance*. Trad. Fabiana Macchi. São Paulo: DBA Artes Gráficas.

- Wallon, H. (1963). Comment se développe chez l'enfant la notion du corps propre. *Enfance*, 16, pp. 121-150. (Originalmente publicado em 1931).
- Wampold, B., Imel, Z. E. (2015). *The great psychotherapy debate: Models, methods, and findings* (2nd Ed., Vol.9), Routledge.
- Weintraub, A. C. A. M. (2012, Dez.). Estudos sobre refugiados publicados no Brasil na década de 2000. *Avá*, n. 21, pp. 195-211.
- Weissmann, L. (2018). Multiculturalidade, transculturalidade, interculturalidade. *Construção psicopedagógica*, 26(27), pp. 21-36.
- WHO - World Health Organization. (2002). *World report on violence and health*. Geneva.
- Zaluar, A. Violência e crime. In: Miceli, S. *Antropologia*. São Paulo: Sumaré, ANPOCS, 1999.